

CAJATI

APONTAMENTOS HISTÓRICOS E NOTICIOSOS



Diego de Oliveira

Cajati: Apontamentos Históricos e Noticiosos

oo
E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará.
João 8:32 acf

SUMÁRIO

Prefácio	4
O Município de Cajati-SP	7
Hidrografia	9
Ocupação milenar	15
E se fez Iguape e Cananéia	19
O Rio Jacupiranga de cima e a Barra do Cachoeira.	23
A elevação de Botujuru	41
1888: Liberdade?	51
A Colônia de Cananéia	60
Guarahú River... XIX century.	71
O morro da Pedra do Cata-Agulha.	80
Companhia Serrana de Mineração S.A.	95
Navegação Fluvial	99
O Vale do Jacupiranga por M. Pio Corrêa	108
São Paulo: Revolução de 1932	116
O Batalhão Redentor Filhos de Iguape	117
A mãe de Cajati	124
A extinção de Cajati	143
A Guerra da Capelinha	145
Napalm no Vale do Ribeira	163
Enfim um município.	167
Referências Bibliográficas	185

Prefácio

Nascido de uma curiosidade infantil, de querer saber como eram as coisas em seu estado primitivo, de como foi o início da cidade, de muitas e muitas conversas com os avós, os mais velhos e os meus pais. De uma vontade de conciliar a urbanização, o saneamento básico, a medicina, a ciência, a tecnologia e tudo que temos de bom em nossos tempos com a natureza pujante de antes, de florestas a perder de vista, de rios caudalosos com águas cristalinas, com magníficos animais e a intimidade com a natureza que não temos mais. De uma vontade de querer valorizar o que nos pertence, para que possamos ter um lugar melhor para vivermos. Como valorizar o que é nosso, se não conhecemos o que nos pertence. Tudo me parece como uma pequena casinha, aos pedaços abandonada, em uma pequena vila. Mas que quando é reformada e cuidada com carinho, faz com que a pequena vila evolua, pois os vizinhos vão também reformar suas casas, por influência da pequena casinha.

Cajati é uma pequena cidade, de uma região pouco populosa, quase esquecida por séculos. Cercada por grandes metrópoles em um raio de pouco mais de 200 km, Santos, São Paulo, Sorocaba e Curitiba, ficamos pequenos entre as serras e florestas. Mas nem por isso podemos esquecer o que de importante aconteceu por aqui, coisas das mais interessantes e curiosas, e por muitas vezes pequena parte da história do Brasil e da América do Sul. Foi no litoral paulista que os portugueses iniciaram a colonização do nosso país e houve um tempo em que o Vale do Ribeira foi rico e importante, quase sempre são lembrados locais maiores e mais talvez mais importantes de um ponto de vista, mas para nós que vivemos por aqui, sabemos que por mais que nos digam que somos pobres, sabemos o quanto rico somos, pois toda manhã, quando abrimos nossas janelas podemos ver a serra do Guaraú e a várzea do Jacupiranguinha, confirmamos nossa riqueza toda vez que tomamos um longo banho de rio, que contemplamos nossas cachoeiras e nossas florestas, com sua vida silvestre, cruzando com o nosso caminho diário entre uma e outra ocasião.

Ao longo dos anos fui procurando saber o porquê das coisas, como por exemplo, Cachoeira virou Cajati, e essa foi a pergunta que me levou a muitos outros caminhos. De tanto procurar nos cantos mais esquecidos, comecei a reunir uma série de documentos importantes para nosso município, documentos que provavelmente a maioria de nós não conhecíamos. Achei o que pra mim são pequenos tesouros, como a carta requerendo a

elevação da Vila de Botujuru para Freguesia de Jacupiranga, o relatório de Sacramento Black, em que ele descreve o descobrimento da Mina no Morro da Pedra do Cata Agulha, o mapa da Colônia de Cananéia, em que pude reconhecer muitos dos sobrenomes conhecidos em Cajati. E pequenos achados pessoais, como o nome do meu tataravô, Agostinho José de Oliveira, no requerimento de criação da Freguesia de Jacupiranga, e outro tataravô, João Heitzmann, que foi um dos primeiros colonos da Colônia de Cananéia e foi professor de Língua Portuguesa para os jovens suíços, seus conterrâneos, na Colônia. Espero que os leitores também possam encontrar seus tesouros pessoais por aqui.

Com todos esses registros, o que fazer?

Decidi então tentar juntar tudo o que eu tinha encontrado em uma publicação, de modo a levar adiante esses registros, pois muita coisa consegui em livros, em sebos. Publicações, algumas com mais de cem anos, outras com quase. Quase todos difíceis de se achar. Espero que eles possam servir de base para outros estudos como esse, talvez estudos melhores e mais completos.

Existem muitas publicações desse tipo sobre o Vale do Ribeira, mas não com foco principal em Cajati, talvez somente “Uma Vereda no Vale” de Josepha P. Chiavelli, portanto, mesmo que muitas vezes sejam citados os nossos vizinhos de Vale do Ribeira, nosso foco foi sempre em primeiro plano o município de Cajati.

Também tive o cuidado de sempre ter alguma fonte histórica para confirmar o texto, alguns assuntos em que não consegui fontes confirmando, foram deixadas de fora desse trabalho. Preferi citar os trechos originais ou invés de reescrevê-los, por isso as citações constituem de boa parte do texto, também mantive a grafia original das diferentes épocas em os registros foram escritos, as partes destacadas em negrito são sempre citações de alguma fonte, fonte identificada logo abaixo das citações e ao final desse trabalho.

Essa é parte da história de uma pequena cidade, perdida entre as serras, entre as florestas, cortada por inúmeros rios. Talvez a pequena cidade tenha uma pequena história, pois aqui não temos grandes heróis. Essa é uma história feita por pessoas comuns, pessoas humildes, pessoas trabalhadoras. São ecos de tempos passados, vividos nos ranchos, sítios, quilombos, capuavas, vilas, às margens do Jacupiranguinha, Guaraú, Bananal, Azeite,

Queimado, Capelinha, Manoel Gomes, Areia Preta, Turvo, Lemos, Timbuva, Pito, Braço Feio, Braço do Azeite, Cachoeira, Ribeirão da Serra, Cortesia, Onça Parda...

Embora ache que esse trabalho não é definitivo, que outros possam em algum tempo fazer um trabalho melhor do que o meu, essa é a nossa história. E esses somos nós.



Cajati entre os anos de 1960 e 1970 - Foto do Centro de Memória Bunge

O Município de Cajati-SP

Município do sul do estado de São Paulo, no médio Vale do Ribeira de Iguape, na sub-bacia do rio Jacupiranga, com uma área de 454,436 km², limitando-se aos municípios de Jacupiranga, Eldorado e Barra do Turvo. Segundo o IBGE, Cajati possui uma população estimada no ano de 2021 em 28.441 habitantes, como uma densidade demográfica de 62,43 hab/km² (2010).

Sua população, ainda segundo o IBGE (2010), é de maioria cristã, sendo evangélicos 12.231 fiéis e católicos sendo 8.480 fiéis. Entre as outras religiões destaca-se a religião espírita com 374 fiéis.

A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (IBGE 2010) é de 98,4%, o IDEB (índice de desenvolvimento ensino básico) é de 6,9 nos anos iniciais do ensino fundamental e 4,9 nos anos finais do ensino fundamental (IBGE rede pública em 2019). Com 4.359 matrículas no ensino fundamental (IBGE 2020) e 1.055 matrículas no ensino médio(2020). Os docentes são 258 no ensino fundamental e 111 no ensino médio, distribuídos em 18 escolas de ensino fundamental e 6 de ensino médio.

O PIB per capita é de R\$50.776,98 (IBGE 2018), sendo 83% oriundas de fontes externas (IBGE 2015), com índice de desenvolvimento humano, IDH (IBGE 2010), de 0,694.

A taxa de mortalidade infantil (IBGE 2019) é de 9,28 óbitos por mil nascidos vivos. O município conta com 7 Estabelecimentos de Saúde SUS (2009).

O esgotamento sanitário é adequado (IBGE 2010) em 69,1% das moradias, 42,4% das vias são arborizadas (IBGE 2010), a taxa de urbanização das vias públicas é de 25,7%.

O Município conta em seu território de indústrias de extrativismo mineral, com a extração de apatita, magnetita, areia, argila, calcário, brita, água mineral. E de indústrias de transformação, como a produção de cimento, argamassa, fertilizante para a lavoura, ração animal, ácidos sulfúricos e fosfóricos, gesso para a indústria de papel, calcário e ácido fosfórico purificado.

A atividade agropecuária baseia-se principalmente no cultivo de banana, palmito pupunha, maracujá, madeira, milho, arroz, feijão, horticultura,

mandioca, pecuária de corte e leite.

Geografia.

O Município de Cajati está inserido no sul do Estado de São Paulo, na região do Vale do Ribeira de Iguape, mais precisamente no Vale do rio Jacupiranga, que é o terceiro maior tributário da Ribeira de Iguape. Seu relevo é acidentado, originalmente domínio da Mata Atlântica, que ainda cobre cerca de 30% de sua área territorial.

Os principais rios são o Jacupiranguinha e o Guaraú, formadores do rio Jacupiranga. Ambos, Jacupiranguinha e Guaraú possuem cerca de 60 km de extensão, e em média 22 metros de largura. Sendo seus cursos superiores muito acidentados, em que os rios principais e seus afluentes apresentam muitas quedas d'água e corredeiras, mas ao entrar nas planícies aluviais, apresentavam originalmente condições para a navegação de canoas e até lanchas de pequeno calado.

Os morros e serras são características marcantes do município, muitos dos picos ultrapassam os 1.000 metros do nível do mar, como os picos das Serras do Guaraú, Anta Gorda, Braço Feio, Aleixo, Espia e Cadeado. Com altitudes próximas dos 1.000 metros temos as Serras do Azeite, Serrinha, Descanso, Pedra Lavrada, Serra do Pinheiro, Macaco Branco, Boa Vista, Hilário. Com altitudes inferiores aos 500 metros temos Morro do Pouso Alto e Morro Grande.



Rio Jacupiranguinha na Serra da Anta Gorda - março de 2022.

A maior parte dessa região acidentada está inserida no Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, segunda maior Unidade de Conservação Ambiental do estado de São Paulo, antigo Parque Estadual do Jacupiranga. O antigo parque foi dividido para se adequar ao seu uso, em que as unidades de conservação vão ficando mais restritivas conforme suas características biológicas e sociais, pois antes da criação do parque em 1969, já haviam comunidades tradicionais que moravam no interior de sua área.

Dentro do Município de Cajati estão parte dos Parques estaduais do Rio Turvo e Caverna do Diabo, a APA de Cajati e a Reserva Extrativista de Lavras, todas essas unidades pertencem ao Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga. Todas essas Unidades de Conservação são, assim como todas as outras Unidades de Conservação do Vale do Ribeira, tombadas pela UNESCO como patrimônio natural e cultural da humanidade.

Em Cajati também são encontradas muitas Grutas e Cavernas, muitas ainda inexploradas, com destaque para a Caverna do Capelinha, no Núcleo Capelinha, do Parque Estadual do Rio Turvo, no Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga. Outro importante exemplar é a Gruta da Serra do Azeite, também dentro do Mosaico do Jacupiranga.

Também é característico da região de Cajati, uma grande quantidade de cachoeiras, muitas com mais de 10 metros de desnível, entre elas são mais conhecidas as cachoeiras do Azeite, do Capelinha, do Umuarama e do Inferninho no Rio Bananal. São conhecidas pelo menos 40 cachoeiras de grande porte e outra infinidade de quedas menores, além das muitas ainda inexploradas.

Hidrografia

Cajati está localizado na bacia hidrográfica da Ribeira de Iguape, sub-bacia do Jacupiranga. Sendo o Rio Jacupiranga o maior corpo d'água no território do município, ele é formado pelos rios Jacupiranguinha e Guaraú, a poucos quilômetros a jusante de Cajati.

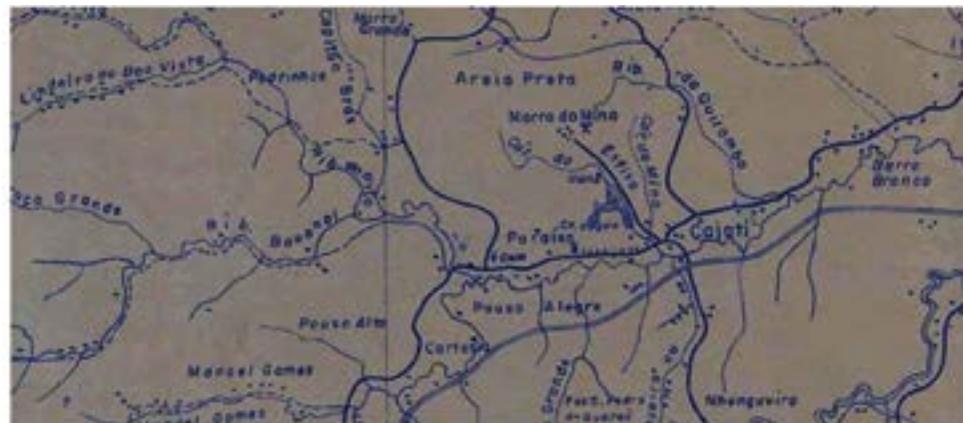
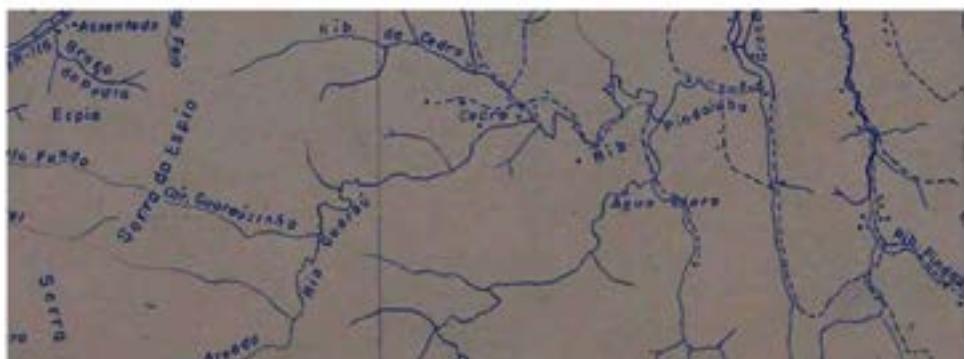
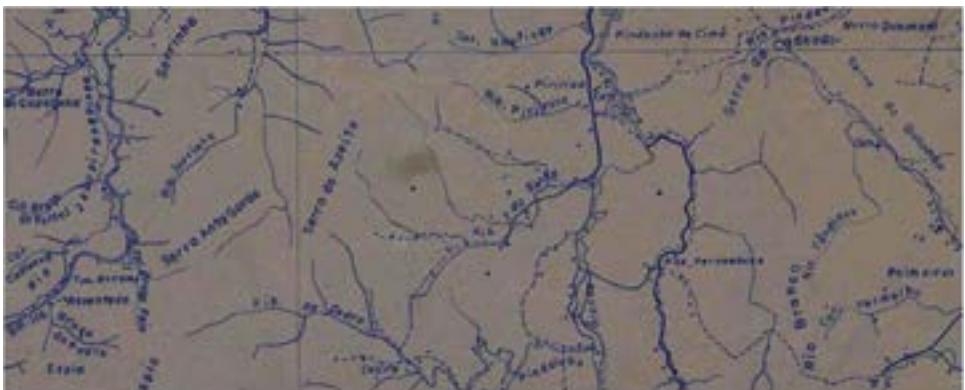


Rio Jacupiranguinha em primeiro plano, com a Usina de Beneficiamento e a Vila Industrial ao fundo -
Foto do Centro de Memória Bunge.

São afluentes do Rio Jacupiranga, em ordem da barrra em direção às nascentes, são os rios: Bamburral (E), Quilombo (E), Capinzal (E), Mandihy (E), Padre André (E) que tem como afluente o Braço do Gado (E), Turvo (E), Carapuí (Direita), Canha (D), Córrego Garcia (E), Ribeirão Casemiro(D), Córrego Pirraça (D), Córrego Boa Vista (D), Guamiranga 90 (D), Itapuvossú (E), Ribeirão Desviado (E), Córrego da Lagoa (D), Guaraú (D), Jacupiranguinha (E).

São afluentes do Rio Guaraú, os rios: Ribeirão do Soldado(D), Pindaúva (D), Inhunguvira (E) Pindaúvinha (D), Ribeirão das Antas (E), Ribeirão do Cerco (D), Ribeirão da Serra (E), Ribeirão do Desemboque (D), Ribeirão Nhutinga (E), Ribeirão da Piririca (E), Pindaúva do Meio (E), Ribeirão do Salto (E), Ribeirão da Batata (D), Pindaúva Grande (E), Ribeirão do Cedro (E), Ribeirão do Areado (D), Ribeirão Guarauzinho (E).

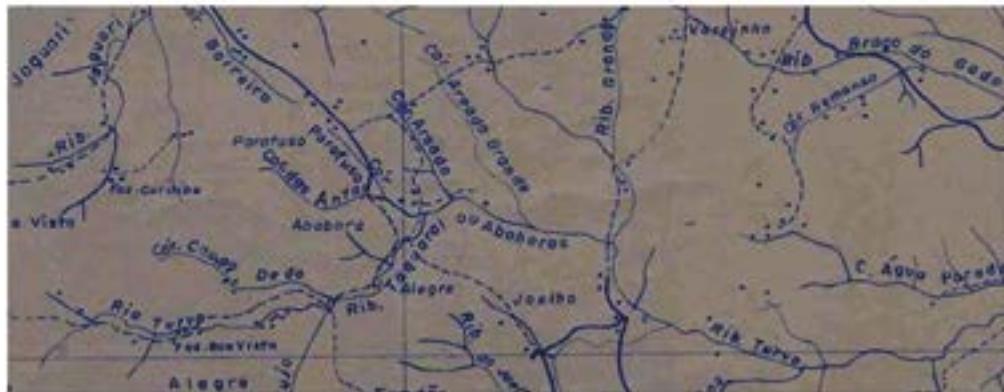




Mapa de 1972 - Instituto Geográfico e Geológico, desenhista Flávio Basile, disponível no repositório digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

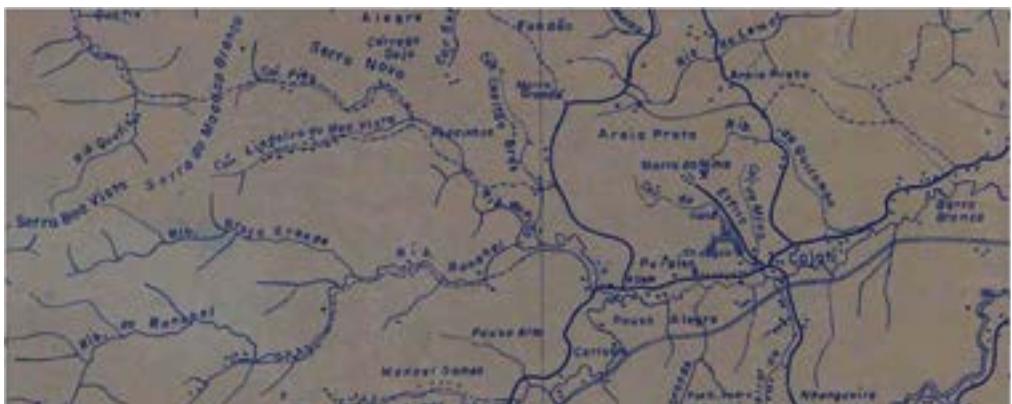
São afluentes do Rio Jacupiranguinha, os rios: Ribeirão Ramos (E), Ribeirão do Barro Branco ou das Pedras, Córrego do Agostinho Domingues (E), Baguassú (D), Ribeirão Saracura (E), Mathias (D), Silvestre, Jucá de Lima

(D), Areia Preta (E), Quilombo (D), Cachoeira (D), Córrego Bento Rodrigues ou Córrego da Mina (E), Ribeirão da Serra (D), Bananal (E), Ribeirão Onça Parda (E), Ribeirão do Benedito (E), Ribeirão Maneco Antunes (D), Ribeirão da Cortezia (E), Córrego do Antonio Ribeiro (E), Ribeirão do Manoel Gomes (E), Córrego Cotia, Azeite (D), Timbúva (E), Lavras (E), Córrego Oratório (E), Córrego da Lagoa (E), Capelinha (E), Córrego Serrinha (D), Córrego do Macuco (D), Braço do Feital (E), Braço Feio (D), Córrego Capuava (D), Braço de Pedra (D), Córrego do Salto (E) e Córrego do Espia (D).



Mapa de 1972 - Instituto Geográfico e Geológico, desenhista Flávio Basile, disponível no repositório digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo

São afluentes do Rio Turvo, os rios: Maneco Dias (D), Água Parada (E), Lemos (D), Joelho (D), Ribeirão da Poça ou Ribeirão Grande (E) e Ribeirão Taquaral ou Abóboras (D) que são seus formadores.



São afluentes do Rio Taquaral ou Abóboras os ribeirões: Córrego Areado Grande (E), Córrego Areado (E), Parafuso (E), Alegre (E), Córrego Sujo (D) e Córrego Chupa Dedo (E).

O Ribeirão da Poça ou Ribeirão Grande tem como afluente pela direita o Ribeirão Hilário ou Alegre.

O Ribeirão dos Lemos tem como afluente pela esquerda o Córrego Areia Preta.

O Ribeirão do Parafuso tem como afluente pela direita o Córrego das Antas.

O Córrego do Areado Grande tem como afluente pela direita o Córrego Areadinho.

O Rio Pindaúva Grande tem como afluente pela esquerda o Ribeirão da Figueira.

O Ribeirão Cachoeira tem como afluente pela esquerda o Córrego dos Antunes.

O Córrego da Mina ou Bento Rodrigues tem como afluente pela direita o Córrego da Usina.

São afluentes do Rio Bananal: Ribeirão Moreira (D), Córrego Capitão Braz (E), Ribeirão do Pito (E), Braço Grande (E), Córrego do Inferinho (D).

O Rio do Pito tem como afluente pela direita o Ribeirão Lindeiro ou Boa Vista.

O Rio Azeite tem como afluentes os rios: Braço do Azeite (D), Braço do Azeite de Cima ou Ribeirão dos Abraão (D), Ribeirão Serrinha (E) e Ribeirão Timbopeva (E).

O Ribeirão Braço do Azeite de Cima ou Ribeirão do Abraão tem como afluente pela direita o Ribeirão Água Amarela.

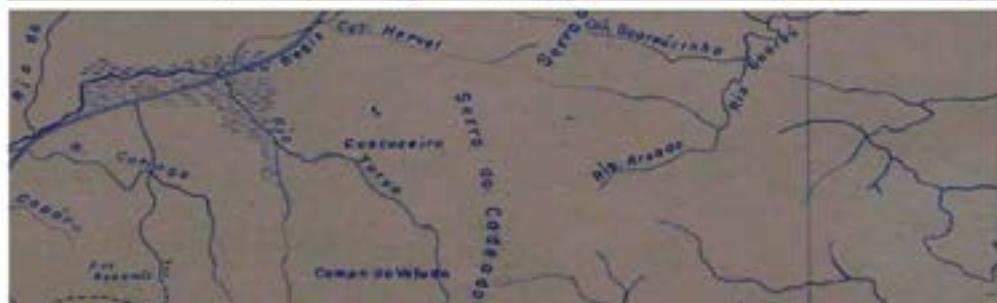
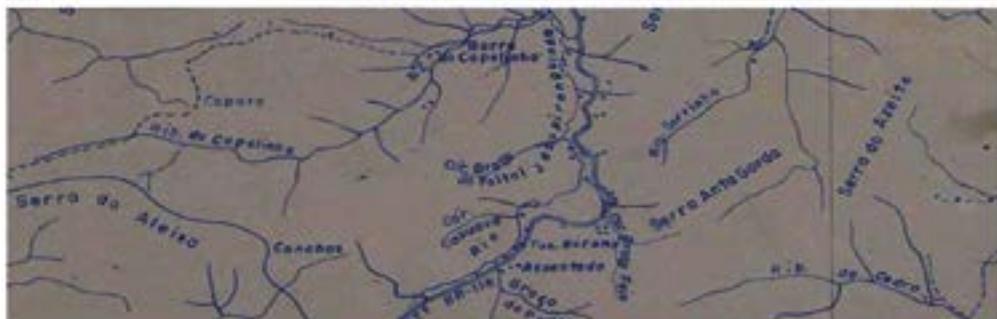
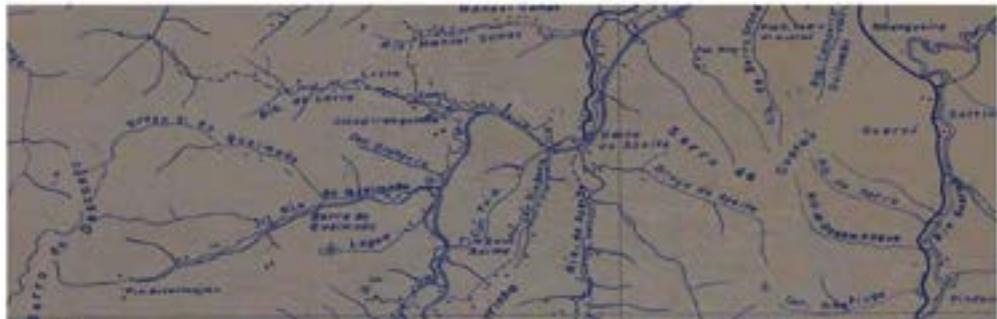
O Ribeirão Timbúva tem como afluente pela esquerda o Córrego Tuim ou Timbuvinha.

O Rio Queimado tem como afluente pela esquerda o Braço do Queimado, Córrego da Pedreira (E) e o Ribeirão do Assentado (D).

O Rio Capelinha tem como afluentes os rios: Ribeirão do Açúcar (D), Córrego Cateto (E), Ribeirão Capoeira (E), Córrego Braço do Guiné (E), Ri-

beirão Salmoura (D), Córrego do Calixto (E) e Braço do Capelinha (E).

O Rio Braço Feio tem como afluente pela direita o Ribeirão Grota Funda.



Ocupação milenar

O vale do Ribeira de Iguape, é ocupado por diferentes povos há milênios, muito antes dos Tupiniquins, viveu por aqui um povo que deixou muitos vestígios de sua presença, montes de conchas denominadas “Sambaquis”. Nesses sambaquis, arqueólogos encontraram ferramentas de pedra e ossos, restos de animais e esqueletos humanos. Em todo o vale do Ribeira de Iguape, existem inúmeros Sambaquis, tanto Costeiros quanto Fluviais. Muitos Sambaquis do litoral foram destruídos e suas conchas trituradas para serem usadas como cal nas antigas construções de Iguape e Cananéia. Os fluviais estão distribuídos pelos rios Ribeira de Iguape, Juquiá, Pardo e Jacupiranga.

Existem Sambaquis por todo o Rio Jacupiranga e seus afluentes, como nos Rios: Guaraú, Manuel Gomes, Azeite, Timbuva e Capelinha. O sítio do Azeite foi datado por pesquisadores em aproximadamente 2.000 anos, enquanto que na Timbuva foi datado em aproximadamente 5.000 anos.

Nem todos os sítios arqueológicos são encontrados os concheiros, visto que as ocupações são vestígios de tradições diferentes que viveram em épocas distintas, os primeiros são coletores que formaram os concheiros, após eles vieram os caçadores e mais tarde os ceramistas. Fato que torna especial o Sambaqui da Capelinha, onde podem ser encontrados vestígios de tradições diferentes e onde foi encontrado o segundo fóssil humano mais antigo do Brasil. O sítio foi datado de aproximadamente 9.000 anos, e o esqueleto encontrado ficou conhecido como Luzio, em alusão a Luzia, mais antigo fóssil humano do Brasil, encontrado em Lagoa Santa.



Por Marcos Pivetta - Revista Pesquisa Fapesp - Os primeiros habitantes pré-históricos da região hoje conhecida como o Estado de São Paulo estavam aqui um ou dois milhares de anos antes do que se imaginava – aproximadamente dez mil anos atrás, sem paródia à música de Raul Seixas – e eram um povo singular, com uma identidade ainda



Artefatos de pedra, machadinhas, encontrados nas margens do Rio Azeite.

em construção. Estavam a meio caminho entre o homem do mar e o homem do mato. A rigor, não eram uma coisa nem outra, provavelmente um híbrido dos dois.

Sua vida social emulava certos comportamentos de moradores do litoral, mas seus traços físicos lembravam, em alguns casos, os de habitantes do interior do Brasil. Eram talvez um reflexo da geografia que os abrigou: viviam geralmente próximos às margens dos cursos de água de uma zona de transição ambiental entre o planalto e a costa, o vale do rio Ribeira do Iguape, no sul do Estado de São Paulo, perto do Paraná.

Os membros dessa cultura, que estavam distantes do mar algu-

mas dezenas de quilômetros, enterravam seus mortos e os cobriam com uma grossa camada de conchas. Eles deixavam para a posteridade um tipo de vestígio arqueológico conhecido como sambaqui, típico das populações da costa.

Ao longo de todo o litoral brasileiro, em especial em Santa Catarina, há grandes sambaquis costeiros, que, às vezes, despontam terra afora como colinas de até 30 metros de altura formadas a partir do acúmulo de mariscos, ostras e berbigões. Apenas no Vale do Ribeira existe uma quantidade significativa de sambaquis fluviais, embora em menor número e de dimensões bem mais modestas que os da beira-mar.

A altura dos concheiros de rios fica entre 80 centímetros e 1 metro

e meio. Um novo olhar sobre o povo que construiu esses sambaquis fluviais começa a ganhar forma com os estudos feitos nos últimos anos por arqueólogos, geofísicos e biólogos da Universidade de São Paulo (USP), que participam de um projeto temático financiado pela FAPESP.

O dado mais espetacular do trabalho, que usou até técnicas geofísicas para localizar e caracterizar as concentrações de caramujos no interior dos sítios arqueológicos, foi a descoberta do mais antigo crânio humano encontrado até agora em São Paulo, com idade de aproximadamente 9 mil anos, talvez até um pouco mais, de acordo com a datação pelo método do carbono 14.

“A ossada estava num sepultamento situado numa camada geológica bem superficial”, lembra o arqueólogo Levy Figuti, do Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE) da USP, coordenador do projeto. “Não pensávamos que ela fosse tão antiga.” Conchas próximas ao crânio sepultado também foram datadas e deram idade semelhante à da ossada.

Marcos Piveta - Revista Pesquisa Fapesp -http://agencia.fapesp.br/homem_de_capelinha/3825/ Acesso: 14/06/2018 20:53

Estudos das características do esqueleto, fez com que os pesquisadores pudessem estimar como vivia, que atividades praticava e até mesmo reconstruir seu rosto. Luzio deveria ter por volta de 1,60m, era remador e se alimentava principalmente de carne.

Vida num sambaqui - Luzio viveu há 10 mil anos no sul do estado de São Paulo, no Vale do Ribeira, numa zona de transição entre o litoral e a serra do Mar. Quando morreu, o habitante pré-histórico tinha cerca de 30 anos e media 1,60 metro.

- *O LOCAL DA DESCOBERTA O esqueleto do homem pré-histórico foi encontrado no sítio Capelinha I, no município de Cajati, atualmente a 40 quilômetros da costa. Na época de Luzio, o mar estava mais baixo e distante da terra firme do que hoje*
- *FLECHAS E LANÇAS Centenas de pontas feitas de sílex, quartzo e outros materiais foram achadas em vários sítios pré-históricos da região, inclusive em Capelinha I*
- *TUBARÃO Dentes perfurados desse peixe marinho, usados provavelmente em colares ou pulseiras, indicam que Luzio deveria ter contato com povos da costa brasileira*
- *DENTE DE MACACO Partes de animais das matas também eram utilizadas para fazer colares, como atesta essa fileira de caninos perfurados que foram retirados de bugios*

- *FLAUTA* Encontrado junto aos restos de Luzio, um osso polido de animal terrestre apresenta características que lembram o instrumento musical de sopro
- *CARNÍVORO* Apesar de apresentar algum contato com o mar, o antigo habitante do Vale do Ribeira quase não comia peixes e moluscos. Sua dieta era composta de pequenos animais de caça, frutas e tubérculos
- *CEMITÉRIO DE CONCHAS* Como os habitantes pré-históricos do litoral, os antigos moradores do Vale do Ribeira cobriam seus mortos com camadas dessas partes dos moluscos

Marcos Piveta - Revista Pesquisa Fapesp -http://agencia.fapesp.br/homem_de_capelinha/3825/ Acesso: 14/06/2018 20:53

O Sambaqui da Capelinha está situado dentro da Unidade de Conservação Mosaico do Jacupiranga, Parque Estadual do Rio Turvo, Núcleo do Capelinha, onde há um centro de visitação com a reprodução das imagens do crânio do Luzio. O esqueleto está abrigado no departamento de arqueologia da Universidade de São Paulo.

Os outros sambaquis estão localizados em áreas particulares, sem nenhuma proteção, atividades agrícolas e pecuárias, máquinas e veículos estão deteriorando esse patrimônio milenar. Deveriam-se pensar na possibilidade de proteção dessas áreas, preservando e explorando culturalmente esses sítios, com a movimentação do turismo e pesquisa, que junto das áreas de preservação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga são patrimônio ambiental e cultural da Humanidade.

Mais da metade do território do Vale do Ribeira é protegido legalmente por meio de um mosaico integrado de unidades de conservação marinhas e terrestres como parques, estações ecológicas, áreas de proteção ambiental (APAs), que formam uma espécie de cordão de proteção do patrimônio natural, socioambiental, cultural, arqueológico espeleológico e histórico. Entre essas unidades de conservação estão o Parque Estadual do Alto Ribeira (Petar), o Parque Estadual da Ilha do Cardoso, o Parque Estadual de Jacupiranga, a Estação Ecológica Juréia-Itatins entre outros. Por tudo isso é que, em 1999, a Unesco conferiu à Reserva da Mata Atlântica do Sudeste, constituída por 17 municípios do Vale do Ribeira, o título de Patrimônio Histórico e Ambiental da Humanidade, pelo fato de possuir os melhores e mais extensos remanescentes do bioma na região sudeste do Brasil. São 470.000 hectares,

que revelam a riqueza biológica e evolução histórica do Bioma, além da beleza da paisagem.



Artefatos de pedra, pontas de flecha, encontrados na margem do Rio Azeite

São mais de 300 cavernas e sítios arqueológicos, mais de 150 monumentos, ruas e imóveis tombados como patrimônio histórico-cultural, sem contar a diversidade de fauna e flora, espalhados pro 31 municípios, 7 no Paraná e 23 em São Paulo.

Cílios do Ribeira Org - <https://www.ciliostoribeira.org.br/vale-ribeira/patrimonio> acesso 11/10/2021 as 19:10

E se fez Iguape e Cananéia

Cajati é um dos mais jovens municípios paulistas, mas seu território tem muita história, antes de 1991, era apenas um distrito. E antes de 1944, apenas um bairro, o perímetro urbano central de Cajati era o bairro de Cachoeira. Seu território foi desmembrado do Município de Jacupiranga e Jacupiranga foi desmembrado do território de Iguape. Até 1929, data de emancipação de Jacupiranga, todos que ali viviam, eram iguapenses.

Quando Martin Afonso de Souza atracou com sua armada em São Vicente, em 1531, já habitava o litoral do Brasil há pelo menos 30 anos, possivelmente até antes, o bacharel de Cananéia, provavelmente chamado de Cosme Fernandes.

Nos primeiros anos da colônia tornou-se o rei branco do sul do Brasil. Seus domínios iam desde a ilha de Santa Catarina até São Vicente. Tornou-se alvo da coroa portuguesa devido sua influência na região, tanto que Martim Afonso de Souza esperou por dias atracado na barra de Cananéia para obter informações com ele. Com o bacharel, Martim Afonso recebeu orientações sobre um caminho por terra para o Peru e a montanha de prata do Potosí. Sob os cuidados de um genro do bacharel, ele enviou Pero Lobo Pinheiro e oitenta homens armados para expedição, que foi a primeira entrada para o interior do Brasil, mas nenhum jamais retornou. Acredita-se que foram atacados pelos indígenas, em algum ponto do rio Iguaçu. Porém segundo o historiador R. Fortes de Iguape afirma que a tradição oral conta sobre muitos homens brancos que foram mortos em um afluente do rio dos Pilões, chamado rio das Mortes, em Iporanga. Portugal temendo o relacionamento do bacharel com os espanhóis, e para manter a posse sobre as novas terras, confiscou as propriedades do bacharel em São Vicente.

Ele era português, foi degredado por Dom Manuel por motivos políticos e trazido por Bartolomeu Dias da ilha de São Tomé, no Golfo da Guiné, na África, onde era prisioneiro e servia como ouvidor. Foi deixado na atual Ilha Comprida, antiga Ilha Branca, no ano de 1499, conforme documentos citados pelo historiador Dr. Jaime Cortesão no livro “Os Descobrimentos Portugueses”, volumes I, II e III.

Esse homem se chamava Cosme Fernandes, era Bacharel e Mestre, segundo o que se titulava na época na Universidade de Salamanca, local provável de sua formação.

Localizada a 25° 00' Sul de “ladeza”, isto é, latitude do Grande Mar Oceano (oceano Atlântico) e demarcada segundo os cálculos competentes de Dom Duarte Pacheco Pereira e do próprio Bartolomeu Dias, Cananéia foi estabelecida como limite sul das terras portuguesas no Brasil, antes mesmo do seu achamento, nos termos do Tratado de Tordesilhas, de 1494.

Fazia-se, então, necessário marcar e manter esse ponto consentido sem criar nenhum conflito com a Espanha, posto que se tratava do reconhecimento e demarcação de uma terra ainda não descoberta. Não poderia, portanto, ser um marco usual e visível de pedra. Isso seria tarefa para um elemento de transição, um lançado, ou seja, um colonizador português que, sem o auxílio de forças ou tropas, pudesse se fixar no lugar, manter os costumes de sua terra e servir de informante, isto é, um personagem limítrofe.

Somente um homem de engenho e valentia e, também, letrado, saberia manter, diplomaticamente, a posse de um ponto que, por certo, viria a ser disputado entre os dois reinos, e ainda com a presença nem sempre pacífica do gentio. Com essa intenção foi o bacharel deixado aqui em Cananéia em 1499.

“Cananéia – O Primeiro Povoado do Brasil, A Verdadeira História”, do pesquisador Ídolo de Carvalho(2010)



Novo Milênio - <https://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa17a.htm> - mapa da Capitania de São Vicente e Adjacências - 1553-1597 destaca as tribos indígenas da região - Carijós ao Sul, Tupiniquins de Cananéia a São Vicente, Muiramomis na região de Bertioga, Tamoios ao Nordeste.

Mas com o tempo o Bacharel tornou-se importante demais, aliado aos tupis, provavelmente tornando-se genro do cacique local. Tendo auxílio de outros degradados, espanhóis e portugueses, e dos indígenas, ele prosperou e seus domínios se estenderam da Ilha de Santa Catarina até São Vicente. Ficou conhecido como o Rei Branco do sul do Brasil, chamando a atenção da coroa portuguesa, por sua influência e pela sua relação com os castelhanos, já que acreditava-se que Cananéia era o ponto terminal do tratado de Tordesilhas e fundamental para que Portugal tivesse domínio sobre o Brasil.

Retornando a Iguape, e com o auxílio de Rui Mosquera, tomaram um navio francês atracado no porto de Cananéia e rumaram a São Vicente, o bacharel contava com cerca de 150 índios flecheiros e outros degradados de Espanha e Portugal, onde destruíram toda a vila e partiram em retirada. Os portugueses

preparam o contra-ataque, mas quando adentraram pela barra do Icapara foram surpreendidos pelos iguapenses, e tiveram que se retirar, esse episódio ficou conhecido como a “Guerra de Iguape”. Rui mosquera com medo de represália partiu para o rio da Prata onde ajudou a fundar Buenos Aires, o bacharel rei-nou por um tempo ainda, mas desapareceu dos registros. A guerra de Iguape é citada por historiadores, como o primeiro conflito armado, entre europeus, em território americano.

Entrincheiramento de Iguape - Registros históricos dão conta que em 1532, pouco depois de chegar ao Brasil, Martim Afonso de Sousa ordenara a desocupação por Moschera e pelo Bacharel do território onde hoje está Iguape, que pertenceria à coroa portuguesa e, não sendo atendido, ordenara uma expedição chefiada por Pero de Góis que deveria executar a desocupação à força. A essa altura, informados sobre a expedição, Moschera e o Bacharel, apoiados por duzentos indígenas flecheiros, capturaram um navio corsário francês que pouco antes aportara a Cananéia em busca de provisões, apoderando-se de suas armas e munições. Em seguida, fizeram cavar uma trincheira em frente à povoação de Iguape, no sopé do morro, conhecido por “Outeiro do Bacharel”, guarneциendo-a com quatro das peças de artilharia do navio francês. Na sequência, dispuseram vinte espanhóis e cento e cinquenta indígenas emboscados no manguezal do Mar Pequeno, subindo a foz da barra do Icapara, aguardando a força portuguesa. Esta, composta por oitenta homens, ao desembarcar foi recebida sob o fogo da artilharia, sendo desbaratada. Na retirada, os sobreviventes foram surpreendidos pelas forças espanholas, emboscadas na foz da barra do Icapara, onde os remanescentes pereceram, sendo gravemente ferido o seu capitão, Pero de Góis, por um tiro de arcabuz.

Guerra de Iguape - Em contrapartida, entre os anos de 1534 e 1536, ao lançar um contra-ataque que ficou conhecido como a Guerra de Iguape, as forças de Moschera e do Bacharel destruíram a vila de São Vicente, matando a maior parte da população, libertando os prisioneiros e incendiando o cartório onde estavam os registros oficiais do município, levando inclusive o Livro do Tombo, fonte oficial de informação sobre a região de Iguape e sobre seus fundadores. Após os ataques, ambos teriam fugido para a Ilha de Santa Catarina, tendo Moschera retornado ao rio da Prata e o bacharel Fernandes para Cananéia.

A povoação de Iguape continuou sob o domínio do Bacharel Fernandes e teve sua primeira igreja, em homenagem a Nossa Senhora das Neves, construída em 1537. Após alguns anos de existência onde hoje está a vila de Icapara, a falta de água potável, a falta de espaço para expansão e eventuais

ataques piratas levaram à transferência da então *Freguesia de Nossa Senhora das Neves de Iguape* do seu local original para outra área alguns quilômetros ao sul, entre os anos 1620 e 1625, por ordem do fidalgo português Eleodoro Ébano Pereira, para onde atualmente situa-se o centro urbano do município, em uma sesmaria cedida pelo donatário Francisco Alvares Marinho, sendo o termo de doação assinado em 2 de julho de 1679 por Francisco Pontes Vidal e Manoel da Costa, herdeiros de Cosme Fernandes.

Sítio: cartoriodeiguape.com.br

Estes então foram os personagens que formaram Iguape e Cananéia, os Tupis, os europeus e mais tarde os africanos. E a partir desses núcleos que no decorrer dos séculos, com a exploração do ouro de aluvião nos afluentes do Ribeira de Iguape, e mais tarde com o ciclo do arroz, foram surgindo novos povoados, entre eles Botujuru e Cachoeira, que mais tarde seriam Jacupiranga e Cajati.

O Rio Jacupiranga de cima e a Barra do Cachoeira.



Rio Jacupiranguinha próximo das suas nascentes - março de 2022
Rio Jacupiranguinha próximo das suas nascentes - março de 2022

Nos primeiros séculos de colonização todo o vale do rio Ribeira de Iguape, era dividido entre Cananéia e Iguape, os primeiros moradores do Ribeira acima e seus afluentes eram provenientes dessas vilas, em sua maioria. O território de Iguape ia desde Itanhaém na Barra do Una, até o rio Subaúma

com Cananéia e o alto da serra de Paranapiacaba. E Cananéa do rio Subaúma ficava com a parte costeira, passando pelo Canha e Guaraú até o Paraná.

O município de Iguape confina ao norte com o de Conceição de Itanhaém pela barra do rio Una do Prelado, ao sul com o de Cananéia pelo rio Subaúma, mediando entre aquêle e êste ponto vinte léguas acima de Iguape; ao sudoeste com o de Curitiba pela Serra Geral da Marinha; ao Noroeste e o Es-noroeste com os de Santo Amaro, São Roque, Sorocaba e Itapetininga pela mesma Serra Geral.

José Innocencio Alves Alvim - publicado em Apontamentos Históricos, Geográficos, Biográficos, Estatísticos e Noticiosos da Província de São Paulo - Azevedo Marques. (1952)

Compreendia portanto todo o território dos Rios Jacupiranga, Juquiá e Pardo, todas as cidades do vale do ribeira paulista foram desmembrados de Iguape e Cananéia.

Ainda no século XVI foram descobertos os primeiros sinais de ouro na região. Devido à sua abundância, a procura logo se intensificou e rapidamente a exploração do ouro de aluvião se tornou a principal atividade econômica do município. Conta-se que nesse período a riqueza era tamanha que as mulheres enfeitavam seus cabelos com ouro em pó. Para evitar o contrabando e intensificar a cobrança de impostos pela coroa portuguesa, foi fundada por volta de 1630 a Casa de Officina Real de Fundição de Ouro, que é considerada por alguns historiadores como sendo a primeira do gênero no Brasil. No casarão onde funcionava a fundição hoje está o museu do município. Outros casarões que hoje fazem parte do centro histórico do município também são dessa época.

Com o esgotamento das minas e o descobrimento de ouro no interior do Brasil, especialmente em Minas Gerais, o município rapidamente entrou em declínio, voltando depois a crescer com o desenvolvimento da indústria de navegação e com a plantação de arroz

Sítio: cartoriodeiguape.com.br

Com a descoberta de ouro nos sertões de Iguape e Paranaguá, o rio Ribeira de Iguape e seus afluentes foram vasculhados à procura do precioso metal. As minas mais conhecidas são as do alto Ribeira em Ivaporunduva, Iporanga e Apiaí.

“O município de Jacupiranga foi criado em território de Iguape, tendo sua origem remota nos fins do século XVIII, quando

alguns dos habitantes da antiga Vila de Nossa Senhora das Neves, mais tarde do Senhor do Bom Jesus de Iguape, subindo o rio Ribeira e enveredando pelos seus afluentes, trataram de examinar e conhecer o rio Jacupiranga, navegando-o em grande extensão, tendo oportunidade de descobrir em suas margens pequenos veios de ouro, que passaram a ser explorados.”

Antônio Paulino de Almeida - Memória Histórica de Jacupiranga - Revista do Arquivo Municipal - (1949).

As primeiras faíscas foram encontradas na região da Serra das Cadeias, que mais tarde passou a ser chamada de Serra Cadeada e hoje conhecemos como Serra do Cadeado, no rio das Minas e há indícios de que houveram minas nas cabeceiras do rio Guaraú, e seus afluentes Pindaúba Grande e Areado.

É muito provável que os primeiros bandeirantes tenham explorado o Rio Jacupiranga, que apresentava fácil navegação por cerca de 200 km, pelos rios Jacupiranga, Jacupiranguinha, Guaraú, Turvo, Canha, Bananal, Areia Preta e até mais, com um pouco de dificuldade até os rios do Queimado e Azeite.

Em um registro cartográfico português de 1640, podemos ver que o Rio Jacupiranga já era conhecido, no canto esquerdo, podemos ver o curso inferior do Ribeira, que no mapa é identificado como Ubahug e dois afluentes um pela esquerda o Tucaybig, o Rio Júquia, e pela direita, o Iupicangua, que é o Rio Jacupiranga.

Segundo a Câmara de Iguape, em 1862, o Rio Jacupiranga era navegado e banhava terras férteis: “*O Rio Jacupiranga e seus numerosos tributários navegável por canoas em grandes extensões, banhão um área grandemente fértil...*”

Câmara Municipal de Iguape, em 25 de janeiro de 1862 - Memória Histórica de Jacupiranga - Antonio Paulino de Almeida (1949).



Guia Geográfico do Estado de São Paulo - Capitania de São Vicente em 1640 - Cananéia e Bertioga.
Este mapa é parte do Atlas do Brasil de 1640, de João Teixeira Albernaz. Indica-se um trecho do litoral da antiga Capitania de São Vicente, de Cananéia até Barra de Bertioga.

Segundo Josepha Chiavelli, os bandeirantes a exploraram a região: ***“Dizem que os bandeirantes através do rio Ribeira percorriam toda a região à procura de metais preciosos e que só abandonaram quando foram gravemente atingidos pela malária, a que chamavam de treme-treme”***

Josepha P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).

Alguns pesquisadores indicam que o Jacupiranga sempre foi pobre em ouro. Mas há evidências de mineração em locais como os ribeirões do Quilombo, afluente do Jacupiranga, e Lavras, afluente do Jacupiranguinha.

“A esta Ribeira vem ter diversos ribeirões e rios como o Pariguera-Açú, Pariguemirim e Jacajeiranga (Jacupiranga) à esquerda e o Juquiá, onde vou trabalhar, desprezando os outros por menos nomeados em ouro”

Martim Francisco – Diário de uma Viagem Mineralógica pela Província de S. Paulo no Anno de 1805.

Porém ser menos nomeado em ouro não significaria que não haveria ouro e há evidências de que o Jacupiranga e seus tributários foram explorados à

procura do metal, talvez por essas minas terem sido exploradas em uma época muito remota, no início da colonização portuguesa.

“Um pouco acima da foz do Azeite, apparece-nos o magnífico salto do Jacupiranguinha, com dois metros de altura, e vencido elle, ainda o rio é navegável por canoa durante algumas horas, até o porto da Lavra, na foz do riquissimo e extenso ribeirão de mesmo nome, onde em tempos coloniais, se extrahiu considerável quantidade de ouro”

M. Pio Corrêa - Estudo Scientifico do Municipio de Iguape - Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo (1906).

Existe a possibilidade de a casa de fundição de Iguape, a primeira casa da moeda do Brasil, ter sido criada devido à descoberta de ouro no Rio Jacupiranga. Essas florestas e rios devem ter sido explorados logo no início da colonização portuguesa, evidenciado pelos nomes de origem indígena que são notadas desde a barra do rio até o rio Guaraú.

Para Azevedo Marques (1952) a descoberta de ouro no rio Jacupiranga, seria a razão da criação da Casa de Fundição em Iguape, porém Almeida (s.d.) discorda, argumentando que embora fosse de conhecimento público a existência de pequenos veios de ouro no rio Jacupiranga, a “referida casa já existia, pela necessidade da fundição do ouro procedente de Xiririca, Apiaí e Paranapanema.”

florestal.sp.gov.br/FPECampinado/Encantado/VolumePrincipal/Caract.Historico-Arqueologica.htm

Azevedo Marques notável historiador de sua época, em seu “Apontamentos Históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo, tomo II” cita o rio Jacupiranga um importante rio da Província, tanto geograficamente e em mineração de ouro, quanto pela localização e qualidade de suas terras.

“Jacupiranga – Rio considerável, afluente da margem direita do Ribeira de Iguape. Tem sua origem na Serra Geral, que por aquele lado borda o município de Curitiba. À existência de minas auríferas em quase toda sua margem, antigamente exploradas com sucesso, deveu a vila de Iguape a criação de uma casa de fundição, que trabalhou por alguns anos, como consta de documentos antigos ainda existentes. Este rio tem curso maior de 40 léguas ou 222,2 quilômetros e largura de 8 a 10

braças ou 22,2 metros. É formado pelos rios Jacupiranga de Cima e pelo Guaraú. Suas margens são povoadas de moradores.”

“Apontamentos Históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo, tomo II” - Azevedo Marques. (1952)

O que vem corroborar com Josefa Chiavelli que afirma, que a tradição oral contava que os bandeirantes vasculharam os afluentes do Jacupiranga a procura de ouro, quando foram assolados pela malária, que dominava as barrancas dos rios.

“Exploraram e desbravaram matas onde ninguém havia passado, pelo menos era o que pensavam. Diziam em Cananéia que apenas os jesuítas, e talvez os bandeirantes andaram por ali à procura de ouro.” (referindo-se á Matias de Pontes e Botujuru)

Josephina P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).

Os primeiros habitantes às margens do rio Jacupiranga, atraídos pelas notícias de que havia ouro em suas margens, fixaram- se em terras devolutas visto que não havia nenhuma sesmaria para aquelas paragens, isso em meados do século XVIII, embora muito provavelmente já haviam sido exploradas por outros antes disso.

Em 29 de dezembro de 1842, a Câmara Municipal da Vila de Iguape, enviou ao Governo Provincial a “Relação dos terrenos de Sesmarias contendo as especificações nelas declaradas, conforme informações colhidas de pessoas antigas e de notória probidade, de quem as houveram alguns esclarecimentos”, ao tratar do rio Jacupiranga diz:

“Esse rio desde a Barra até as cabeceiras que tem acha-se povoado já por antigos moradores e já por modernos com base, estabelecimento de engenhos e pastos de gados, e todos em terras sem títulos, isto é, de Sesmarias, porém somente como colonos, cujas posses alguns já têm passado a terceiros possuidores por compras e heranças”

Antônio Paulino de Almeida - Memória Histórica de Jacupiranga - Revista do Arquivo Municipal - (1949).

O ponto onde o ribeirão do Canha faz barra com o Jacupiranga, era a princípio conhecido como Botujuru, denominação de um morro

localizado na margem direita do Canha, junto a sua barra.

"Botujuru quer dizer bôca do vento, isto é depressão do terreno, garganta nas montanhas ou entre morros, por onde se encaminha o vento. É equivalente ao que se denomina bocaina. Quanto à denominação, é antiquíssima. E como tal era conhecida a mesma paragem, tanto assim que por decreto de 12 de outubro de 1868 eram nomeados subdelegados e suplentes, para o bairro de Botujurú, nome com que ainda por muitos anos foi conhecida a vila de Jacupiranga"

Antônio Paulino de Almeida - Memória Histórica de Jacupiranga - Revista do Arquivo Municipal - (1949).

Com a descoberta de ouro nas Minas Gerais e o fim do ciclo do ouro no Vale do Ribeira, a região sofreu um êxodo de sua população. Com a agricultura teve início o ciclo do arroz, as baixadas e várzeas dos rios eram ideais para a cultura. O arroz de Iguape ficou conhecido mundialmente, ganhando prêmio de qualidade na Europa.



Rio Guaratá entre o final do século XIX e início do século XX - Arquivo Público de São Paulo

Em busca de novas terras para o cultivo, os grandes rios do vale foram sendo ocupados, pelo final do século XVIII e início do XIX, de forma mais definitiva. Em 1805 há registros de moradores nas proximidades da barra do Canha, ao que parece que os colonos foram se instalando sequencialmente em direção às cabeceiras do rio, atingindo o Jacupiranguinha e Guaraú nos anos seguintes.

“Nas partes mais baixas de Cachoeira, só se viam um vasto lençol dourado onde as rolinhas faziam apetitosas refeições. Desse cereal muitos dependiam, era a economia dos habitantes da região; caso o arroz fosse ao fundo d’água prejudicaria a qualidade e perderia o valor.”

“Transcorria o mês de janeiro com muita chuva e calor, todos se dedicavam à capinagem do arroz que, por sinal, era de grande importância. O feijão era cultivado duas vezes no ano, enquanto o arroz cobria a despesa do ano todo.”

Josepha P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).

Segundo Almeida, no ano de 1805, o rio Jacupiranga, nos registros do município de Iguape, existiam apenas 12 fogos, aproximadamente 63 habitantes. No ano de 1817 existiam 37 fogos, sendo seus últimos moradores: Francisco Gomes, Vitor Mariano de Araújo e João Domingues Ribeiro, sendo a propriedade de Francisco Gomes que estava localizada na barra do Ribeirão do Canha, e em 1857 registrava uma propriedade no mesmo rio: *“...Senhor e possuidor de umas terras no rio Jacupiranga, fazendo divisa rio abaixo com as terras de Joaquim de Freitas Coutinho e rio acima com as de José Vieira.”* (Almeida)

Antônio Paulino de Almeida - Memória Histórica de Jacupiranga - Revista do Arquivo Municipal - (1949).

No mapa dos habitantes do ano de 1827, publicado em Antônio Paulino de Almeida - Memória Histórica de Jacupiranga - Revista do Arquivo Municipal - (1949), podemos visualizar o registro dos primeiros povoadores da região, iniciando da barra do rio subindo em direção de suas nascentes.

Eram simples sitiantes, que viviam isoladamente ao longo das margens do Jacupiranga, do Guaraú, do Canha e do Pindaúva, para o sul, ou que se espalharam pelo ramo do norte, infiltrando-se pelo Jacupiranguinha e seus afluentes. Até então não existia povoado algum.

A maior parte do território ainda estava por colonizar, motivo pelo qual novos indivíduos procuraram estabelecer-se nos pontos desocupados. Apenas existiam simples caminhos que da vila de Cananéia, se dirigiam para Iporanga, passando pela Freguesia de Xiririca atravessando o Guaraú, na região de Botujurú.

Daí a procedência dos invasores tanto da vila de Iguape como da de Cananéia, buscavam a zona banhada pelo Jacupiranga e seus afluentes, aquêles subindo o pelo Ribeira, estes o caminho para Iporanga. No ano de 1827, elevaram-se o número de fogos, dos quais 27 do lado do Norte (Jacupiranguinha) e 27 no do Sul (Guaraú).

Assim em progressão crescente, ia aumentando o número de habitantes, desenvolvendo-se a agricultura e fomentando-se pequeninas pastagens pelas margens antes solitárias do tortuoso Jacupiranga e ao mesmo tempo tornando conhecido o nome de Botujurú, dado ao morro e mais tarde ao primitivo povoado

Antônio P. de Almeida - Memória Histórica de Jacupiranga - Revista do Arquivo Municipal - (1949).

Francisco de Gomes foi o doador do terreno em que foi construída a igreja Matriz de Jacupiranga e o núcleo inicial do município de Jacupiranga, terras essas que por algum motivo passaram para a propriedade de João Coutinho de Freitas que tentou impedir a construção da igreja e elevação de Botujuru para freguesia de Jacupiranga, até mesmo com uso de violência.

“...Pirraça, engenho do senhor João de Freitas Coutinho, homem neurastênico, pirracento, daí a razão da alcunha “pirraça” para o lugar onde residia.”

Josepha P. Chiavelli -

Uma Vereda no Vale (1992).

Armado e com seus escravos munidos de ferramentas ele colocou abaixo as paredes de uma das primeiras moradias, construída ao lado do templo. Por esse motivo ficou conhecido como pirracento e sua propriedade passou a ser chamada de Pirraça, nome em que até os dias atuais é conhecido esse sítio.

Segundo J. Chiavelli, seu ascendente Matias de Pontes, de origem portuguesa, teria registrado duas posses de terras, uma em Jacupiranga outra na barra do rio Cachoeira, e que com ele um homem

chamado João Coutinho de Freitas (o pirracento) também teria registrado terras na mesma data. “ *Também junto com Matias apossou-se das terras uma pessoa de nome João de Freitas Coutinho.*”

Josepha P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992)

Ainda segundo Josefa Chiavelli em seu livro, “Uma Vereda no vale”, que registra a tradição oral de seus ascendentes, primeiros moradores do Jacupiranguinha, Mathias de Pontes teria alcançado o Rio Jacupiranga pelo Rio do Canha, afluente deste, que tem suas nascentes próximas da vila de Cananéia, onde teria chegado de navio, vindo de Portugal. “*Antes da chegada do (Coronel) Mesquita, era Torquato (de Pontes, filho do Matias) quem resolvia alguns dos problemas de impasse na região.*”

Ainda segundo ela, Mathias teria sido um dos primeiros a chegar em Botujuru, hoje Jacupiranga, e seria o primeiro morador de Cachoeira, primeiro nome de Cajati.

“Para poderem caminhar precisavam abrir picadas, pois a mata era muito densa impedindo sua penetração. A vegetação cruzava sobre o rio, este não era largo, mas profundo. Surgiu, assim a idéia de construírem uma canoa, só que para deslizar sobre as águas primeiro providenciaram a limpeza dos cipós, trepadeiras e os espinhos. O rio deram-lhe o nome de rio dos Peixes, o qual mudaram mais tarde para Canhanha, o que não pegou porque todos achavam mais prático chamá-lo de Canha, que também quer dizer peixe.”

“....qual não foi a surpresa quando o rio em que navegavam (Canha), que mais parecia um ribeirão desembocava em outro rio bem maior e mais fundo. Ficaram encantados com a quantidade de peixes. Sobre as árvores perceberam que as Jaguatiricas os acompanhavam. Ao encontrarem o novo rio desceram, porém as onças demonstravam bom apetite. Resolveram subir o rio pois diminuíam a presença delas.

Ao subirem o rio encontraram uma bela prainha que chamou a atenção pela claridade do ambiente, era muito descampado e fazia tempo a caminhada por matas escuras, espessas ...A primeira parada desses aventureiros deu-se nesta praia, onde pararam para descansarem, dormirem o necessário e refazerem a caminhada.

Surgiu a idéia de constuírem um acampamento....não era necessário pescar, pegava-se peixe com as mãos, a alegria maior foi quando notaram que entre os peixes haviam peixes de água salgada, como majuba e tainha subindo do mar através do ribeira....

Durante uma noite,....Ouviram apenas o barulho das águas do rio vindo sobre o rancho; violentamente e sem tentar impedir já não era possível, tiveram que sair às pressas pegando alguns pertences e se dirigindo para o alto (este lugar é atualmente a praça da matriz de Jacupiranga)."

Josepha P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).

O mais provável é que se tenha os dois caminhos servidos as primeiras entradas para o vale do Jacupiranga, há registros claros de em 1813 já haviam pessoas morando na barra do Canha, se Mathias de Pontes foi o primeiro a adentrar nessas matas isso provavelmente ocorreu no final do século XVIII e não no início do século XIX como afirma Josefa. *"Cananéia segunda década do século XIX - Chegava no porto um barco trazendo alguns portugueses que desejavam aventurar-se no Brasil, eram na maioria jovens, sem família e órfãos. Desembarcaram, imaginando a princípio que chegavam a São Vicente e foram enganados."*

Matias teria continuado a subir o rio, enquanto seus companheiros teriam se fixado no local do primeiro acampamento. Vem a colaborar com a ideia de duas entradas o trecho de "Uma vereda no vale" em que Matias outra vez teria descido o Rio e atingido a barra do Rio Capinzal, onde já haviam famílias morando por lá. Em outra ocasião ele teria chegado até Iguape a fim de registrar as novas terras, sendo duas glebas, uma no local do acampamento e outra rio acima às margens do Jacupiranguinha, na barra do rio Cachoeira. Esse foi o primeiro nome dado ao novo lugar "Cachoeira" ou "Barra do Cachoeira" como era chamado mais tarde.

"Matias e Botujuru eram os mais teimosos e também os mais dedicados à aventura;subiram o rio limpando, averiguando os lugares. Em outras tentativas desceram, indo parar no Capinzal, no qual havia uma família vindas de Iguape."

Josepha P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).



Como na época não existia nada que não fosse natural, os locais eram denominados pelo nome dos rios que eram os únicos pontos de referência e únicas vias, muitos dos rios do baixo curso do Jacupiranga foram batizados em tempos coloniais. No curso inferior do Jacupiranga temos muitas denominações de origem indígena, Jacupiranga, Canha, Itapovussú, Guamiranga, Guararema, Guaraú, Inhunguvira, enquanto que na parte superior dos rios Jacupiranguinha e Guaraú temos predominância de nomes de origem portuguesa (Azeite, Bananal, Cortesia, Queimado, Capelinha, Ribeirão da Batata, Areado, Salto,...). Nos primeiros séculos de colonização do Brasil não se falava português e sim uma língua geral, Nheengatu, de origem indígena.

O Brasil foi “descoberto” por Portugal no ano de 1500, e desde então, com a grande presença dos portugueses nos territórios brasileiros, a língua portuguesa foi se enraizando, enquanto as línguas indígenas foram aos poucos desaparecendo. Uma delas, talvez a que mais influenciou o atual português falado no Brasil, era o *Tupinambá* ou *Tupi-guarani*, falado pelos índios que habitavam o litoral. Esta língua foi a primeira utilizada como língua geral na colônia, ao lado do português, pois os padres jesuítas que vieram para catequizar os índios, estudaram e acabaram difundindo a língua.

No ano de 1757 uma Provisão Real proibiu a utilização do Tupi, época esta, em que o Português já suplantava esta língua, ficando ele, o Português, com o título de idioma oficial. Em 1759 os jesuítas foram expulsos, e a partir de então a língua portuguesa se tornou definitivamente a língua oficial do Brasil.

Info Escola - <https://www.infoescola.com/portugues/historia-da-lingua-portuguesa-no-brasil/>

Portanto, essas localidades de nomes indígenas podem ter sido exploradas antes de 1757, e em mapas antigos de origem portuguesa, alguns citam o Rio Jacupiranga, como o atlas de João Teixeira, cosmógrafo de sua Magestade, do ano de 1640.

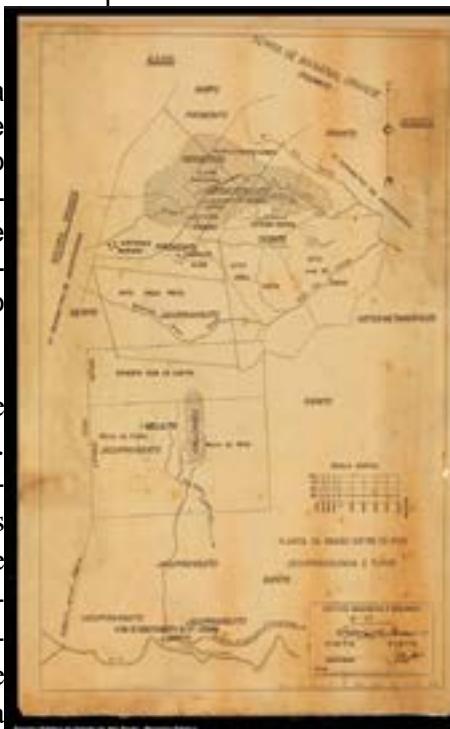
“...ao Jacupiranguinha e continuemos a subi-lo desde a foz do Área Preta. Primeiro deparam-se-nos successivamente os logares Cachoeira, Furado e Pouso Alto. Vindo a dar esse último, pela direita, o ribeirão do mesmo nome; acima pela esquerda, o corrego do Bento Rodrigues; e, ainda acima, pela direita uma outra agua, o ribeirão da Serra.”

*M. Pio Corrêa - Estudo Scientifico do Municipio de Iguape - Revista d
Instituto Histórico e Geographico de São Paulo (1906)*

O Ribeirão Areia Preta é aquele que foi represado para a decantação do calcário da mineração, e deságua no Jacupiranguinha no local conhecido como 'manilha'. O Córrego Bento Rodrigues foi canalizado, ele corre por baixo da praça da Serrana, também chamado de Ribeirão da mina e recebe como o afluente o Córrego da Usina, também represado dentro do distrito industrial.

O mapa a seguir mostra a planta da mina de ferro e apatita, em 1947. Pode-se ver os cursos d'água que cortam a área, o Ribeirão do Joelho que afluente do Rio Turvo, o Ribeirão dos Lemos que também é tributário do Turvo e no plano inferior o Ribeirão Areia Preta (II) que corre em direção do Rio Jacupiranguinha.

O local denominado Furado, é hoje um dos bairros mais populosos de Cajati. Furados são pontos em que o rio corta caminho por uma curva bastante fechada, às vezes formando uma ilha e que mais tarde o rio abandona formando lagoas. Característica típica de rios meândricos como o Jacupiranguinha. Esse furado hoje não existe mais, o rio já mudou seu curso, mas basta



olhar um mapa do município de Cajati e ver uma pequena ilha no rio Jacupiranguinha. Esses mapas atuais provavelmente são cópias de outros mais antigos que foram atualizados. O furado era onde hoje é a captação de água do município de Cajati, e o bairro hoje chama-se Parafuso. Parafuso é um nome incomum para um bairro e gera muita curiosidade em se conhecer sua origem. Parafuso é o nome de um afluente da margem esquerda do rio Turvo, muito longe de onde localiza-se o bairro. Provavelmente existia algum caminho que partia do Furado até o ribeirão Parafuso, que na década de 1950 foi perenizado por uma casa de ferragens de Victório Zanon, que tinha em sua fachada um enorme parafuso, o comércio de Victório Zanon ficava bem próximo do local do furado, esse caminho pode até ser o da estrada para Itapeuna que passa pelo ribeirão Parafuso e pelo rio Turvo.



Mapa do perímetro urbano de Cajati - Prefeitura Municipal de Cajati.

Os mapas atuais ainda mostram o Furado (canto inferior esquerdo).

O rio Cachoeira tinha uma pequena cachoeira bem próxima da sua barra no rio Jacupiranguinha, o bairro levou o nome do rio e o rio foi batizado em referência a sua queda d'água.

“...Matias apossou-se de duas glebas: as terras do acampamento e outra localizada rio acima onde havia uma pequena cachoeira, e por essa razão passou

a se chamar Cachoeira, logo em frente estava a serra do Guaraú...prosseguiu as investidas nas proximidades do rio, sendo Cachoeira seu favorito. Para a canoa se deslocar tiveram que abrir um canal, isto é onde é hoje a cidade de Cajati, local onde Matias viveu por mais de cinquenta anos.”

Josepha P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).

A cachoeira ou cachoeirinha como também era chamada não existe mais, ela foi dinamitada para a canalização do córrego Cachoeira, parte do projeto de duplicação da Rodovia Régis Bittencourt, no final dos anos 1990. Ainda segundo o rio Cachoeira que foi completamente destruído pela urbanização sem planejamento do município de Cajati, com suas margens ocupadas pelos bairros mais populosos da cidade, suas águas minguaram e foram contaminadas por esgoto despejado em seu leito. No registro de mapas antigos podemos ver sua contínua degradação, chamado de Rio Cachoeira, passou a Rio Cachoeirinha, Ribeirão Cachoeirinha, Córrego Cachoeirinha. Hoje é mais conhecido como córrego do Inhunguvira, sendo que o verdadeiro Inhunguvira é afluente do rio Guaraú. O Inhunguvira verdadeiro é aquele que corre da Serra do Guaraú, passando pelo local conhecido como cachoeira Seca ou morro do Cantagalo indo em direção ao Rio Guaraú.

Curioso é que às vezes os nomes “andam”, assim como aconteceu com o Inhunguvira que das margens do rio Guaraú, hoje denomina o bairro situado às margens do Cachoeirinha no perímetro urbano de Cajati, e atualmente o bairro conhecido como Cachoeirinha é aquele cortado pelo Ribeirão da Serra próximo da saída da cidade sentido da pista sul da Régis Bittencourt, provavelmente aconteceu o mesmo com o Parafuso e parece que algum tempo atrás aconteceu o mesmo com o local denominado Quilombo, que é onde hoje fica o Jardim Muniz, mas era confundido, com o local da barra do Areia Preta, próximo de onde fica a usina de triagem de material reciclável de Cajati, na já citada “Mamilha”.

“Moravamos no morro do Inferno, no rio Bananal, eu ainda criança acompanhava meu avô (Cesarino Carvalho), ao chegar à beira de um rio que tínhamos que atravessar, meu avô disse que tínhamos que passar nadando, essa é a Barra do Cachoeira, disse ele”

Venerando de Oliveira (1936-2015)

“Devido a cheia do Jacupiranguinha os peixes subiam o Cachoeirinha, quando eles subiam à superfície d’água para respirar, os meninos os matavam a pau-ladas, eram enormes, o rio era muito diferente do que é hoje, pulávamos de cabeça nas suas águas e saímos nadando, meu pai e eu fizemos um porto para as mulheres lavarem roupas no Rio Cachoeira”

Darli de Oliveira (1963)

O Cachoeira também foi importante no batismo de outro bairro cajatiense, a Vila Antunes. Um pequeno afluente da margem esquerda do Cachoeira é chamado Antunes, hoje ele tem suas águas muito reduzidas devido ao desmatamento, mas ele ainda existe apesar de estar parcialmente canalizado. Ele passa por baixo da Avenida João Felizardo pouco antes do Campo do Areião.

Muitos bairros são denominados devido ao seus cursos d’água, como a Capelinha, o nome faz pensar que houve uma Capela antiga às margens do Rio Capelinha, mas o motivo pode ser outro, Capela é o coletivo de Bugio, primata originalmente abundante no local. A Forquilha refere-se a Barra do Capelinha com o Jacupiranguinha, quando o rio se dividia como um ramo de árvore costumava-se chamar forquilha, e quando o rio menor não tinha um nome próprio, ele era denominado Forquilha. Existem ainda outros termos comuns que se referem aos cursos hídricos, como Barra, temos Barra do Azeite, Barra do Manoel Gomes, etc. Ele é sinônimo de Foz. Outro termo bem comum é Braço, Braço Feio, Braço Grande, Braço do Azeite, entre outros. Quando um afluente segue em direção ao rio principal e ao aproximar-se ele muda de direção seguindo paralelo ao rio maior antes de desaguar neste, ele é denominado de Braço do rio maior.

Existem também localidades que tiveram seu batismo devido às espécies vegetais que foram originalmente abundantes, como o rio Timbuva. Timbuva é uma árvore nativa da Mata Atlântica. O mesmo acontece com o Rio Bananal, lembrando que a Mata Atlântica possui espécies de bananas nativas. Outro exemplo é o Ribeirão Nhutinga, e também a Abóbora, que é outro nome do Ribeirão Taquaral que junto do Ribeirão da Lagoa ou da Poça é formador do Rio Turvo. Na mesma região ainda temos um nome bem curioso que é o bairro do Joelho, que é o nome de outro afluente da margem direita do Rio Turvo.

Pindaúba também é uma árvore, que pode ser conhecida como Pindaíba.

O dizer “estar na Pindaíba”, tem origem com essa árvore, que tinha nos seus frutos os últimos recursos das famílias, quando em tempos de escassez.

Também temos o Bico do Pato, outro de nossos nomes curiosos, na verdade o correto seria Bico de Pato, árvore da Mata Atlântica que quando jovem apresenta enormes e perigosos espinhos, suas sementes aladas possuem o formato de um Bico de Pato. O bairro foi batizado devido a um enorme exemplar que ficava junto da estrada velha que ia a Jacupiranga, ele era local de parada dos viajantes que na grande maioria iam a pé, dos mais variados e longínquos pontos de Cajati, em direção a Jacupiranga. Ele ainda existe, bem na esquina da Rua Bico do Pato, que era parte da estrada velha, com a Rua Curitiba. Ele é um dos poucos símbolos naturais ainda vivos de Cajati, o velho Bico de Pato, junto da Figueira Guararema Oca, também conhecida como Pau d’alho, que fica atrás do velho prédio do Cinema, deveriam ser tombados como patrimônio natural de Cajati.

Sobre a Guararema oca, em Uma Vereda no Vale, Josépha (Zezé) diz:

Final de junho de 1945.... Depois dos festejos do Divino, a família de Zezé foi a Serrana conhecer o progresso e rever o que ainda restava dos sete anos transcorridos. Ficaram felizes ao encontrarem ainda a casa do vovô Brasílio, a casa da mina onde a criança Zezé brincava embaixo de um Pau D’alho. O cenário era a usina, o escritório, o cinema, o ambulatório, a escolinha e algumas casas. O rio ainda estava vivo, a modificação era somente dentro da área da Mina, fora estava do mesmo jeitinho. De um extremo ao outro atravessavam de canoas.

Josepha P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).

A Barra do Cachoeira foi talvez o primeiro local em Cajati onde se estabeleceram moradores, os Pontes, sendo Matias de Pontes o primeiro a fixar moradia naquele ponto do rio. Mas outros bairros do Município eram mais importantes e populosos, isso começou a mudar quando começaram as tentativas de exploração da Mina do Morro da Pedra Cata Agulha. A Companhia das Minas de Ferro do Jacupyranguinha, foi criada pelos detentores do direito de Lavra para a exploração da jazida. Por decreto do Governo eles deveriam estabelecer certa in-

fraestrutura e propiciar a colonização das terras ao redor, apesar de já existirem moradores por ali. Eles receberam um incentivo em dinheiro do Governo Imperial, e construíram um forno para o beneficiamento do ferro. No local onde hoje é o clube do ADC, foi construída uma vila para os trabalhadores, sendo que estes eram de origem inglesa. Para o transporte do minério que seria escoado via fluvial, eles realizaram uma viagem pelos rios Jacupiranguinha, Jacupiranga e Ribeira para mostrar ser essa uma alternativa viável. Até um foi feito um pedido de concessão para navegação dos rios Jacupiranguinha e Jacupiranga, com todo o relatório da viagem realizada, e o modelo do vapor que seria utilizado. Vapor esse com um calado de 0,5 metro, haviam duas possibilidades de porto, uma no Jacupiranguinha, na Cachoeira com profundidade mínima em tempos de seca de 0,5 metro e outra no Rio Jacupiranga, na Barra do Guaraú, com profundidade mínima de 1 metro em tempos de seca. Ainda havia a possibilidade de o transporte ser realizado por terra pelo Guaraú, sendo que a Mina estaria situada a 7 léguas (quase 34 quilômetros) do Porto de Cubatão em Cananéia. Porém a Companhia nunca teve êxito na exploração do Morro da Pedra Cata Agulha.



Foto n.º 4 — Nipo-brasileiros do bairro de Pouso Alto, no município de Jacupiranga. Os cedonos japoneses foram os primeiros povoadores que conseguiram organizar, na retroterra da Baixada da Ribeira, quadros econômicos de utilização de solo em bases comerciais.

Assim se deu a formação de certos bairros cajatienses, principalmente Cachoeira que seria mais tarde a sede do distrito de Cajati, mas esse processo só foi intensificado a partir da década de 1930, quando a mina passa a ser

explorada pela Serrana, que construiu uma infraestrutura mínima, possibilitando uma fixação e crescimento de Cachoeira.



Foto n.º 9 — Um dos elementos indicadores da fase de revitalização que a Baixada do Ribeira está conhecendo é o interesse que suas terras têm despertado entre pessoas das mais variadas procedências. Um bom exemplo é o de uma família italiana que, depois de ter estado na Etiópia, e de ter feito um estágio em Mato Grosso, instalou-se, adquirindo terras, no bairro de Pouso Alto, município de Jacupiranga. A estatura do casal dá uma ideia do porte dos caféiros (mundo novo).

A Baixada do Ribeira - Um estudo da Geografia Humana - Pasquale Petrone (1966)

A elevação de Botujuru

Assim como a formação de Iguape é importante para uma parte da história de Cajati, Jacupiranga também tem grande importância para a nossa formação como município. Pois assim como, dos antigos territórios de Iguape e Cananéia, foi desmembrado Jacupiranga, mais tarde de Jacupiranga foram desmembrados os distritos de Paríquera-Açu e Cajati. A princípio jacupiran-guenses e cajatienses lutavam juntos pelo desenvolvimento do município que

até 1991 era um só. A história de Jacupiranga faz parte da história de Cajati, e muitos cajatienses participaram de momentos importantes da fundação da Freguesia de Jacupiranga, como na construção do templo da igreja matriz, das primeiras construções de Jacupiranga, e da elevação de Botujuru para Freguesia de Jacupiranga.



Vista Lateral da Igreja Matriz de Jacupiranga, com destaque ao Calhambeque no canto inferior esquerdo. A Baixada do Ribeira - Um estudo da Geografia Humana - Pasquale Petrone (1966)

O historiador Antônio Paulino de Almeida, em trabalho de 1949 para a Revista do Arquivo Municipal CXXVII, já discorria sobre o problema de se definir o momento de fundação de um povoado, e mesmo que já existiam pessoas morando às margens dos rios Jacupiranga, Jacupiranguinha e Guaraú, em seu trabalho sobre a fundação de Jacupiranga ele diz:

Pelo recenseamento do ano de 1805 verifica-se que os últimos moradores do rio Jacupiranga, nessa época, eram José da Cunha e Francisco Domingues, os quais residiam muito aquém do ponto onde mais tarde teve assento a povoação.

Portanto nesse ano, ainda era inteiramente desabitada essa parte do mesmo rio, sabido como é, que os posseiros iam se colocando mais ou menos próximos uns dos outros e em seguimentos aos que por ali já se achavam estabelecidos.

Somente no ano de 1813 em diante foi que começaram a residir

perto da confluência do rio do Canha com o Jacupiranga, onde se acha a cidade, os lavradores Francisco de Gomes, seu cunhado Vitor Maria-no e João Domingues Ribeiro.

A representação dos moradores, dirigida à Câmara da Vila de Iguape em 1868, declara haver Francisco de Gomes feito doações em tempos remotos, do terreno necessário à edificação de uma Capela e do Cemitério, para a futura localidade.

Mais tarde, porém, “envolvendo-se em negócios em que se viu em complicação com o referido Freitas Coutinho”, foi obrigado a “vender a propriedade”, do que resultou negar-se este último a considerar valiosa aquela doação, que consistia em um terreno medindo “50 braças em quadra, ja ha tempos remotos”, acrescidos de outro lote de 50x80 concedido pelo próprio Coutinho a título de ampliar a área já doada.

A benção do lugar destinado à Capela. Diziam os reclamantes que havia sido feita “de 25 a 30 anos” pelo padre Joaquim Manuel Alves Carneiro”, portanto entre 1838 a 1843.

Depois disso, Freitas coutinho, o novo proprietário das terras, começou a obra da Capela, abandonado-a em seguida.

Protestando a população contra êsse ato, mesmo porque o próprio coutinho, percorrendo a região havia conseguido numerário suficiente para sua edificação, viu-se êle forçado pela população a resolver, o caso, o que o levou, a passar uma escritura de doação, que teve lugar a 12 de agosto de 1865, concedendo uma área de 50 braças de frente por 80 de fundos, para patrimônio da Capela e isto mesmo com condições onerósimas, privando os povos de fazerem alí s construções dos prédios que precisam, não podendo nem ao menos lenhar, por que a área, concedida se achava tomada pela Capela e casas que imediatamente haviam sido construidas”.

Antônio Paulino de Almeida - Memória Histórica de Jacupiranga - Revista do Arquivo Municipal CXXVII - (1949).

O referido Freitas Coutinho é Joaquim de Moraes Freitas Coutinho, o qual registrou terras junto com Matias de Pontes e Josefa Chiavelli chama de João de Freitas Coutinho em “Uma Vereda no Vale”, mas trata-se da mesma pessoa devido ao seu inconfundível apelido de Pirracento.

Sobre ele diz Almeida:

Homem de recursos e possuidor de diversas propriedades em

vários pontos do rio Jacupiranga e seus afluentes, propriedades conseguidas a preços insignificantes...português de origem tratou por todos os meios de cercear o crescimento da povoação, depois de haver se apropriado da propriedade em que se achava a mesma situada.

Com ameaças e perseguições, fácil se lhe tornava levantar dúvida sobre as terras, uma vez que para isso dispunha de recursos pecuniários.

Foi assim, que conseguindo adquirir o sítio de Francisco de Gomes, o qual havia feito a doação para o terreno para o cemitério e para a Capela, não só negou-se a cumprir aquela doação, como a praticar atos de violência, mandando demolir as modestas habitações levantadas nesse ponto, opondo-se a que outros construíssem casas no mesmo local, o que lhe valeu o nome de pirracento, como sinônimo de briguento, demandista.

Daí a denominação transmitida ao lugar, que ficou sendo conhecido por sítio Pirraça, com que passou a história.

A atitude violenta de Freitas Coutinho, fez com que ninguém mais se atrevesse a construir nesse ponto, ficando a notável povoação abandonada, ou melhor, interrompida em seu desenvolvimento.

Antônio Paulino de Almeida - Memória Histórica de Jacupiranga - Revista do Arquivo Municipal CXXVII - (1949).

Em Uma Vereda no vale quando um dos escravos de Torquato de Pontes, questiona o Vigário sobre a instalação do Pelourinho atrás da Igreja Matriz à época de sua construção, o padre diz a respeito de Freitas Coutinho:

“...por isso nós estamos felizes uma vez que não é preciso fazer esse empecilho, a não ser o sinhô Freitas Coutinho. O Freitas Coutinho sempre foi um grande colaborador; pena que era autoritário, suas vontades estavam sempre em primeiro lugar.” O relato segue com os escravos questionando sobre as suas vidas após a abolição da escravatura e a autora justifica. **“Os únicos escravos que recebiam castigos e eram levados ao tronco eram os de sinhô Freitas Coutinho. Freitas Coutinho era uma pessoa irônica, implicante e neurastênica, por esse motivo nas terras onde ele morava ficou conhecido como Pirraça.”**

Somente com a chegada de um português morador de Iguape, é que as obras da igreja Matriz, e a elevação do Bairro do Botujuru à Freguesia de Jacupiranga teve êxito, ele ficou conhecido como Coronel Mesquita. Seu trabalho junto de outros moradores de Jacupiranga e Cachoeira, levou o historiador An-

tonio Paulino de Almeida a considerá-lo o fundador de Jacupiranga.

...o coronel Antônio de Souza Pinto Magalhães Mesquita, proprietário em Iguape, passando a residir no bairro de Botujurú, onde se dedicou ao comércio e lavoura em grande escala, plantando café, arroz e cereais diversos, recomeçou a vida a vida do povoado que encontrou no filho adotivo seu melhor protetor, e por que não dizê-lo, seu verdadeiro fundador.

A élle deve a cidade de Jacupiranga sua elevação à categoria de Freguesia, tendo élle o seu mais decidido defensor.

...procurou opor-se às injustificáveis pretensões do ambicioso Freitas Coutinho, fazendo com que a população de Botujurú recorresse ao poder público contra os atos de prepotência pelo pelo mesmo praticado.

Antônio Paulino de Almeida - Memória Histórica de Jacupiranga - Revista do Arquivo Municipal CXXVII - (1949).

Certo que ele não estava sozinho, muitos eram os colaboradores da causa, tanto moradores de Botujuru, quanto de Cachoeira, J. Chiavelli relata sobre isso em seu livro. *“Torquato (Pontes) foi vistoriar a construção da igreja e constatou que em uma das paredes havia um desnível... Torquato chamou o padre e o coronel Mesquita, também responsável pela obra.”*

Mas quanto à construção da Igreja, os mais importantes eram os escravos como se vê mais adiante *“...Torquato foi em direção a casa do Mesquita... falaram da Igreja, dos escravos, da república e foi nesse encontro que avaliaram o serviço já executado e que estava para ser feito; Chegaram a conclusão que a igreja ficaria pronta pelos meados de 1888. Estavam preocupados com a situação dos escravos, tendo em vista que estes eram a parte mais importante; eram eles quem preparavam o barro, amassavam, deixando-o pronto para ser utilizado na construção.”*

Josepha P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).

Além desses personagens, existem ainda outros que apoiavam, e realizavam doações. Essas feitas principalmente em arroz, que era o ouro da época e com trabalho. A construção da matriz era importante tanto por razões espirituais, a população tinha de cumprir suas obrigações religiosas em Iguape ou Xiririca, mas também por que era uma das condições para que o bairro fosse elevado à condição de freguesia, além de ter um certo número mínimo de moradores. Em 1868 a população de Jacupiranga era calculada em 3.000 almas

distribuídas por 400 fogos.

Junto do ofício de requerimento para criação da Freguesia de Jacupiranga, em 17 de dezembro de 1868, traz anexo o seguinte memorial, publicado na Revista do Arquivo Municipal do município de São Paulo CXXVII de 1949.

Ilmos. Snres. Presidente e Membros da Camara Municipal - Dizem os abaixo-assignados moradores do rio Jacupiranga, que a bem da comodidade publica dos votos deste rio precisarão desapropriar a Joaquim de Moraes Freitas Coutinho o terreno necessário para a construcção do predio e comodidades publica, no logar onde se acha colocado o cemiterio publico e a Capella de Nossa Senhora da Coceição, ultimamente benta, de uma area que partindo da barra do ribeirão Canha pelo rio Jacupiranga á cima vá ter em frente do porto do sitio de Luiz José Lobo; correndo a rumo do Sul, mais ou menos, até encontrar o caminho do engenho de Joaquim de Moraes de Freitas Coutinho, e dali a rumo sueste, mais ou menos, até encontrar o ribeirão do Canha, em cujo terreno se acha incluido o de 50 braças em quadra já a tempos remottos concedido para o referido Cemiterio pelo antecessor do referido Freita Coutinho, e o de 50 braças de frente sobre 80 de fundo concedidos a edificação da Capella pelo actual possuidor dito Coutinho.

Com quanto não seja talvez bastante a área que se pede em attenção a grande concorrecia dos povos para esse lugar, todavia por em quanto se contentão os abaixo assignado a pedir somente esta porção de terreno, que em nada diminui a propriedade de seu possuidor em referencia a grande extensão do terreno que possue aquelle proprietario, que se calcula em cerca de duas leguas de frente e seus fundos correspondentes, como porque fica a área pedida dividida por limites naturaes que deve perpetuar a porção do territorio perdido. As rasões em que se fundão os abaixo assignados para o pedir a dita desapropriação, a bem dos de comodidade publica são igualmente as da justiça como se segue.

Francisco de Gomes possuidor da propriedade hoje de Joaquim de Moraes Freita Coutinho, attendendo grande necessidades dos povos deste rio, onde lutando constantemente com as dificuldades que se offerece o rio tão sujeito às influencias dos tempos, privavão seus habitantes de levar á cidade seus cadaveres ficando muitas vezes insepultos, ou sepultando-os em lugares não sagrados, resolveu conceder por doação uma área de 50 braças de ter-

reno em sua propriedade para edificação de um Cemiterio publico, o que se resolveu fazendo-se benzer a cerca de 25 a 30 annos pelo Revmdo. Padre Joaquim Manoel Alves Carneiro, por autorização do então Revmdo. Vigario Collado desta Parochia, Padre José Alves Carneiro doação se fez já com o firme proposito de fazer erigir igualmente nesta propriedade uma Capella cuja a invocação seria Nossa Senhora da Conceição, como é notoriamente publico, correndo logo uma subscrisção entre o povo, que espontaneamente se cotisou para a construção do edifício projectado.

Correrão os tempos, e não se dando andamento a obra, mais tarde aquelle possuidor foi se evolvendo em negócios em que se vio complicação com o referido Freitas Coutinho, vendo-o obrigado a vender-lhe a propriedade, ignorando-se nesta venda fes ou não a exclusão do terreno doado e do promettido para a referida construção. O povo porem, sempre certo e convicto de que o entao possuidor Moraes começou e oppor embaraços no prosseguimento das obras progetadas, dificuldades que mais tarde desaparecerão convecido como estava das razões que acestião em favor dos povos. Assim resolvido, o mesmo Moraes tomou a deliberação de correr em pessoa o rio fazendo nova cotisação sobre o povo, de quem recebeu uns, dinheiro; de outros arroz; e de outros vales pagaveis á vista, orçando 4:00\$000 a quantia agenciada.

Começou por tanto a obra da Capella sobe a imediata administração do referido Moraes, até que deixando-a em seu principio, assim permaneceo por longo tempo até que os povos começando a desesperar reclamarão a nomeação de outro encarregado, que mais zeloso dos interesses publicos proceguisse em sua construção. Recahindo a nomeação na pessoa desta comissão, porem até hoje não prestado contas de sua administração, de novo oppozembaraços, negando-se até conceder aquillo que o primeiro possuidor havia promettido, (ou antes já doado visto que nesse sentido se havia corrido a cotização já citada) contra toda expectativa! De novo instava o povo pelo compromisso feito, que Moraes empaleando e protelando sempre só em 12 de agosto de 1865 é que por uma inscritura publica de doação concedeu aos povos a pequena área de 50 braças de frente sob 80 de fundos, para o patrimonio da Capella, e isto mesmo com condições onerosissimas, privando os povos de fazerem ali as construções dos predios que precisão, sofrendo ainda de outras precisões, não podendo nem aos menos lenhar por que a área concedida se acha tomada pela Capella e

casas que immediatamente de constituirão, não podendo ir mais alem por que o actual possuidor não permite faze-lo.

Quando o referido Moraes tratava de agenciar dinheiro para a construção do templo, soube sempre com falsas promessas embalar o povo promettendo conceder não só o lugar para aquella edificação como em varias reuniões que em sua propria casa fez, declarou que daria para patrimônio da Capella uma porção do terreno contiguo que seria de 200 braças mais ou menos de frente sob 105 de fundos: E certamente assim não fôra, qual seria o interesse dos povos cotisando-se em tão larga escalla como fez e continua a fazer, se não contasse que este compromisso seria fielmente cumprido.

Para que farião sacrificios desta ordem? Seria para embelezar os terrenos do Snr. Moraes, gastando nelle uma quantia já superior a seis contos de reis, sem outra esperança de certo que não seriam tão cegos, com quanto fossem tão simples em deixar-se levar.

A soberania dos povos tão sabiamente respeitada pelas leis de sua organização deve e ha de triumpharante ante a cegueira e ambição descomunal de um só homem que pretende oppor a obices para o desenvolvimento de uma povoação da Província. Cerca de 400 fogos e de 3000 almas a attestão, numero que de dia em dia cresce á um modo espantoso, e os prédios ja edificados neste lugar, dão ao observador que aqui chega, um admiravel testemunho de seu de seu engrandecimento e prosperidade, visto que no curto espaço de 3 anos de sua criação (tempo em que se edificou a primeira casa), já conta com o numero de 16 casas construida com sólida taipas e edificadas com gosto e apuro. Ainda outras razões devem abalar o espirito dos senhores representantes do Municipio a necessidade da desapropriação pedida, quando souberem que por mais de uma vez tem o possuidor deste terreno, promovido serios conflitos no proposito de oppor embaraços á construção de predios neste lugar. Bem reciente é ainda facto de vir aquelle Snr. armado, e trasendo consigo seus escravos armados de machados e outros instrumentos de destruição, para demolir, como o fez, a casa que um pobre homem tratava de levantar ao lado da Capella, de que poz a povoação em alarma, e que não ser a providencia de seus pacificos moradores teria resulatar perdas de vidas, e sangue derramado por seu imprudente procedimento.

Os povos não pretendem com esta desapropriação gravar o cofre da Municipalidade, não; elles estão prontos a cotisar-se a pagar o terreno pedido, esquecendo mesmo o compromisso de seus

possuidores, de o cederem sem indemnização: tal é sua indole, taes são seus ardentes desejos.

Nestes termos e esperançosos, os abaixo assignados de V. V.S.S. providenciarão no sentido desejado.

P.P. a V.V.S.S.

Benigno diffirimento

E E. R Mce.

*Anto. de Sza. Pinto Mages. Mesquita
José Antonio Nunes Costa
Antonio Lopes Moreira
Luiz Jorge Lobo
Innocencio Gomes da Sa.
José Antonio Pereira
Bento Moreira da Silva
Ignacio Pera. d'Oliveira
Antonio Augusto d'Oliveira Muniz
Henrique Augusto d'Oliveira Muniz
Rodrigo de Freitas Coutinho
Manoel Pinto de Almeida Junior
José Moreira da Silva
José Joaquim Portella
Joaquim Roberto Alves da Sa.
Domingues Avelino Ribeiro
Francisco José Alves Pinheiro
José Lino Alves Vieira
Manoel Pinto de Alma.
Evaristo Augusto d'Oliveira
Antonio J. Fernão
Ignacio Benedicto Antunes Olivra.
Felipe Pereira Porto
Jorge Antonio Deveras
Filadelfio Pereira dos Passos
Antonio Pedro da Maceno
Antonio Dom. Costa Jor.
Joaqm. Caetano da Costa
Agostinho José de Oliveira*

Botujurú, 8 de dezembro de 1868.

Joaqm. Duarte Sa. Calado

Lusitano Pera. Soares Castro

Reinardo Pinto de Almeida

Joaquim Gonçalves Camacho

Antonio d'Almeida d'Ola.

A rogo de Jacintho Antonio muniz de - José Moreita Moraes, e de Raphael Ribeiro Ramos - Joaquim Carneiro da Silva Braga - Antonio Roberto de Moraes

A rogo dos Snrs. Ignacio Pereira dos Passos - Vicente Jorge de Moraes - José Antonio Lemos - Joaqm. Antonio Lemos - Pe. Antonio Carvo. da Sa. Braga

José Marcellino Domingues - arrogo de meo Pay Venancio Pera. de Olivra. Ignacio Benedicto Antunes de Olivra.

Joaquim Pedro de Cortes

Joaquim Paulo de Camargo

Mattias José Dom.

Freitas Augto. Carneiro dos Santos

Zeferino José Pinto

A rogo de Luiz Antonio Fernandes Pinto, de Ignacio Ribeiro Ramos f.º de Joaqm Roiz Carneiro, de Adrião Antonio Pereira, e de Joaqm. Pedro Dias d'Ola.

Rodrigo de Freitas Coutinho

A rogo de Ignacio Ribeiro. Ramos, Jachinto Pedroso de Moraes, Joaquim Lourenço da Cunha, de Sebastião Gomes,

*tutores de Franco. Roiz de Pontes, e de
Trucuato Mathias de Pontes.*

Anto. de Sza. Pinto Mages.

A rogo de José Miguel

José Anto. Muniz Costa

Franco. Manoel Sezario

Antonio da Costa Chagas

A rogo de Luiz Francisco Ribro.

de Antonio Marques da Sa.

*de Ignacio Domingues de Oliveira,
Felicio Pires Monteiro, de Venancio
Gomes, e de Salvador Alves de Fontes*

Antonio de Sza. Pinto Mages.

Mathias João da Costa

João Felipe Rodrigues

Estevão Je. Raimundo

João Luiz do Nascimento

Manoel Roxa

José Furtado Roy Sumo.

Felisberto Marques d' Aguiar

Francisco José de Lima

Manoel Antonio Gonçalves

*Casimiro Alves Vieira a rogo de
Victor Pedrozo de Lima e de Antonio
Moreira de Moraes*

José Luis de Souza França

A rogo de Manoel Dias

Ignacio Pereira d'Oliveira

*A rogo de Pedroso Ribro. Ramos,
de Imidiano José Miranda, de
Antonio Moreira da Sa. filho, de Je.
Dias Subral, e de Rafael Anto. Miranda - Franco. de Sza. de Oliveira Rato*

*A rogo de Antonio Marques da
S., de Gregorio José Domingues*

Luiz da Sa. Franco

Benedicto José Rodrigues

José Furtado Roiz

Este documento foi encaminhado à Câmara Municipal de Iguape que enviou o ofício ao Presidente da Província, em 30 de janeiro de 1869, recebendo parecer favorável à causa da população em 18 de fevereiro do mesmo ano, com o ganho da causa, foi encerrada a disputa com o Freitas Coutinho e esse fato foi a pedra fundamental para a fundação de Jacupiranga, com os moradores iniciando a construção de suas casas e finalizando a construção da Igreja Matriz, obra que foi concluída no ano de 1888.



Propriedade de Miguel Abu-Yaghi, onde já funcionaram a Câmara Municipal, a Caixa Econômica e onde é a atual Escola Estadual Coronel Miguel Abu-Yaghi. A Baixada do Ribeira - Um estudo da Geografia Humana - Pasquale Petrone (1966)

Botujurú foi elevada à categoria de Freguesia de Jacupiranga por força de lei nº56 de 5 de abril de 1870 e, em 29 de dezembro de 1927 pela lei nº 2253, era elevado à categoria de Município, desmembrando-o do Município de Iguape.

1888: Liberdade?

Como já pudemos constatar, muitos foram os povos que habitaram o vale do Rio Jacupiranga, essas terras foram o lar de muitos povos de diversas origens, desde os primitivos Homens dos Sambaquis, e indígenas Tupiniquins até a invasão dos europeus, e o sequestro dos africanos em suas pátrias para serem escravos no Brasil. O povo dos Sambaquis com suas ferramentas de pedra lascada desapareceram há muito tempo, há indícios de suas povoações em muitos lugares de Cajati como Guaraú, Manoel Gomes, Azeite, Timbuva e Capelinha. Esses sítios arqueológicos datam de milhares de anos.

Os Tupiniquins podem ter vivido por aqui, alguns acreditam que a cidade de Jacupiranga possa ter sido povoada por índios, visto as riquezas das florestas primitivas, mas não há muitos registros de suas atividades, apenas poucos indícios de sua presença. Pode ser que as cabeceiras do Rio Jacupiranguinha possam ter servido de refúgio para esses povos pela dificuldade de se acessar esses sítios e pelo fato que os últimos locais para os Tupiniquins originais do Vale do Ribeira, foram possivelmente os Rios Pardo e Turvo (afluente do Rio Pardo) onde foram encontrados muitos sepultamentos indígenas. Essa região é naturalmente bem protegida pelas altas serras e a dificuldade de navegação, as cachoeiras do Rio Pardo impediam a navegação, isolando assim a parte alta do mesmo rio e seu principal afluente o Rio Turvo. O terreno acidentado formava uma proteção natural a esses povos e possivelmente foi sua última morada no Vale do Ribeira de Iguape.

E à medida que os invasores se aproximavam da parte central, afastavam-se os naturais do país, que habitavam a região do Botujurú, junto a Barra do Rio Canha, afluente do Jacupiranga.

Antônio Paulino de Almeida - Memória Histórica de Jacupiranga - Revista do Arquivo Municipal CXX- VII - (1949).

O pesquisador Ricardo Krone em “Informações Ethnographicas do Valle do Rio Ribeira de Iguape, publicado no relatório da Comissão

Geographica e Geologica do Estado de São Paulo, “Exploração do Rio Ribeira de Iguape” de 1914, diz o seguinte

“A navegação franca que offerece o Ribeira até certa altura do seu curso superior torna provável que grande parte do gentio que habitavam anteriormente na costa atlântica, assim como na fóz e no curso inferior desse rio, se tivesse utilizado deste meio para se retirar de seus primitivos domicílios, afim de evitar encontros com os invasores europeus, contra cujas armas de fogo se devia sentir impotente. Nesta migração forçada, procuravam elles alcançar logares que, por natureza difficilmente acessíveis, lhes oferecessem caça para seu sustento e chão fértil para suas mesquinhas plantações.

Achei seus vestígios nos rio Jacupiranga e Batatal, affuentes da margem direita do Ribeira, e ainda no planalto entre o Batatal e o Rio Pardo pude abrir uma de suas sepulturas destes fugitivos, que descobri no meio do mato virgem.

Chegados porém no rio Pardo, julgavam-se seguros, porque já tinham deixado altas serras entre si e seus cobiçosos inimigos brancos, e o curso inferior desse rio até sua barra no rio Ribeira é cheio de perigosas cachoeiras, que tornam uma subida em extremo penosa e demorada.

Alli espalharam-se e devem ter existido por bastante tempo. Verifiquei a existencia das suas sepulturas em quasi todos os affuentes do rio Pardo acima, e parece principalmente a região do rio Turvo, tributário do lado direito do Pardo, ter sido muito povoado. Não é inverosimel que alli, ao povo vindo da Ribeira se juntaram aos fugitivos, que da região de Cananéa e Ilha do Cardoso subiram pelo rio das minas e, atravessando o sertão do Faxinal, encontraram as águas do Turvo.

Ricardo Krone - “Informações Ethnographicas do Valle do Rio Ribeira de Iguape, publicado no relatório da Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo, “Exploração do Rio Ribeira de Iguape”(1914).

A formação do povo cajatiense então deve-se à miscigenação desses povos. Os portugueses e espanhóis que desde o início da colonização estavam por aqui, os americanos, irlandeses, suíços entre outros da Colônia velha, os ingleses que vieram trabalhar na primeira iniciativa de se explorar o morro da mina, e que tinham uma vila onde é o clube da cidade. Alguma parte dos índios, antigos donos dessas terras e os descendentes dos africanos. Podemos verificar a importância des-

ses últimos desde os primeiros colonizadores do Rio Jacupiranguinha, como descrito em “Uma Vereda no Vale” de Josépha Chiavelli, onde seu antepassado Mathias de Pontes encontra com africanos fugindo de seus raptos no Porto de Cananéia.

“Matias era um ótimo carpinteiro e construiu sua própria casa. É certo que no início da construção viu-se derrotado por não ter mão de obra. “Quem poderia trabalhar na construção?”. Então dirigiu-se para Cananéia à procura de ajuda. Para sua surpresa, ao passar pelo canal encontrou um grupo de negros que caminhava em direção à travessia. Matias ao cruzar-se com eles notou que precisavam de alguma coisa. Matias pára e fica esperando, um deles falando um português meio confuso disseram a Matias que estavam com fome e sem terem para onde ir. Matias arriscou e fez-lhes o convite se queriam trabalhar para ele; Como era distante teriam que andar muito.

Matias nem chegou à vila de Cananéia, voltou com os negros que aceitaram a proposta, pois estavam fugindo de um barco chegado a instantes a Cananéia; enquanto o comandante e os feitores se distraíram no momento em que faziam vistoria no barco, os negros foram caminhando sem destino e ninguém percebia-os. Era um grupo com dez negros, todos tinham marca de ferro no corpo.

Com esses negros Matias construiu engenho, paiol, armazém, moenda, mangueirões e casas para eles, os quais ficaram em sua companhia até o fim da vida.”

Joseph P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).

Os africanos foram os trabalhadores que construíram a igreja matriz de Jacupiranga, mesmo sabendo que seria erguido o pelourinho atrás da Capela. Mas não houve tempo para isso, a igreja ficou pronta em 1888, após a abolição da escravatura .

No território de Cajati existiram algumas comunidades, que eram os Quilombos. Locais para onde iam os escravizados que conseguiam fugir do seus algozes, com o objetivo de se refugiarem.

Segundo o inventário cultural do instituto socioambiental Cajati possui cinco comunidades quilombolas: Capitão Brás, Manuel Gomes, Morro Grande, Mandira e Vila Andréia

O Vale do Ribeira caracteriza-se por ter sido uma das primeiras e mais intensamente exploradas regiões brasileiras nos períodos colonial e imperial..... Contudo ainda guarda, atualmente, o maior remanescente de Mata Atlântica preservada de todo o Brasil. E em outras palavras, dos 7% que reataram desse bioma em território nacional, 21% estão localizados no Vale do Ribeira.

O Vale conta ainda com uma população de cerca de 411.500 habitantes, mais da metade nas zonas rurais. Uma das principais vias de acesso à região é a Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), que liga São Paulo ao Paraná. Os municípios paulistas que fazem parte da região e contam com comunidades quilombolas são Barra do Turvo, Cananéia, Cajati, Eldorado, Iguape, Itaóca, Iporanga, Miracatu e Registro.

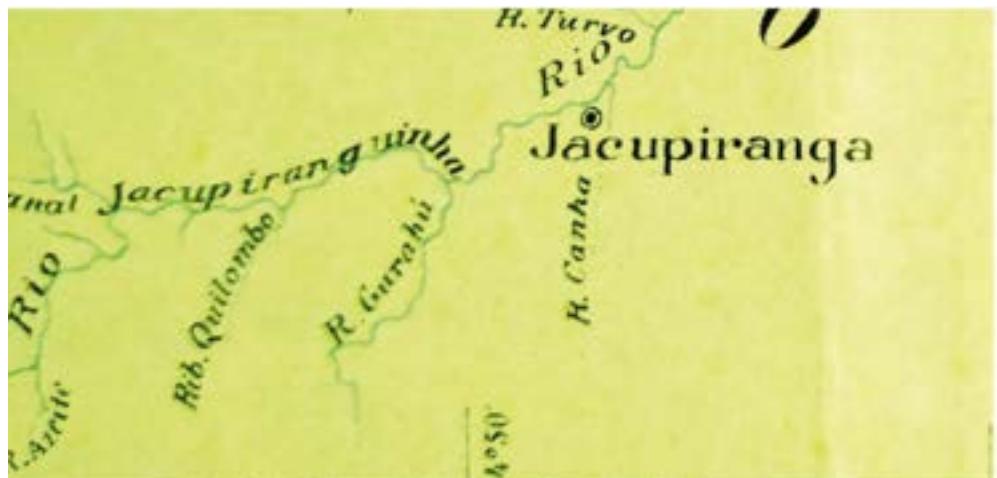
Inventário cultural de Quilombos do Vale do Ribeira - Instituto Sócio Ambiental - https://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/pdf-publicacao-final_inventario/10

Outros locais também podem ter sido, no passado, comunidades tradicionais quilombolas, como uma localizada às margens do Rio Bananal. Ainda outro que por vezes teve sua localização citada como três locais diferentes. Em seu trabalho “Estudo Scientifico do Município de Iguape”, M. Pio Corrêa, diz que o Ribeirão Quilombo aflui ao Jacupiranguinha pela margem esquerda, Josepha Chiavelli em “Uma Vereda no Vale”, indica que, quando os paranaenses invadiram Cajati na Revolução de 1932, que eles pararam no local denominado Quilombo, na casa de Joaquim Anago, porém esse local fica às margens do Ribeirão Areia Preta.

Mapas antigos da década de 1950 mostram ainda que o Ribeirão Cachoeirinha, aquele que corta o atual bairro do Inhunguvira, como Cachoeirinha ou Ribeirão Quilombo.

Porém no mapa da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, publicada em 1908 indica como Ribeirão do Quilombo um curso d’água afluente do Jacupiranguinha pela margem direita e tem sua barra em uma inconfundível curva fechada deste rio, esse ponto é onde hoje existe a ponte da estrada do cimento. O local original do Quilombo, segundo a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, é onde hoje existe o Jardim Muniz. Outro detalhe é o de que, segundo J. Chiavelli, esse Quilombo estava dentro das terras de Mathias de Pontes, próximo do local de seu primeiro engenho, próximo de onde hoje é o bairro Bico do Pato, na margem

esquerda do Jacupiranguinha, onde mais tarde moraram seus netos Francisco e Brasílio de Pontes. O local está indicado no mapa da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo, de outubro de 1908. A casa de Torquato de Pontes era próxima de onde hoje é o hotel Luar de Agosto e suas terras se estendiam pela Vila Antunes e Rio Abaixo.



Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo - Exploração do Rio Ribeira de Iguape (1914)

Francisco foi residir no engenho de seu avô, Matias...Quanto a Brasílio após dois anos casou-se, isto em 1893. Perto da casa onde Brasílio foi morar até hoje existe um pé de jabuticaba que se tornou histórica; desde 1894, ele é um símbolo, enquanto o rio Jacupiranga morre aos poucos pela ingratidão e desprezo dos homens que manobram o progresso, a jabuticabeira presencia e chora a saudade dos velhos tempos quando seu amigo inseparável era sorridente, sua água fresquinha que matava a sede de todos os que em sua margem residiam; o peixe delicioso que oferecia com abundância. Ela também já está cansada perdendo as forças, mas não sofreu agressão, enquanto isso luta por sobrevivência e o rio Jacupiranga luta por sua independência.

Joseph P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).

Chiavelli relata ainda, que à época da Abolição da escravatura, Torquato de Pontes se deparou com uma situação de invasão de suas terras:

“ O problema causado pela situação foi que alguns dos negros ficaram sem rumo; outro fato foi que alguns negros começaram

ram a construir ranchos perto do engenho erguido por Mathias de Pontes quando chegou no lugar.

Torquato tomou conhecimento e logo foi ver se de fato estavam se apossando da terra. Chegando no local os escravos assustaram-se queriam fugir, mas Torquato pediu que não corressem porque ele desejava conversar. Assim foram chegando desconfiados, e Torquato perguntou de quem era a idéia de farem aquele acampamento, entretanto ninguém respondeu e nem se revelaram, por isso Torquato deu ordem para que fizessem suas casas e morassem sem preocupação; que todos se entendessem sem disputas, podendo plantar e colher em sua própria terra. Um dos negros perguntou a Torquato.

Nhozinho, vai mesmo deixá nós ficá aqui se aponderando de terra sem barganha?

Sim, eu disse e fico contente se vocês desfrutarem disso aqui para viverem dignamente. Quando eu morrer não vou levar nada, seria o maior pecado negar o terreno para vocês; na verdade não é nem meu.

Um negro bom e bem velho que tinha vindo com os últimos escravos da África, chamava-se Tertuliano disse com muita alegria a Torquato:

Sinhô tem coração muito grande, tão grande que sai fora do peito prá dizê o que a boca não tem coragem. Tudo isso ele dizia de maneira confusa por não ter se habituado com a língua da terra. Este pediu a Torquato que colocasse um nome no lugar, o que eles tinham em mente era Quilombo. Torquato nada sabia sobre esse nome e perguntou:

O que é Quilombo?

É o lugar onde os negros se escondem e muitas vezes apanhados pelo senhorio, antão o negro corre quilômetros e ainda toma pancada no lombo. Torquato escuto tudo e disse:

Eu tenho escravo que herdei de meu pai, mas nem meu pai nem eu judiamos deles, e o testemunho está aqui junto com vocês, não sei o que é tronco que tanto falam. Era pra ser construído um atrás da igreja de Botujuru, mas Deus não quis. Dizendo isso torquato montou em seu cavalo desejando boa sorte a todos e que qualquer necessidade o procurassem.

Os escravos antes de Torquato saíssem pediram a ele desculpa e amarraram um lenço em seus olhos puxando o cavalo pela rédea

andaram alguns quilômetro; somente dois acompanharam Torquato, ele sem saber onde estava sem poder enxergar nada. Torquato chegou a pensar que estes escravos lhe dariam um fim em sua vida, mas ao mesmo tempo se questionava o porquê sendo que ele nunca fez mal a ninguém. Depois de muito tempo quando Torquato ia tirar aquelas vendas dos olhos e dizer-lhes umas verdades o cavalo parou e sem que ele percebesse onde estava. Mandaram-no descer e deram início a um ritual que eles chamavam “toré”; Torquato sentou-se em uma tora enquanto eles cantavam, depois fizeram com que Torquato acendesse uma fogueira e com uma tigela com água e ramo de alecrim benzesse todos os ranchos. No fim desse ritual era jogado sal grosso na fogueira e com estalos do sal que caíam no fogo eles gritavam: Quilombo, are; Quilombo, are, are! E Torquato ficou sendo o padrinho do sítio do Quilombo.

Josepha P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).

Uma personagem pode representar os africanos que por aqui viveram, é um relato, que apesar da violência sofrida por quem viveu na escravidão, parece ter tido um final inusitado. É a história de Eugênia, uma das escravas da casa de Torquato de Pontes, em Cachoeira. Ela foi enviada para trabalhar na casa de uma família do Rio Capinzal, onde os proprietários eram chamados Liva e sua mãe Helena. Eugênia era filha de uma mulher chamada Inês, que era escrava na fazenda do Capinzal, Josefa Chiavelli registrou parte de sua vida em “Uma vereda no Vale”. Eugênia, logo que chegou, tornou-se governanta da casa, pela competência que tinha.

Eugênia ia se ajustando aos costumes da casa; a velha sinhá não acreditava no que via, achava que tudo não passava de um milagre. Como poderia existir pessoa com tanta capacidade; a casa que estava abandonada tomou seu ritmo normal parecendo melhor do que quando ela própria dirigia.

Josepha P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).

Porém, Eugênia acabou engravidando, e começou a ter as complicações típicas deste estado.

Eugênia estava diferente, não comia, dizia ter muita azia, sentia-se mal. Seu corpo foi logo engrossando, se transformando, aí já não era só a sinhazinha que desconfiava. Sinhá Elena teve então uma idéia... ela deve ter vindo grávida da Cachoeira, mas não. Se fosse assim ela já teria o filho...

Numa certa noite uma das escravas mais velhas foi chamada à casa-grande por sinhozinho Liva que dizia ser responsável por Eugênia. A escrava Ambrósia entrou no quarto de Eugênia e só saiu depois que Eugênia deu à luz um menino que recebeu o nome de Simeão.

Josephina P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).

Após o nascimento do menino, ela permaneceu cuidando da casa, porém a Sra. Helena, passou a maltratar Eugênia e o menino, que pediu para retornar para Cachoeira, o relato segue quando eles aportam na casa de Torquato.

Nisso entram Torquato e sinhô Liva, juntamente com dois canoeiros. Angélica providenciou o quarto para Liva enquanto se esperava para a ceia. Eugênia foi direto à cozinha ajudar Tomázia, e Sabina se encarregara do garotinho. Logo chegaram Tomé, os pais de Eugênia, que, comovidos, correram abraçar a filha e o netinho. E qual não foi a surpresa ao ver que o menino era branquinho!

...Depois do almoço Torquato e Angélica acompanharam Liva até o embarque, antes de partir ele pediu ao canoero que chama-se Eugênia e Simião. Quando Eugênia chegou Liva pediu a ela que não guardasse mágoa de sua mãe, e caso precisasse de alguma coisa que comunicasse ao Sinhô Torquato, pois ele já estava ciente. Liva agradeceu Torquato e Angélica pela hospedagem, e inicia sua viagem de volta.

Josephina P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).

Eles permaneceram em Cachoeira por um tempo, tudo transcorria normalmente, até que em Capinzal, a Dona Helena novamente adoeceu. Ninguém na região conseguia acertar com o seu modo de ser. Até que ela assumiu que só Eugênia que a agradava e pediu ao filho para trazê-la de volta. Liva voltou para Cachoeira e conseguiu que Eugênia e Simião retornassem para o Capinzal.

Eugênia cuidou da Sra. Helena em seus últimos dias, teve outros filhos e mais tarde também cuidou do Liva, que também faleceu.

A verdade é que Eugênia passou o resto de sua vida ali, no Capinzal, como se fosse a dona da casa; mandava e dirigia. A propriedade dos Liva aumentou....

Liva era um rapaz fino, educado, curvava-se diante de Eugênia,

apesar dela respeitá-lo muito. Sinhá Elena não deixava de dar palpites em tudo o que ela desejasse era feito. Liva e Eugênia combinavam em tudo, dificilmente alguém presenciava os dois conversando; eles trocavam idéias sem a presença de alguém...Eugênia cativava a todos, tanto que recebeu dos Liva a confiança da família...Após muitos anos de convivência sinhozinho Liva morreu, e neste período foi Eugênia quem o assistiu, bem como a sinhazinha Elena que também morreu.

Eugênia levou sua vida normal, teve outros filhos, além de Simião. Após ficar viúva Eugênia veio a falecer na década de 40 deste século (XX), deixando raízes espalhadas pelo vale, que talvez muitos não conhecem essa bela história que não é um conto de fadas, mas um fato lindo e verdadeiro.

Josepha P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).

. Em 13 de maio de 1888 foi assinada a lei proibindo a escravidão no Brasil, muitos dos escravos de Cachoeira deixaram o local, e partiram a procura de mais sorte, alguns voltaram doentes, e outros chegaram para se fixar nessas terras dando origem a novos povoados

Entre os trabalhadores que trabalhavam na construção alguns se consideravam libertos por terem idade avançada; outros por serem jovens se beneficiaram através de uma lei que dizia que os todos os filhos nascidos de escravos seriam livres a partir daquela data. Vários desses jovens foram conhecidos como José Grande, Prázida e Romão, que morrerão nesse século (XX) na década de 40, em Cachoeira atual Cajati.

...o título de Coronel atribuído ao Mesquita foi um reconhecimento por ele sempre reunir os escravos para informá-los de tudo o que ocorria a respeito deles. O título também seria dado ao padre Domingos, mas ele não quis, dizia ter título e que não queria outro.

Josepha P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).

Com o fim da escravidão a mão de obra tornou-se escassa e a região demorou a ser adaptar, atrasando o seu desenvolvimento. O governo brasileiro para suprir a demanda por mão de obra, teve como política, estabelecer colônias para estrangeiros. Em acordo com os governos de países europeus, asiáticos e americanos, para esses países enviassem seus compatriotas que quisessem construir uma nova vida no Brasil.

A Colônia de Cananéia

A origem de muitas famílias de Cajati tem um denominador comum, a Colônia de Cananéia, a ex-Colônia. A colônia teve início com a política do governo brasileiro de ceder terras devolutas a imigrantes estrangeiros, a colônia de Cananéia a princípio recebeu 60 famílias de imigrantes suíços, como os Heitzmann. O Vale do Ribeira foi o destino de muitos imigrantes, existiram também colônias que eram de iniciativa de empresas privadas, como a Colônia de Santa Maria, que das margens do rio Taquari nas proximidades do Mar em Cananéia, tinha como limites, a divisa com o estado do Paraná e subindo pelo vale do rio das Minas. Continha a região do Faxinal, rica em Erva mate, no planalto do Turvo, terminando no alto curso do rio Jacupiranguinha até as proximidades do rio Braço Feio, na área que ficou conhecida como Borami.



A política de colonização na Província de São Paulo foi diferente da do sul do Brasil, ela foi voltada para atender a demanda da cultura do café, no planalto. Não era intenção do governo desviar essa mão de obra para o litoral, por isso, o governo apenas manteve as colônias que já existiam no governo Imperial, embora tenha vendido terras para iniciativa privada, com a finalidade de colonização.

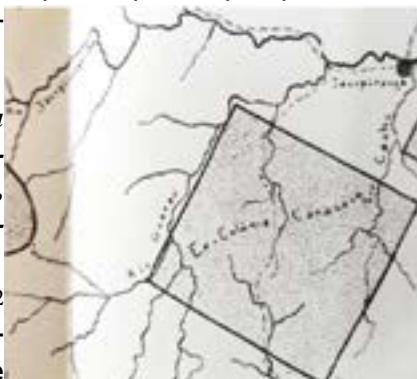
Esses trabalhadores iriam trabalhar nas propriedades dos grandes fazendeiros do interior paulista, o Vale do Ribeira era uma opção para aqueles que queriam ser

proprietários de terras, pois as terras eram baratas e cobertas por florestas.

“a busca de braços livres agradou no Velho Mundo. Ela oferecia uma espécie de eldorado aos camponeses europeus, começando por aqueles que viviam miseravelmente nos Alpes suíços.”

O Estado de S. Paulo - Edição de 10/07/2012

Porém a tarefa era ingrata, colonizar uma área de florestas virgens, quente



e úmida, totalmente diferente do hemisfério norte. Os primeiros colonos não fixaram-se na área, que compreendia territórios nos rios Itapitanguí, Canha, Pindaúba de Cima e Guaraú, sendo substituídos por outros, norte-americanos, ingleses e irlandeses, tanto que, mais tarde também passou a ser conhecida como a colônia do americanos, mas as dificuldades permaneceram as mesmas, principalmente a dificuldade de acesso. Poucos foram os que conseguiram sucesso.

Um dos colonos suíços, Thomas Davatz, registrou em seu livro (1858) as dificuldades encontradas pelos imigrantes europeus. Embora Davatz tenha se estabelecido no planalto, as dificuldades na Colônia de Cananéia eram as mesmas, se não piores. Segue trecho de reportagem sobre os colonos, Davatz e seu livro.

Davatz começa por descrever os aspectos singulares da nova terra para onde vieram seus patrícios trabalhar. Impressionam-no as enxurradas no verão, a força vegetativa da terra, as doenças que os ameaçam, pernilongos e abelhas que os picam, cobras, formigas saúvas. Destaca o “perigo” do desconhecido bicho-de-pé, larvas que lhes provocam ferimentos doloridos embaixo das unhas. Vida de Jeca Tatu. É realmente fantástico. Imaginem, há 157 anos, desembarcarem por aqui alvos povos acostumados ao gelo das montanhas, destinados a enfrentar as vicissitudes da Mata Atlântica.

Colégio Bresileiro de Gealogia - <http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/CM109.pdf>

A Baixada do Ribeira - Um estudo da Geografia Humana - Pasquale Petrone (1966)

Tudo isso ainda tinha um agravante, o fato de que muitos desses colonos não eram agricultores em sua terra natal. Eram pessoas que viviam em terras cobertas de neve, nos Alpes suíços.

Relação de colonos suíços que chegaram em 28 de agosto de 1862, no vapor nacional Juripera para o nucleo colonial Cananea:

Nicolau Jenny e Suzana – Marianna, Frederico, Carlos, Gottlieb, João e Godfredo;

João Müller e Maria – Gottlieb, Barbara, João e Maria;

Mathias Heitzmann e Thereza – Magdalena, Christiano, Elisabetha, Carlos e Maria;

Pedro Heitzmann – Elisabetha e Pedro;

João Heitzmann e Margareta – João, Luiz e Pedro;

João Berthold e Maria – João;
Martinho Heitzmann e Maria – João, Rita e Magdalena;
Samuel Knenbühl e Elisabeta – Frederico, Cristiano, Anna,
João, Elisabetha e Salvador;

Museu de Imigração do Estado de São Paulo.

Aqueles que não conseguiram se adaptar, foram aos poucos abandonando a Colônia, com destino ao planalto ou retornar à Europa. Porém, outros, de diversas nacionalidades ainda a vieram a ter melhor sorte, ingleses, irlandeses e os norte-americanos confederados.

Na publicação do jornal “O Estado de S. Paulo”, podemos observar como era a vida dessas famílias.

A cabana apezar, de ser uma pobre habitação rustica, estava no interior preparada com o chique, de que são tão apaixonados quasi todos os Franceses; os moradores erão os srs. Mourol Paul, Romaquesi Gustave e Theodore Bourjouis de Paris, e Adolf Basin de Lião.

Teve começo o primeiro nucleo colonial de Cananéa no anno de 1862. O seu estado sanitario é o melhor possivel.

Os primeiros colonos que para alli foram, erão na maior parte suíssos rebeldes de algumas fazendas da província; contavão estes em suas famílias moços de mais de 14 annos que nem sabiam lêr, tal era o estado de abandono a que tinhão estado estado entregues nas fazendas donde vierão. Creou-se para instrui-los nas primeiras letras uma escola provisoria de que era professor o sr. João Heitzmann.

Cultivava-se alli o arroz, feijão, mandioca, milho, batata ingleza, cará, e fazem-se felizes ensaios para a cultura do algodão.

Dr. J. A. Pinto Júnior.

Recorte de publicação do Diário de São Paulo, “Excursão à Comarca de Iguape”, Edição 330 de 1866, descreve os contrastes e dificuldades encontradas pelos primeiros colonos, que das neves dos Alpes, vieram ao Éden subtropical da Mata Atlântica.

Actualmente desembarcam elles na villa de Cananéa, situada do lado opposto da ilha e seguem depois as bagagens em- canoa, dando uma extensa- volta pelo mar de dentro para entrarem no rio Itapitanguy, e por elle subirem até o ponto em que deixa de ser navegavel (cerca de legua e meia da colonia), fazendo por terra o Mar de Dentro para chegar

ao porto da colonia, e d'ahi seguirem pela estrada.

É sensivel a vantagem que resultaria de atracarem os vapores ou navios com colonos immediatamente no porto da colonia, e recolhidos no armazem bagagens e colonos seguirem viagem sem baldeação alguma. Se a colonia tomar incremento e continuar a affluir para aquellas paragens imigração norte-americana, não tardará o dia em que aquelle porto, supplantará inteiramente o da estacionaria villa de Cananéa.

Precisa de uma escola, de uma capella catholica, de uma casa de oração; não são necessarios custosos edificios; casas provisorias construidas, com alguma solides, podem servir por muitos annos. Os caminhos que conduzem aos lotes coloniaes necessitão ser transformados, não já em estradas de rodagem, despeza prematura, mas em bons caminhos para cargueiro, com declive conveniente para na occasião opportuna serem apropriados á rodagem. É indispensável abrir communicação entre os colonos das 2 linhas fluviaes e a sede da colonia, creando assim um centro onde se possão estabelecer as officinas e casas de negocios e poupando-lhes o longo e difficil trajecto até Iguape.

O director já tentou mas faltarão-lhe os meios pecuniarios; serviria ella ainda para o estabelecimento de novos colonos nas suas margens.

Com quanto as terras do districto da colonia não sejão, em sua totalidade, ferteis, com quanto as melhores não sejão de primeira qualidade; com quanto seja aquella uma das regiões mais chuvosas, circunstancia esta que não só faz perder muito tempo de trabalho de campo, como incommoda o lavrador e estorva a cultura de certas plantas; com tudo as vantagens do excellente porto que possue, de sua proximidade, da configuração do solo que se presta a roteação pelo arado e a faceis communicações; a grande quantidade de terras devolutas que se encontrão na sua proximidade, compensão de sobra aquelles inconvenientes, e considero aquelle nucleo como encerrando elementos para um grande desenvolvimento e prosperidade futura".

Ao Presidente da Província de São Paulo, Dr. Antônio Cândido da Rocha, foi ainda apresentado em 1.º de dezembro de 1869, pelo director da colônia de Cananéia, Dr. J. L. Parigot o seguinte relatório sôbre o estado moral e material da mesma colônia durante êsse ano .

"Tendo sómente chegado aqui em fins de Agosto p.p. tenho apenas tido o tempo necessario para examinara miudo tudo que diz respeito aos interesses da colonia, e para julgar com certeza do seu futuro provavel; por isso, peço a V. Exa. a sua indulgencia por meus pareceres que, ao menos, tem por desculpa — o desejo de bem servir ao Imperio.

A colonia de Cananéa foi fundada ha oito annos.

Um relatorio do Ilm. Sr. Dr. Ignacio da Cunha Galvão, em 1866 dizia que a colonia estava ainda em estado embryonario.

Agora venho accrescentar, que o embryo não parece vivedouro (neveable), visto que, em quatro annos, elle não deu um passo para sua perfeição. A colonia não exporta genero algum de mantimentos; pelo contrario, ella precisa comprar alimentos vindos de fora, assim mesmo não parece ser agricola.

O Estabelecimento custou ao thesouro geral, de 1863 até fins de 1866, a somma de 37.906\$000, não incluindo as primeiras despesas de 1862. Por ora não tenho em meu poder todos os archivos da correspondendo, e supondo que, depois de 1866, os orçamentos fossem annualmente de quatorze a quinze contos de réis.

Comparando o dinheiro dispendido com o seu resultado, pode-se muito bem dizer que o Governo Imperial não alcançou o seu fim. Salvo os trabalhos pagos a diario, os colonos fizerão poucas derrubadas.

Ainda uma vez concordo com o Sr. Dr. Gaivão que os colonos tem calculado exatamente o numero de enxadadas que devião dar para não morrerem de fome, porem, este desleixo poderia, em parte ter a sua causa na pouca fertilidade da terra e na esperança de que os colonos tem de ser sempre ajudados pelo Governo, ou senão, serem empregados em trabalhos publicos (essencia de um estado de caridade publica). As obras publicas da colonia, parecem, a respeito defeitio e valor delias serem nem mais nem menos, do que a celebre. *Droit ou travail.* (Organisé aux dépens des contribuables).

Varias causas tem atrasado a colonia:

- 1^a A natureza dos terrenos.
- 2^a As enchentes devastadoras.
- 3^a O flagelo dos ratos.
- 4^a O nosso triste modo de colonisação.

Uma memoria sobre a emigração e a colonisação em geral, e a colonisação do interior, deve agora ter chegado ás mãos do Exm. Conselheiro B. de Azambuja, para ser remettida ao Exmo. ministro Joaquim Antão Fernandes Leão.

A aridez do solo que não for varzea de rios é bem conhecida aqui.

A base dos morros que é uma argilla compacta que não admitté, nem a agua nem as ridiculas plantas annuaes faz com que nella não se penetre. Só o arado, com o estrumo do gado (creado nas estrebarias),

poderião vencer, porém, quando isso?

As encheres annuae tomão, algumas vezes um desenvolvimento tal, que arrancão, tudo casas e plantações, assim como aconteceu o anno passado. Este anno, os ratos parecem ter-se desenvolvido em tão grande numero, que destruirão os dois terços do milho e arroz plantado; talvez a distribuição pela caça das pequenas carnívoras será a causa desta desgraça. Uma observação tenho a fazer aqui. Muita gente admira que o territorio principiasse em terrenos destituídos de Humus, e que elle acabasse onde o Humus apparece de novo; a razão é simples.

Não ha duvida que as aguas, nos tempos antigos, levarão o terreno fertil de cada lado dos morros, entre os quaes ninguem de certo quiz tomar posse ou se estabelecer comprando terras.

Ha muita probabilidade de que a lavagem e a desagregação da Serra Negra e de seu ramal de Itapitanguy, tem formado o solo aravel das praias do mar e da bahia interior.

Esta formação (como a ilha comprida) esperarão sómente a mão do agricultor intelligente. Na Europa e nos Estados Unidos, estas praias tornão-se ricas pela agricultura.

Para quem se dirige, viajando do porto da villa de Cananéa para o porto dito da colonia, a vista da configuração do terreno chama a sua séria attenção. Primeiramente, o porto é magnifico: navios de todas as dimensões, mercantes e de guerra, lá poderão chegar até a beira do mar.

Atras das ilhas — Abrigo e Cardoso, elle parece ser formado para alli, receber, com toda segurança, os productos do interior, provenientes (em linha perpendicular ao mar) das valias dos dous rios Capivary e rio Negro; das terras da colonia do Assumguy e finalmente dos Campos Geraes. (Vide o Mappa).

O mappa que acompanha este relatorio resulta da combinação de muitos trabalhos anteriores, como tambem de minhas explorações na província do Paraná.

Quiz mostrar aqui as relações naturaes que existem entre os dous estabelecimentos pertencentes ao Governo, e as riquezas de Pinheiros que lá ficão perdidas. A direcção dos rios Capivary-guaçú e Rio Pardo, será provavelmente aquella do caminho que deve ligar as duas colónias. De um ponto qualquer, da beira do mar ao interior falta sómente attingir o lugar chamado ' — Capitão Roberto — para achar caminho e fazer escolha.

Voltando ao porto, vemos planicies de duas a tres leguas que en-

cerão a Bahia; elles me parecerão como se fossem verdadeiros escoadeiros nutritivos para o gado que deve suprir o mercado do Rio de Janeiro.

Mas, em destes lugares, um dia' hão de se levantar armazens de algodão, café, mate, assucar, aguardente, milho, farinha de centeio, mandioca e outros productos da industria agricola.

Um dia, este caminho será um ponto de ataque da civilisação contra o Paraguay, pelo Tibagy. Porem, se o meu modo de julgar for conforme a verdade, se a configuração topographica e a natureza do solo forem taes quaes eu as represento, seria então uma povoação industrial e mercantil que devia prehencher os misteres que a natureza alli marcou, e não colonos que se devia mandar para aqui.

As especulações de possuidores de cabedaes só podem abrir a estrada commercial, que eu menciono, com vantagem para elles e para o paiz. Pedir sempre dinheiro ao Governo para ajudar a industria a consumir os meios que procedem de suas fontes verdadeiras.

Neste caso trata-se de abrir o grande triangulo formado pela 'direcção da serra do mar, perto de Curityba, encerrando as cabeceiras dos Capivarys, Assunguy, Ribeira, Pardo e Juquiá; e deve ser empreza particular.

Mas, a questão de trilhos de ferro, chamado tramroads (agora mesmo se fazem de madeira) provem aquelle da emigração espontanea, e depende de uma companhia que eu posso formar na Inglaterra, ao menos, falo da colonisação desta parte do Imperio, que até agora não deu vantagem nenhuma em retorno das despezas do Governo.

Confesso tambem que perante o publico da Europa devo corresponder pessoalmente á confiança que eu talvez poderia obter pelo modo aberto e simples de formar a associação com que havia de pedir a sua confiança, e tenho esperança de poder conseguir o meu fim, como intermediario do Governo.

Sei que não é bom fallar em tram-roads em Cananéa, mas não pretendo fazer trilhos de ferro de cinco leguas nas montanhas, com dous contos de reis. Era uma decepção praticada por pessoa de má fé.

A possibilidade e valor de uma estrada depende:

1º Do resultado de estudos de engenheiros peritos.

2º Dos meios pecuniarios e scientificos da companhia.

3º Dos benefícios que se possão obter em certo tempo marcado.

4º Da honestidade e capacidade da direcção.

O meu plano seria o seguinte:

Temos desde as alturas da Serra Negra, e de seus ramaes Itapitanguy e Guarahú, milhares de pinheiros, cuja extracção, condução e preparação devem pagar as custas dos trilhos que os vão buscar.

(Vide o mappa a secção dos terrenos de Cananéa e Castro).

Estes pinheiros occupão a zona fria que encerra perto da totalidade dos valles e de que falei-lhe, sómente no valle da Ribeira (colonia do Assunguy) onde em terras uterimas, aparece de novo a vegetação tropical; de fórmá que se pode dizer que desde o leito dos rios Pardo e Capivary, ao Oeste, não se encontram senão floresta de pinheiros.

O tal caminho, no meu entender, deveria pagar suas custas desde o principio destas florestas. Para sahir bem de uma empreza semelhante, uma companhia não deve empregar estados maiores e numerosos; seja de savants ou de engenheiros; o luxo e despezas ad-hoc fazem abortar as melhores emprezas. Nada para a emigração: tudo para a razão e pratica, tal deveria ser a divisa dos trabalhadores e capitalistas que se podem associar para um fim certo e grande.

Agora tenho de fallar sobre o triste resultado da colonia de Cananéa.

O Sr. Dr. Galvão já demonstrou qual a sorte da gente que veio para aqui desde o principio desta colonia. Bastaria, para dar uma ideia do que recebemos, traduzir o que diz um jornal inglez o Weekly Despatch de 20 de Agosto de 1869; diz em um artigo para demonstrar que o sobrejo das fabricas, minas, etc., ou os indigentes não podião servir para trabalhar no matto virgem. Aqui estão algumas phrases significativas do jornal:

Mal traduzido em portuguez significa.

...Para dizer verdade, sómente gente que tem actividade, que sabe ajudar a si mesmo, e corajosa será bem acolhida na America e nas colonias (inglezas). Não é escoria da nossa sociedade que poderia agradar. Não ha paiz nenhum que deseje receber gente sem recursos, sem expediente ou coragem, muito menos gente viciosa, doente ou criminosa, que se quer são lavradores estaveis e laboriosos.

Ajuntaremos nós aqui:

Não sómente estes lavradores, mas, na companhia delles, os milhares de capitalistas pequenos industrioso para os dirigir. Mas, a nossa politica foi ruim. Infelizmente o regúlamento de 19 de Janeiro de 1867, atrahio para aqui a escoria das cidades, (com muita honrosa ex-

cepção), mas em geral, gente pobre ou atacada de pauperismo, doença moral que afflige tanto o espirito como o corpo.

De tal modo que a vida de um director de colonia é uma luta constante, como se fosse chefe de um estabelecimento de caridade.

Na minha humilde opinião, a emigração (espontanea) da Europa, não ha de vir ao Brasil senão em dous casos:

1º Quando for atrahida por especulação, seja de industria, seja de abrir linhas de commercio, levando consigo, ou seguida pelos colonos livres que elle empregará como convier, sem que o governo intervenha.

2º Quando os trabalhos preparatorios que aqui permitem só a agricultura, ou a industria agricola forem feitos pelos chins do interior do celeste Imperio. He bem entendido que o Governo Imperial nunca permitirá a importação da gente vadia e scelerada, em uma palavra, a maior canalha da beira do mar da china, de um lado e do outro das Molucas e das celebres Philipinas — Os coolleS.

Ilm. e Exm. Sr. — Quando cheguei aqui, em fins de Agosto p. p. achei muitos colonos, principalmente inglezes e irlandeses, desmoralizados. Alguns (já aqui desde um ano) não tinhão tomado terras; elles se tinhão ajuntado nos lotes urbanos, cultivando assim pequenos jardins e esperando viver com os serviços da nação.

Não querendo continuar este systema e para prevenir uma miseria grande e forçar a elles irem derrubar matto em tempo opportuno nas terras que lhes dei em conformidade dos regulamentos, e de mais não tendo tempo de esperar a licença nem as ordens do Exm. Sr. Presidente da Provincia, (Outubro ou Novembro) dividi elles em turmas que fossem trabalhar durante seis dias em cada lote rustico.

Cada turma, sendo de cinco pessoas, derrubou tres mil braças quadradas a cada colono. Dedicarão-se ao trabalho e plantação de suas roças. Infelizmente, como já disse, os ratos destruirão dous terços do que tinhão plantado.

A accumulação extraordinaria de todos estes desastres, é a causa porque muitos colonos querem ir procurar trabalho nas cidades vizinhas da Provincia durante o verão, para voltar (dizem elles) no tempo da colheita. Não podendo, nem querendo impedir de procurar com que elles devem sustentar suas familias, fiz assignar, aquelles que procurarão uma guia, o reconhecimento da dívida que contrahirão com o Governo nesta colonia.

Conclusão.

Com os elementos que apresentão as colonias do Assunguy e Cananéa, em relação aos districtos dos Pinheiros e os Campos Geraes, para desenvolver a riqueza de uma região immensa, agora sem sahida para o mar pode se propor de tentar formar uma companhia de emigrantes (capitalistas) a qual, com certas vantagens, poderia fazer a estrada desde o porto de Cananéa até Castro.

Assim o nucleo de Cananéa poderia servir e adquirir algum valor; sem esta esperança tenho muito medo de que esta colonia de Cananéa possa nunca indemnizar o Governo Imperial.

Deos guarde a V. Ev. etc.”.

A magnífica estrada de rodagem construída por essa ocasião e que ainda hoje serve a parte central do município, era macadamizada em tôda a sua extensão, sendo os trabalhos dirigidos pelo proiecto engenheiro dr. Júlio Grothe.

O crédito aberto para sua construção, de acordo com os avisos do Ministério da Agricultura, de 10 de outubro de 1861 e 8 de janeiro de 1862 foi de 10:000\$000.

Entretanto, importou a referida obra em 15:642\$363, sendo que aos operários coube pouco mais de oito contos de réis. Os primeiros colonos que se instalaram no referido núcleo, chegaram ao pôrto de Cananéa no dia 28 de agosto de 1862 pela vapor “Imperatriz”, constando de nove famílias, num total de 58 pessoas de nacionalidade suíça.

A elas se reuniram em Cananéa a mais quatro famílias que haviam ido de Campinas, ficando o estabelecimento com um total de 67 pessoas.

Logo após o desembarque, partiram para a Colônia no dia 31 do referido mês.

As primeiras nove famílias constaram dos seguintes indivíduos:

Nicoláo Jeuny, João Muller, Mathias Heitzmann, Pedro Heitzmann, João Heitzmann, João Bertholdo, Martinho Heitzmann, Samuel Kneubukl, João Kuenzi, Jorge Ruedi. Totalizando 58 pessoas.

À essas famílias reuniram-se as demais, que haviam partido da Côrte do Rio de Janeiro a 21 de fevereiro, enviadas pelo Governo Imperial, a pedido do cônsul. Raffard, sendo elas:

José Gremion, do Cantão de Friburgo, com sua mulher;

Pedro Maudonnet, do Cantão de Friburgo, com sua mulher e 1 filho de 20 anos.

Marc Boche, do Cantão de Genebra, com sua mulher e 1 filha.

José Ruiz, do Cantão de S. Gailiu, com sua mulher e 1 filha de 20 anos.

Com êste contingente ficou a colônia constituída por 67 suíços. A colônia desapareceu por completo, e suas terras, em grande parte abandonadas foram sendo ocupadas em grande parte por posseiros e grileiros, devido ao desinteresse verificado por parte dos poderes públicos do Estado.

Memória histórica sobre São Cananéia, Antonio Paulino de Almeida (1963)



Entre as todas as dificuldades encontradas pelos colonos, a falta de acesso e meios de escoar a produção, foram minando os excessivos esforços de

cultivar em uma área tão hostil. Apesar da possibilidade de a colônia possuir um bom porto natural, não haviam estradas e as que haviam eram péssimas e mesmo os rios que apresentavam condições de navegação, necessitavam de constante manutenção e limpeza de sua calha, e estavam sujeitas às variações do clima.

Segundo Pasquale Perrone (1966) entre as condições que levaram ao fracasso da colonização no Vale do Ribeira, além do clima, que alguns consideravam muito tropical para os imigrantes europeus, deviam ainda ser considerados outros fatores.

Um desses fatores foi, sem dúvida, a desilusão do colono frente à realidade encontrada, depois de ter ouvido referências quase miraculosas à nova terra. Em relatórios oficiais, ou em obras de propaganda de empreendimentos imobiliários, as terras da Baixada do Ribeira foram decantadas de sua ferocidade, suas matas foram constantemente citadas como excelentes índices de sua fertilidade e frizou-se, com constância, sobre a possibilidade de se obter sempre bons resultados de todas as culturas. Conversando como velhos colonos de Paríquera-Açu ou de Santa Maria, tivemos oportunidade de sentir como deve ter sido grande o desencanto dessa gente logo ao chegar ao que para muitos, deveria constituir em Nova Canaã. Problema, portanto, de natureza psicológica, mas com profundas repercussões no complexo e difícil processo de enquadramento a uma região nova, não impossível de aproveitar, mas não tão fácil de enfrentar.

A Baixada do Ribeira - Um estudo da Geografia Humana - Pasquale Petrone (1966)

As técnicas de cultivo também foram inadequadas, pois a terra necessitava de rotatividade para não perder produtividade, como feito pelos índios, a coivara. Muitos lotes foram abandonados e os imigrantes deram lugar aos posseiros. Porém alguns prosperaram e se estabeleceram de forma satisfatória, deixando na região seus descendentes, entre os que prosperaram, estão melhor representados pelos norte-americanos confederados.

Guarahú River... XIX century.

Após a criação da Colônia de Cananéia, a difícil adaptação dos primeiros colonos em terras do sul paulista, nas densas florestas do Vale do Ribeira, apareceram outros tentando desbravar essas terras. Os americanos confederados do sul dos Estados Unidos que perderam a guerra para as Colônias do

Norte, e envergonhados pela derrota, resolveram deixar a América do Norte e buscar outro lugar para construir uma nova vida, longe de tristes lembranças.

Com a vantagem de o clima do sul dos Estados Unidos ser um pouco mais parecido com o do Vale do Ribeira, eles figuraram entre os que prosperaram. Além dos sulistas americanos, também havia colonos do norte, alguns de Nova York, porém estes tiveram mais dificuldade de adaptação.

Segundo Artur Rios (1949), que se baseou em informações da época, em 1868 havia um total de 2.070 norte-americanos em todo o país, dos quais 800 em São Paulo, especialmente na Baixada do Ribeira, em Campinas, Capivari e outros locais. Esses imigrantes não formavam um grupo homogêneo, pois que embora poucos, compreendiam gente que, na terra de origem haviam sido grandes proprietários de terras e outros, a maioria, que nunca haviam sido proprietários; escravagistas e não escravagistas, ou pelo menos indiferentes ao problema; geralmente cultivadores diretos, nos Estados Unidos e, em seguida no Brasil, embora incluindo gente que nunca cultivara o solo "haviam negociantes, médicos, mecânicos, dentistas, operários, pessoas de todos os ramos. Alguns eram ricos mas quase todos eram pobres...." (Goldman, Frank - 1956). Embora alguns nem fossem naturais dos Estados Unidos e, entre os imigrantes, tivessem gente oriunda do tradicional Norte desse país, a maioria era constituída por gente do Sul tradicional. Daí considera-se esse movimento migratório como confederados norte-americanos.

Pasquale Petrone - A Baixada do Ribeira - Um estudo da Geografia Humana - (1966)

Era comum, pelas margens do Guaraú, nesta época, ouvir pessoas falamdo a língua inglesa. Os colonos encontravam, inicialmente, dificuldade em relacionar-se com as pessoas das vilas adjacentes, pois não falavam português. A moda e decoração das casas mais abastadas seguiam as novidades de Paris, eles tentaram implantar culturas como o algodão, típico do sul americano.

Também era uma tentativa de estabelecer um modo de vida sulista americano em outras terras, escolheram o Brasil devido a facilidade de adquirir terras, e o incentivo do Imperador D. Pedro II. Cidades como Americana e Santa Bárbara D' Oeste, Santarém, no Pará, pelo sul do Brasil, também nos Rios Juquiá e Xiririca.

Alguns localizavam-se nas vizinhanças de Cananéia, especialmente na vertente ocidental do Guaraú; poucos procuraram o Ribeira litorâneo, próximo de Iguape, enquanto os arredores da então Xiririca atraíam alguns imigrantes isolados. O vale do Júquiá, e já fora da área propriamente da Baixada, o do São Lourenço, constituíram outros polos de atração, o primeiro tendo sido palco da criação de "Lizieland", efemera tentativa de colonização em uma área de cerca de 100 milhas quadradas (Goldman, Frank - 1956).

Pasquale Petrone - A Baixada do Ribeira - Um estudo da Geografia Humana - (1966)

Entre os que melhor se adaptaram, na Colônia de Cananéia, às margens do Guaraú, estão figuras como o capitão Buhlow e seu sócio, o sr. Hanson.

A maioria limitou-se a cultivar o solo, organizando lavouras que, no mais das vezes apenas satisfizeram as necessidades de subsistência. Pouquíssimos puderam encontrar mercado para a produção. Em vários casos, entretanto, as atividades tiveram amplitudes maiores. Dois exemplos localizados nos arredores de Cananéia, por exemplo, além de instalarem uma serraria a vapor e máquinas de beneficiamento de arroz e milho, trabalharam na estrada que se pretendia abrir em direção à Colônia de Cananéia, recentemente instalada e, ainda, planejaram criar uma Colônia com sua direção.

Pasquale Petrone - A Baixada do Ribeira - Um estudo da Geografia Humana - (1966)

Um importante relato sobre os moradores dessa época, da geografia, da natureza e da vida no rio Guaraú, foi realizado por Dr. Joaquim Antônio Pinto Júnior, em uma série de reportagens para o Diário de S. Paulo no ano de 1866.

Após partir de Iguape, rumo a Cananéia e, acompanhado pelo coronel Mesquita, e por João de Freitas Coutinho, o Pirracento, seguindo em direção ao porto Cubatão e atingindo por terra o Rio Guaraú, pela



Barra do Pindaúba, seguindo ao Ribeirão Pindauvinha até o Salto do Guaraú onde as margens ficava a propriedade de Buhlow.

Chegámos ao salto do Guarahú estabelecimento do sr. Buhlow, e era tal a nossa ansiedade por ver trabalhar o engenho de serra, que essa mesma hora nos dirigimos para a machina.

Este maravilhoso engenho é de serra circular das mais modernas, tocando o machinismo por um motor pelo método de turvina, sistema este que o põe acoberto de qualquer enchente, unico que podia funcionar com um rio caudaloso e de grande queda: tem força de 30 cavallos e serra uma taboa de 22 palmos de largura em um minuto, como por mais de uma vez tivemos accasião de observar com o relogio na mão. A serra tem 50 polegadas de diametro, 26 dentes de duas pollegadas de extensão cada um, e a sua espessura é de $\frac{1}{4}$ de polegada.

Ao lado esquerdo do engenho existe um caminho que o rio sobe até as plantações em que está montada a serra, 20 pés inglezes acima da água, o qual é composto de dois trilhos de madeira paralelos, e o centro preenchido em espaços de dois palmos em cylindros de madeiras que gyrão, e com o auxilio desses cylindros arrastados sobre elles o maior madeiro só com a força da máquina sobe em um minuto até o carro de serra, quasi sem emprego de braços, e com a simples força do motor.

Esta machina tem ainda um instrumento novamente descoberto, e premiado com uma patente nos Estados Unidos a que chamão Head-Block, o qual tem a utilidade de, com um ligeiro e simples movimento de um braço de ferro, graduar a grossura das taboas que se querem serrar, desde $\frac{1}{4}$ de pollegada, até a maior espessura, isto por meio de uma escala dentada, que está subordinada o braço de ferro, que lhe imprime o andamento desejado, dispensando assim o auxilio do compasso, e o trabalho do homem.

Para dar volta no carro da serra a um madeiro de 3 a 4 palmos de uma alavanca como um semi-círculo de ferro armado na extremidade de uma unha com o qual fazem rapidamente voltar a face do pão no sentido que se deseja.

Junto ao engenho de serra, e como dependencia desta está montada uma excellente ferraria.

Ha muito pouco tempo que este engenho funciona, e entretanto já se levantão naquelle lugar casas por encanto. Parte de nossos companheiros pernoitáron em uma casa toda de madeira, tendo 20 palmos

de fundo sobre 15 de largo, construida de excellente assoalho. Esta casa foi começada e concluida em 48 horas com o trabalho de apenas duas pessoas.

As terras adjacentes tanto á direita como á esquerda do rio Guarahu, são de uma fertilidade espantosa, e cobertos de enormes figueiras brancas e pão d'alho em grande quantidade a que os naturaes chamão Guararema signaes estes evidentes de terras de superior qualidade, e como melhores não se encontrão em qualquer outro ponto da província.

Pernoitamos na margem esquerda do rio Guarahu na habitação do sr. Hanson, socio do sr. capitão Buhlow, e alli recebemos da esposa do sr. Hanson, moça de pouco mais de 16 annos, formos de uma educação finissima, os mais delicados obsequios, e ahi tivemos occasião de comer de um pão de trigo feito á moda dos Estados Unidos, de um sabor delicioso.

Até a hora de accommodar, foi a conversa a mais animada possível, pois esgotada a materia principal - fertilidade das terras, cultura do algodão, necessidades de estradas, etc., cahirão na grande questão da ultima guerra, a qual debaterão com a maior animação, commemorando e procurando explicar acontecimentos que hoje pertencem a história daquelle paiz. No meio dos debates aparecerão os retratos de seus principais homens, entre outros os generais Lee e Forest que os confederados conservão com toda a veneração e respeito como preciosas reliquias de uma causa pela qual derramáram o seu sangue, e pela qual forão forçados e expratriar-se.

Quando contemplavamos o entusiasmo, o culto (póde assim dizer), que esses homens devotão aquelles que por elles se havião sacrificado, uma lagrima de prazer nos assomava ao rosto pela esperança de que em poucos annos o Brasil, e especialmente a província de S. Paulo, receberão animação, sentir-se-hão dominados de uma nova vida, com a seiva de homens trabalhadores, industriosos e ao mesmo tempo interessados na marcha, governo e destino politico de seu paiz.

Praza aos céos que um acontecimento qualquer imprevisto não venha interromper essa corrente que se dirige para nossa terra; continue ela como vai, e temos esperanças de que ainda em nossos dias o Brasil ha de ser uma nação grande, poderosa e civilizada, e seus filhos dignos da liberdade que a constituição lhes outorga; e a inveja, o chalatismo, a ambição e a venalidade não poderão...

É incrível o desejo que essa boa gente tem de aprender a língua nacional, e cada dia, fazem progressos. A linda filhinha do sr. Hanson,

de 3 annos de idade, entende perfeitamente o inglez, mas sómente falla em inglez com os seus pais, e quando alguem lhes dirige a palavra nessa língua ella pede que lhe fale em portuguez. O mesmo tinhamos já observado na colonia com a galante filhinha do sr. Smith a quem o pai falla em inglez e a senhora do sr. Smith em francez, e a ambos ella responde sempre em portuguez, tendo perfeitamente entendido o que lhe perguntáro em qualquer daquelas línguas.

No dia 19 pela manhã começámos os nossos preparativos de viagem dirigidos pelo sr. Freitas Coutinho, homem conhecido e estimado por todos os moradores daquellas paragens, e especialmente dedicados aos interesses dos emigrantes.

Iamos embarcar nas canôas para descer o rio Guarahu, quando observamos que uma canôa tripolada com quatro individuos todos de pé se approximava da parte de cima do salto para passar a corredeira e o tombo d'agua; corremos todos aniosos ao barranco do rio para presenciar esse magnífico espectaculo. Ao chegarem ao lugar em que as aguas se desempenhão com uma rapidez incrivel, prendêrão a canôa com os remos, e três saltáro em sobre as pedras por onde passáro para a terra; ficou na canôa (se a canôa se pode chamar uma casca de páo de 4 a 6 dedos de altura, e uma largura de palmo e meio), apenas um individuo; era um moço de pouco mais de 18 annos, musculoso e bem feito; de repente apróou a canôa para o abysmo, e esta saltou com uma frecha por cima do tombo, e transpôz a corredeira, sem que o atrevido navegante perdesse um momento o equilíbrio, apenas lhe saltou o chapéo da cabeça como vento. Foi por nós e pelas innumerias pessoas que havião corrido ao barranco recebido com estrepitoso aplausos, e depois de embarcarem os tres companheiros lá forão rio abaixo levados pela poderosa corrente e pelos remos como se fossem apenas uma briisa que rapida se deslizava por sobre as águas crystalinas do Guarahu.

Despedimo-nos e partimos bastantes saudosos dos amigos que nos tinhão acompanhado até alli, e dos illustres emigrantes que havião dispendidos para connosco tanta urbanidade e delicadeza.

Era o dia 19 de Agosto, domingo e dia de S. Joaquim; os moradores das margens desse rio, do Pindauvinha que lhe fica próximo, e do Jacupiranga, que não é muito distante, passeavão pelo rio de uma para outras situações, o que dava á viagem o caracter risonho de uma festa: a cada volta de rio encontravamo uma canôa literalmente carregada de gente, e sobre todo o attrahio a nossa atenção uma pequena canôa tripulada appenas por um homem à popa dirigindo-a com um remo, e um menino de 4 annos ao mais á proa, tangendo com uma destraza

admiravel um pequeno varejão.

O Rio Guarahu é navegavel em todos os tempos, mas principalmente na estação chuvosa em que cresce consideravelmente; as suas aguas são tão crystalinas que se distingue perfeitamente o que vai pelo fundo, o que faz com que pareça mais razo. Para que se possa fazer uma ideia de sua limpidez, basta dizer que colhemos algumas pedrinha do fundo do rio todas as vezes que a canôa parava, e em que uma dellas apanhámos um pequeno kagado de pollegada e meia de extensão que trouxemos até esta capital, onde ainda se conserva de perfeita saude, com o nome de bixo de Guarahu, com que era conhecido durante a viagem.

As margens do Guarahu, como as do Jacupiranga, são bordadas de frondosas matas em que avulsão como gigantes da floresta, figueira branca e a guararema ou pão d'alho; ha grande abundancia de peixe e uma variedade infinita de caça, desde o quati até a anta, desde o colibri até o jacutinga e jacu-guassú e macuco.

Ha em toda extensão que percorremos do Guarahu uma zona de capim de angola, que alli cresce espontaneamente, de sementes que o vento e as aguas conduzirão de plantações antigas, e o mesmo se observa nas margens do Jacupiranga; é tal quantidade, que daria para engordar grandes boiadas e cavalhadas. De espaço a espaço encontramos pastando e quasi escondidos por entre o capinzal nedios bois de carro, e luzidas vaccas de leite.

Assim distraídos sempre pelas mais bellas e pictóreas vistas, observando aqui uma casinha sobre o elevado barranco do rio, alli uma plantação de canna ou mandioca, e mais além do gado deitado a descer sobre uma evtensa praia de alva areá e roliços seixinhos, fomos insensivelmente até a barra do Pindauvinha, e dahi até o Jacupiranga, á fazenda do nosso amigo o sr. Joaquim de Moraes Freitas Coitinho, onde desembarcámos.

A fazenda do sr. Coitinho é uma das mais ferteis e espaçosas desse rio. Logo que desembarcámos, percorremos as plantações e visitámos a casa do sr. Roussel, emigrante americano, que ali se acha estabelecido de parceria com o sr. Coitinho, em plantações de algodão.

Para examinar esta situação percorremos a pé quasi que um quarto de legua, e pudemos ver quanto as margens do Jacupiranga são ainda mais ferteis do que as do Guarahu; encontramos as árvores de pão d'alho entre 20,25 e 30 palmos de circunferencia, e asseveráramos que ha ainda maiores.

Chegados que fomos á fazenda recebemos todo o agasalho que pôde offerecer um bom amigo, e o que mais apreciâmos foi a franqueza e a ingenuidade do coração bem formado do sr. Moraes.

Empregamos o resto do dia 19 em examinar o rico engenho de pilar arroz, a frondoza plantação de canna-caiana que parece dar alli como em parte alguma, e a noite antes que nos acomodassemos, foi empregada em ouvir as judiciosas informações que nos dava o sr. Moraes ácerca dos meios de tornar aproveitavel uma tão consideravel porção de terras, ricas e productivas que se estendem desde as margens da Ribeira até o ultimo de seus affluentes da direita ou esquerda, principalmente o Júquia, o S. Lourenço, o Guarahu, o Etá e o Jacupiranga.

A primeira necessidade daquela região é uma boa estrada para a serra acima: muitas tem sido as estradas projectadas; longas sommas têm sido despendidas, e até hoje não ha ainda uma communicação, porque qualquer das povoações da serra acima disputa a preferencia, e os nossos deputados para não comprometterem as suas candidaturas, para não sacrificarem a sua reeleição consignão pequenas cotas para todas as ambições, o que dá em resultado não termos uma estrada para a marinha, quando se não houvesse já uma fosse no ponto que fosse, seria de grande vantagem para todos, por que a região da Ribeira é toda cortada por uma rede de rios navegaveis que aproveitarião a qualquer estrada que houvesse levado efeito.

No dia 20 ao meio-dia seguimos em uma excellente canôa pelo rio Jacupiranga a demandar a Barra do Turvo sempre acompanhados e sob a direção do nosso amigo o sr. Freitas Coitinho.

A 1 ½ horas da tarde tinhamos alcaçado a barra do Turvo, pequeno rio navegavel, mas sujeitos a grandes vasantes que tornão muito difícil a passagem que é preciso fazer nessas oaccasiões em canôas muito pequenas; é um rio semelhante ao nosso Tamanduatehy, trancado de grossas madeiras por debaixo das quaes é preciso passar a custo, pois sendo elle muito estreito e fechado de matas, as madeiras o atravessão de um lado a outro; é de terras férteis, e encontrão-se em suas margens muitas plantações de canna de assucar e mandioca.

Pouco acima da barra parámos em casa do sr. Ignacio Pereira de Oliveira, onde foram servidas magnificas laranjas; como ao sahir a canôa encalhasse por duas ou três vezes, por estar muito sobrecarregada, passadas duas ou tres voltas do rio, fomos alcançados por dous filhos do sr. Oliveira que vinham em uma canôa trazer-se presentes por ordem de seu pai, e aliviar nossa canôa do peso de alguns passageiros; entramos na canôa do sr. Oliveira, e ás 5 horas da tarde estavamos no

porto do sr. Tubardino onde devíamos pernoitar e onde os nossos companheiros chegáram depois das 6 horas.

Neste pouso encontrámos as nossas cavalgaduras, que da barra do Pindauvinha tinhão feito uma grande volta por péssimos caminho para virem esperar-nos neste lugar.

A partir desse ponto, a comitiva segue por terra para Xiririca, onde eles passam algum tempo explorando as redondezas. E após algum tempo dessem o Ribeira retornando para Iguape, encerrando um riquíssimo relato sobre uma região em que poucos são os registros históricos.

Excursão à Comarca de Iguape - Diário de S. Paulo 1866 - Dr. J.A.Pinto Jr.

Hemeroteca da Biblioteca Nacional <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709557&pesq=excurs%C3%A3o%20a%20comarca%20de%20iguape> 18/10/2018 às 20:06h.

Ainda sobre a serraria do Capitão Buhlow no Guaraú, segue uma notícia do Diário de S. Paulo em 1869, sobre a resolução de um juiz do Rio de Janeiro sobre um pedido de falência do estabelecimento do americano. O impasse jurídico, deve-se à jurisdição do juiz de Iguape sobre o Guaraú, visto que apenas a região da barra do rio pertencia a Iguape, a parte superior do rio era território de Cananéia. Porém os moradores preferiam navegar pelo Guaraú, Jacupiranga e Ribeira para chegar até Iguape do que ir por terra até Cananéia, para qualquer coisa que fosse necessário.

Diário de São Paulo 1869 edição 1167

O presidente da Província, a quem foram presentes as representações dos juízes municipais suplentes dos termos de Iguape e Cananéia, informação prestada pelo respectivo juiz de direito, e depois de ter ouvido o Dr. procurador fiscal geral ácerca do conflito de jurisdição suscitado por aquelles juízes municipais, em processo de fallencia, cuja abertura fora requerida a ambos os ditos juízos por João Detsi, na qualidade de procurador do negociante do Rio de Janeiro João Baptista Redoranchi contra o capitão Ernesto Affonso Bulhow, estabelecido com um engenho de serra e negócio de seccos e molhados no Guarahú, affluente do rio Jacupiranga, do Município de Iguape;

Verificado pela prova documental produzida pelo juiz municipal da referida cidade de Iguape, que os habitantes do Guarahú vão de preferência procurar em Iguape todos os recursos que lhes são indispensáveis, quer religiosos e quer civis, o que inquestionavelmente demonstra que elles encontrão neste mais commodidade e promptidão na realiza-

ção de suas transações e interesses do que daquelle termo, sendo certo que o proprio individuo, contra quem se requereu fallencia, pagou na mesa de rendas de Iguape os componentes de direitos de sua casa de negócio no Guarahú, para cuja installção, não só elle, como outros negociantes alli estabelecidos, obtiverão a precisa licença da camara municipal de Iguape, como se prova com certidões da mesma camara, e do escrivão daquelle estação arrecadadora;

Estando mais comprovado, por documentos authenticos, que os referidos habitantes do Guarahú são qualificados guardas nacionaes e votantes na cidade de Iguape, em cuja parochia fizerão o registro de suas terras;

O mesmo presidente da provincia, em face dos documentos alludidos, e conformitando-se com o parecer do Dr. procurador fiscal geral, emitido a respeito, resolve provisoriamente, na forma do art. 5ºda lei n.38 de 3 de outubro de 1834, que no juiz municipal da Iguape, e não o de Cananéa, compete conhecedor da fallencia requerida, e que deu causa ao conflicto de juridição que assim fica decidido.

Muitos dos americanos que vieram para o Vale do Ribeira resolveram deixar a região, retornando para a América, outros fixaram-se na região de Santa Bárbara d' Oeste e Americana. Devido ao isolamento, o desconhecimento das verdadeiras condições dos terrenos, o insucesso da colheita devido às enchentes ou outras condições climáticas, a falta de vias para escoamento dos produtos e insegurança da posse dos terrenos. Porém por aqui, ainda existem seus descendentes, disseminados na população como os Davies, os Redhed (Red Head), Murray, Franklin, entre outros.

O morro da Pedra do Cata-Akulha.

Em 1860 Sacramento Black, realizando levantamento das terras para o governo, soube que alguns rios que cortavam as terras da Areia Preta, e os com suas nascentes no morro Grande, tinham águas salobras e deixavam aqueles que as consumiam doentes. A fim de investigar as causas dessas águas serem insalubres, segue pelo ribeirão da Areia Preta até suas nascentes, e encontrou o morro do Cata Agulha, grande depósito de minério de ferro magnético e apatita.

“....apareciam pessoas colhendo informações sobre a mina de ferro. Pelo jeito eram engenheiros que faziam muitas perguntas e diziam:

Está terra está muito rica, tem muito minério que não acaba mais.

Não havendo acomodação em outro lugar, Torquato (de Pontes) foi quem hospedou-os, também pelo fato de vizinhar com as terras da mina. Ainda havia escravos na época, os mesmos faziam companhia nas andanças pelas matas porque os engenheiros receiam as feras.

Quando sentavam-se à mesa para as refeições é que conversavam mais tempo, apesar que somente um falava português.

Falavam tanto da região que não davam chance de Torquato falar.

Esses homens permaneceram por mais de um mês na cachoeira, ao se despedirem quiseram pagar a hospedagem, mas Torquato não aceitou, diziam sentir muito em deixar o alambique pelo aperitivo delicioso.

Como Torquato nada aceitou em pagamento, ao saírem presentaram Angélica com um crucifixo de ouro e brilhante, o qual deverá estar até hoje em algum lugar do rio Jacupiranga, onde foi perdido com o naufrágio de uma canoa quando desciam para Iguape no que Angélica ao cair, perdeu nas águas e nunca mais encontrou. Ao saírem da Cachoeira, os engenheiros pediram a Torquato que os acompanhasse até uma região de registro conhecida como serrote.

A caminhada era toda a cavalo por uma pequena estrada onde só passava carro de boi e aranha.”

Josepha P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).

Antonio Paulino de Almeida publicou na Revista do Arquivo Municipal de São Paulo CXXVII. o relatório de Sacramento Black.

“Ilmo. E Exmo Snr – Tenho a honra de submeter à consideração de v. Exa. E do governo imperial o incluso trabalho em que se contém informações sobre as minas de ferro magnético do Jacupiranguinha no município de Iguape, acompanhado de duas amostras deste mineral e do calcáreo a que se acha ligado. Com este com este trabalho aliás imperfeito tive por fim concorrer para que o estudo e descobrimento de nossas riquezas naturais que hão sempre merecido a constante solicitude do governo. Deus guarde a v. Exa. – Distrito de Cananéa 3 de Fevereiro de 1871 M. D. Presidente desta Província – O Engenheiro do Ministério d’agricultura Raymundo Sacramento Black.

No tempo em que chegava à margem direita do Jacupiranguinha, no município de Iguape, e íamos transpor aquele rio, prosseguindo no desempenho dos trabalhos a meu cargo, fui informado pelos moradores

do lugar _ que na margem oposta do mesmo rio, onde desaguão pequeninos ribeirões, seos tributários, corrião agoas salitradas, de gosto intragável, e que segundo seus effeitos parecião insalubres, visto como todos que ião estabelecer-se alí fazendo o uso de taes agoas se tornavam em breves tempos doentes e opilados.

Para averiguar este facto que era exposto com lealdade, e que podia offerecer amplos meios de observação e de estudos da sciencia, tratei logo de explorar aquelles lugares, percorrendo-os attentamente na maior parte de sua extensão.

Do resultado dessa exploração, aliás proveitosa, do que pude sucessivamente colher dos demais exames que procedi passo a fazer a respectiva narração.

Sobre a margem esquerda do rio Jacupiranguinha, no lugar oposto ao que me achava, levanta-se um cordão de morros de altura pouco considerável, o qual seguindo a principio em direcção geral de Oeste, e tomando depois a de N.O. vai terminar na paragem denominada Alegre, nas margens do rio Turvo, confluente importante do rio Jacupiranga.

Estes morros, segundo as denominações que conservão, se dividem em duas partes que são: o morro Grande ou morro das Pedras, e o morro do Chapadão, e communicão-se com a serra Nova, Ramificação importante e conhecida da serra Negra; e formão a divisa de agoas dos rios Turvo e Bananal, este confluente do rio Jacupiranguinha, aquêle do rio jacupiranga, como se disse.

Taes morros são formados de terras geralmente férteis, e que se dividem em duas classes distintas que são: a terra roxa muito argilosa, contendo fraguementos de caldosi, e a terra preta formada principalmente de pequenos cristaes de peróxido de ferro, misturados com fragmentos de um rochedo eruptivo, também ferruginoso.

As agoas que vertem da terra roxa são geralmente potáveis e as que tem suas fontes na terra preta são intragáveis, tem o sabor adstringente mais ou menos pronunciado, e são em fim aquellas que nos forão indicadas.

Da vertente norte do morro Grande nascem quatro córrego que tem as seguintes denominações: Area Preta, Faria, Braço do Joelho e Joelho, os dois primeiros deságua no Jacupiranguinha, são os que contem as referidas agoas, e os dois últimos vão fazer barra no rio Turvo; notando-se que o Braço do Joelho correm agoas da mesma natureza, e de sabor ainda mais pronunciado que as dos córregos que vão ter no Jacupiranguinha.

Os valles do Area Preta, Faria e Braço do Joelho, que foram examinados achão-se cheios ou mais propriamente atulhados de uma formação diluvial que consistem quase exclusivamente de mineral e ferro magnético (protoxido e peróxido de ferro, de todos os tamanhos, desde pedaços que representão alguns palmos cúbicos até a area mais fina; todos arredondados e polidos pela ação da agoas; o que prova que se acham deslocados de sua posição primitiva. Nota-se também que entre esses fragmentos achão-se muitos que mostram magnetismo polar, e tanto atraem não só o ferro como o próprio mineral. E' bem suppor-se que depois de minunciosa exploração encontrem-se amostras de pedras iman de forças essa considerável.

Para achar a procedência desse ferro tão abundantemente acumulado no espaço superior de uma legoa quadrada, passou-se a examinar os morros vizinhos, principalmente de denominação das pedras. Penetrando em uma grota deste, encontram-se logo uma rocha de natureza duvidosa, que é provavelmente volcanica, e que fazem influir este rochedo sobre a agulha magnética, sem contudo mostrar polaridade. Subindo-se depois do referido morro, chegou-se ao pé de um grande paredão de pedras, mui alcantilado, que se levanta até o cume do mesmo morro. Então notou-se tambem que sobre a superfície d'este rochedo se achão espalhados muitos cristaes de aspecto metallico que o fazem brilhar aos raios de sol. A massa principal d'este rochedo consiste n'um calcareo laminario, que pela simples inspecção pode ser tomado pro calcareo dolomitico. Abri os variados cristaes de aspecto metallico são também de ferro magnético, que sobressaindo na superfície do calcareo em pontos salientes, parecem como que cravados nelle, e isto como resultado da dissolução operada pelas agoas pluviais na mesma superfície.

A quantidade de ferro que se acha nesta formação é mui variável, pois que existem camadas em que nem a décima parte será talvez d'este mineral e outra ao contrario em que sua totalidade é composta de mineral, servindo apenas de cal como argamassa para ligar os diferentes cristaes.

O rochedo é schistoso, as respectivas camadas são inclinadas para o sul, e toda esta formação tem muita semelhança com algumas formações sedimentarias mais antigas: mas não tendo encontrado o mesmo signal de petrificação não foi possivel determinar-lhe a idade geologica. O mineral de ferro, o mais importante d'esta formação, foi antes de tudo examinado, e reconheceo-se como composto de protoxido e peroxido de ferro.

Por efeito d'este exame e dos mais que sucessivamente foi observado chegou-se á seguinte conclusão: que este mineral é identico como o que se encontrou abundantemente nos vales dos ribeirões vizinhos: e que tais depósitos são formados pela decomposição da rocha calcarea, tendo as agoas levado as partes calcáreas, e depositado o mineral de ferro.

Para seguraramo-nos da importancia d'este mineral em relação a industria, aqueceu-se uma parte d'ele num tubo de vidro até a temperatura roxa.

N'esta operação não appereceo sublimado algum, nem houve desenvolvimento de gases á excepção da pequena quantidade de enxofre e arsenico, os dous corpos que podião mais embaraçar a applicação do mineral nos diversos misteres da industria.

E para obter-se uma ideia aproximada da composição do calcareo fez-se a analyse chimica, procedendo-se do modo seguinte:

Tratou-se de um grama d'este mineral em pó pelo acido nítrico frio, do que resultou dissolver-se com a ebuição branda a maior parte, e ficar insolvel um residuo que pesou 0,100gr, consistindo do sílex em forma de area fina.

Tratou-se a solução pelo sulfato de amoniaco do que resultou um precipitado preto, que pesou 0,03, o qual se reconhece pelo massarico ser sulfato de ferro.

A solução restante tratou-se primeiramente pelo chloramonium e depois pelo carbonato de amoniaco, e d'ahi precipitou-se 0,7gr de carbonato de cal. Evaporou-se o resto da solução até secco, e o residuo restante depois de ser calcinado pesou 0,06gr.

Dissolveo-se ainda este resíduo por meio de acido sulfurico estendido, e tratou-se solução neutra pelo phosphato de soda, produzindo um precipitado cristalino, que por si, e pelo resultado obtido pelo massarico reconheceo-se que era magnesia.

O resultado total da analyse foi portanto o seguinte:

<i>Silex (em forma de arêa insolúvel.....</i>	<i>0,100gr</i>
<i>Oxido de ferro.....</i>	<i>0,024gr</i>
<i>Carbonato de cal.....</i>	<i>0,700gr</i>
<i>Carbonato de magnésia.....</i>	<i>0,080gr</i>
<i>Perda de agoa.....</i>	<i>0,096gr</i>
<i>Total.....</i>	<i>1,000kg</i>

Esta analyse resentindo-se da falta de aparelhos e reajentes necessarios não podia ser feita tão exacta, quanto era de desejar, mas prova entretanto que esse calcareo das formações não devia ser classificado na ordem dos dolomitas, por conterem em si muito pouca magnesia, parecendo ser calcareo das formações de transições, maternomphosiados pela ação do calor.

Por ultimo pôde-se crer que as agoas que correm nos citados ribeirões, as quaes chamarão a nossa atenção, devem o gosto salitrado que apresentam porção de magnesia que em si contem; e para confirmar ou antes averiguar-se esta causa deverão ser oportunamente examinadas. E para que se realize o logo com a pericia que ora lhe fallei a analyse dos mineraes em questão, junto apresento duas amostras do mineral de ferro, e uma do calcareo para serem examinados pelos competentes na materia.

Conclusão

Do expendido se ve que os terrenos do Jacupiranguinha, contem importantes minas de ferro, que forão por nós encontradas ao transformos aquella paragem; e que tal importancia se revela não só pela grande extensão que elles ocupão, e que se calcula em algumas legoas quadradas, como tambem pela natureza do mineral, que por ser pura de rara qualidade, admitte na sua extracção o emprego dos processos mais abreviados.

E não se pode encarecer o merecimento d'estas minas, consignando a existencia de carvão de pedra, que ainda não foi descoberto; nem por isso ha que descrever a importânciā d'ellas visto como não a contaram com aquele precioso combustivel, possuem contudo como apanagio seo, as vigorosas mattas virgens que podem fornecer abundante carvão vegetal; accrescendo mais que a fabricação de aço fundido, para a qual é apropriadamente aplicavel o ferro que elles em si contem, despende mui pouco combustivel, pondo-se em pratica o novo sistema Bessemir (?) pelo qual se descarvonisa o ferro fundido sem mais emprego de combustivel.

Estas minas porem parecendo vantajosamente situadas a respeito dos rios Jacupiranga e Ribeira, não podem contudo utiliar-se d'esta navegação que é sobretudo limitada, e feita em grande parte por pequenas canoas, no enorme desenvolvimento de 25 ou mais legoas para inter na cidade de Iguape.

Ellas, pois, parecem destinadas, como as demais riquezas naturaes do paiz, a aguardar o almejado desenvolvimento das nossas vias

de comunicação.

Entretanto passando atravez de seus terrenos a projectada estrada que deve ligar o porto da colonia de Cananéa com a cidade de Castro, é de suppor que se approxime a epoca de participarem do influxo d'esta via de comunicação.

Distando elles 7 legoas apenas do porto da Colonia de Cananéa é certo que a estrada que d'ali partisse abrindo em seo começo largo espaço a mineração e outras industrias, criaria simultaneamente perenes fontes de receita para a construção das outras secções da sua projeção.

Seja tambem consignado que verificando-se actualmente, ou n'um futuro mais ou menos proximo a exploração d'essas minas, é sobremodo necessário que se trate de acautelar as mattas, preserva-las da implacavel destruição que lhes volta a lavoura rotineira. Para esse efeito torna-se urgente que o governo ordene desde já descriminação do domínio publico, fazendo effectiva respectiva demarcação ou por outro modo, mande verificar a desapropriação d'essas mattas no caso de pertencerm á propriedade privada.

Sem esta providencia jamais colherá o Estado a minima vantagem deste tesouro natural.

Distrito de Cananéa 3 de fevereiro de 1871 – Raymundo de Penna-forte Sacramento Black.

Antônio Paulino de Almeida - Memória Histórica de Jacupiranga - Revista do Arquivo Municipal CXXVII - (1949).

O governo concedeu direito de exploração de lavra das minas do Jacupiranguinha e Turvo a várias pessoas ao longo dos anos. Foi criada a “companhia das minas de ferro do Jacupiranguinha”, e um subsídio foi cedido à companhia, que gastou dinheiro em sua sede na capital e pouco foi feito para um bom aproveitamento da mina, fornos foram levantados e uma vila de imigrantes ingleses foi construída onde hoje é o clube da cidade.

No final do Império, a Província de São Paulo já era a unidade do Brasil que mais se destacava em termos econômicos: o café paulista era então o principal produto de exportação do país. Isto fez com que as infra-estruturas de transporte (ferrovias, estradas e o porto de Santos), comunicações e urbana no território paulista girassem principalmente em torno do café. Os recursos auferidos com a exportação do café eram tantos, que se perdia, por vezes, o foco em relação a outras alternativas.

Este tipo de situação pode ser percebida, por exemplo, excluídas as razões de ordem econômica e/ou técnica, que talvez justifiquem o desconhecimento da solicitação, através de um requerimento de José Eubank da Câmara, concessionário das minas de ferro do Jacupiranguinha e Turvo, na Comarca de Iguape, à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, datado de 21 de Janeiro de 1881. Nele solicitava uma subvenção anual de oito contos de réis para o transporte de minério de ferro.

Câmara era sócio de Abel Gomes da Costa e Silva e de Augusto Corrêa Durão no empreendimento. Os três receberam a concessão, que antes pertencera a Joaquim Ignácio Silveira da Motta, para lavrar ferro e outros minerais, bem como realizar a navegação nos rios Jacupiranguinha e Jacupiranga, tanto por navios à vela como a vapor. A esse respeito, Câmara informava que naquele momento um grande número de canoas navegava até o Rio da Ribeira e que ele próprio fizera o percurso.

“O abaixo-assinado já fez, em agosto último, a viagem contínua, desde o porto das minas de ferro até a cidade de Iguape, em canoa, que transpôs, sem dificuldade maior, as seções mais obstruídas daqueles dois primeiros rios (Jacupiranguinha e Jacupiranga), gastando 15 horas, inclusive paradas, nesse extenso trajeto.”

Câmara argumentava que o transporte do minério de ferro de Jacupiranguinha até o Rio de Janeiro seria sempre por água, o que seria uma grande vantagem. Afirmava que o transporte de uma tonelada de ferro da Real Fábrica de Ferro de Ipanema (situada no atual município de Iperó) até o Rio de Janeiro custaria até sessenta e um mil réis, enquanto que o minério das minas de Jacupiranguinha não passaria de dez mil réis. Tal redução de custo somente poderia ser obtida pela aquisição de barcos a vapor, cujo modelo anexava e que aqui reproduzimos. Além do transporte do mineral, Câmara também vislumbrava a possibilidade de as embarcações servirem “à lavoura dos férteis vales do Jacupiranguinha, Jacupiranga e Juquiá”.



Este desenho, extraído da edição de 16 de Janeiro de 1880 da revista norte-americana *The Engineer*, integra um conjunto de centenas de milhares de documentos, cobrindo o período de 1819 a 1947 preservados na Divisão de Acervo Histórico, já digitalizados e abertos à consulta pública.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo- <https://www.al.sp.gov.br/geral/noticia/noticia.jsp?id=293010>

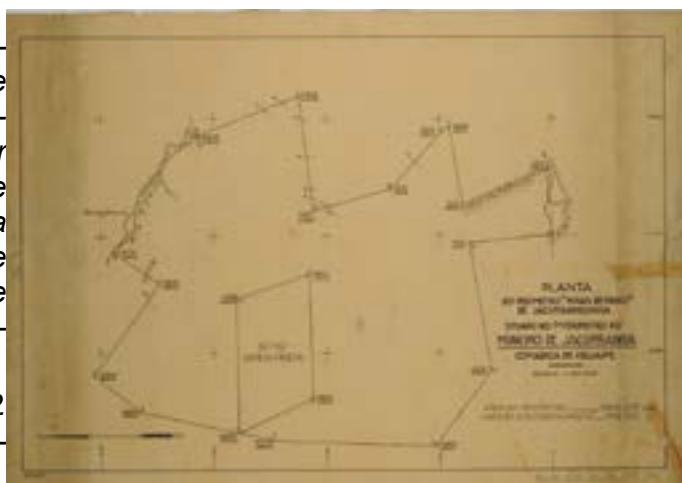
A nova empresa era obrigada por decreto, a construir uma infraestrutura para a colonização das terras ao redor da mina.

“...novas pessoas chegaram só que eram ingleses onde construíram casas onde hoje há o clube, antes eram casas para operários, o salão do cinema, etc.

Essas famílias traziam empregados que após a volta dos ingleses ficaram e se fixaram estando até hoje entre nós, e foram bem vindos, sendo eles os Devis (Davies) e Sprian (Cipriano).

Foram demarcadas as terras que eram muito comentadas pelo seu valor mineral. Falava-se no Morro da Pedra Cata-Agulha, que é uma mistura de apatita e magnetita.”

Josephina P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).



Planta do perímetro “Minas de Ferro de Jacupiraguinha - Arquivo Público do Estado de São Paulo

Mas por volta de 1900 nada mais poderia ser aproveitado, como descrito por M. Pio Corrêa em seu “Estudo Scientifico do Município de Iguape” que foi publicado no ano de 1906.

“....o ribeirão da Área Preta, já mencionado mas cuja excepcional importância nos força ampla referência, por que, em verdade é nesse que está a parte até agora reconhecida principal da Mina de ferro do Jacupiranguinha e Turvo; e por que foi ali que fizeram em 1889, o forno e diversas edificações, cujas ruínas ainda hoje podem ver-se, apavorando

o capital, já de si tão retrahido.

Deste logar á sede da freguezia ou districto de Jacupiranga, gastam-se, a cavallo, duas horas e em canôa, seis horas, tendo já sido feito esse percurso por lanchas a vapor. Daqui ao Turvo e suas cabeceiras, a distância é pequena e as communicações relativamente faceis.

Para o histórico dessa mina, poucos dados possuimos. Sabemos apenas que, por decreto de 26 de novembro de 1872, foi ella concedida a cavalheiro que, mais tarde, a transferiu a outro; este, com audencia do governo imperial, tambem a transferiu a uma companhia, no anno de 1881. O último decreto a respeito parece-nos ser o de 24 de março 1883. A concessão caducará definitivamente em 1931, mesmo que es teja em actividade a sua exploração.

A mina occupa uma area de 49.130.400,00 metros quadrados, e nella existem três qualidades distinctas de mineral: o primeiro, é negro, dá pó preto, tem fractura concoidal e é massiço; o segundo é igual, mas comm alguma ganga; o terceiro, é cavernoso, escuro, com pequenas veias de quartzo (ferro oxydado hydratado). Nenhuma dellas contém enxofre ou phosphoro e todas pertencem á cathegoria dos minereos ricos, porque segundo analyses o ferro puro está na proporção de 54,36 a 58,40%.

Como ja dissemos algures, o leito do Arêa Preta é alluvional e corre entre montanhas de grés e schistos com augito, alguns metamorphisados; e aqui e alli apparece calcareo puro. Foi nesta área, tão vasta, bem irrigada e geologicamente interessante e promissoras de riquezas, que em 1889, uma companhia iniciou os trabalhos, guiada apenas pelos lisongeiros resultados de analyses feitas no "Bureua d'essais", de Paris, e nos laboratorios "Metalurgico e Saint-George- Hospital", de Londres, e fascinada pela abundancia do mineral que se vê na superficie do solo.

O capital da companhia (500:000\$000) desapareceu sem que fosse feita uma sondagem, de modo que ainda hoje se ignora a extensão e a espessura da jazida! O dinheiro foi absorvido em construcções dispensaveis e até bondes para a gerencia, lançando, afinal, o descredito sobre a mina e afugentando aquelles que accaso esperavam o resultado daquellas explorações, para iniciarem outras nesta mesma zona.

Tem sido accusada a companhia por haver mandado construir um alto forno, em vez de preferir o methodo catalão; nós, porém, achamos essas accusações, sinão infundadas, pelo menos poucos judiciosas. Em nossa opnião, uma empresa nova que queira explorar o ferro desta mina, deve por de lado tudo quanto a outra companhia fez. Ella não

deixou nada aproveitavel. Só depois de estudos bem feitos, é que pôde preferir-se o methodo de extracção.

Não há duvida que o italiano ou o catalão, sendo menos dispendioso e proprio para aproveitar o carvão vegetal e, como força motriz, as quedas de agua, seria preferivel; porém, tal methodo exige mineral fusíveis, de reducção facil, e a esta classe não pertencem os minerais quartzosos, como os dessa mina, porquanto das três amostras mencionadas e analysadas, resulta que a primeira apresenta vestigios de quartzo, a segunda, 5,60% e a terceira 35,50% (incluindo alguma argila). Podemos assegurar a todo o minério da Área Preta.

Outra circumstancia digna de ser considerada, é que o methodo catalão não convem aos minereos calcareos, por causa do acido carbonico que, desenvolvendo-se, tiraria muito calor; e das três amostras, duas apresentaram vestigios de cal e a terceira 0,30%.

Convém pois não iludir ninguem. O ferro desta mina é magnetico, e até muito é tambem magnetico polar; a sua quantidade parece ser extraordinaria, immensa, á vista do que nos depara em sondagens. O oxydo de manganez, cuja importancia nenhum profissional desconhece, anda associado ao minereo desta jazida. Seja, pois, qual fôr o capital necessário para bem aproveitar esta mina, acreditamos que elle obterá largos juros. É simplesmente extranhavel que até hoje não tenha apareccido um syndicato que tome o encargo de utilizar tão grande riqueza natural.

M. Pio Corrêa - Estudo Scientifico do Municipio de Iguape - Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo (1906)

Em 1872, o Governo Imperial, cedeu pelo decreto Nº 5.152, de 27 de novembro de 1872, o direito de lavrar ferro e outros minerais por 50 anos, nas margens dos Rios Jacupiranguinha e Turvo à Joaquim Ignácio da Motta. Entre as obrigações da companhia, estava abrir estradas de acesso, o estabelecimento da navegação nos rios e a criação e manutenção de uma colônia de imigrantes.

DECRETO Nº 5.152, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1872 - Concede autorização ao Dr. Joaquim Ignacio Silveira da Motta para lavrar minas de ferro e outros mineraes que tenham applicação na industria, nas margens dos rios Jacupiranguinha e Turvo, a comarca de Iguape, na Provincia de S. Paulo.

Attendendo ao que me requereu o Dr. Joaquim Ignacio Silveira da Motta, e Tendo ouvido o Conselheiro Procurador da Corôa, Soberania e Fazenda Nacional, Hei por bem Conceder-lhe autorização, por 50 annos, para lavrar minas de ferro e outros mineraes, que tenham applicação na

industria, nas margens dos rios Jacupiranguinha e Turvo, na comarca de Iguape, na Provincia de S. Paulo, sob as clausulas que com este bai-xam, assignadas por Francisco do Rego Barros Barreto, do Meu Conse-lho, Senador do Imperio, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, que assim o tenha enten-dido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em vinte e sete de Novembro de mil oitocentos setenta e dous, quinquagesimo primeiro da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Francisco do Rego Barros Barreto.

Cláusulas a que se refere o Decreto nº 5152 desta data

I

Os trabalhos da lavra poderão ser feitos pelo concessionario ou por uma sociedade organizada dentro ou fóra do Imperio e deverão co-meçar dentro de dous annos, contados da expiração do prazo marcado para a medição e demarcação dos terrenos mineraes.

II

Dentro do prazo de tres annos, contado desta data, o con-cessionario deverá apresentar ao Governo as plantas topographica e geologica do terreno onde devem minerar, com os perfis que demons-trem, tanto quanto fôr possivel, a superposição das camadas, fazendo acompanhar estes trabalhos de amostras das diversas especies das camadas de terra e do mineral.

Na mesma occasião declarará se o terreno é devoluto ou par-ticular, designando neste caso o nome dos proprietarios, a natureza e uso das edificações nelle existentes.

III

Satisfeita a exigencia da clausula anterior ser-lhe-hão concedi-dos até 5.000 hectares de terrenos devolutos ou particulares adquiridos pelo concessionario. A proporção entre o numero de hectares e o capital reunido e empregado effectivamente nos trabalhos de mineração será de um hectare para 150\$000.

IV

Os terrenos concedidos serão medidos e demarcados dentro do prazo de um anno, contado da data de sua concessão. A medição e demarcação dos mesmos terrenos serão feitas á custa do concessio-nario, que fica obrigado igualmente a satisfazer todas as despezas de

verificação por parte do Governo.

V. Sendo devoluto o terreno, o Governo compromette-se a vendel-o ao concessionario pelo preço de 2 rs. cada 4.m.q.84, conforme permette a Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850.

VI. A medição e demarcação do terreno só darão direito á lavra do mineral, depois que o concessionario provar perante o Governo ou a Presidencia da Provincia que se acha empregado o capital correspondente a cada um dos terrenos medidos e demarcados.

VII. Findo o prazo de cinco annos, contados desta data, o concessionario perderá o direito aos terrenos de que não se achar de posse, por não ter empregado o capital preciso para sua aquisição definitiva.

VIII. Na fórmula do Decreto nº 3236 de 21 de Março de 1864, serão considerados effectivamente empregados, e portanto com direito á proporção estabelecida na clausula 3^a:

1º O custo dos trabalhos de medição e demarcação dos terrenos, levantamento de plantas, despezas de exploração e outros trabalhos preliminares;

2º O custo do terreno devoluto ou particular;

3º A importancia dos instrumentos e machinas destinados aos trabalhos de mineração;

4º A despesa effectuada com o transporte de engenheiros, empregados e trabalhadores; Fica entendido que esta despesa comprehende sómente a que provém do transporte de taes individuos dos lugares de sua residencia até a mina e nunca as diarias, regulares ou constantes, da mina para qualquer povoado ou vice-versa.

5º A despesa das obras feitas em vista dos trabalhos da mina, tendentes a facilitar o transporte de seus productos, inclusive estradas de ferro ou de rodagem, e bem assim as casas de moradia, armazens, officinas e outros estabelecimentos indispensaveis á empreza;

6º O custo de animaes, barcos, carroças e quaesquer outros vehiculos empregados nos trabalhos das minas e transporte de seus productos;

7º O custo dos trabalhos que forem executados em relação á lavra ou qualquer despesa feita bona fide para realizar definitivamente esta mineração, ficando entendido que o custo das plantações feitas pelo concessionario não será levado em conta do capital.

IX. As provas das hypotheses do artigo antecedente serão admitidos bona fide e qualquer artificio que fôr empregado em ordem a illudir

o Governo ou seus mandatarios dará direito áquelle, em qualquer tempo que a fraude venha a ser descoberta, a annullar esta concessão, sem que o concessionario tenha direito á indemnização alguma.

X. O concessionario fica responsavel pelos desastres que occorrerem nos trabalhos de mineração, se provierem de culpa ou inobservancia das cautelas e regras aconselhadas pela experientia, ficando sujeito, além da multa de 100\$000 a 2:000\$000, imposta pelo Governo e cobrada executivamente, a prover a subsistencia dos individuos que ficarem impossibilitados de trabalhar e das familias dos que falecerem por causa de taes desastres.

XI. O concessionario sujeita-se ás instruções e regulamentos que forem expedidos para a policia das minas.

XII. O concessionario remetterá semestralmente ao Governo um relatorio circumstanciado dos trabalhos de mineração, sendo obrigado a prestar-lhe quaesquer esclarecimentos que forem pedidos e a franquear o estabelecimento aos engenheiros que o Governo incumbir de examinal-o, dando-lhes todas as informações que exigirem para o bom desempenho da commissão.

XIII. O concessionario obriga-se a pagar ao Estado a taxa fixa annual de cinco réis por cada 4.m.q.84 dos terrenos que obtiver, e o imposta de 2 % do rendimento da mina, liquido das despezas da extracção que annualmente realizar, conforme prescreve o art. 23, § 1º da Lei nº 1507 de 26 de Setembro de 1867.

XIV. Dentro do terreno medido e demarcado será permittido ao concessionario extrahir qualquer mineral que encontrar, independentemente de nova concessão, contanto que declare ao Governo a descoberta que fizer, e sujeite-se a estas clausulas no que puderem ser applicadas á nova mineração e á qualquer outra que lhe diga respeito e esteja inserida em concessões feitas pelo Governo para a extracção do mineral descoberto.

XV. Sem permissão do Governo, não poderá o concessionario ou seus successores dividir a mina que lavrar.

XVI. Fica autorizada a abertura de caminhos ou estradas para o serviço da mineração ou para o transporte dos productos das minas e o estabelecimento da navegação a vapor por pequenos barcos.

XVII. Será fundada e mantida uma colonia de imigrantes, concedendo o Governo as terras precisas, pelo preço minimo da lei.

XVIII. Organizada a companhia, entrará o concessionario com a quantia do 20:000\$000 para o Thesouro Nacional, em beneficio da ins-

trucção publica.

XIX. Esta concessão tornar-se-ha nulla:

1º Quando o concessionario deixar de executar os trabalhos especificados nas presentes clausulas, dentro dos prazos nellas fixados;

2º Quando a lavra do ferro e outros mineraes fôr interrompida por mais de seis mezes;

3º Quando fôr suspensa por mais de 30 dias, salvo o caso de força maior devidamente provado;

Ainda nesta hypothese a suspensão dos trabalhos não excederá o tempo que, a juizo do Governo, fôr marcado para a remoção das causas que a tiverem determinado.

4º Quando se der o caso da clausula 9^a;

5º Quando houver reincidencia de infracção, a que esteja imposta pena pecuniaria.

XX. A infacção de qualquer clausula, para que não se tenha estabelecido pena especial, será punida com a multa de 1:000\$ a 5:000\$.

XXI. Estas clausulas obrigam a companhia que o concessionario organizar ou quem quer que delle obtenha a presente concessão, mediante licença do Governo.

XXII. A companhia poderá ter sua séde no paiz ou fóra delle, com tanto que, para a decisão dos assumptos relativos á empreza, tenha no Brasil um representante habilitado com os necessarios poderes para tratar e resolver directamente com o Governo Imperial as questões emergentes; ficando entendido que, quantas apparecerem entre dia e o Governo ou entre ella e os particulares, serão tratadas e resolvidas no Brasil, de conformidade com a respectiva legislação.

XXIII. As questões que se suscitarem entre o Governo e a empreza serão resolvidas por arbitros.

Se as partes contractantes não accordarem n'um mesmo arbitro, cada uma nomeará o seu, e estes começarão seus trabalhos por designar um terceiro, cujo voto será definitivo. Se não houver accordo sobre o terceiro, cada arbitro escolherá um Conselheiro de Estado e entre estes decidirá a sorte.

XXIV. Ficam resalvados os direitos de terceiro, quer se derivem da propriedade da superficie do sólo, quer da prioridade da exploração, ou lavra do mineral, rios lugares que forem designados ao concessionario.

No 1º caso, o proprietario da superficie do sólo só poderá ser della privado, mediante indemnização, satisfeita pelo concessionario,

amigavel ou judicialmente.

No 2º caso, serão mantidos os direitos provenientes de concessões anteriores, provando o interessado que executou os trabalhos em virtude de autorização do Governo.

Palacio do Rio de Janeiro, em 27 de Novembro de 1872. - Francisco do Rego Barros Barreto.

O decreto Nº 6.753, de 24 de novembro de 1877, prorroga os prazos para 3 anos os prazos para a apresentação das plantas geológica e topográfica do terreno, que é aprovada pelo decreto Nº 7.874, de 3 de novembro de 1880. A concessão, em 1880, foi cedida por Joaquim Silveira da Motta a José Ewbank da Câmara, Abel Gomes da Costa e Silva e Augusto Corrêa.

Em 1883, pelo decreto Nº 8.931, de 7 de abril, ficou reduzida a dois Reais por braça quadrada (4,84 m²) o preço das terras devolutas na área da concessão. Pelo decreto Nº 735, de 6 de setembro de 1890, o Marechal Manoel Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório da República do Brasil, transfere a concessão da Companhia Industrial do Brazil para a Empresa Brazil Metallurgico.

Somente com o final do prazo de concessão, determinado pelo Governo, na década de 1930, que a mina passou a ser explorada. A concessão foi cedida ao grupo Moinho Santista, que criou a Companhia Serrana de Mineração S.A

Companhia Serrana de Mineração S.A.

A mina não foi explorada até a década de 1940, quando o direito de lavra foi cedido ao grupo Moinho Santista, então fabricante de tecidos, que para atrair trabalhadores para a mineração, teve que construir uma estrutura urbana, como uma vila para os operários, cinema e posto de atendimento médico. Em 1944, Cachoeira, ou Barra do Cachoeira, que tinha esse nome porque estava localizada na foz do rio Cachoeira ou Cachoeirinha, no Jacupiranguinha ou Jacupiranga de Cima, passou a ser distrito do município de Jacupiranga, e adotou o nome de Cajati.

“A companhia Serrana começou em 1942 sendo seu primeiro administrador Antônio de Souza, quem abriu a primeira estrada de Jacupiranga a Cachoeira, no sentido oposto ao do rio, a qual foi abandonada pela realização da nova estrada.”

Josepha P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).

Yield para a maior produtividade de fertilizantes

Avaliadas entre 2 a 3 milhões de toneladas as reservas conhecidas de apatita em Jacupiranga
A JAZIDA EXPLORADA PERMITIRIA
UMA EXTRACAO DE 10 A 15 ANOS

Modernizar a usina de concentração do minério

Рефераты №1. Планы: планы работы для этого года | план бюджета и отчетов

www.elsevier.com/locate/aim



Publicação da Folha da Manhã de 4 de fevereiro de 1950, com a descrição do início das atividades da Serrana, que proporcionou a modernização da vila de Cachoeira. No canto esquerdo mostra o francês Dr. Pierre Geisweller, no canto inferior direito, mostra a estrutura construída no Porto Cubatão, para escoar o minério por navios, visto que Cubatão era superior ao porto de Subaúma que inicialmente foi utilizado para este fim.

.....em 1936 o grupo Bunge criou, na Rua São Bento, em São Paulo, a Cemento Róseo que, em 1939 alterou seu nome para Cibra – Sociedade Brasileira de Cimentos S.A., com a finalidade de explorar a indústria do cimento (CMB, São Paulo, 2013: 9). No mesmo ramo de atividades, a Bunge constituiu a Serrana S/A de Mineração, fundada em 1938 para “pesquisa e exploração de uma reserva de calcário na Serra do Mar, atuando como associada à Cibra, produtora de cimento pozolânico, adquirida pela S/A Moinho Santista em 1936”. Em 1942 a Serrana passou a explorar uma jazida de minério fosfatado (apatita) em Cajati, no Vale do Ribeira. Em 1945 a Cibra transformou-se em Quimbrasil, fabricando produtos químicos para uso veterinário e agrícola, além de fertilizantes fosfatados.

A Bunge e seu primeiro cinquentenário no Brasil (1905 a 1955): Os passos da construção de uma filial de um grupo econômico Armando Dalla Costa - Gustavo Pereira da Silva.

Com o início das atividades da Serrana, começa o processo de urbanização de Cachoeira, que de aspectos meramente rurais, rapidamente passa a ser o que viria a se tornar a sede do futuro município.

Vila Industrial - Foto do Centro de Memória Bunge.

Entretanto na área de Cajatí, há uma atividade ligada à extração de apatita, cujas repercussões no ritmo de vida local não podem ser descuradas. Mesmo porque, trata-se de uma área onde já por diversas vezes tivemos iniciativas de mineração visando especialmente minérios de ferro (Côrrea, M. Pio).

A empresa responsável pelos trabalhos é a Serrana Mineração, instalada em uma área de 150 alqueires, no distrito de Cajatí, desde o ano de 1942, quando iniciou seus trabalhos. A área das minas é de propriedade do governo do Estado, tendo a Serrana concessão para explorar o minério.

O mineral extraído é a apatita, que ocorre associada a jacupiranguito, magnetita e calcáreo. A extração do minério se verifica em minas a céu aberto, toda com trabalho manual completado pela de alguns tra-tores e uso de bastões de dinamite. O minério extraído é encaminha-do, por intermédio de caminhões, para a usina de beneficiamento. Está localizada junto ao rio Jacupiranguinha, aproximadamente 5 km das minas. Na usina o minério é lavado e concentrado, sendo em seguida remetido para São Caetano, próximo a São Paulo, onde se procêssa a fabricação de adubo. Atualmente a produção de minério concentrado eleva-se a aproximadamente 45.000 toneladas anuais, a usina tra-blando quase ininterruptamente, apenas cessando a cada 15 dias para reparações. Calcula-se que as reservas, no ritmo atual de produção, possibiliterão ainda 15 anos de atividade, ou pouco mais.

Os fatos que mais interessa destacar aqui não são propriamente os relativos à mina ou a emprêsa, mas principalmente aquêles con-se-quentes da presença dessa atividade.

Antes de mais nada, a presença da Serrana contribuiu para trans-formar radicalmente as paisagens dessa porção da Baixada, contribuin-do para que a sede do distrito de Cajati, de um simples e modesto po-voado que era, adquirisse condições praticamente urbanas. Realmente onde tínhamos apenas o povoado de Cajatí, hoje encontramos três núcleos. O primeiro é o próprio Cajatí, séde do distrito de paz, abrigan-do algumas casas comerciais e habitado por uma população ligada a atividades rurais. O segundo é o núcleo que abriga as principais insta-lações da Serrana que, próxima à usina de beneficiamento, compreendem principalmente escola, capela, séde para administração, escritórios, residências para funcionários e operários, pensões para solteiros, clube e cinema, além de uma usina termo-elétrica, depósitos, garagem e almoxarifado. Trata-se de núcleo planejado e, portanto, ordenado, com funções urbanas e abrigando cerca de meio milhar de pessoas. O

terceiro é o *Parafuso*, um típico aglomerado linear que se dispõe, com as habitações que se sucedem regularmente, densamente a princípio, rarefazendo-se três quilômetros da estrada da Serrana para Barra do Azeite. Sua população em parte dedica-se a lavoura, ao pequeno comércio e, em parte, também a trabalhos junto a Serrana. A valorização da terra, vendida em lotes praticamente urbanos, é um indício desse desenvolvimento recente, da mesma forma o número de casas novas em construção, muitas de alvenaria, e o número das que são reformadas.

A empresa contribuiu para a abertura de várias estradas, todas revestidas com magnetita, minério separado da apatita. Uma estrada com 14 km foi aberta até Jacupiranga, enquanto que outras conduzem da usina à mina. A presença da mina fez com que fosse aberta uma estrada ao longo do antigo percurso entre Jacupiranga e Cananéia, passando pela ex-Colônia, enquanto que está sendo concluído um ramal da BR-2 que, com 12 km, une Cajatí e a Serrana a Jacupiranga.

Outro aspecto decorrente da presença da Serrana é o relativo ao consumo de lenha para a usina térmico-elétrica, com 500 KW de capacidade. As áreas fornecedoras de lenha tornaram-se sempre mais distantes, dado o esgotamento das possibilidades das áreas mais próximas. Atualmente a usina recebe lenha da zona de Pará-quéra-Açu e Cananéia, transportada por caminhões que se dirigem carregados de minério para o "mar" de Cubatão. Com a finalidade de garantir o aprovisionamento em combustível a Serrana iniciou o plantio de eucalipto em larga escala.

No "mar" de Cubatão, próximo do "ferry-boat" para Cananéia, a Serrana construiu um cais para o embarque do minério, que segue para Santos via mar.

De resto, a exploração da apatita permitiu que um grupo numeroso de famílias pudesse dispor de um padrão de vida satisfatório, bem mais elevado que o da média da população da Baixada (do Ribeira").



Fig. 11 — A presença da Serrana de Mineração no distrito de Cajati, município de Jacupiranga, constitui um importantíssimo fator de transformação das paisagens culturais tradicionais. Outida do topo da colina onde se encontra a sede da dessecação, a fotografia mostra-nos a usina de beneficiamento da apatita, a usina, uma parte das plantações de eucalipto e, ao longe, o morro onde, a céu aberto, extrai-se o minério.

Pasquale Petrone - A Baixada do Ribeira - Um estudo da Geografia Humana - (1966)

A construção da Vila Industrial, dos clubes, do supermercado Gigante, do posto médico da Serrana, do prédio do cinema e refeitório, das usinas, da abertura da estrada até Jacupiranga, da escola da Serrana, foram consequências do início da exploração da mina de ferro e apatita. Mais tarde foram construídos o aeroporto e a estrada de ferro que leva até o porto de Santos.

Navegação Fluvial

Antes da instalação da Serrana S/A de Mineração, Cachoeira era apenas um pequeno bairro, mas foi essa a gestação do distrito de Cachoeira, que se tornou o segundo maior município do Vale do Ribeira, atrás apenas de Registro e posterior atrás de Registro e Iguape. Por mais incrível que possa parecer, por muito tempo a comunicação com outros povoados, era exclusivamente feita por via fluvial. Para quem hoje vê o estado do Rio Jacupiranguinha parece que isso é impossível até mesmo para pequenas canoas. Mas toda a produção agrícola era escoada através dessas vias naturais. Eram 2 dias de canoa até chegar em Iguape, pelos Rios Jacupiranguinha, Jacupiranga e Ribeira de Iguape. Todos os rios da região eram navegáveis pelo menos em parte por canoas, e os rios Ribeira, Juquiá, Jacupiranga, São Lourenço, Una da Aldeia e Una do Prelado, além do Mar pequeno, contavam com linhas de navios e lanchas a vapor. Essa hidrovia foi muito importante para o início da colonização e o governo do Estado até pensou em reativar essa importante hidrovia no século XXI.

a Secretaria de Estado do Planejamento desenvolveu um projeto que prevê a integração dos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário no Vale do Ribeira, aproveitando a infra-estrutura já instalada (Rodovia Régis Bittencourt - BR 116), e o potencial para navegação pelos rios Ribeira, Juquiá e Jacupiranga.

A hidrovia foi integrada à estrada de ferro Juquiá/Santos, e foi utilizada até a década de 1950, quando foi inaugurada a Rodovia Régis Bittencourt. A comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo mapeou e descreveu toda essa hidrovia em 1908.

Neste trecho do Ribeira, do Júquia até aqui, afflue na margem direita o rio Jacupiranga, importante pela extensão naveável que of-

ferce até a povoação de Botujurú; os ribeirões Pariquera-assú e seu pequeno afluente, o Mirim, não oferecem quasi condições de navegabilidade, principalmente neste mez, em que ainda perdura seca não commum nessa região. No dia 11 de Outubro iniciou-se a subida do rio Jacupiranga e seus affuentes, que foram levantados em 119 kilometros assim discriminados: No Jacupiranga 78 kilometros, no Jacupiranguinha 26 kilometros, no Canha 2 kilometros e no Guaraú 13 kilometros. O Canha e Guarahú, com mais um corrego são affuentes da margem direita do Jacupiranga, e na margem esquerda affluem 5 pequenos corregos e o Jacupiranguinha que tem por sua vez 3 affuentes á direita e 3 á esquerda; o rio Jacupiranga tem 1 ilha, o Jacupiranguinha tem 10 e o Guarahú. A povoação de Botujurú foi levantada em todos os detalhes; está situada a margem direita do Jacupiranga, tem uma boa egreja de construção moderna, escola publicas e 13 negócios, populaçao pacifica, com um cemiterio relativamente grande e já quasi completo, pois a mortalidade aqui é um pouco excessiva devida á molestia dos intestinos e febres palustres. Botujurú, com a facilidade da navegação pelo Ribeira e Jacupiranga, tem perspectiva para um futuro mais risonho.

Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo - Exploração do Rio Ribeira de Iguape (1914)

Da Barra do Jacupiranga até o porto velho de Iguape ainda teriam mais 32 km pelo rio Ribeira de Iguape. A navegação pelo Jacupiranguinha se dava até a Barra do rio Azeite, onde pouco acima há um salto, que as canoas tinham que ser atravessadas por fora, transpondo esse salto o rio poderia ser navegado até o porto de Lavras. A partir desse ponto o Jacupiranguinha apresenta muitas corredeiras e cachoeiras.

Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo - Exploração do Rio Ribeira de Iguape (1914)

Em notícia do Diário de São Paulo, mostra o Jacupiranguinha como alternativa, para se escoar o minério até um porto marítimo. O que dificultava a navegação por essa hidrovia era o fato de que o Jacupiranguinha e o Jacupiranga necessitavam de limpeza constante dos troncos que desciam durante as cheias e atravancavam algum ponto quando as águas baixavam. Essa limpeza deveria ser realizada pelos moradores das margens dos rios, e mais tarde pela Companhia de Navegação Sul Paulista, que muitas vezes não cumpriam com o dever. Outra característica natural, era que durante a época de seca

os Jacupiranguinha, Guaraú e Jacupiranga tinham suas águas muito reduzidas, o porto do Jacupiranguinha em Cachoeira tinha 0,5 metro de profundidade durante a estiagem e o porto do Jacupiranga na Barra do Guaraú tinha profundidade mínima de 1 metro em tempos de seca.

Iguape, 17 de Novembro de 1871 - Constou-se que ha poucos dias reunirão-se os membros da camara municipal afim de dar parecer ou informação exigida pelo governo provincial, sobre a pretenção de uma concessão de privilégio requerido para a exploração de um rico mineral ha pouco tempo descoberto neste município.

Posto que não estejamos informados do resultado da sessão, todavia, nutrimos bem fundada convicção de que a camara municipal daria informação favorável a respeito.

Estamos informados de que esse mineral foi descoberto pelo engenheiro Dr. Black. Em terrenos na sua maior parte ainda incultos, entre os rios Jacupiranguinha e Turvo, contendo grande abundância de ferro em mistura com calcareo crystallino.

Achando-se aquelle local perto do rio Jacupiranga, que é livremente navegável em canoas que conduzem peso superior a 250 arrobas, os transportes d'ali para o porto desta cidade e vice-versa se poderão fazer com admirável facilidade e insignificantes despezas, o que tudo muito concorre e anima a organização de uma companhia que se proponha a lavrar e fabricar ferro.

E, pois esse mineral de uma importância e riqueza tal que, concedido o privilégio para explora-lo, e organizada uma companhia que a lavra, trará grandes benefícios.

Iguape, 19 de Novembro de 1871

Constou-nos que ha poucos dias reunirão-se os membros da camara municipal afim de dar parecer ou informação exigida pelo governo provincial, sobre a pretenção de uma concessão de privilégio requerido para a exploração de um rico mineral ha pouco tempo descoberto neste município.

Posto que não estejamos informados do resultado da sessão, todavia, nutrimos bem fundada convicção de que a camara municipal daria informação favorável a respeito.

Estamos informados de que esse mineral fere descoberto pelo engenheiro Dr. Black, temos na sua maior parte ainda incultos, entre os rios Jacupiranguinha e Turvo, contendo grande abundância de ferro em mistura com calcareo crystallino.

Achando-se aquelle local perto do rio Jacupiranga, que é livremente navegável em canoas que conduzem peso superior a 250 arrobas, os transportes d'ali para o porto desta cidade e vice-versa se poderão fazer com admirável facilidade e insignificantes despezas, o que tudo muito concorre e anima a organização de uma companhia que se proponha a lavrar e fabricar ferro.

E, pois esse mineral de uma importância e riqueza tal que, concedido o privilégio para explora-lo, e organizada uma companhia que a lavra, trará grandes benefícios a este ca-

O Estado de S. Paulo - 7 de novembro de 1871.

Em decreto do ano de 1888, estabelece os parâmetros para a concessão da navegação fluvial na bacia do Ribeira de Iguape, entre elas o Rio Jacupiranga, até o porto da cidade de Jacupiranga.

LEI N. 73 - O bacharel Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente da província de S. Paulo, etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a

Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a lei seguinte :

Art. 1º - Fica o governo da província autorizado a rever o contrato celebrado com a Companhia de Navegação Iguapense, da qual é cessionário o cidadão Walter Hamanonond, innovando o mesmo contacto sobre as seguintes bases:

§ 1.º - O cessionário por si empreza ou companhia que organizar, estabelecerá o serviço de navegação, nos seguintes Rios :

a- Ribeira entre as cidades de Iguape e Xiririca ; b-Una entre Iguape e a povoação nas margens deste rio ; c-Jacupiranga, desde sua foz no Rio Ribeira até a povoação do mesmo nome; d-Juquiá, desde sua foz no rio Ribeira até as freguesias de Santo Antonio e Prainha.

§ 2º - O cessionário procederá nos rios acima aos trabalhos de desobstrução e melhoramentos necessários à franca navegabilidade dos mesmos.

§ 3.º - Serão feitas, pelo menos duas viagens mensais em cada um dos referidos rios.

§ 4º - Os empregados do governo, força pública, imigrantes e malas do correio terão transporte gratuito.

§ 5.º - O prazo de duração do contrato será de trinta anos e a subvenção será elevada a vinte e cinco contas annuaes.

§ 6º - Quando a empresa auferir juro superior a 9%. calculado sobre um capital de quinhentos contos, o excesso será dividido igualmente entre província e a empresa, até ser paga a importância das quantias adiantadas, como subvenção.

Art. 2º - Fica igualmente autorizado o governo a celebrar contrato com os cidadãos Agostinho José Moreira Rollo, Antonio Jerenrias Muniz e Antonio Ferreira de Aguiar, ou com quem maiores vantagens oferecer, para, por si, empreza ou companhia que organisarem, estabelecerem o serviço de navegação entre a cidade de Iguape e a villa e colónia de Cananéa e colónia de Paríquera, sob as seguintes bases :

§ 1º - Os contractantes serão obrigados a dar duas viagens mensais entre Iguape e a villa e colónia de Cananéa ; quatro ao porto da colónia de Paríquera, no rio Sabaúna, e duas á barra do rio Paríquera.

§ 2º - O prazo de duração do contrato será de cinco anos, a contar da data da assignatura do mesmo, e a subvenção por esse serviço será de tres contas e seiscentos mil réis annualmente.

Art. 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento o execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O secretario desta provincia a faça imprimir, publicar e correr.

Dada no palacio do governo da provincia de S. Paulo, aos vinte e quatro dias do mez de Março do anno de mil oitocentos e oitenta e oito.

(L. S.)

FRANCISCO DE PAULA RODRIGUES ALVES.

Carta de lei pela qual vossa excellencia manda executar o decreto da Assembléa Legislativa Provincial, que houve por bem sanccionar, autorisando o governo a rever o contracto celebrado com a Companhia de Navegação Iguapense, como acima se declara.

Para vossa excellencia ver,

Olympio O'Reilly a fez.

Publicada na secretaria do governo da provincia de S. Paulo, aos vinte e quatro dias do mez de Março do anno de mil oitocentos e oitenta e oito.

O secretario da provincia -Estevam Leão Bourroul

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1888/lei-73-24.03.1888.html>

No decreto Nº 7.280, de 4 de julho de 1935, em que estabelece a celebração do contrato com a Companhia de Navegação Fluvial Sul Paulista, em que se refere a linha Rio Jacupiranga, que havia sido suspensa.

Paragrapho unico - O Governo poderá exigir, em qualquer tempo, mediante transferencia de viagens, o restabelecimento da navegação no Rio Jacupiranga, suprimida o titulo de experencia.

As embarcações que navegavam na região nesta época eram:

O “Vicente de Carvalho”, vapor de 90 toneladas de carga, com capacidade para 32 passageiros de 1^a classe em beliches, 50 de 2^a classe, com divisões para 8 animais.

O “Cândido Rodrigues”, vapor para 56 toneladas de carga, 32 passageiros de 1^a classe em beliches, 50 de 2^a classe.



O “Bento Martins”, vapor para 40 toneladas de carga, 12 passageiros de 1^a classe e 20 de 2^a classe. O “Juquiá” para 48 toneladas e 30 passageiros.

O “Rio de Una”, vapor para 50 toneladas de carga e 29 passageiros. O “Luiz Martins” lancha a hélice para passageiros e bagagens.

Um chatão de ferro para 20 toneladas de carga.

Duas chatas de reboque para 10 toneladas de carga cada uma.

Duas chatas de condução de animais.

Duas canoas.

Podemos verificar a capacidade de transporte que tinha essa hidrovia, que mesmo com dificuldades naturais, ainda, a sua menor embarcação, tinha a capacidade de 10 toneladas. Nessa época, a navegação, já estava em declínio, devido ao assoreamento causado pelo intenso desmatamento, pela falta de limpeza da calha dos rios, que segundo o decreto Nº 7.280, seria de responsabilidade da empresa Sul Paulista. Essas dificuldades atingiram principalmente o Rio Jacupiranga, que é mais estreito e possui muitas curvas fechadas.

....iniciou-se, em meados do século, um serviço regular de navegação a vapor no Ribeira, inicialmente entre Iguape e Xiririca. Interrompido em 1865, voltou a funcionar em 1870, interessando uma considerável porção da bacia ribeirense. No fim do século, estando a cargo da Companhia Sul Paulista de Navegação e Mineração, que recebia, por contrato, uma subvenção de 25:000\$000 do governo do Estado, o serviço de navegação a vapor compreendia um total de 356 km. Assim

distrinuidos:

154 Km no rio Ribeira, no percurso pioneiro de Iguape a Xiririca;

21 Km no rio Una da Aldeia, desde a sua foz até o Cambiche;

103 km no rio Jacupiranga, desde a sua barra no Ribeira até a então freguesia de Jacupiranga.

78 Km no Juquiá, a partir da sua foz até a então freguesia da Prainha (atual Miracatu).

Com três vapores 4 lanchas e “4 saveiros”, a companhia só efetuou viagens regulares e freqüentes entre Iguape e Xiririca, enquanto que de Iguape para o Una, O Juquiá e do Jacupiranga apenas promoveu viagens trimestrais.

Pasquale Petrone - A Baixada do Ribeira - Um estudo da Geografia Humana - (1966)

As estradas começaram a ter prioridade, já em meados do século XIX, com iniciativas sem muita efetividade prática, para ligar o vale ao planalto, principalmente nas áreas do alto Jacupiranga. As estradas ligando Jacupira a Paríquera-Açú e o porto de Subaúma. A estrada de Jacupiranga a Eldorado, que tinha acesso ao planalto pelo vale do Rio Etá. De Jacupiranga ao rio Capinzal, que foi construída pelo fato das embarcações não conseguirem mais subir o Rio Jacupiranga além deste ponto como faziam antes.

Dessa época também é a ligação Cananéia-Cajati-Itapeúna, passando pela Colônia de Cananéia, que do porto do Itapitangu, em direção a Barra do Pindaúva, margeando o Rio Guaraú, até o Inhunguvira e Cachoeira. Em Cajati existiam dois ramais, o que é aproximadamente a estrada Cajati-Itapeúna e outro que passava pela área da mina de ferro e apatita.

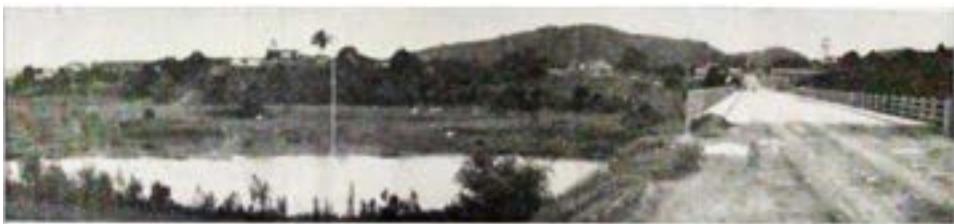


fig. 38 — A cidade de Jacupiranga representa bem a casa relativamente comum, na Baixada do Ribeira, de aproveitamento fluvial para “níveis” urbanos. A fotografia permite que se perceba nitidamente o talude do terrapão que constitui os “níveis” urbanos; no primeiro plano a várzea do rio Jacupiranga.

De trânsito nem sempre fácil, especialmente nas épocas de chuvas, totalmente interrompida às vezes, sucessivamente reabertas, bus-

cavam os portos fluviais de Xiririca e Itapeúna no Ribeira, ao norte, e Cananéia ao sul, esta última passando pela área da colônia criada em 1862

Pasquale Petrone - A Baixada do Ribeira - Um estudo da Geografia Humana - (1966)

Outras estradas posteriores, com melhores condições viárias, como a estrada da Serra da Macaca, ligando Sete Barras e São Miguel Arcanjo no planalto e a que parte de Juquiá a Sorocaba pela Serra de Tapiraí, aliada do assoreamento dos rios, foi aos poucos matando a hidrovia.

Pasquale Petrone - A Baixada do Ribeira - Um estudo da Geografia Humana - (1966)

Uma das características fundamentais dessa nova fase foi a decadência da navegação a vapor dos rios da Bacia do Ribeira. "Em meados do século XIX", conforme diz Augusto Pinto, "a província destinou durante alguns anos uma verba do seu orçamento para a desobstrução do Juquiá, do Ribeira até Iporanga, a bem da respectiva navegação". Tais providências, entretanto, não primaram pela constância e, em consequência, as condições de navegabilidade, particularmente do Juquiá, do Ribeira a montante de Registro, e de seus afluentes menores, tornaram-se sempre mais difíceis. Os bancos de frutos de aluviação, a presença de detritos de toda natureza, a vegetação aquática abundante em certos casos, constituiram-se rapidamente em fatores de limitação na continuidade do aproveitamento dos rios pela navegação.

Em consequência, apesar da subvenção da Companhia de Navegação ser maior (36:000\$000), no início deste século (XX) funcionava regularmente apenas a linha entre Iguape e Xiririca, praticamente não havendo mais navegação regular nos rios menores (por exemplo Jacupiranga) e só espóradicamente atingindo-se o Juquiá.

Pasquale Petrone - A Baixada do Ribeira - Um estudo da Geografia Humana - (1966)

A ascensão das estradas, aliada pelo declínio da navegação, e da construção do Valo Grande. Que de pequeno canal artificial, ligando, em Iguape, o Porto do Ribeira com o Porto do Mar Pequeno, foi corroído pelas águas da Ribeira, passando a 300 metros alguns pontos, assoreando totalmente o Porto. Os navios passaram a atracar longe de Iguape, e não puderam mais entrar pela Barra do Icapara, mais próxima de Iguape, sendo um dos golpes derradeiros da navegação fluvial. Que foi sepultada definitivamente, com a construção da Régis Bittencourt na década de 1950.

"À decadência da navegação fluvial a vapor correspondeu, em grande parte devido às decorrências da abertura do Valo Grande, uma acentuada decadência do Porto de Iguape."

Tudo isso nos faz pensar sobre a revitalização do Rio Jacupiranguinha e Jacupiranga e a responsabilidade das empresas que exploram diretamente a bacia hidrográfica. Empresas que teriam responsabilidade na sua degradação e portanto em recuperação. Como a companhia de saneamento básico que comercializa suas águas e cobra taxas para um tratamento de esgoto deficitário. As grandes indústrias do parque industrial que consomem mais água que toda a população de Cajati, em seu processo produtivo e para a decantação de seus efluentes, além da lavra de argila em suas margens. E a concessionária da Rodovia Régis Bittencourt, que não tem um sistema para conter que produtos perigosos que chegam ao rio, que constantemente ocorrem, contaminando as águas e matando a fauna aquática.



Barra do azeite que a fotografia representa em quase toda a sua extensão, é um modesto núcleo localizado, como indica seu nome, junto à confluência do Azeite no Jacupiranguinha. Surgido como tantos outros núcleos de beira-rio, em função da presença da venda e das relações com as áreas imediatamente contíguas, recentemente foi escolhida para localização do acampamento de uma das firmas responsáveis pela construção da BR2. Possivelmente desfrutará de sua posição em relação à referida rodovia, dado que a partir de Jacupiranga, em direção ao Paraná, são pouquíssimos os núcleos atravessados ou marginados por ela.

Além do desmatamento e ocupação irregular de suas margens, por domicílios e propriedades rurais, o grande golpe ao Jacupiranguinha foi a construção da Rodovia Régis Bittencourt. Durante sua construção não houve preocupação com o meio ambiente, muitas de suas nascentes foram simplesmente aterradas. Além da diminuição do volume de suas águas, podemos ver marcas desse descaso com o rio em locais como a Vila Tatu, em que foi necessário a explosão de uma pedreira para a passagem da pista norte. Simplesmente deixaram as pedras seguirem seu curso morro abaixo, sendo depositadas no leito do rio.



Da elevação onde se encontram as minas de apatita da Serrana, a céu aberto, descortina-se uma parte considerável do alto vale do Rio Jacupiranguinha, dominado pela silhueta do Morro do Guaraú, à esquerda. Não é difícil perceber a relativamente intensa devastação do revestimento vegetal, paradoxalmente em área escassamente povoada. Os sistemas de utilização do solo, baseado na agricultura itinerante, contribuem para explicar o aparente paradoxo.

Pasquale Petrone - A Baixada do Ribeira - Um estudo da Geografia Humana - (1966)

É triste ver o assoreamento do leito do rio, que já foi a nossa única estrada e é a fonte de água do Município. Não vemos mais canoas navegando por ali, sua água que era cristalina também já não é mais. Estamos literalmente sujando e matando a água que bebemos. Quem sabe se tivermos mais iniciativas, como as do Instituto Florestal, que está reflorestando as nascentes do Jacupiranguinha e Capelinha, um dia possamos voltar a utilizar o Jacupiranguinha para o lazer e navegação, seja ela para o transporte e até mesmo para o turismo.

O Vale do Jacupiranga por M. Pio Corrêa

Um registro muito importante dos povoados do Rio Jacupiranga, foi publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, em 1906. Ele é muito detalhado descrevendo os Rios e bairros que existiam naquela época. É como se pudéssemos ver como as coisas eram em estado quase primitivo, pois somente a partir do final do século XIX, e mais acentuadamente no século XX é que as grandes mudanças ocorreram. Por essa importância é que cito esse trabalho de forma integral, pelo menos na parte que descreve o Rio Jacupiranga, pois o “Estudo Científico do Município de Iguape” ele descreve todo o território de Iguape, desde o Rio Una do Prelado, até as nascentes do Rio Juquiá e São Lourenço, Ribeira acima e o Rio Jacupiranga até o Rio do Queimado.

Agora deixaremos por algum tempo o rio Ribeira e subiremos um dos seus principaes affuentes, o rio Jacupyranga, que durante alguns annos gozava do benefício da navegação a vapor, mas que actualmente regressou ao systema dos autochtoes, a canoa. Neste ponto, como

em todos os outros idênticos, a culpa é atribuída aos governos; nós, porém, supomos conhecer a zona sufficientemente para só responsabilizarmos os governos pela falta de fiscalisação no aproveitamento das largas somas voltadas pelo poder legislativo e das concedidas pelo poder executivo e também pela falta de estudos preliminares dos melhoramentos pedidos, para ver si elles bem correspondiam ás necessidades do momento ou si seriam inúteis, desde que outros não fossem realizados simultaneamente.

O rio Jacupyranga é, como dissemos, um dos principaes affluentes do rio Ribeira; e, cumpre sempre que impregnemos de toda verda de as nossas afirmativas, o mais abandonado, o mais negligenciado, o mais sujo delles ! O Jacupyranga, navegado ha alguns annos por pequenos vapores, dificilmente, em tempo de seca, dá passagem a canoas de grandes capacidade, tão obstruido elle se acha, tanto desleixo hão manifestado as auctoridades em comprir o povo á observância da lei, justa ou injusta, que o obriga á limpeza dos rios ! E a parte desta artéria fluvial, outr'ora navegada a vapor, tem a extensão de cento e três kilometros . . .

Subamos, porém, o rio, e prestemos attenção aos seus affluentes e lugares mais importantes. Daquelles, o primeiro que se encontra é o lodoso Bamburral, a que alguns chamam Mambural, e o segundo o Quilombo, onde diz-se existir lignite, mas duvidamos que assim aconteça. Ambos affluem pela esquerda; o Bamburral tem na sua foz um engenho de pilar arroz e o Quilombo tem outro no interior, o qual lhe desvia a agua, pelo que hoje não dá mais acesso a canoas, como outr'ora.

Acima encontra-se a Praia Redonda, que é a divisa entre os districtos de Iguape e Jacupyranga. Continuando a subir o rio, chegamos ao Capinzal, cuja foz constituo bonito esteirão. Este curso de agua é navegável cinco horas, por canoa, e os seus habitantes, que são numerosos, dedicam-se de preferencia á cultura de arroz.

Subindo mais, á direita, apparece-nos a fazenda Larangeirinha, propriedade agricola bem cuidada, com alguns milhares de pés de café, extenso cannavial e apreciável pomar de larangeiras e jaboticabeiras. Ha alli engenhos de fabricar farinha aguardente e beneficiar café. Desta propriedade á sede da ex-colonia de Paríquera-assú, gastam-se duas horas.

Continuando a subir o Jacupyranga, onde, é bem sabido, existe, entre as suas aréas, magnetito e pyroxenito passando para magnetito,

e cujas margens, guarnecidas de cascalho lavado, mostram quão grande foi alli, no tempo da extracção aurífera, a actividade dos batêadores, chegamos ao pequeno e pedregoso Mandiby, que vem pela esquerda, e logo acima, do mesmo lado, apparecce-nos o Padre André, rio navegável, por canoa, durante quatro horas, ao cabo das quaes está um salto de 0,50m de altura. Os saltos e cachoeiras proseguem dahi até ás suas nascentes. Na foz do córrego que em ultimo logar aflúe ao Padre André, ha um engenho de pilar arroz, que é a principal lavoura dalli. Este rio Padre André recebe o ribeirão Braço de Gado, mas não podemos precisar o ponto exacto em que isso ocorre.

Vem agora o Turvo, innegavelmente o mais importante dos tributários do Jacupyranga, rio em cujas margens se encontra abundantemente ferro titanado e apreciáveis indícios da existência de chumbo. O Turvo é francamente navegável por canoa e recebe muitos ribeirões, entre os quaes e successivamente, o Maneco Dias, pela direita ; Agua Parada, pela esquerda; Lemos, pela direita. Joelho, pela esquerda; Parafuso, pela direita; e Alegre, pela esquerda.

Quer neste trecho, quer acima do Alegre, o Turvo recebe muitas aguas cujos nomes ignoramos ; entre o Lemos e o Joelho, encontra-se a ilha do Turvo; na foz do Parafuso existe amianto; e tanto do Lemos, como do Agua Parada, ha caminhos por terra para as minas de ferro, ditas do Jacupyranguinha e Turvo.

Este ultimo caminho segue também para Xiririca e Jaguary, passando na Tapera do Faria, onde existe cornalina, situada no ribeirão da Arêa Preta, cujo leito é formado por alluviões e corre entre grés e schistos com augito. Daqui á conhecida mina de ferro é perto.

O importanterio Turvo, apezardovolumedesuasaguas, é pouco correntoso, permittindo sernavegado em canoa cerca de dois dias. Tem inumeros moradores, que se dedicam principalmente á lavoura do arroz e da mandioca.

Retomando o rio Jacupyranga, encontramos logo acima uma pequena agua, aproveitada por um engenho de beneficiar arroz, pelo velho sistema de pilões, como todos os precedentemente descriptos: é o Carapuhy. Vem pela direita, assim como o rio Canha, mais acima, o qual é navegável por canoa cerca de oito horas até a divisa dos municípios de Iguape e Cananêa, e atravessa de N. a S. as terras da ex-colonia de Cananêa.

O Canha tem muitos moradores que se dedicam á cultura do arroz, milho, mandioca e algum café ; as suas aguas correm com regular velocidade e o leito apresenta algumas piriricas.

Eis-nos agora na sede do districto de Jacupyranga, antigamente freguezia de Botujurú, nome este de um morro situado próximo e á mar-

gem direita do rio (alguns geographos têm ingenuamente asseverado que do morro sáe um calor morno!), situada acima da foz do rio Canha, á margem direita do rio que lhe dá o nome e em logar alto e aprasivel, a 24^{**} 40' latitude S. e 4^{**} 49' longitude O. do meridiano do Rio de Janeiro.

Foi começada a edificação em 1860, ou pouco depois, e já em 1870 (lei de 5 de abril), era elevada a freguezia. Hoje tem umas cincuenta casas distribuidas por diversas ruas e no largo, onde se acha a matriz, templo este construído por ordem do governo, pouco antes do advento da Republica e o qual tem sido bem conservado, sendo actualmente o melhor e maior de toda a zona, exceptuadas as matrizes de Iguape e Xiririca, esta ultima ainda em obras.

O Jacupyranga constitue um districto de paz, que, em 1898, já tinha 307 eletores. A população, que, em 1886, era de 4.198 individuos, subiu em 1890 (31 de dezembro), a 4.416, divididos em 2.241 do sexo masculino e 2.175 do sexo feminino, dos quaes 3.268 solteiros, 1.086 casados e 62 viúvos. Actualmente é bem maior o numero dos habitantes.

Da povoação ha quatro sabidas ea todas ellas vamos referir-nos: a que já percorremos, rio abaixo ; a que segue, rio acima, até ás cabeceiras do Guarahú e Jacupyranguinha e seus aífluentes ; a que se dirige a Xiririca (via terrestre) e a que vem para o porto de Sabaúma, passando pela ex-colonia do Pariquera-assú.

Principiaremos pela segunda, isto é, continuaremos a subir o Jacupyranga, ao qual, logo acima da povoação, afflue, pela esquerda, o córrego do Garcia, cujas aguas vêm das cabeceiras do Turvo ; mais acima, pela direita, vem o ribeirão do Casimiro e pela esquerda um outro ribeirão sem nome, ambos procedentes de lagoas. Começam perto daqui as terras da Fazenda Velha, hoje lastimável tapera, e as quaes são cortadas por dois córregos, vindos pela margem direita, primeiro o Pirraça e depois o Boa Vista. Segue-se-lhe o bairro Guamiranga, situado á direita e por cuja margem vem o ribeirão do mesmo nome.

Pouco acima encontra-se a vasta quadra conhecida pelo nome de Itapubussú (talvez devesse ser Itapébussú), a qual começa pela tapera Domingues, onde se acha a barra do ribeirão Desviado ; ao centro da quadra, mais ou menos, aíflúa ao Jacupyranga, pela esquerda, o ribeirão do Itapabussú, que lhe dá o nome e o qual tem muitos moradores que se servem de caminhos por terra, visto o ribeirão não ser naveável; e logo adeante, pela direita, vem o córrego da Lagôa, cuja agua move um engenho de beneficiar arroz. Chegamos, finalmente, á confluência

do Jacupyranguinha com o Guarahú, onde se forma o Jacupyranga, cujo percurso total calculamos em cento e vinte kilometros e cuja descripção fica concluida, visto que desta confluencia para cima passa a ser chamado Jacupyranguinha e sob este nome o descreveremos oportunamente.

Vamos agora subir o Guarahu, que vem pela direita e nasce nas vertentes do Paraná. Logo acima de sua foz recebe, pela direita, o ribeirão do Soldado; mais a uma hora de viagem da foz, recebe o Pindaúva navegavel por pequenas canoas e que tem uns quatro metros de largura. Corre por elle e pelo Pindaúvinha, que afflue ao Guarahu pela mesma margem, um pouco adeante, a divisa, por este lado, entre Iguape e Cananéa, e ambos nascem neste ultimo municipio e cortam as terras da ex-colonia do mesmo nome.

O Guarahu é um rio cheio de accidentes violentos, que lhe fractionam a navegabilidade. Desde a sua confluência com o Jacupyranguinha até ao Salto Grande é naveável: são quatro a cinco horas. Este Salto Grande é constituido por cinco quedas com um desnivelamento de trez e meio a quatro metros. Entre o Pindaúva e o Pindaúvinha, já mencionados, conta o Guarahú sete saltos, trez dos quaes são denominados Cattete, Pedra Molle e Furnas; em outros lugares tem muitos saltos, mas só recordamos os de nomes Pilões e Pilõezinhos.

Continuando a subir o Guarahú, desde a foz do Pidaúvinha, encontramos primeiramente, pela esquerda, o ribeirão das Antas; acima, está o Salto Grande e adeante a forquilha, seguindo o Guarahu para a direita e a agua que vem pela forquilha para a esquerda, ambos em direcção ao vizinho Estado do Paraná.

Como referimos, a navegação é feita por pequenos trechos; e o curso superior do Guarahu e o da forquilha acreditamos serem completamente desconhecidos.

Retrocedamos agora á confluência do Guarahu com o Jacupyranguinha e começemos a subir este interessante rio, que banha uma região destinada a um grande futuro pela sua excepcional e comprovada riqueza em ferro, o precioso metal por cujo consumo hoje podemos avaliar sem erro o grau de civilisação dos povos. Reservaremos, porém, os detalhes para mais adiante, quando chegarmos ao ribeirão da Arêa Preta, a que já alludimos de passagem.

O Jacupyranguinha corre sobre talschisto e por entre morros de grés antigos, metamorphoseados com augito: a analyse das aréas denuncia a riqueza mineralógica das montanhas de que elles provêm; o solo, quasi virgem nas suas margens e a pouca distancia coberto de florestas gigantescas, promette a mais larga remuneração aos lavradores.

Entretanto, desde a confluência com o Guarahu, contam-se, sucessivamente, três taperas: Felizardo, Maria Ramos e José Bueno; entre a primeira e segunda, vem, pela esquerda, o ribeirão do Ramos, e á terceira vem dar, pela mesma margem, o ribeirão do Barro Branco.

Três taperas! Constrange-se-nos o coração ao escreve-lo ; três taperas, três propriedades abandonadas e situadas todas na terra mais fértil da zona, a caminho do Paraná e numa das três regiões de mais brilhante futuro! O defeituoso systema commercial daqui, a incapacidade de substituir o braço escravo pelo braço livre, a indolência, gerada, em parte, pelo baixo salário e que repousa na variedade dos frutos e na abundância da caça, fez a zona de Iguape regressar ao que era há cem annos, quando a mineração cessou e a lavoura foi iniciada

E, francamente, vivendo no maior analphabetismo e sem escolas para os filhos; desconhecendo absolutamente as commodidades que o dinheiro proporciona e passando a vida, por mais longa que ella seja, sem receberem, por uma só vez, cem mil réis; derrubando mattas, queimando coivaras, plantando arroz e colhendo-o á thesoura, para, nos povoados, o permutarem, como no interior da Africa, por aguardente, algodão e fumo das mais inferiores qualidades e escandalosos preços—qual é o estímulo para o trabalho que lhes lhes leva o homem civilizado, o comerciante, o arauto da civilisação?

Não basta accusar de indolência determinada fracção de um povo; é preciso verificar se o meio lha não acoroçâa, como se observa aqui, onde, por um lado, a facilidade de alimentar-se e, por outro, a degradante remuneração concedida ao trabalho, levam o homem a nada fazer mais do que o strictamente indispensável para garantir-lhe a conservação da existência.

Poderíamos agora entrar em considerações de ordem ethnológica e climatológica; abstemo-nos, porém, de o fazer, para não alongar demasiado este estudo. Convém, todavia, frisar que, no verão, a temperatura média, tomados os últimos oito annos, foi de '21° centígrados, não excedendo de 15° a oscillação diária, quando, em alguns logares da Europa, ella chega a ser de 45°. Assim, pois, nem a zona tem as oscillações elevadas e brutas que tanto prejudicam a saude publica, nem tampouco o calor excessivo, que enerva o individuo, inhabilitando-o para o trabalho.

Verifica-se, portanto, que os factores da indolência são os que primeiramente mencionamos, e independem da climatologia. E como podem ser acusados de indolentes os que se levantam ao romper do dia e logo vão, mal alimentados, para o ingrato serviço da lavoura, vergados sob o peso dos machados demolidores das mais possantes e maravilhosas florestas virgens, para nunca verem uma moeda que lhes atteste o trabalho?

Mas, não avivemos chagas. . . Continuemos a descrição. Depois : do ribeirão do Barro Branco, a primeira agua que se encontra é o córrego do Agostinho Domingues, nome do proprietario de um sitio annexo, situado á esquerda; subindo, á direita, encontramos o Baquassú, que constitue pequeno bairro; acima afflue, pela esquerda, o ribeirão da Saracura, que tem um engenho de pilar arroz. Mais acima, pelo mesmo lado, ha um ribeirão, cremos que sem nome.

Apparecem-nos agora cinco ribeirões, que pela ordem ascendente, são os seguintes: Mathias, á direita; Quilombo, á esquerda; e Silvestre e Jucá de Lima, á direita; e pela esquerda, o ribeirão da Arêa Preta.

Neste trecho é descrito o Rio Areia Preta e o Morro da Pedra do Cata Agulha, que tinha esse nome por que nas proximidades do topo do morro havia uma grande pedra com propriedades magnéticas. Essa descrição e o relatório de Sacramento Black, já citados, no trecho em que tratamos da descoberta da mina. Após, continua Correa...

Retrocedamos ao Jacupyrangainha e continuemos a subi-lo desde a foz do Arêa Preta. Primeiro deparam-se-nos successivamente os lugares Cachoeira, Furado e Pouso Alto, vindo dar a este ultimo, pela direita, o ribeirão do mesmo nome; acima, pela esquerda, o córrego do Bento Rodrigues; e, ainda acima, pela direita, uma outra agua, o ribeirão da Serra.

Chegamos agora a um dos principaes afluentes do Jacupyranguinha: é o Bananal, rio que vem pela esquerda e serve de divisa aos municípios de Iguape e Xiririca. É naveável durante seis horas, parecendo não ter cachoeiras ou si as tem é já perto de suas nascentes, muito longe. Recebe diversos ribeirões, entre os quaes, a partir de sua foz o Moreira, pela direita, e o Pito, pela esquerda.

Acima da foz do Bananal, encontra-se, pela outra margem, o ribeirão da Onça Parda que tem bastantes moradores; depois, pela esquerda, o ribeirão do Benedicto, e logo depois pela direita, o ribeirão do Maneco Antunes. Vêem ainda, pela esquerda, um córrego cujo nome ignoramos; pela direita, o ribeirão das Cortezias, nome que lhe foi dado pelos antigos por ter alli um pau que obrigava os viajantes a se abaixarem; pela esquerda, o córrego do António Ribeiro e o ribeirão do Manuel Gomes, este ultimo com boa agua, mas cujos innumeros e violentos torcicolos não permitem a navegação; e ainda, pela direita, um córrego cujo nome olvidamos. Chegámos agora a duas barras de ribeirões, uma situada em frente á outra: é o Cotia, e não conhecemos na zona uma agua em tão curiosas condições.

Quatro horas acima da foz daquelle ribeirão do Manoel Gomes, afflue ao Jacupyranguinha, pela direita, o rio do Azeite, que corre por entre a serra do mesmo nome e o do Guarahú. Tem muitos affuentes e saltos: é bem habitado, dedicando-se de preferen-

cia os seus moradores á *lavoura do milho* e á *criação de porcos*.

Um pouco acima da foz do Azeite, apparece-nos o magnifico salto do Jacupyranguinha, com dois metros de altura; e vencido elle, ainda o rio é naveável por canoa durante algumas horas, até o porto da Lavra, na foz do riquissimo e extenso ribeirão do mesmo nome, de onde, nos tempos coloniaes, se extrahiu considerável quantidade de ouro.

Dahipara cima conhecemos a penas o ribeirão Queimado, ou Braço Queimado, já perto das nascentes do Jacupyranguinha, nas contra vertentes do Estado do Paraná. Passa, então, ao lado, do vasto Faxinal, grandes florestas de herva matte e immensos pastos naturaes, julgados suficientes para duas mil cabeças de gado bovino, tudo occupando uma área de 48.560.000,00 metros quadrados, concedida pelo governo em 1892, e até hoje, treze annos volvidos, completamente abandonada e deshabitada!

Do Azeite para cima, o Jacupyranguinha não tem apenas os dois affluentes que indicamos; muitas outras aguas nelle se despejam, mas não lhe sabemos os nomes, e rarissimas pessoas indicariam siquer um terço das que vimos de mencionar. Esta zona é difficil de descrever, já o dissémos algures; são tantos os morros e até serras, os córregos, ribeirões e rios que tem o mesmo nome, e ás vezes no mesmo município, que é preciso reflectir bem na situação delles, para não darmos á estampa erros como aquelles que inçam trabalhos idênticos.

O Jacupyranga e Jacupyranguinha (este, como vimos, é aquelle auxiliante da foz do Guarahú, onde é menor), cuja descripção acabamos de concluir, é um dos grandes affluentes do Ribeira e ha de oportunamente ser conhecido em todo o Brasil. Alem de muitas outras circunstancias que deixaremos de enumerar garantem-lhe tal situarão as de cortar as terras mais férteis numa zona de terras férteis e de enquadrar, com o ribeirão da Arêa Preta e o Turvo, uma mina de ferro que promette produzir o metal necessário, durante largos annos, para todo o sul do paiz.

Todas as principaes aguas mencionadas nascem na serra geral, a que melhor cabe o nome de Guarabú, e que justamente das cabeceiras do rio deste nome emite um ramal para O S O. no Estado de Santa Catharina, o qual tem diversos nomes e vae acabar no Uruguay. As montanhas da bacia do Jacupyranga são do typo francamente volcanico e as rochas caracterisam-se pela nephelina e leucita.

Voltando agora á sede da freguezia, e tomando o caminho de terra que segue para Xiririca, encontramos primeiro o sitio do Garcia, onde existem engenhos de pilar arroz e de fabricar aguardente; e, depois o rio Turvo, logar perigoso, que obriga, por vezes, na época das chuvas, a pousar ás margens do rio os viajantes. Finalmente, chegamos, por este lado, á divisa com Xiririca, que cor-

re pelo ribeirão Braço de Gado, afluente do rio Padre André.

Si, porém, quizermos seguir para a ex-colônia de Pariquera-assú encontraremos logo ao começo o rio Canha, que é por ella atra-vessado; e lógo adeante a fazenda Esperança Agrícola, excellente propriedade, dotada com aprazível vivenda e ligada telephonicamente á séde do districto. Esta fazenda tem uns 12.000 pés de café e bastante gado tourino, cuja creaçao constitue a sua especialidade.

Ao termo de dezoito kilometros, acha-se a ex-colonia de Pariquera-assú, uma das tentativas, todas dispendiosas e mal determinadas, de desenvolver a zona, postas em pratica pelos antigos governos.

Ha, porém, ainda um outro caminho: é o que de Jacupyranga vae ao porto de Cubatão, em Cananéa, atravessando a ex-colonia deste nome. Hoje acha-se em lastimável estado, mas crêmos que se cogita da sua reconstrucçao, beneficiando assim os moradores daquele trecho da zona.

M. Pio Corrêa - Estudo Scientifico do Municipio de Iguape - Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo (1906)

Seu trabalho continua até ele fechar a descrição de todo o Vale do Ribeira, um trabalho muito rico em detalhes e importante registro do início do século XX. Uma época em que esse tipo de trabalho era muito valorizado.

São Paulo: Revolução de 1932

Após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, os Estado de São Paulo e Minas Gerais se revezaram em eleger o Presidente da República Velha, no que ficou conhecida como a política do café com leite. O café de São Paulo e o leite de Minas Gerais. Essa política perdurou até 1930, quando o presidente Washington Luís, paulista, indicou Júlio Prestes, também paulista, como seu sucessor.

Júlio Prestes foi o último presidente eleito da República Velha, mas não tomou posse, devido a Revolução de 1930, que colocou Getúlio Vargas no poder e fechou o congresso, depondo governadores e nomeando inteventores. Embora não tenha suspendido a constituição de 1891, governava como executivo e legislativo.

Os paulistas queriam uma nova constituição limitando os poderes de Vargas e isso foi um dos motivos para o conflito em 1932. Vários inteventores foram nomeados, causando descontentamento, até Vargas nomear o paulista

e civil Pedro de Toledo, mas o ato não teve o efeito desejado.

Não funcionou porque a elite paulista pressionou o interventor a formar um secretariado de seu agrado – leia-se: crítico a Vargas e seu Governo Provisório. A iniciativa foi rebatida por Vargas em maio de 1932, quando Oswaldo Aranha, diplomata de sua confiança, foi a São Paulo para destituir os secretários alinhados com os paulistas.

A visita de Oswaldo Aranha rendeu uma série de manifestações populares que acabaram reprimidas por tropas federais. Em uma delas, os jovens paulistas Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo foram mortos, evento que, segundo Gerson, levou à grande comoção na época, e colocou São Paulo naeminência de um conflito armado contra o governo federal.

CNN Brasil - Saiba o que se comemora no feriado de 9 de julho em São Paulo
<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/saiba-o-que-se-comemora-no-feriado-de-9-de-julho-em-sao-paulo/> acesso 08/11/2021 as 21:21

Em homenagem aos jovens mortos, em 23 maio de 1932, durante protesto em frente da Faculdade de São Francisco, o movimento contrário à ditadura de Getúlio Vargas e a intervenção de Osvaldo Aranha, foi batizado de MMDC, iniciais dos sobrenomes de Mário Martins de Almeida, Euclides Bueno Miragaia, Dráusio Marcondes de Souza, Antônio Américo de Camargo e Orlando de Oliveira Alvarenga. Os jovens foram mortos ao tentarem invadir a sede de um jornal favorável ao Regime de Vargas.

Os paulistas contavam com o apoio de outros estados. Era esperada apenas um breve ataque contra a sede do Governo Federal no Rio de Janeiro, porém as tropas revolucionárias decidiram esperar as tropas mato-grossenses, que não vieram. Atento aos acontecimentos Getúlio Vargas teve tempo de comprar o apoio dos mineiros, perdoando toda a dívida do estado com o governo federal e dos gaúchos em troca de cargos nos ministérios.

Iniciado o conflito houve, entre a população paulista, uma comoção para apoiar as tropas, as pessoas doavam o que podiam, seja em dinheiro, jóias, trabalho ou se alistando. Até houve uma tropa de iguapenses que apoiaram a causa revolucionária.

O Batalhão Redentor Filhos de Iguape

Esse primeiro destacamento do Batalhão Redentor Filhos de Iguape partiu para o front no dia 4 de agosto, com destino a Juquiá para combater as forças getulistas ali instaladas. Para a partida deste batalhão, organizou-

-se uma grande comemoração, a fim de se homenagear aqueles bravos e destemidos jovens que partiriam rumo aos campos de batalhas, arriscando a própria vida para a defesa da honra de São Paulo.

Adaptação do texto de Roberto Fortes - Jaguariúna blogspot <http://mmdcjaguariuna.blogspot.com.br/2015/08/iguape-na-revolucao-constitucionalista.html>

O comando dos revolucionários prepararou as defesas do território paulista, e ainda não sabiam se os mineiros iriam lutar contra ou a favor, e na verdade foram recebidos a tiros. Somente algumas tropas do que hoje é o Mato Grosso do Sul e alguns pontos do Pará e Rio Grande do Sul e outros estados ficaram a favor dos revolucionários.



O Vale do Ribeira é um dos pontos de divisa com o Paraná, porém a Régis Bittencourt ainda não existia. A comunicação entre São Paulo e Curitiba era feita pelo Planalto, por isso as tropas paulistas concentraram-se em outros pontos, como Itararé e Ourinhos. Mas houveram contingentes em Barra do Turvo, Cananéia e Ribeira. Os sulistas invadiram Cajati e Jacupiranga, possivelmente vindos de Itapitangui ou de Apiaí passando por Itapeúna.

Causaram muitos danos e prejuízo ao povo cajatiense, que pacífico que é e não tendo meios de se defender acabavam abandonando suas posses e se refugiando em locais seguros. Houveram duras batalhas em Itapitangui, Cananéia, onde mais tarde foram encontrados grande quantidade de ossos humanos e Ribeira que é a primeira cidade paulista na estrada do Ribeira. A cidade de Ribeira foi invadida e os federalistas tomaram Apiaí. Os Revolucionários tiveram de bater em retirada até Santos, que também estava sendo atacada.

Cananéia e a Revolução de 32 - Cananéia teve sua participação na Revolução de 1932 quando foi invadida por tropas do Rio Grande do

Sul, lideradas pelo Tenente Gumercindo Saraiva, que vieram por terra, pela trilha do telégrafo (Guaraqueçaba/ Batuva/ Santa Maria), estrada do Ariri, até o Itapitangui e por mar, pela Barra Grande, com o navio Itajubá, auxiliado pelo rebocador Carioca, ficando as tropas sulistas em Cananéia por dois meses.

Existia um barracão em Santa Maria, do imigrante Walter Stainer, no qual houve o primeiro entrevero quando o Sr. Alcides Marques, sendo interpelado pela tropa inimiga, este vendo-a faminta, negociou a busca de mantimentos, o que na verdade era a sua fuga para avisar os seus conterrâneos. Daí então, este preparam a primeira resistência na Casa de Pedra do Tabatinguara.

Alcides Marques, antes de sua fuga, preparou uma armadilha em sua morada. No cinzel da fornalha encheu-o com balas de fuzil, esperando que as tropas sulistas esfomeadas, acendendo a fornalha, tivessem sérias baixas. Com isso houve tempo para a principal defesa organizar-se na Casa de Pedra do Capitão do Mato Mandira.

Houve violento combate, com várias baixas das tropas invasoras, na localidade chamada de Banhado do Porto do Meio.

Recebendo reforços e melhor equipada, as tropas invasoras venceram mais essa defesa e requisitaram quarenta canoas, rumando por terra e por mar para o bairro do Itapitangui. Lá cercaram a casa do telégrafo, administrado pelo Sr. Arcendino Fraga que, mesmo sabendo da invasão e recebendo ordem de rendição, recusou-se a abandonar o posto. Pediu e obteve salvo conduto para sua família, enquanto cavava no chão de terra batida, uma pequena cova rasa na qual tentou se proteger. Após a saída de sua família a casa foi metralhada, ficando gravemente ferido. Fingindo-se de morto, enganou os inimigos e mais tarde foi resgatado por amigos e vizinhos (Seu Arcendino trabalhou nos Correios até sua morte, falecendo em 1965 e tendo um funeral de verdadeiro herói).

Logo após esse incidente, as tropas sulistas invadiram Cananéia usando três caminhões e as canoas requisitadas no Porto do Meio.

O comando da Região era feito pela Companhia Isolada de Exército de Santo Amaro - CIESA.

Tropas paulistas lideradas pelo Coronel da Força Pública Pedro Arbues, juntamente com os irmãos Tenentes Lobo do CIESA, invadiram Cananéia vindos por Iguape chegando pelo caminho do Brocuanho até o sítio dos Paiva, onde organizaram a retomada da cidade.

O Padre Joaquim Agra atraiu as tropas inimigas à Igreja para uma

missa de confraternização. No meio da missa, soldados constitucionais escondidos atrás do altar-mor deram voz de prisão aos soldados sulistas, que reagiram, dando início ao tremendo tiroteio no qual foi ferido e preso o tenente Gumercindo Saraiva, que foi logo depois transferido para convalescência em Iguape.

Com reforços vindos do Sul, as tropas federais retomaram Cananéia e em combate cercaram as tropas paulistas no Itapitangu, recebendo ordem de rendição.

O Coronel Pedro Arbues reuniu as tropas e declarou que apesar de saber que sua causa era justa, pediu para seus homens se renderem; ao inimigo, pediu que seus homens fossem poupadados. Mas ele mesmo recusou-se a render-se.

Estando sozinho, entrincheirado, recebeu intimação para render-se. Ele alegou não poder fazer, porque “Oficial da Força Pública de São Paulo não se rende jamais!”, ao que então foi fuzilado pelas tropas sulistas.

O Tenente Gumercindo Saraiva ao saber da morte do Coronel, ficou consternado e comentou do desperdício da morte de Oficial de tal valor, pois ele havia sido tratado com dignidade pelo Coronel Arbues quando foi ferido no ataque à Igreja e removido com segurança para Iguape.

O Padre Joaquim, pela sua ousadia e lealdade aos lemas paulistas, foi surrado à ponta de baioneta.

Adaptação do texto de João Carlos de Almeida Borges. - Cananet - Disponível em <http://www.cananet.com.br/historia/site/index.php?key=23> - Acesso em 19 de novembro de 2012.

O relato de Josefa Chiavelli, em seu livro “Uma vereda no vale”, sobre a invasão das tropas Federalistas, que avançaram por Cajati até chegarem a Jacupiranga.



...a Revolução Constitucionalista, que marcou época e a notícia da invasão dos paranaenses no Estado de São Paulo. O senhor Alexandre de Almeida, o repórter-comunicador, e mestre popular dos jacupiranguenses não se cansava de ler os jornais que chegavam uma vez por semana onde a manchete dizia: “Olha xará, fique

aprecatado que os paranaenses estão vindo pelos lados de Paranaguá! E vêm devastando tudo o que encontram". Um aparato policial se fazia à espera na Barra do Turvo; uns tratavam de arrumar tudo e aguardar os revoltosos; enquanto outros fugiam de suas casas até a duração do combate. Eram dias de pesadelos para todos. No Pouso Alto morava uma família excelente, principalmente D. Angela, mulher resolvida, prestativa, humana. Ao saber que os revoltosos estavam por perto ela ficou de prontidão e dizia:

-Não vamos correr, ficaremos em casa como se nada estivesse acontecendo, quando eles chegarem, os hospedaremos, vamos mostrar que paulista não tem medo, eles serão bem vindos.

D. Angela e seu Antônio estavam muito bem financeiramente, eram os maiores produtores da região, possuíam uma casa que mais parecia um hotel: contendo vários armazéns, casa de empregados, uma linda pastagens com muitas ovelhas, enormes mangueiras, e o Rio Jacupiranga contornando o pequeno paraíso; onde bem poucos soubesram admirar a beleza. De um lado ficava a residência e o rio, do outro uma pequena elevação toda gramada, o cemitério ficava no alto.

A notícia dos revoltosos pegou o casal de surpresa, uma tarde nos seus momentos de tranquilidade, chega uma pessoa dizendo que os revoltosos queriam as filhas do casal por serem muito bonitas, do resto nada os interessavam. Aquele foi um domingo que terminou numa tristeza, mesmo assim D. Angela não quis acreditar, sua intenção era arrumar um lugar e mandar as filhas. No dia seguinte fizeram que as filhas fossem para um acampamento, levaram tudo para uso e sustento. D. Angela e seu marido ficariam esperando os revoltosos juntamente com os seus empregados. chegou o dia fatídico, eles pareciam calmos, ao entrarem o casal esperava com tudo o que eles precisavam para comerem; com o armazém limpo, as esteiras para o descanso. Desconfiados olharam de um lado para o outro e sem muita conversa...

...À noite o casal se preparava para dormir e dois dos revoltosos entraram no quarto e perguntaram das filhas.

- Queremos saber onde estão as moças, soubemos que são muito bonitas. Tratem de falarem onde se encontram pois assim não mataremos vocês e todos da família.

D. Angela percebeu que tomavam conta da casa, os revoltosos tiravam a sorte para ver quem dormiria na cama das moças; vestiam as roupas delas e faziam chacotas dizendo que a mãe era bonita imaginem as filhas. Enquanto eles se distraiam com algazarra e os pertences das

moças, D. Angela disse ao seu marido:

Antônio, você encilha seu cavalo e desapareça daqui, se eles perguntarem eu digo que foi buscar as meninas, não pense em mim, pois darei um jeito. Ficarei com Deus. Olha, previna nossas filhas. O mais rápido possível seu Antônio desapareceu em seu cavalo. Os revoltosos ficaram tranquilos sabendo que na casa só se encontravam o casal; dormiram cansados e esperançosos que as moças chegassem como o prometido. D. Angela não dormiu, fingia e tudo vinha em sua cabeça. Como fazer quando eles desconfiassem que ela estava sozinha em casa?.....

....enquanto eles dormiam e saiu pelos fundos da casa, passando debaixo de uma cerca de arame, no meio do mato e descalça. Quando estava cansada escutou tiros se aproximando dela.

....atirou-se no rio e caminhou nas águas durante umas três horas, ora em terra, ora dentro da água. Quando clareou o dia já estava a mais de dez quilômetros distante de sua casa, perdida, sem saber que direção tomar

....foi quando ouviu o barulho de uma canoa. Ela correu para a margem viu um canoeiro que descia o rio com uma carga de arroz, fez sinal por que gritar era perigoso...

....o canoeiro resolver voltar, Angela entrou na canoa; ouviram tiros e no entanto conseguiram chegar a casa do canoeiro. Lá...ficou por dias sem saber dos acontecimentos de sua casa...

.....só voltaram a casa após um mês. O ambiente estava sujo, abandonado, animais mortos, pisotearam os patos contra o assoalho..

Seu Antonio demoliu tudo por sentir repulsa .

...ficaram surpresos pois os produtos do armazém permaneceram intactos...foi quando constataram que no armazém havia um cadáver; estava no meio do arroz e pelo jeito era pessoa aprisionada pelos vândalos.

Josepha P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).

Outras famílias de cajatienses também sofreram na mão dos legalistas, o relato de Josefa continua, falando sobre os Antunes, também do Pouso Alto, que não haviam sofrido danos, até que um tiro disparado pelos legalistas atingiu uma mulher chamada Benjamina Antunes, que morreu devido a infecção do ferimento.

Pasquale Petrone - A Baixada do Ribeira - Um estudo da Geografia Humana - (1966)



Foto n.º 15 — Propriedade de um agricultor italiano no bairro de Pouso Alto, município de Jacupiranga. De um lado temos um cafeeiro com três anos; do outro lado, à esquerda, um viveiro de seringueira, em campo de cooperação. Note-se a habitação, fugindo aos padrões comuns da região.

Os invasores continuaram sua marcha, quando não havia nada de seu interesse eles passavam direto. Após a pilhagem do sítio do Pouso Alto eles pararam onde é o início da estrada do Barro Branco, nas proximidades de onde, hoje, é a cooperativa de materiais recicláveis, que na época também era conhecida como Quilombo.

...desta vez no quilombo na casa de Joaquim Anago e Zacarias Donato, antes porém ao passar pela casa de Adolfo Muniz entraram, sentaram-se, fizeram as mulheres prepararem um refresco, tomaram a vontade, e nhô Adolfo pensava que nada iria acontecer com eles, donos da casa. Depois de bem servidos deram ordem para que Adolfo pegas-se um cavalo, enchesse de mantimentos e que se pussem a caminho, na frente deles e as mulheres diziam que voltariam à noite, que os esperassem; só que seria o contrário, ao invés de um marido para duas mulheres seriam dez maridos.

...as mulheres mais do que rápido juntaram o necessário e subiram a serra onde havia ranchos para se abrigarem na época das safras, os capuavas.

Nhô Alfredo teve que se submeter aos caprichos daqueles homens, inclusive cozinar para todos. Na hora das refeições sentavam-se à mesa e Adolfo tinha seu lugar não à mesa, mas embaixo desta em meio às chacotas e zombarias.

-Tá vendo, paulista só serve mesmo para comer osso, não passa de um cachorro.

O trabalho de Adolfo era cozinhar, lavar louça, lavar roupa e depois disso ser amarrado nas pernas da mesa sendo obrigado a latir como cachorro, dizendo:

-Late paulista, late!

No terceiro dia, na casa de Joaquim Anago, nhô Adolfo aproveitou um descuido deles e fugiu, pegou uma canoa do porto e saiu às pressas; porém, logo percebeu que o perseguiam. Foi obrigado a deixar a canoa e se adentrar por entre as matas indo direto à capuava onde estavam os seus familiares.

Josepha P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).

Os legalistas pilhavam, ameaçavam, aprisionavam e escravizavam como bem entendiam. Respeitavam somente a igreja, que consideravam um local sagrado. Chegaram até mesmo entrar em combate com as tropas paulistas na cidade de Jacupiranga. ***“Já em Jacupiranga eram mais humanos, não abusavam tanto das pessoas, até enterros eles faziam dos falecidos durante os combates (o velho Calazans).”***

Josepha P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).

Cercado e sem recursos para enfrentar as forças legalistas, São Paulo perdeu a guerra, mas levou à nova constituição, em 1934, que era um dos objetivos dos paulistas.

Em 5 de março de 1997, a lei estadual Nº 9.045, criou o feriado civil de 9 de julho, em memória daqueles que defenderam São Paulo na Revolução de 1932. Sendo o único feriado estadual que é comemorado em todos os municípios do Estado, remete ao dia 9 de julho de 1932, dia em que o movimento revolucionário ganhou força na capital e no interior paulista.

A mãe de Cajati

Segundo a prefeitura municipal, Cajati seria um nome indígena, que significa “árvore de folhas longas”, de nome popular “Canela Batalha”, outros afirmam que seu nome popular seja “Canela Lajeana”, há ainda alguns que afirmam que Cajati significa Cajá Branco, uma variedade de Cajá, que é originário da América Central.

2º ENCONTRO COM A MÃE DE CAJATI

- Perante o Tribunal eu direi:

- 1 - ROUBARAM O BILHETE DA SUICIDA
- 2 - ESBOFETEARAM ADALBERTO
- 3 - SUGESTIONARAM ALELUIA
- 4 - ABREVIARAM A VIDA DE MEU MARIDO
- 5 - SURRIPIARAM AS PROVAS DE MEU FILHO
- 6 - FORJARAM CARTAS IMORAIS
- 7 - CONDENARAM-NO CONTRA ÀS PROVAS DOS AUTOS
- 8 - MATARAM-NO DE TRAUMATISMO MORAL

David MASSER (De "O Cruzeiro")

Porém uma breve pesquisa basta para encontrar uma infinidade de pessoas com esse sobrenome, na Europa e Estados Unidos. Qual a probabilidade de que uma espécie que nem nativa é, ou um italiano, tenha como nome de família, uma palavra indígena brasileira?

O mais certo é que tenha sido formulada por alguém que fez uma pesquisa não muito aprofundada sobre o assunto. O problema é que pela dificuldade de se encontrar registros referente a origem do nome do município a prefeitura municipal adotou a versão como oficial. Pereñizada pelas construções públicas de uma praça com o palco em formato de folha, e do prédio do departamento de educação que possui o mesmo formato. Será mais fácil explicar que é uma homenagem à folha de bananeira, principal produto agrícola do município.

A origem do nome Cajati foi desaparecendo da memória dos cajatienses ao longo do tempo, sendo substituída por outra de origem duvidosa. Porém existem ainda, moradores que lembram de quando as escolas do município ensinavam que o nome foi dado em homenagem a um assassinato acontecido no Rio de Janeiro. Ainda, algumas fontes indicam que o nome é homenagem a uma família, que possuía terras no município, mas essa é uma versão distorcida da original. **Cajati (tupi) "Nasceu no início do século com a chegada da família Cajati, que comprou terras na região."**

A verdade é que o nome foi homenagem a uma tragédia, digna dos grandes dramas do teatro. Por indicação do político Ivo Zanela de Pariguera-Açu, que era uma espécie de dirigente regional e para conseguir apoio de um deputado de São Paulo, que prometeu ajuda, para tornar o bairro de Cachoeira um distrito do Município de Jacupiranga.

"Em 1952, foi instalado aqui o 1º tabelião Joaquim Seabra de Oliveira, responsável pelo registro civil do lugar. Na época vigorava um sistema de política em que todas as verbas destinadas aos municípios eram solicitadas por um delegado regional que mantinha contato com o governo estadual e com os prefeitos da região, sendo assim, nenhum município receberia essas verbas sem passar por esse delegado (Ivo Zanela). Houve então um movimento popular para que a Vila Industrial passasse à categoria de Distrito de Jacupiranga. Então o Sr. Ivo Zanela como representante da região convocou um deputado muito seu amigo de São Paulo para trabalhar na causa. O deputado aceitaria assumir apenas se aceitassem como nome do Distrito, o sobrenome de uma família (Cajati), amigos deles que teriam sido chacinados no Rio de Janeiro (por ladrões) em homenagem a eles. O jogo político foi feito. A causa foi ganha e como combinado, a vila passou à categoria de Distrito de Cajati.

Paróquia de Santo Antônio - Cajati-SP - Sítio: <http://www.iparoquia.com/paroquia/historia.php?id=zUTM>

Na verdade, isso deve ter ocorrido no início da década de 1940, e não em 1952, pois o distrito foi criado em 1944 e não foi uma chacina ocasionada por ladrões, mas a morte de uma jovem chamada Eleonora Martins Cajati. Filha de Ariston Cajati e Emilia Martins Cajati, irmã de Adalberto Martins Cajati, Aderbal Martins Cajati, Alberto Martins Cajati e Aleluia Martins Cajati.

S. PAULO — QUINTA-FERIA, 19 DE NOVEMBRO DE 1943
A divisão administrativa e judiciária do Estado, segundo projeto a ser aprovado pelo presidente da República

O Conselho Nacional de Geografia e Estatística emitirá parecer sobre a proposta já aprovada pelo Conselho Administrativo do Estado — Alterações toponímicas previstas

COMARCA DE IGUAPE
Município de Iguape — Distrito: Iguape (Cidade); Município de Jacupiranga — Distritos: Jacupiranga (Cidade); Cajati (Vila); Pariguera-Assu (Vila); Município de Registro — Distritos: Registro (Cidade); Sete Baras (Vila).

Publicação da Folha de São Paulo em 18 de novembro de 1943, sobre a mudança sobre a alteração toponímica, de Cachoeira para Cajati, ainda uma vila no município de Jacupiranga.

Ariston Cajati, proprietário da fazenda Bom-Gosto, coincidentemente situada às margens do rio Cachoeira (nas proximidades de Ilhéus, no sul da Bahia), explorava e exportava madeira, também era advogado e Juiz de direito. Seu filho Adalberto Martins Cajati foi educado pelos avós, desde poucos meses de idade. Eles queriam uma criança para se alegrarem, visto que tinham perdido uma filha da mesma idade que Adalberto.

Adalberto só foi conhecer os pais aos 12 anos. Com a morte dos avós Adalberto passou a morar com os tios, e se mantinha com o aluguel de um imóvel deixado pelos avós como herança. Logo entrou para a academia militar, tornando-se cadete. Era descrito por seus companheiros da academia militar, e por pessoas da região onde morava, por ser uma pessoa muito correta e respeitada.

O seu irmão Aderbal Martins Cajatí, em entrevista a David Nasser, jornalista da Revista “O Cruzeiro”, a respeito do caráter de Adalberto, diz: “**A-
dalberto, desde a infância até a mocidade, violentamente cortada pela
morte, sempre foi uma criatura boa, de predicados morais apreciáveis.
Nunca poderia ter cometido um crime de tão törpe originalidade e de tão
flagrante irrealdade.**”

Revista O Cruzeiro - Edição 020 de 1948 -
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bi-b=003581&pagfis=57942>

Adalberto era reconhecido como pessoa muito dedicada, tanto no cuidado das irmãs, quanto com pessoas que necessitavam de auxílio, como no caso da senhora idosa que Adalberto auxiliava com o sustento.

Fotografia de Adalberto Martins Cajati - Revista “A Cigarra”
Edição 155 ano 1947
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bi-b=003085&PagFis=41115&Pesq=cajati> Acesso 18/10/2018 18:10
Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Adalberto se ressentia muito pela falta de instrução das irmãs que moravam na Bahia, fi-



cando muito contente quando elas mudaram-se para o Rio de Janeiro a fim de frequentar a escola. As irmãs passaram a morar com os tios, porém o tutor das meninas era Adalberto, que fora autorizado pelo pai a responder por Eleonora e Aleluia, visto que seus tios, por terem rixa com o pai de Adalberto, não aceitaram assumir a tutoria das duas jovens. A pedido da mãe, Adalberto levou elas para o Rio de Janeiro.



Respetivamente, Eleonora e Aleluia Cajati. Publicado na Revista “A Cigarra” edição 167 - ano 1948. Hemeroteca da Biblioteca Nacional <http://memo/ria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bi-b=003085&pesq=cajati> Acesso em 18/10/2018 às 18:18.

Em um feriado de finados, Adalberto pegou as meninas no colégio ao final da aula para que passassem o feriado em sua casa. Na noite de 2 de novembro de 1937, foi ouvido um disparo que acordou os moradores da pensão onde morava Adalberto. Eleonora foi encontrada morta no quarto onde dormia junto a sua irmã Aleluia. Em sua cama foi encontrado um bilhete de despedida, uma pistola automática e um frasco de veneno. O caso foi tratado pela polícia com suicídio.

Às vésperas do dia de Finados, há muitos anos, o repórter que assina estas notas foi chamado para tratar um caso estranho. Numa casa senhorial, em Niterói, uma jovem de 16 anos, aparece morta, com um tiro no peito e um vidro de veneno perto da cama. Dias depois de enterrada, levantou-se contra seu irmão, o cadete Adalberto Cajatí, uma terrível acusação: fôra ele o assassino de Eleonora. Trágica impressio-

nante na firmeza de seu depoimento, outra irmã, citando fatos e detalhes comprometedores.

David Nassser - Revista O Cruzeiro - edição 012 - 1948- <http://memoria.bn.br/doctreader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=cajati&pagfis=57252>

O caso causou comoção nacional, e foi muito divulgado na imprensa, pois após mais de 30 dias após a morte de Eleonora, a sua irmã, Aleluia, acusou Adalberto de tê-la assassinado. Ela alegou ter visto Heleonora indo ao quarto de Adalberto e mais tarde ter visto Adalberto na cama de Heleonora pedindo a ela que tomasse um veneno para que ela fosse para o céu. (Eleonora estava doente), ela ainda teria o visto sair do quarto após o disparo.



Rio, 11 - O ex-cadete Cajati foi interrogado até às três horas da madrugada de hoje, negando o crime aos gritos de "não fui eu!".

O delegado declarou que Cajati é um monstro, pois as cartas de Eleonora são provas insufisíveis. Em sua vida de policial nunca se sentiu tão atordoado como hoje ante a pavorosa impressão ao ter lido as horrorosas coisas que a moça escreveu para um rapaz que era, apenas, seu irmão. Eleonora desceu a minúcias só encontradas semelhantes nos trabalhos de Lombroso e Ferri.

A tarde, o delegado Brigido Tinoco recebeu do comando da Escola Militar copiosa correspondência apreendida no quarto ocupado, naquele estabelecimento, pelo acusado. Trata-se de correspondência trocada entre o cadete e a sua irmã Eleonora. Nessas cartas, é referido com muito interesse, entre ambos, o estado de saúde da jovem. Justamente com aqueles documentos o comando da Escola Militar, fez chegar as mãos do delegado diversos livros de circulação proibida pela polícia pela improbidade de sua leitura.

Monstro Repelente - Escritos semelhantes aos de Lombroso e Ferri. - A Gazeta - 13 de dezembro de 1937.

No livrinho de missa de Eleonora - Já foi noticiado que entre os objetos arrecadados no quarto de Eleonora e de propriedade desta existia um pequeno livro de missa.

Sendo examinado agora aquele livro, a polícia encontrou entre as suas paginas, o seguinte bilhete:

“Meus Deus, se é que existe céu, fazei com que Adalberto só me faça uma vez. Ainda mesmo arrependida vou ser freira.”

No livrinho de missa de Eleonora - A Gazeta, 13 de dezembro de 1937.

Adalberto foi para a prisão à espera de julgamento, onde o deixaram por 4 dias sem água e comida. Foi impedido de dormir por 3 noites, além de espancamentos e de ameaçarem jogá-lo do terceiro andar com a desculpa de que ele teria pulado. Por fim, exausto ele confessou e logo após, negou tudo, dizendo que teria sido obrigado devido ao resultado de provocação, angústia e constrangimento.

Os jornais da época o trataram como “Cajati o monstro de Niterói”, o pai de Adalberto gastou grande parte da sua fortuna contratando quatro advogados, e ele próprio, Ariston Cajatí era juiz de direito, atuou para ajudar a promotoria a condenar Adalberto. Ele foi condenado em um primeiro julgamento, e inocentado num segundo por falta de provas, porém o tribunal cancelou a decisão do júri, que o absolveu e condenou Adalberto por 25 anos de prisão.

Cajatí era noivo. A princípio ela o acompanhou, depois seguiu por outro caminho. O pai de Cajatí, por sua vez, contratou quatro advogados, para auxiliar a acusação do filho. Veio o julgamento. Uma vez absolvido. Outra vez condenado a vinte e cinco anos de prisão celular. De nada adianta lhe adiantaram o depoimento do colega. Uma velhinha de Realengo que ele silenciosamente, ajudava a matar a fome, os mendigos do subúrbio que ele auxiliava, os companheiros de turma, todos vieram dizer, em público, que, Adalberto Cajatí não seria capaz de tamanho crime. Os jurados abanavam a cabeça. Dupla personalidade - diziam. O Advogado de defesa, Stelio Galvão Bueno, conseguiu mostrar, dramaticamente, que a bala, para ter sido disparada por outra pessoa que não a jovem pessoa que não a jovem Eleanora, exigiria a mais estranha posição da arma: em direção ao teto, onde o projétil fôra se encravar. O defensor exigira uma prova definitiva contra o acusado. De nada lhe valeram a persistência, o ardor, o zélo.

David Nassser - Revista O Cruzeiro - edição 012 - 1948 <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=cajati&pagfis=57252>

Adalberto foi condenado baseado principalmente em sua confissão forçada, nas acusações tardias de Aleluia e no fato de seu pai ter

entregue uma carta à ser lida ao júri, dizendo que esperava 30 anos de reclusão ao “Monstro”.

Após dez anos preso, os guardas da cadeia resolveram entrar com pedido coletivo para soltura de Adalberto, visto que seu procedimento era exemplar. Em liberdade ele passou a trabalhar no escritório de advocacia do Dr. Stélio Galvão Bueno, como auxiliar de escritório, sob o nome de Adalberto Martins, morreu alguns anos depois em virtude de um colapso nervoso.

Posto em liberdade, Adalberto Cajatí trocou de nome e passou a fugir de sua própria sombra. Trabalhava como Adalberto Martins no escritório de um advogado no Distrito Federal, mas todos os dias voltava a Niterói, onde, por força da liberdade condicional, deveria dormir. Numa noite, à hora do jantar, na sala da humilde pensão em que vivia, as luzes se apagaram, por ter caído um raio na vizinhança. Os presentes ouviram o baque de um corpo. Ao acenderem as luzes, Adalberto Cajatí estava morto.

David Nassser - Revista O Cruzeiro - edição 012 - 1948 <http://memoria.bn.br/doctreader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=cajati&pagfis=57252>

Muitas provas que poderiam inocentar Adalberto, supostamente, desapareceram sob circunstâncias suspeitas, o bilhete de suicídio de heleonora desapareceu e os outros que comprometiam Adalberto supostamente não eram sua caligrafia, o parecer dos peritos que afirmaram que heleonora se suicidou não foi considerado, e Aleluia, cuja acusação levantou suspeitas sobre Adalberto, nunca testemunhou, a própria acusação a retirou do caso, eles temiam que a saúde mental de Aleluia fosse questionada. Ela retornou a Bahia e não tocou mais no assunto, sendo que tempos após retornar à Bahia, foi internada em uma instituição psiquiátrica.

Após mais de 10 anos da morte de Eleonora, o jornalista David Nassser, da conceituada revista “O Cruzeiro”, realizou uma série de reportagens sobre o caso Cajati, tentando esclarecer o julgamento de Adalberto. A mãe de Cajati queria uma revisão do julgamento de Adalberto.

Diário da noite - 1948 - Depõe a mãe de Cajatí:

“Direi à justiça o nome do verdadeiro culpado” - David Nasser (De o Cruzeiro) - “Compreendi que o objetivo das novas publicações a respeito da tragédia que envolve num halo de morte, de sangue de nojo, os nomes de meus filhos Adalberto e Eleonora (o primeiro acusado de haver eliminado a tiros de pistola a segunda, quando ambos eram adolescentes) não era objetivo meramente policial de esclarecer pumorto, Adalberto Martins Cajatí, a prisão por 25 anos e execração pública, está se mostrando aos juízes, como é falha e precária e difícil a justiça dos homens. Se meu filho, embora não esteja vivo, tiver provada definitivamente sua inocencia - isso significará muito e significará, acima de tudo que em matéria de distribuir-se a justiça - não pode haver a precipitação - e a pressa, o afan de julgar rapidamente torna os juízes raramente um crime de morte e apontar à justiça o verdadeiro culpado. Empreendendo o processo que condenou, em última instância, o meu filho, agora mais réus do que os que enfrentam a acusação.

Eu podia ter visitado meu filho, na prisão. Mas meu estado de saúde não o permitia. Quero salientar, entretanto, que sempre acreditei em sua inocencia. Se eu tivesse podido reve-lo, minhas primeiras palavras seriam, jamais o julgara capaz de cometer os crimes de que fora acusado injustamente. Fui autora do pedido de liberdade condicional que o beneficiou pouco antes de morrer.

Na Fazenda onde vivemos longos e inesquecíveis anos de nossa vida, no interior baiano, os meus filhos sempre se revelaram excelentes dotes de espírito e caráter. Adalberto se mostrava irrepreensível e o futuro dos irmãos o preocupava muitíssimo. Embarcou para o Rio, a fim de realizar os cursos pré-militar e militar, mas nunca deixou de nos escrever, dando lições às irmãs, por meio das cartas. Estudioso, religioso e revelando uma fortaleza moral inabalável (quem podia observar isto melhor que os próprios pais?) Meu filho Adalberto era motivo de orgulho todo especial de seu pai, meu marido Ariston Cajati. Era o filho que ele mais estimava, por suas maneiras e extraordinária inteligência. Ao ser informado, por meio de notícia mandada do Rio por um de seus irmãos, da tragédia que iria abalar os próprios alicerces de nossa família, o velho e honesto advogado e ex-juiz Ariston Cajati pôs-se a tremer e quase perdeu os sentidos. Depois de algumas injeções voltou ao normal e embarcou para o Rio. Muitas pessoas devem extranhar a razão de meu marido ter adotado imediatamente uma atitude hostil contra seu próprio filho. O motivo tem explicação: mal desembarcou, os parentes do Rio foram-lhe mostrando tudo quanto pudesse comprometer Adalberto,

cartas atribuídas a Eleonora, testemunhas de Aleluia. Ele não podia duvidar, como não duvidou o publico, nem os juízes do primeiro e terceiro julgamento, tamanha era a ofensiva desencadeada contra meu pobre filho e de tal maneira os fatos tinham se desencadeado.

Nos ultimos tempos de sua vida, entretanto, o pai de Adalberto Cajati não estava certo da culpabilidade do filho. Não o abandonava a estranha, tremenda importancia de um detalhe que não conseguiu impressionar os julgadores de Adalberto. Enquanto a vítima estava contaminada de certo mal humilhante, os exames feitos em Adalberto por médicos ilustres, nomeados pela própria Justiça, deram resultados inteiramente negativos e as fichas de saude trazidas da Escola Militar, onde o controle era severo, afirmaram em pleno tribunal que Adalberto Cajatí não fôra portador dessa enfermidade. Como explicar tal fato? Como explicar o desaparecimento do bilhete de Eleonora confessando o suicidio?

Acredito no grande desastre no desastre final de sua vida, somente agora, pois imaginava que Adalberto estava vivo. Outro filho, Alberto, viu-o morrer, amparou-o nos braços. Custa-me não poder ouvir, nunca mais, aquela voz de doçura com que sempre nos tratou. Tenho fé, entretanto, que, mesmo falecido, seu nome será re-habilitado perante a sociedade.

Tenho certeza que chegará o momento em que serei obrigado a acusar. Se hoje nem meus filhos, nem eu, citamos nomes, é por que aguardamos a manifestação da consciencia dos verdadeiros culpados. Breve, entretanto, darei o meu consentimento para todos os nomes constantes das cartas deixadas e a mim enviadas por Adalberto, com respeito da trama urdida contra ele e as suspeitas que cada vez mais crescem em meu espírito. Não deixarei, de maneira alguma, que os meus filhos paguem por um crime que não foi cometido pelo infeliz Adalberto. Arrancaram-no da Escola Militar, nos ultimos meses, acusaram-no de crimes hediondos, baseados em cartas forjadas e no depoimento de Aleluia, minha filha, que dizia ter assistido ao crime. Pois estou aqui no Rio para pedir ao advogado que defendeu meu filho o Dr. Stelio Galvão Bueno, que reabra o caso e consiga novo pronunciamento da justiça. Sim, porque minha filha Aleluia me declarou que nada assistiu, que estava dormindo quando Eleonora morreu e que todas as acusações contra Adalberto eram mentirosas.”

Diário da noite - 1948 - Depõe a mãe de Cajatí

Com a reabertura do caso, tudo noticiado e publicado pelo jornalista, David Nasser, em jornais, revistas e por emissoras de rádio, os

pontos sensíveis do caso voltaram à tona. O parecer do quatro peritos foram de que ela havia cometido suicídio. A exumação do corpo de Eleonora, apontou que ela havia contraído uma doença venérea, e os exames de Adalberto deram negativo para essa doença, desmentindo a acusação de incesto. Em cartas de Adalberto, durante o período em que ele esteve preso, ele afirma que ela se relacionava com funcionários da fazenda e primos. Ela já estava doente antes de ir morar em Niterói. Havia também um primo deles do Rio que também havia contraído a mesma doença de Eleonora, talvez por isso os tios tenham sugerido Aleluia a acusar Adalberto. Também foram eles, os tios, que abordaram, o pai, Ariston Cajatí, com suspeitas sobre Adalberto ser o culpado pela morte de Eleonora.

Com as investigações, foi encontrado, a transcrição do bilhete suicida de Eleonora, em um livro de registro policial. O testemunho da família dona da pensão onde ocorreu o crime, também não bate com o que disse Aleluia. As testemunhas encontraram o corpo de Eleonora, na cama de barriga para baixo e quando puxaram o cobertor que a cobria, a arma caiu no chão e puderam perceber que a moça estava morta.

Logo após ouvirem o disparo, as testemunhas viram Adalberto, em seu quarto, tentando vestir-se para averiguar o ocorrido. Aleluia só acordou após os moradores da pensão terem encontrado Eleonora. Adalberto ficou em choque, enquanto Aleluia gritava e chorava.

Durante o enterro os dois, Aleluia e Adalberto permaneceram juntos, chorando pela morte da irmã.

Esse bilhete, que confessou o suicídio e inocenta Cajatí, sumiu, inexplicavelmente, do bojo do inquérito policial. Acontecera, entretanto, por mercê de Deus, que o comissário de serviço na delegacia da Capital, em Niterói, no dia da ocorrência, era um homem cuidadoso e trancrevera, a 2 de novembro de 1937, na íntegra, o bilhete de Eleonora, onde a hipótese de homicídio estava definitivamente afastada. Diz a jovem, antes de matar-se:

“_saudades!

Eu morro porque quero; me perdoe; rezem por mim. Estou doente desde janeiro. Adeus, quero morrer. Beijos para papai, mamãe e os

maninhos. Mande celebrar três missas.”

Eleonora - 2-11-1937.

Bilhete suicida de Eleonora Cajati - David Nasser - Revista O Cruzeiro - edição 012 - 1948 <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=cajati&pagfis=57252>

Após 10 anos da tragédia, Aleluia também voltou atrás em suas declarações, diz agora, que não havia visto Adalberto matar ou sugerido Eleonora a se matar. Que em muitas ocasiões Eleonora teria dito que se mataria e que ela, Aleluia, e Adalberto teriam por várias vezes desestimulado esse comportamento de Eleonora. E que por várias vezes Eleonora teria brincado de simular o enterro de minhocas, tendo feito isso no dia anterior a sua morte.

Aleluia fez uma declaração em uma emissora de rádio dizendo que não havia visto Adalberto matar sua irmã Eleonora, e que acreditava na inocência de seu irmão.

Na cidade de Salvador, Aleluia Martins Cajati acaba de confirmar as suspeitas enunciadas na série de reportagens publicadas durante 16 semanas ininterruptas pela revista “O Cruzeiro”. A jovem Aleluia era apontada pelo Ministério Pùblico como a única testemunha de vista do assassinio de sua irmã Eleonora, pelo próprio irmão, o cadete Adalberto Cajatí. A acusação de Aleluia condenou Adalberto a 25 anos de prisão. A condenação o rapaz não resistiu e pensão, depois de cumprir parte da pena. Agora frente ao microfone das radios associadas, Aleluia declara solememente que nada presenciou e que suas palavras à polícia não representam a verdade.

Encerra-se, desta maneira palpítante, o emocionante caso, que mereceu da grande Revista brasileira oito páginas, como fotografias de José Medeiros e texto de David Nasser.

Diário da noite - edição 04581 - 1948

A grande cobertura do Caso Cajatí, tem como ato final a divulgação de carta divulgada por uma médium de São Paulo, em que, em sessão espírita, Eleonora pede a Adalberto para perdoar o pai por tê-lo condenado e não acreditar em sua inocência. Adalberto relata todo o ódio que sentia pelo pai, que não o socorreu quando ele mais precisava. Ambos, supostamente nesta carta, pedem aos familiares para não seguir adiante e pedir novo julgamento, pois este não traria benefícios

a ninguém.

....Lá estava o Adalberto, digo, seu retrato, estampado ao lado de fotografias da Eleonora. Sob o retrato dêle estava, em letras garrafais, "O monstro, etc...etc... e logo me interei de tudo que me estava ao alcance da mentalidade então. Que dia aquêle! Envergonhado de chorar em vista das primas, peguei da rédea e trotei, aliás, o cavalo me trotou em busca de casa. Durante todo o percurso de meia légua, chorei vituperei contra meu pobre irmão.

Volta para o meu pai do Rio. A minha mãe já aguardava na roça. E pela primeira vez vi o meu pai chorar como criança. E é este o quadro que me leva a defender o juiz e posteriormente advogado Ariston Cajatí, meu falecido e querido pai, o que acusou o próprio filho contra as provas dos autos, que nem os conhecia sequer, justamente estribando em sua boa fé e, igualmente, no seu caráter severo de juiz excepcional. Foi êsse seu único e derradeiro fracasso na sua carreira em busca da justiça dos homens. Ali chorava êle, como criança, exprimindo sinceramente seu grande sofrimento. Aleluia também chorava, mas um chôro sem palavras, coitada, porque era tão ingênuo para compreender o grave erro que praticara, embora titubeando não obstante a fôrça de sugestões dos interessados na culpabilidade do irmão; os demais, ainda crianças...Alberto, Álvaro, Aída e Adelmar - Os demais não chorávamos. Olhávamos surpresos para os três, sem um vislumbre sequer da imensa tragédia que nos iria infelicitar por muito tempo ainda. Isto tudo são observações que faço numa clara visão retrospectiva. As crianças estavam tristes antes da sugestão do ambiente. E as crianças são tão sugestionáveis...Em casa, daí por diante, o sucedido constitui-se em assunto proibido.

Relato de Aderbal Martins Cajatí, para David Nasser. - Revista O Cruzeiro - Edição 020 - 1948.

De uma atitude infeliz, de uma pessoa infeliz, a pobre Eleonora, nasceu todo um drama e uma tragédia ainda maior. O pouco tempo que Adalberto Cajatí ficou livre, teve que esconder-se do seu passado. Mesmo adotando o nome Adalberto Martins e mudando de visual, bigode e corte de cabelo, muitas vezes era reconhecido. Ali estava o Monstro de Niterói, sempre tinha que se mudar, sempre em Niterói, pois pela condicional, teria sempre que pernoitar nessa cidade. Só a morte pode devolver paz a Adalberto.

Seu pai, o velho Cajatí, também viveu atormentado pelo aconte-

cido, mas nunca quis falar sobre esse assunto. Nem ler as cartas de Adalberto. Porém, não deserdou Adalberto, mesmo quando terceiros o aconselharam que o fizesse. Segundo sua esposa, Emilia Cajati, disse para a Revista o Cruzeiro, em seu leito de morte, quando perguntado se tinha raiva de Adalberto, disse: "Ódio, não. Levo uma grande mágoa."

Em carta, publicada pela Revista "O Cruzeiro", Adalberto escreve para sua noiva, Djahy, descrevendo o seu sofrimento e sua relação com os seus tios e as atitudes que eles tiveram com ele após o incidente do dia de finados de 1937.

Realengo, 2 de dezembro de 1937 - Minha Djahy, que Santa Terreza, padroeira do amôr e amizade que tenho, te dê saude e felicidade.

Há momentos na nossa vida em que trememos, em virtude do nervosismo que estamos possuídos até a escrever.

Assim estou no dia de hoje em que fazem trinta dias que minha bôa irmã Eleonora morreu tragicamente. Pela salvação da alma déla rezemos tres Avé-Marias.

O gesto tresloucado de Nonôra, Dajahy, veio me colocar num mar revolto que cuta-me crêr que tenha força suficiente para resistir... tênhо sofrido até hoje, jaz, uma desilusão.

Eu não me importaria que meus tios e suas famílias brigassem comigo por ter desobedecido uma ordem do Agostinho, mas doe-me muito o que eles dizem de mim e dão margem para que façam juízos miseráveis a meu respeito. Deus é justo, e dele espero justiça.

Djahy. O golpe que meus parentes d'aqui me desfecharam foi cruélissimo. Até hoje não consegui tirar dos meu pensamento a atitude de Heitor, Agostinho, Glória, Elza, etc, para comigo.

Se estudo; se te escrevo; se leio um romance; se penso; tenho uma vontade enorme de chorar.

Tenho sido tão infeliz que ás vezes penso que estou no mundo para pagar algum mal feito de meu pai; tenho sido tão infeliz...

Adalberto Cajati - Trecho de carta escrita para sua noiva, Djahy -
Publicada na Revista O Cruzeiro - 1948

E foi para homenagear essa família, que a Vila de Cachoeira, passou a chamar-se Cajati. Talvez a homenagem pudesse amenizar um pouco a dor que carregava os desventurados membros dessa família. A antiga vila de Cachoeira, tornou-se Cajati.

DECRETO-LEI
14.334, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1944 - Divisão administrativa e judiciária do Estado.

O INTERVENTOR FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO, usando da atribuição que lhe confere o art. 6.º, n.º V, do decreto-lei federal n.º 1.202, de 8 de abril de 1939, e devidamente autorizada pelo Presidente da República

Decreta: Artigo 1.º - Fica fixada, de acordo com o presente decreto-lei, a divisão territorial do Estado que vigorará de 1.º de janeiro de 1945 a 31 de dezembro de 1948.

Artigo 2.º - A divisão territorial não sofrerá qualquer modificação dentro do prazo referido no artigo anterior.

§ 1.º - Não se entendem como modificação os atos interpretativos de linhas divisórias intermunicipais e interdistritais que se tornarem necessários para melhor e mais fiel caracterização dessas linhas, a luz de documentação geográfica ou cartográfica mais perfeita, desde que da interpretação não resulte um deslocamento de divisória tal que qualquer cidade ou vila saia de seu âmbito municipal ou distrital.

§ 2.º - Constituem as únicas exceções à inalterabilidade da divisão territorial ora fixada:

- a) as alterações que o Governo da União promulgar;
- b) a anexação de um município a outro, motivada pelo fato da respectiva Prefeitura não apresentar o mapa do território municipal, até 31 de dezembro de 1945, desde que o âmbito territorial correspondente tenha sofrido modificações por força do presente decreto-lei.

UM MORTO NO BANCO DOS RÉUS

(Continuação da 1.ª página)
O professor Adelberto Cajati volta ao Rio especialmente para presenciar a sessão do processo criminal que considera seu filho Adalberto Cajati, de 20 anos de idade. O réu volta, agora morto, ao tribunal, e seu destino é o mesmo, o de Mário Calvão Barroso. Toda a família Martins Cajati apela a essa rehabilitadora, por que novos elementos suspeitos, autorizando a suspeita de que Irmão Adalberto esteja morto, seu destino foi condenado. Em demoradas encontros, o irmão de Calvão observou ao formalista que se criou um ambiente para que os parentes do ex-cadeiro podessem se manifestar, clamando pela inocência do acusado. — Adalberto, desde a infância, até a adolescência, violentamente curado pela tuberculose, sempre foi uma entidade boa, de grandes mortais personalidades. Nunca poderia ter cometido um crime em sua vida, muito menos um crime de tão torpe artimanha e de tão flagrante irregularidade. — O irmão de Adalberto sintetiza, numa de suas palavras, a situação infeliz e estremecida e dura de seu pai e ex-vice Arlindo Cajati (hoje morto), contestando quatro alegações à época do processo e enviando ao juiz um telegrama:

— Espero 20 anos de prisão para o meu filho. A seu ver, o velho Cajati, homem bondoso, educado e manso, de Norte, onde a família é quase um símbolo religioso, também deve morrer. Desenvolveu os estudos de sua materna aspirar, se fizer cargo contra o próprio filho. Foram levantadas as circunstâncias em que houve prisão e homem que era pai de Adalberto, a jovem Eleonora. — Mal chegando ao Rio, o tremendo lamento contra Adalberto, feito por pessoas que hoje não parecem suspeitas, mas que ainda dão nos

senso a permanecer algumas semanas num hospital de clínica mental. Hoje, quase rehabilitado, nega firmemente ter visto o irmão no quarto e declara que todo quanto dizem não correspondem à realidade. Mário, para a simpatia. Mas justiça, dirá, provavelmente, para a indústria a morte. — Enfim também como vítima das indescritíveis suspeitas daqueles que devem dizer "daqueles", que abusando da liberdade confidencial de meu pai, fez apostar as pobres Adalbertos, aos olhos mortais do público, como um "animal raro nas galérias da criminalidade".

O irmão de Calvão pronuncia estas palavras visivelmente emocionado. — Quem poderá imaginar a dor de um Calvão ao dar o nome a um herói-aperturado. E quando destes não vivem e malvadamente querem saber se eu era irmão de Adalberto Cajati, e logo em grande entraram em bacalaures favorecendo basardas mal intencionadas apeladas aos quais, vejam pelos órgãos de imprensa?

— Mário, talvez, viver em mim, no nome e interesses na verdade de hoje, um parente ante a clientela e as provas de meus crimes praticados contra o Adalberto por indícios que fizeram interessar em defendê-lo, clemácia e provas. Indícios de que disponho, mas que de modo agradável a direito de meu irmão, sócio para alistar as vozes dos cidadãos em favor de que essa defesa merece "evidentemente a sua saída de justiça. Em seu lugar — certo que alguns digam — eu daria um tiro em cada um dos culpados. Mas isso seria redimir-las de seus crimes presentes, e quem que todos estes vingam o basardão para sempre em causa que sobre a terra espalharam — e m é que esse disse — deus-íhes e os oito apóstolos.

Por sua vez a sen. Emilia Martins Cajati já se acha a caminho do Rio de Janeiro, donde dará entrada, em julho, presidente do Instituto ad-vogado que defendeu Adalberto em

c) a recondução de uma circunscrição à situação anterior, devido ao fato de não haverem nela sido preenchidos os requisitos legais indispensáveis à sua efetiva Instalação a 1.º de maio vindouro.

§ 3.º - A anexação ou recondução, previstas no parágrafo anterior, serão objeto do ato do Governo do Estado, que além de determinar uma ou outra das providências, fixará a data e as formalidades para sua efetivação.

Artigo 3.º - A divisão administrativa e judiciária do Estado, para o período quadrienal citado, compreende 139 (cento e trinta e nove) comarcas, 305 (trezentos e 1 cinco) municípios e 668 (seiscentos e sessenta e oito) distritos, estes com a categoria única de circunscrição primária do território estadual para todos os fins da administração pública e da organização judiciária.

§ 1.º - Os nomes das circunscrições administrativas e judiciárias, bem como a categoria das respectivas sedes todas com a mesma denominação da própria circunscrição, constam do anexo n. 1.

§ 2.º - A descrição sistemática dos limites circunspcionais, onde se definem, para cada município, o perímetro municipal e cada uma das divisas interdistritais, quando as houver, consta do anexo n. 2.

Artigo 4.º - As autoridades municipais competentes, sob pena de responsabilidade, tomarão as medidas administrativas apropriadas para que, em cada cidade no dia 1.º de Janeiro de 1945, em ato público solene se declare efetivamente em vigor o quadro territorial fixado nesse decreto-lei, no que concernir, não só às circunscrições que tiverem sede na mesma cidade, como também aos demais distritos que integrarem o respectivo município.

§ 1.º - A solenidade prevista neste artigo será presidida:

a) sendo a cidade sede da comarca, pelo Juiz de Direito;

b) na cidade que não for sede de comarca, pelo Prefeito Municipal.

§ 2.º - No caso de impedimento eventual das autoridades referidas, a substituição delas se fará automaticamente na seguinte ordem:

a) a do Juiz de Direito pelo Prefeito Municipal;

b) a do Prefeito Municipal pelo Secretário da Prefeitura, cabendo a substituição deste, se também impedido, à mais alta autoridade que se encontrar na cidade.

§ 3.º - A solenidade inaugural do novo quadro territorial, na parte que interessar a cada cidade do Estado, obedecerá ao ritual sugerido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e aprovado pelo Conse-

lho Nacional de Geografia.

§ 4.º - Da ata da solenidade realizada em cada sede municipal, a respectiva Prefeitura enviará duas cópias autênticas ao Diretório Regional de Geografia que, além de arquivar uma delas e enviar a outra ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, providenciará sua publicação no órgão oficial do Estado.

Artigo 5.º - Continua em vigor a legislação estadual regulado das modificações do quadro territorial, desde que não colida nem direta nem indiretamente com as normas do presente decreto-lei.

Artigo 6.º - Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo, aos 30 de novembro de 1944.

FERNANDO COSTA

J. A Marrey Junior

Francisco D'Auria

J. de Mello Moraes

Sebastião Nogueira de Lima

Alfredo Issa Assaly

José Gonçalves Barbosa

Publicado na Diretoria Geral da Secretaria da Interventoria aos 30 de novembro de 1944.

Victor Caruso

Diretor Geral

O distrito de Cajatí foi criado com sede no povoado de Corrente e com terras desmembradas do distrito da sede do município de Jacupiranga.

A CXXXVI – Município de JACUPIRANGA (N. 91)

a) Limites municipais:

1. COM O MUNICÍPIO DE IPORANGA

Começam na serra do Cadeado, que é o espião mestre entre as águas que vertem para o mar e as dos rios Pardo e Jacupiranguinha, no ponto de cruzamento com o divisor entre as águas dos rios Pardo, à esquerda e Jacupiranguinha, à direita, seguem por este divisor até a serra da Onça, que é o divisor entre as águas dos rios Batatal e Jacupiranguinha.

2. COM O MUNICÍPIO DE XIRIRICA

Começam no divisor Pardo-Jacupiranguinha onde o divisor cruza com a serra da Onça, que é o divisor entre os rios Batatal e Jacupiranguinha, seguem pela serra da Onça e pelas de Descanço e Macaco Branco até a cabeceira do córrego Lindeiro, descem por este até o ribeirão do Pito, daí, vão, em reta, à cabeceira do ribeirão Alegre pelo qual descem até o ribeirão Taquaral, descem ainda por este até sua barra no rio Turvo, pelo sobem até sua cabeceira oriental no espião Jacupiranga-Carapiranga-Ribeira de Iguape, prosseguem pelo espião que tem os nomes locais de serra do Bananal Pequeno e Votupoca, até entroncar com o divisor que separa as águas do ribeirão Carapiranga, de um lado, e as dos ribeirões Padre André e Capinzal do outro.

3. COM O MUNICÍPIO DE REGISTRO

Começam na serra do Votupoca que é o espião entre as águas do rio Ribeira de Iguape e as dos rios Carapiranga, à esquerda, das dos ribeirões Padre André e Capinzal, à direita, descem até sua barra no rio Jacupiranga, deste ponto vão, em reta, em direção à barra do ribeirão Braço Preto no rio Paríquera-Mirim, até o rio Paríquera Açu.

4. COM O MUNICÍPIO DE IGUAPE

Começam no rio Paríquera-Açu no ponto onde o rio é cortado pela reta que da barra do ribeirão Quilombo no rio Jacupiranga vai à barra do ribeirão Braço Preto no rio Paríquera-Mirim, desse ponto seguem pela citada reta até a barra do ribeirão Braço Preto no rio Paríquera-Mirim, sobrem por este até o ribeirão Arataca, pelo qual sobem até sua cabeceira no divisor entre as águas do rio Paríquera-açú e as do rio Cordeiro, continuam por este divisor até a cabeceira mais setentrional do rio Cordeiro.

5. COM O MUNICÍPIO DE CANANÉIA

Começam na cabeceira mais setentrional do rio Cordeiro, no espião entre as águas do rio Paríquera-Açu e as do rio Cordeiro, continuam pelo espião que separa as águas do rio Jacupiranguinha das que vertem para o mar, espião que tem os nomes locais de serra da Folha Larga, serra do Canha, serra do Itapitanguí e serra do Taquari, até o ponto de junção com as serras Negras e do Cadeado.

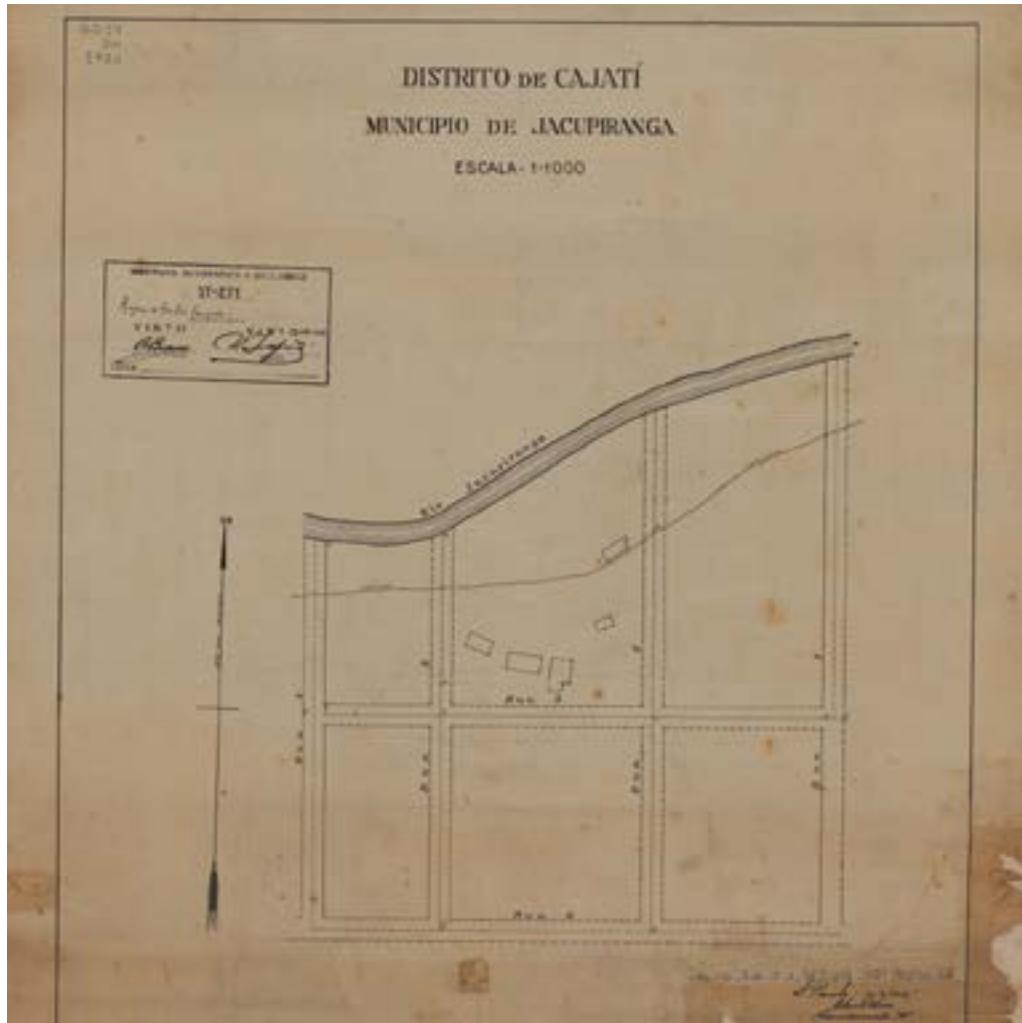
6. COM O ESTADO DO PARANÁ

Começam na junção da serra do Taquari com as serras Negra e do Cadeado, seguem pelas divisas com o Estado do Paraná até onde a serra do cadeado entronca com o divisor entre as águas dos rios Jacupiranguinha e Pardo, onde tiveram início estas divisas.

b) *Divisas interdistritais:*

1. ENTRE OS DISTRITOS DE CAJATÍ E JACUPIRANGA

Começam no rio Turvo, na barra do ribeirão Taquaral, descem pelo rio Turvo até a fóz do córrego do Joelho pelo qual sobem até sua cabeceira no divisor Turvo-Jacupiranga, sobem pelo rio Quilombo até sua cabeceira no divisor que separa as águas do rio Jacupiranga e ribeirão do Azeite, à direita das dos rio Guaraú, à esquerda, prossegue por este divisor até entroncar com a serra Negra, que separa as águas do rio jacupiranga das que vertem para o mar.



Planta do Distrito de Cajati - Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Assim, a vila de Cajati, como desde 1943 já era denominada a antiga vila de Cachoeira, passou a ser Distrito de Cajati, no Município de Jacupiranga. O Distrito passou por um rápido processo de urbanização, tornando-se mais populoso que Jacupiranga. Até que no início dos anos de 1990, passou a ser um município independente.

A extinção de Cajati

Na década de 1950, por pouco Cajati não deixou de ser distrito, a Câmara Municipal de Jacupiranga realizou pedido a Assembleia Legislativa do Estado, para que fosse extinto o distrito de Cajati. Pouco antes Eldorado havia petionado a retificação dos limites do município com o distrito de Cajati, com a retificação eles levariam parte do território de Cajati, nas férteis terras da Areia Preta, consideradas na época das mais férteis do estado e região de mineração, maior riqueza do território. Os dois pedidos foram negados.

RG4431-58	Mun. de ELDORADO PAULISTA	Representação de autoridades de Eldorado Paulista, pleiteando a retificação de divisa entre os municípios de Eldorado Paulista e Jacupiranga
RG4431-58	Mun. de JACUPIRANGA	Representação da Câmara Municipal de Jacupiranga pleiteando a retificação das divisas entre os municípios de Jacupiranga e Ribeirão

Página 33 da Poder Executivo do Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP) de 20 de Julho de 1958
<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/4460343/pg-33-p/oder-executivo-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-20-07-1958/pdfView> Acesso em 06/08/2018 19:29.

Página 59 da Poder Executivo do Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP) de 13 de Novembro de 1958

Parecer Nº 2.569 de 1968 da comissão de via administrativa e sobre o praceamento RG 2076 de 19º pleiteia-se parte do processo da atual divisa entre os municípios de Eldorado Paulista e Jacupiranga, encontra-se, a informação pelo Instituto Geográfico e Geológico na qual, em relação a aludida divisa se diz o seguinte: - Município 1 - A antiga divisa entre o de Eldorado e o de Jacupiranga segundo a lei Nº 2.253, de 23-12-1927. Que criou este município, era pelo divisor que separa as águas do Rio Ribeira das do Jacupiranga. Dali em rumo a Barra do Quilombo. Subindo este até sua cabeceira principal e contido pelo di-

visor que deixa a direita as águas do Rio Ribeira, Batatal e Pardo e, a esquerda, as do Rio Jacupiranga até a cabeceira principal do Rio Guaraú a direita a divisa foi mantida pelo decreto AA.775. de 30-11-1938. Em 1944 pelo decreto de lei Nº 14.334 de 30 de novembro, o Município de Eldorado recebeu do Município de Jacupiranga a área com achumbarias pretas, tido mapa anexo, em virtude da criação do Distrito de Barra do Braço naquele Município. Isto prova que o divisor de Eldorado Jacupiranga foi afastado a favor do Município de Eldorado e não como foi dito... Recuada de quilometros e quilometros contra o Município de Eldorado. A retificação ora pleiteada, constitui agora uma linha reta e assinalada no mapa anexo por traços e pontos (...) vermelho para deslocar uma divisa pro acidente geográfico * Divisor entre os rios Ribeira e Jacupiranga. Divisor perfeitamente definido e preferencialmente sempre que possível, escolhido - por uma reta neste caso inconveniente e que, dificilmente esclarecerá aos municípes, da região, a que município, pertence e ainda mais este divisor de águas é um acidente geográfico claro, preciso, contíguo, permanente, comprovadamente identificável, como recomenda o artigo 2º da lei orgânica dos municípios e quando que a linha reta pleiteada não é um acidente geográfico e portanto em desacordo com a referida lei que, sumariamente define divisas fora de acidentes geográficos quando há a impossibilidade dos mesmos serem utilizados. Cumpre-nos, ainda, esclarecer que a divisa Eldorado-Jacupiranga já foi demarcada, a pedido da última prefeitura municipal do exposto e nosso parecer que a solicitação de retificação da divisa acordão Jacupiranga não procede, devendo ser mantida a atual divisa em face do pronunciamento acima, do Instituto Geográfico e Geológico, somos de parecer que a atual divisa do acordão Jacupiranga deve ser mantida. Sala das Comissões, 10-11-58. (A) Bady Basasalt * Relator aprovado o preencher em reunião de 10 de novembro de 1958 (A) Leônidas Caminha * Presidente Antonio Mastroleo - Salgado Sobrinho - Amaral Furlan - Vaneido - Conde Filho - Paulo Ornellas de Barros * Geraldo Pereira de Barros - Scalamandre Sobrinho Venco - JB Mendonça Falcão - Germinal Feudo Venco - João Blender Falcão - Vencido Parecer.

Jusbrasil - Página 59 da Poder Executivo do Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP) de 13 de Novembro de 1958 - <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/4651344/pg-59-poder-executivo-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-13-11-1958/pdfView> Acesso em 06/08/2018 19:39

Eldorado alegava ter sido prejudicado, em favor do distrito de Cajati, à época da criação do distrito do Braço e pedia para o limite entre os municípios fosse retificada, em uma linha da Barra do Rio Padre André no Rio Jacupiranga até a cabeceira do Rio do Braço afluente do Rio Batatal.

Com isso Cajati perderia boa parte de seu território, bairros como o da Abóbora, e parte de outros adjacentes e das fazendas que hoje existem ali, pertenceria, segundo os xiririquenses, à Eldorado.

Em uma tentativa de manter o território, a Câmara de Jacupiranga pediu ao Governo do Estado, a extinção do distrito de Cajati, porém o pedido não foi deferido. Em resposta, o Governo justificou que, Cajati tinha elevado número de habitantes e se adequava às condições de existir como distrito.

O parecer final do caso foi que as divisas entre municípios são feitas de acordo com as bacias hidrográficas, se fosse feita uma linha como queria Eldorado, nem um município nem o outro saberiam ao certo em qual município pertenceria determinada localidade. Do lado em que as águas fluem para o Rio Jacupiranga pertencem ao município de Jacupiranga. Do lado que as águas vertem para o Ribeira de Iguape, pertencem à Eldorado e quando as águas fluem ao Jacupiranguinha e a margem esquerda do Guaraú da Barra do Ribeirão Inhunguvira abaixo, pertencem a Cajati. Na verdade, a divisão do distrito do Braço não lesou Eldorado, mas levou um pedaço do Distrito de Cajati.

A Guerra da Capelinha

Em 1970, Cajati foi palco de um verdadeiro cenário de guerra. Em plena ditadura militar a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), adquiriu do ex-prefeito de Jacupiranga, Maneco de Lima, 80 alqueires de terra na Capelinha. Comandados pelo ex-capitão do exército Carlos Lamarca, que montou um centro de treinamento de guerrilha rural, que quando em conhecimento do Governo Militar sofreu violenta repressão. As matas da Serra do Aleixo e do Rio Capelinha e arredores foram bombardeadas. Os rios e matas passaram a ser varridas pelas tropas das forças armadas, na esperança de capturar os guerrilheiros, que bateram em retirada, atravessando a Serra em direção a Barra do Braço.

Em 1954, o vereador jacupiranguense e futuro prefeito Manoel Gomes de Lima, o “Maneco”, “Maneco Lima” ou “Manelão”, e o lavrador Flozino Pinheiro de Souza, conhecido no lugar como “Joaquim Dente-nho”, uma área de quarenta alqueires de terra bruta e totalmente desocupada, o Sítio Palmital, próximo ao lugar onde o Rio Azeite faz barra com o Jacupiranguinha, a aproximadamente 220 quilômetros da Capital paulista.

Celso Luiz Pinho - 1970 A guerra no Vale do Ribeira (2018)

Os moradores da Barra do Azeite dizem existir uma inscrição em uma pedra no rio Jacupiranguinha, que a autoria é atribuída a Lamarca.

Ainda sobre a aquisição das terras, relata Pinho: “...*por mais de quinze anos as terras em questão ficaram na ociosidade, posto que Joaquim e Flozino jamais ocuparam aquele solo, até que em meados de novembro de 1969 venderam-na a um nissei de nome Mário que, dizendo-se agricultor, manifestou o desejo de adquirir aquela área, “Mário era o nome de guerra de Shizuo Osawa (Mário Japa), militante da VPR.”*

Celso Luiz Pinho - 1970 A guerra no Vale do Ribeira (2018)

Algumas figuras conhecidas em Cajati e Jacupiranga participaram ativa

mente auxiliando os guerrilheiros, não só com a aquisição das terras, como para abastecer o campo de treinamento com suprimentos alimentícios, médicos e apoio logístico.

Manoel Gomes de Lima, ... é uma figura muito lembrada em Jacupiranga... alfaiate de profissão que, embora não sendo milionário, amealhou grandes áreas de terras no Vale do Ribeira, começou sua carreira política em 1950 ao ser eleito vereador. Em 56, alçou o executivo jacupiranguense dirigindo o município pelos quatro anos seguintes...

...nos bastidores, o ex-prefeito fazia parte de um grupo de amigos bastante conhecidos e influentes na cidade, dele pertencendo o ex-Sargento Onofre Pinto, ..., Júlio do Rosário, seu pai, o advogado e ex-assessor Jurídico da prefeitura de Jacupiranga Walter Pinto Ribas, antigo legionário de 32 e tido como pessoa de grande influência entre os trabalhadores rurais da região, que além de ser cunhado de Onofre, também era pai do estudante secundarista Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, ...e que mais tarde seria dado como desaparecido na guerrilha do Araguaia.

Outra pessoa amicíssima de “Manelão” era Casemiro Ribeiro Ramos, natural da região (Sete Barras) e ex-membro do diretório local do Partido Comunista do Brasil PC do B, cuja sede funcionava na casa de seu pai adotivo. Uma vez o partido na ilegalidade, Casemiro mudou-se para Sorocaba...

Celso Luiz Pinho - 1970 A guerra no Vale do Ribeira (2018)

Outro membro do grupo era Reinaldo Guerra, nome que hoje ba-

tiza o hospital municipal de Cajati, figura importante nos primórdios do distrito de Cajati por ser o único profissional da área da saúde. Era com ele que os cajatienses se consultavam, embora ele fosse prático farmacêutico e não médico.

Sobre o Guerra, diz pinho:

...Reinaldo Guerra, de posição clara de esquerda, também ex-funcionário público de Sorocaba e ligado ao Sindicato dos Têxteis daquela cidade, com a participação ativa na preparação e deflagração de greves. Em 1956, a convite do então vereador Casemiro Ramos, seu particular amigo, mudou-se para Jacupiranga, estabelecendo-se com uma farmácia em Cajati. Lá organizou o “Grupo dos Onze”, cujas reuniões ocorriam em sua residência. Em 1963, Guerra foi eleito para a vereança jacupiranguense, ocasião em que ocupou a função de vice-presidente da câmara municipal.

Celso Luiz Pinho - 1970 A guerra no Vale do Ribeira (2018)

Segundo Pinho, também eram integrantes do grupo o professor Benedito Adilson de Camargo Ribeiro, de ideologia comunista, o motorista de táxi Nascimento Batista, o ex-vereador Antonio Zanon e Abel bernadino dos Santos e ainda Benjamin Teixeira Monsores, que tinha a posse de 100 alqueires de terras nas Lavras e 300 no Rio Queimado.

Pinho define Cajati e Jacupiranga como: “...Verdadeira “República do Proletariado”, a VPR ao tornar-se proprietária do sítio Palmital, poderia se sentir, literalmente dizendo, entre amigos (conquanto nenhum dos citados, exceto Onofre Pinto, pertencessem à organização) e isso vinha bem de encontro com seus interesses em ser o starter da formação de futuros guerrilheiros rurais no país.”

Celso Luiz Pinho - 1970 A guerra no Vale do Ribeira (2018)

A primeira área, mostrou-se inadequada, visto que era muito próxima da Rodovia Régis Bittencourt, os disparos dos fuzis muitas vezes eram ouvidos por quem trafegava pela rodovia. Havia também uns poucos sitiados que viviam próximo dali, além de caçadores e palmiteiros que percorriam aquelas matas, obrigando os guerrilheiros a se esconderem quando cruzavam com algum deles.

A união de todos esses fatores levou Lamarca a cogitar a trans-

ferência do campo de treinamento para outro lugar... Manoel de Lima aceitou a se desfazer de uma segunda área, também sua propriedade, a Fazenda Borami, no distrito conhecido como Capelinha, altura do Km 249 da Rodovia Régis Bittencourt, tendo como referência o Ribeirão da Salmoura, com a benesse de ter o dobro do tamanho do Sítio Palmital e mata mais fechada, onde só existiam três pequenos barracos desocupados e cobertos por folhas de Guaricana, uma espécie de palmeira nativa da região. Submetida a proposta Lamarca, a mesma ele aceita (embora quando se discutiu pela primeira vez o abandono de Palmital, chegou-se à conclusão de que toda aquela região do Vale do Ribeira era inadequado para o propósito esperado, o que faz supor que o ex-capitão só tenha aceitado a Fazenda Borami por falta de opção imediata), bastando apenas que "Manelão" mandasse melhorar a estrada que dava acesso à fazenda. Uma vez as partes de acordo, inclusive no tocante ao preço (NCR\$ 40.000,00 a serem pagos em parcelas), os 80 alqueires de terra, foram comprados em dezembro de 1969, através de documento particular, em nome de "Monteiro".

Celso Luiz Pinho - 1970 A guerra no Vale do Ribeira (2018)

A ideia dos membros da VPR, Vanguarda Popular Revolucionária, era levar a luta armada contra o Governo Militar para o campo, o Sítio de Guaricana, que era a fachada possuía dois núcleos, as bases Carlos Roberto Zanirato, homenagem ao soldado morto no furto das armas do 4º Regimento de Infantaria, e Eremias Delizoikov, em memória do estudante paulista, militante da VPR morto aos 18 anos em sua residência no Rio de Janeiro em 1969 pela Polícia do Exército que formavam o complexo Carlos Marighella próximo a barra do Rio Salmoura no Rio Capelinha.

Político, guerrilheiro e poeta, Carlos Marighella vivenciou a repressão de dois regimes autoritários: o Estado Novo (1937-1945), de Getúlio Vargas, e a ditadura militar iniciada em 1964. Foi um dos principais organizadores da resistência contra o regime militar e chegou a ser considerado o inimigo número um da ditadura. Teve ao todo quatro passagens pela prisão, onde sofreu espancamentos e torturas, sendo a primeira delas aos vinte anos de idade. Militou durante 33 anos no Partido Comunista e depois fundou o movimento armado Ação Libertadora Nacional (ALN).

Com o recrudescimento do regime militar, os órgãos de repressão concentraram esforços em sua captura. Na noite de 4 de novembro de

1969, Marighella foi surpreendido por uma emboscada de proporções cinematográficas na alameda Casa Branca, na capital paulista. Foi morto a tiros por agentes do Dops, em uma ação gigantesca coordenada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury.

Memórias da Ditadura -Biografias da Resistência Carlos Marighella <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/carlos-marighella/index.html>

As operações de treinamento já tinham sido iniciadas, quando membros da VPR foram presos pelos militares e a localização do sítio Guaricana poderia ter sido delatada. Quando por acaso algum dos guerrilheiros foram feridos em seu treinamento, eram tratados pelo “Doutor” Reinaldo Guerra, o farmacêutico de Cajati.

Ir para o campo, fazer guerrilha: esse era o objetivo central da nova VPR e Lamarca saiu do congresso do “racha” com essa disposição. Agora era o comandante-chefe da Organização e, junto com Fumimori e José Lavechia, percorreu os povoados do Vale do Ribeira, à procura de terras. Os 80 alqueires de terreno acidentado, na altura do km 510 da Rodovia Régis Bittencourt, no distrito de Capelinha, foram adquiridos por Monteiro, nome frio de Joaquim dos Santos, das mãos do ex-prefeito de Jacupiranga, Manoel de Lima. O sítio, perto de um rio com cachoeiras, ficava no Vale do Jacupiranguinha, um pouco mais ao sul do verdadeiro Vale do Ribeira. Lá só existia um rancho de caçadores, recoberto de Guaricanga, uma palmeira nativa e, nele, se alojaram. O ranchinho de Guaricanga passou depois a ser uma base de abastecimento, e penetraram mais na região até localizar uma zona adequada. Tercina Dias, com seus três filhos, passou a morar no rancho. Ela Lavechia, mais crianças, constituíam a fachada legal da base, passando por uma família pobre de lavradores da região. Eles se comunicavam com as bases através de um potente rádio transmissor. Periodicamente, iam até a BR-116, que liga São Paulo à Curitiba, outras vezes a Jacupiranga e Registro, para comprar mantimentos.

Emiliano José - Oldack de Miranda -Lamarca: O Capitão da Guerrilha (1981)

Segundo **PINHO** a formação dos guerrilheiros consistia em aulas práticas e teóricas sobre fabricação de artefatos explosivos, tiro, topografia, construção de abrigos, preparo de emboscadas, armadilhas, minas, camuflagem, etc.

Segundo **Menkes**, um dos alunos de Lamarca, os treinamento eram realizados da seguinte forma. **“O exercício era duro, caminhávamos pelo**

mato, com uns vinte quilos nas costas, várias horas por dia, quatro, seis horas com curtos descansos, desenvolvendo resistência e treinando orientação. Às vezes, íamos por algum riacho, aprendendo uma forma de não deixar pistas e eventuais rastreadores...raramente tínhamos que usar o facão para abrir o caminho. Fora as cobras, de vários tipos, tamanhos e cores, visíveis passeando ou quietinhas tomando sol, o único animal mais perigoso era a onça, mas em vias de extinção...."

Eliete Ferrer. - 68 a geração que queria mudar o mundo. Roberto Menkes, Uma viagem atribulada - (2011)

O fogão a lenha somente era acesso durante a madrugada, para a fumaça não denunciar a presença e localização dos guerrilheiros, os banhos eram apenas um por semana na cachoeira do Rio Salmoura, que hoje é conhecida como cachoeira do Capitão, que era próximo de onde ficava a Base Zanirato, todos os dejetos humanos e lixo produzido eram enterrados para não deixar pistas de suas atividades.

Um dos pontos obscuros é quem delatou para a polícia a área de treinamento da guerrilha.

Em fevereiro de 70, Mário Japa, codinome de Shizuo Osawa, membro da Coordenação Regional da VPR, capotou seu carro e desmaiou. A polícia encontrou no carro documentos e mapas que indicavam que a VPR tinha um campo de treinamento de guerrilha.

Preso e torturado pelo ex-delegado Fleury, Mário conseguiu despistar ao afirmar que a área seria na Ilha do Bananal (GO), quando o sítio situado no Vale do Ribeira se chamava Bananal. Desde então, a OBAN (Organização Bandeirantes, que servia de apoio ao combate à guerrilha) sabia que Lamarca comandava um campo de treinamento de guerrilha. Só não sabia onde.

A VPR, junto com outras organizações, preocupada com a segurança do campo, chegou a sequestrar, no dia 10 de março, o cônsul japonês de São Paulo, para tirar Mário da prisão. O guerrilheiro, trocado pelo cônsul, partiu para o México, de onde conseguiu enviar informações de que não denunciaria, apesar da tortura, a área exata do campo, evitando que o mesmo fosse desmobilizado.

Já Lungaretti, na prisão, revelou o antigo terreno, na região de Jacupiranga, e o homem de ligação com os guerrilheiros, Maneco de Lima, ex-prefeito da cidade.

Dia 18 de abril, após "tomar" Jacupiranga, prender e torturar mais

de 20 moradores, entre eles o corretor de terras Elpídio Pinto, o professor Bonadia, o advogado Pinto Ribas, o farmacêutico Guerra, o administrador de fazendas Frauzino e o ex-prefeito Maneco de Lima, proprietário do sítio de 80 alqueires onde se instalou o campo de treinamento, não foi difícil para o Exército localizar a área: Capelinha, numa região serrana a 39 km de Jacupiranga.

O ex-sargento Marival Chaves, que trabalhou 17 anos como especialista em análise de informação no DOI-Codi e no Centro de Informações do Exército, em entrevista por telefone à Folha, de Vitória (ES), confirma que “Lungaretti foi quem abriu a área de existência no Ribeira”.

“Sei da participação através de documentos internos, informes, depoimentos que analisei. Que foi ele o delator da área, não tenho dúvida... Delatou ou comentou sobre a existência da área de treinamento de guerrilha na região do Vale do Ribeira.”

Como “caiu” o campo de treinamento de Lamarca? MARCELO RUBENS PAIVA - ESPECIAL PARA FOLHA <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/28/ilustrada/9.html> acesso em 04/06/2018 22:55

Os militares ficaram conhecendo a localização do sítio Palmital, que já estava desativado, a operação do CIEX (Centro de Informação do Exército) com militares des caracterizados até encontrou o local, porém não conseguiram encontrar nenhum dos guerrilheiros, quando receberam nova informação de que a área do sítio Palmital realmente estava abandonada e transferida à uma outra área próxima, informação que foi obtida após a prisão de uma das autoridades da VPR. Imediatamente os militares prepararam uma grande operação para capturar os Guerrilheiros.

Com efeito, na tarde chuvosa daquele domingo, 20 de abril de (1970), um helicóptero UH-1 Iroquois (semelhantes àqueles usados pelos americanos na Guerra do Vietnã), conduzindo militares do 2º Batalhão da Polícia do Exército, pousavam em Jacupiranga, ao mesmo tempo que os outros soldados seguiam por via de rodoviária, dando início à fase inicial das operações previstas).

No dia seguinte, segunda-feira, seguiriam para a região agentes do CIEx e do 2º BPE com missão de localizar e, se possível, neutralizar a Área 2. Ainda de acordo com os planos elaborados, enquanto a região era vasculhada, militares do CACAAe/2 (Comando de Artilharia de Costa e Antiaérea) seriam dispositivos entre Iguape e Cananéia, a fim de barrar a passagem de eventuais fugitivos em direção ao litoral. Era início da “Operação Registro”, assim chamado por ser Registro a

única cidade com infraestrutura capaz de abrigar o grande número de homens e equipamentos previstos para uso..

Celso Luiz Pinho - 1970 A guerra no Vale do Ribeira (2018)

Descobertos pelo exército, que montou a operação registro com cerca de 3.000 homens, e aparato de guerra do exército, marinha e aeronáutica, fecharam o cerco entre as cidades de Cananéia, Eldorado, Registro e Iguape.

Lamarca retornava de Peruíbe, onde a VPR mantinha um “aparelho”, passando por Jacupiranga, parou na casa de Maneco de Lima, a fim de saber sobre a aquisição da outra área para treinamento. Com resposta positiva combinaram de se encontrar mais tarde naquele dia, em um restaurante à beira da Rodovia, mas o DEOPS já estava em Jacupiranga. **‘O ex-prefeito foi abordado por João Paulo, um dos filhos de Flozino Pinheiro dos Santos, o ex-sócio de Maneco no Sítio Palmital, que espavorido disse-lhe que os militares do Exército e policiais do DE-OPS “invadiram” a cidade e estavam a caça de algumas pessoas, casos de Flozino e “Seu” Guerra. Através do rapaz, Manoel Gomes de Lima ficou sabendo que ele constava da lista dos procurados.’**

Celso Luiz Pinho - 1970 A guerra no Vale do Ribeira (2018)

Aconselhado por Lamarca, Maneco foi se esconder no aparelho de Peruíbe, mas foi preso por agentes da OBAN, que lá estavam.



Em seu interrogatório, o ex-prefeito argumentaria que não havia fugido de Jacupiranga, mas apenas tinha ido a Peruíbe, na casa de “uma tia de Monteiro” pois pretendia regularizar a documentação da Fazenda Borami. Disse também que não era e nunca havia sido comunista, que nada tinha a ver com a VPR, que apenas vendeu as terras porque estava em difícil a situação financeira, que pensava que “Mário Japa” era apenas um agricultor de Registro que lhe presenteara algumas sementes de tomate, que o Brasil é o melhor país do mundo e mais uma série de coisas, porém nada que o livrasse de futuras dores de cabeça.

Claro está que quando os militares militares e agentes da OBAN e DEOPS chegaram a Jacupiranga já traziam no bolso das calças a relação das pessoas a serem detidas, cujos os arrestos foram realizados pelos policiais do destacamento local da Força Pública. Em um primeiro momento, além de Flozino e Guerra, também foram presos Júlio, irmão de Onofre Pinto, o professor Benedito Adilson, Benjamim Monsores e Walter Ribas. Tiveram pouco trabalho em localizar e prender o ex-prefeito Casemiro, pois o mesmo já se encontrava preso na cadeia da cidade. O motivo? Em 1968, dois dias antes do término de seu mandato, a intenção de destruir provas de malversação de verbas públicas durante sua gestão. Coisa da política suja.

Outros também foram detidos, a maioria formada por pequenos comerciantes e lavradores, considerados pessoas apenas de apoio eventual aos guerrilheiros, sem qualquer ideologia em que nada entendiam sobre esquerda, direita, centro ou de subversão, mas confirmaram que Lamarca (ou “Seu Cid”, como era conhecido pelos moradores da cidade) era visto com alguma frequência no lugarejo, demonstrando-se sempre simpático, falante e sempre pronto para prestar algum tipo de ajuda a quem precisasse. Muitas vezes, segundo dizem, comprou alimentos no armazém local para, logo em seguida, distribuí-los a algum campesinos da região e até presenteou uma paupérrima escola rural de Formoso com um fogão.

Celso Luiz Pinho - 1970 A guerra no Vale do Ribeira (2018)

Ciente então da ofensiva dos militares, Lamarca partiu em seguida para a Capelinha, a fim de desmobilizar a área e dar fuga aos guerrilheiros. Alguns deles defendiam a ideia de resistir à repressão, entre eles um chamado Fujimori, porém a fragilidade da Base Zanirato fez com que eles se agrupassem na Base Eremias, enquanto esperavam ajuda da VPR para realizar a retirada dos guerrilheiros. Dois deles, Darcy e “Jair” (Edmauro), posicionaram-se em um local em que pudessem



vigiar a entrada do Sítio e puderam observar um helicóptero sobrevoando o Sítio Palmital.

Após algum tempo e sem sinal de que teriam ajuda, Lamarca resolve abandonar o Núcleo Marighella.

...o ex capitão decidiu fazer a evacuação de forma escalonada, em que os menos conhecidos pelos órgãos de segurança seriam os primeiros a deixar o campo de treinamento. Fala rapidamente com cada um deles em separado, passa-lhe instruções, dá-lhes dinheiro suficiente para cobrir alguma eventualidade durante a viagem e, finalmente, como uma espécie de "diploma oral", segundo Menkes, diz que seus serviços como líder guerriheiro serão utilizados futuramente. Assim, Herbert, Revollo, Menkes, Carmen, Ubiratan, Antenor, Delci e Valneri, deixando para trás tudo que era supérfluo, saíram na manhã do dia 20, tomando a direção da torre de microondas da Embratel na Serra do Aleixo, de onde era mais fácil o acesso à BR-116. É "Dino" (Roberto Menkes) quem diz: "Eu e a Carmen tínhamos que ir com os outros para o sul, doze quilômetros pela mata e sair na estrada de dois em dois, mantendo um intervalo de meia hora e rumar para Santa Catarina. Saímos na estrada e começamos a andar e pedir carona. Logo parou um caminhão, um chofer amigável: "Vou até Florianópolis". Sentados na cabine do caminhão víamos passar tropas em sentido contrário, indo

para o sítio” (68, a Geração que queria mudar o mundo)....

Antenor e Ubiratan seguiram a pé até próximo de Registro e, mediante ônibus de Carreira, rumaram para Curitiba e, de lá, foram para o Rio Grande do Sul...

Delci e Valneri, também seguiram para a capital paranaense... Valneri, depois de passar alguns dias em Curitiba, ... logo voltou para São Paulo...Herbert Eustáquio...foi para a Guanabara.

Celso Luiz Pinho - 1970 A guerra no Vale do Ribeira (2018)

Logo após o grupo inicial ter deixado a Capelinha, quatro helicópteros do exército chegaram ao Vale, sendo que um deles pousou em Jacupiranga, descobrindo em seguida onde eram as terras de Maneco de Lima, que segundo arquivo do DEOPS, foi quem mostrou onde ficava o sítio.

....em ali chegando (Peruíbe), dirigiu-se até a casa da mesma (Tercina), quando foi preso por policiais e levado para a Operação Bandeirantes em São Paulo, onde após esclarecer que havia ido a Iperuibe procurar Monteiro, a fim de que este legaliza-se a compra do sítio (Capelinha), ali (na OBAN) permaneceu por um dia e meio após o que-trouxe, digo, foi trazido por militares para mostrar o local onde se localizava o sítio comprado pro Monteiro.

Celso Luiz Pinho - 1970 A guerra no Vale do Ribeira (2018)

No dia 20 de abril, Darcy Rodrigues e Edmauro, que estavam em um posto de observação próximo da entrada do sítio, informaram sobre o pouso de aeronaves nas imediações da Capelinha.

O segundo Grupo que deveria deixar a Capelinha seriam, Lavecchia, Ariston, Sobrosa e Gilberto. Enquanto Fujimori, Darcy, Edmauro e Nóbrega ficaram encarregados de desmontar as instalações e se livrarem do material o enterrando, até existe em Cajati uma espécie de lenda de que eles deixaram dinheiro e ouro enterrados no leito de um rio, que eles desviaram e após o enterro em uma caixa de concreto, voltaram com o rio no leito original, a “Tia” e as crianças do rancho de Guaricana foram removidas para Peruíbe.

No dia 21, Darcy e Lavecchia, voltaram ao posto de observação e verificaram que mais tropas haviam chegado, elas teriam se deslocado durante a noite e estavam próximas e prontas para adentrar a mata com suas tropas, porém não puderam comunicar-se com a Base Eremias onde estavam La-

marca e os outros.

Lamarca por não ter recebido novas informações, resolveu que o segundo grupo não deveria partir, restando nove guerrilheiros. Como não tiveram notícias de Darcy e Lavecchia, resolveram verificar o que lhes havia ocorrido.

Segundo **DARCY**:

Quando Lamarca não conseguiu se comunicar com o posto de vigia, pega o Diógenes Sobrosa e “Gregório” (Ubiratan de Souza) e manda fazer um reconhecimento. Ver o que estava acontecendo... Chegaram próximo do morro onde nós estávamos e ouviram vozes. E aí é aquela história né? Acaba havendo exagero....Aí voltaram e falaram “o Darcy e o Lavecchia foram presos e estão sendo torturados lá no local mesmo”...Por que os soldados gritavam e tal. Coisa própria de soldado. Eles já acharam que era lamento...Aí o Lamarca pensou que nós tínhamos sidos presos e foi embora”.

Celso Luiz Pinho - 1970 A guerra no Vale do Ribeira (2018)

Lamarca e os outros deixaram a Base Eremias e partiram em direção de um depósito de suprimentos onde esperariam Darcy e Lavecchia, que não puderam os encontrar, pois não tinham informação de onde eles poderiam estar. Os dois percorreram a mata sem rumo por quase uma semana, Lavecchia teve um mal estar e estava muito debilitado quando depararam com os soldados, eles conseguiram fugir e se esconder.

Caminharam durante a noite e quando amanheceu deram de testa com um acampamento. A 200 metros viram quatro helicópteros e as tropas do exército, Polícia Militar e Aeronáutica. Tentaram retroceder mas, de repente, os helicópteros levantaram vôo e lançaram pára-quedistas adiante. Numa operação de rotina, a repressão, sem saber, havia cortado a retirada dos dois. Estavam cercados.

Emiliano José - Oldack de Miranda -Lamarca: O Capitão da Guerrilha (1981)

Eles se deslocaram durante a noite, encontraram a taipa de um caiçara, passando-se por caçadores e conseguiram informação quanto a direção que deveriam tomar, mas assim que saíram o camponês os denunciou aos militares, conseguiram atingir uma estrada, mas mais uma vez foram denunciados. Um caminhão parou em sua frente e sol-

dados munidos de metralhadoras os capturaram. Foram amarrados e deixados na mesma posição por três dias, foram levados como prisioneiros em patrulhas das tropas, em caso de emboscada, eles seriam usados como moeda de troca.

Numa dessas andanças chegaram um dia numa choupana. Chovia muito e era lama por todo o caminho. O rancho de sapé estava rodeado pelo lodaçal. Os soldados ficaram dentro, os presos do lado de fora, amarrados numa bomba, lançada pela aviação, que não explodiu... o menor movimento podia acionar o mecanismo precursor e explodir o artefato. Ficaram assim das seis da tarde às oito horas da manhã seguinte.

Emiliano José - Oldack de Miranda -Lamarca: O Capitão da Guerrilha (1981)

Lamarca e os outros esperaram Darcy e Lavecchia, por três dias no depósito, quando perceberam que eles não iriam aparecer, decidindo o abandono do núcleo. O plano era o de atravessar a serra, atingindo a estrada que vai até Eldorado para daí tentar atingir o planalto e ir até São Paulo.

Lamarca: "Resolvemos atravessar a serra e sair do Vale do Ribeira. Estávamos a 12 quilômetros ao sul de Cajati, e a seis quilômetros da BR-116. Contávamos com apenas um depósito de víveres. Nossa plano era montar outros dois, o que não foi possível em virtude dos problemas surgidos durante o treinamento. Fizemos um reconhecimento e constatamos que o inimigo ainda não havia montado o cerco tático. Estávamos ainda dentro do cerco estratégico.

A existência de um único depósito obrigou-nos a fazer marchas triplas (marchavámos até certo ponto; no dia seguinte regressávamos com a mochila vazia para levar víveres e novamente seguíamos até o local escolhido para acampamento. Dessa maneira, cometíamos um erro de tática, já que nunca se deve voltar sobre os passos já dados. Detectado o deslocamento, a volta pode ocasionar a queda numa emboscada, o que provocou um grande desgaste de energia. Marchamos nesse ritmo durante 15 dias, com dois de descanso, para transportar nas mochilas o que restava no depósito. Ficamos livres então para a marcha direta.

Depois de um dia de marcha saímos do outro lado da serra, no Vale do Ribeira no lugar chamado Barra do Areado (o rio Areado desemboca no rio Batatal), a nove quilômetros do Braço. Durante esse tempo na serra e na mata não tivemos dificuldade alguma para nos es-

conder da observação dos helicópteros. Aviões-caças e bombardeiros B-25 passavam por cima de nós e ouvíamos quando bombardearam a área que havíamos abandonado.

Na Barra do Areado fizemos de conta que éramos caçadores inexperientes e perdidos. Obtivemos as seguintes informações: oito dias antes descera ali um helicóptero transportando um grupo que patrulhou a área a cavalo, sob proteção do helicóptero; e que o Exército já abandonara a região do Braço. Decidimos alugar um caminhão que nos conduzisse até o Braço, ou Eldorado Paulista, onde acharíamos transporte. Ali naquele lugar, abandonamos todo o equipamento: mochilas, redes, cobertores, terçados, botinas etc. E vestimos roupas comuns.

Emiliano José - Oldack de Miranda -Lamarca: O Capitão da Guerrilha (1981)

Ataques aéreos foram realizados nas matas da região do Aleixo, e antes mesmo dos americanos no Vietnã, as forças armadas brasileiras bombardearam com napalm, em região ocupada por civis, na Serra do Aleixo, nas matas da Capelinha e arredores, com objetivo de fazer com que os guerrilheiros saíssem da floresta. Há relatos de moradores fugindo para suas casas quando os veículos do exército entraram em Cajati, da igreja eles observavam as tropas avançando pela Avenida Dr. Fernando Costa.

O General Paulo Carneiro Thomaz Alves, comandou a “Operação Registro”, o posto de comando foi transferido de Registro para Jacupiranga, com sede provisória no antigo asilo. A mudança foi do ponto visto logístico, pois a distância seria reduzida quase pela metade, além de Jacupiranga estar em entroncamento de estradas que levam tanto à Eldorado e Barra do Braço, quanto à Cajati e Capelinha.

Além disso Jacupiranga é o entrocamento da BR-116 com a estrada que se dirige a Barra do Braço e Barra do Turvo, passando por Eldorado. Ficava, portanto, em posição privilegiada para controlar o círculo afastado da área. Só existia mais perto da Capelinha uma localidade de nome Cajati que não oferecia as mesmas vantagens de posição quanto às comunicações e transportes. A posição de Jacupiranga era privilegiada.

Relatório da Operação Registro

Até a ordem de bloqueio do tráfego da Rodovia Régis Bittencourt, pontos de Bloqueio e vistoria dos veículos, ferrovias e rodovias do sul do país eram patrulhadas para tentar impedir uma eventual fuga, a liga-

ção entre São Paulo e Curitiba foi transferida para o planalto.

As tropas do Exército logo ocuparam o Núcleo Marighela, incluindo as três casinhas e as Bases Zanirato e Eremias, porém não puderam encontrar nenhum dos guerrilheiros. Com a ideia de forçar com que eles saíssem da mata, adotaram a estratégia de bombardear as matas da Serra do Aleixo. Utilizando aviões T6 da Força Aérea Tática, foram lançadas bombas incendiárias na Capelinha e em um perímetro maior nas matas da Barra do Turvo, Barra do Areado e Itapeúna.

“O emprego das bombas, segundo se informa, foi o único meio de obrigar os guerrilheiros a abandonarem seus refúgios, pois há muitas cavernas naquela região”

Jornal do Brasil, edição de 28 de abril de 1970

Porém o bombardeio não surtiu o efeito desejado pois, a dificuldade de saber a exata localização dos guerrilheiros fez com que eles atingissem a área quando eles já haviam passado por ali. O uso de helicópteros apesar de facilitar o acesso, tiravam o efeito surpresa, pois faziam muito barulho. Lamarca e os outros remanescentes do Núcleo Marighela conseguiram deixar a Capelinha, e apesar de o objetivo ser atingir a Barra do Braço eles chegaram à Barra do Areado, cerca de uma dezena de quilômetros distante do Braço. Eles deveriam ter acompanhado a Serra do Descanso e atravessado pelas cabeceiras dos Rios do Queimado, Braço do Queimado, Bananal e Braço Grande, para aí atravessar a Serra da Boa Vista, atingindo o Ribeirão Braço dos Marins, e descendo este até a Barra do Braço, mas provavelmente ao atravessar a Serra da Boa Vista um pouco antes do ponto ideal eles atingiram algum afluente do Rio Batatal.

Na Barra do Areado, eles fingiram-se de caçadores que haviam se perdido na mata, coletaram informações sobre as tropas do exército, que já haviam abandonado a região do Braço e alugaram um caminhão com a ideia de chegar até Eldorado.

Com eles seguiram dois filhos de Dário Júlio Pedroso (Mário e Miguel) e Honório Rocha, cunhado de ambos. Durante uma rápida parada no vilarejo de Barra do Braço, uma terceira pessoa, Albino Meira Sobrinho, de 60 anos, se junta a eles e, a seguir, os onze homens prosse-

guem viagem rumo ao centro de Eldorado Paulista. Naquele momento, José Sebastião e Benedito Ribeiro já haviam chegado ao destacamento policial onde narram os fatos aos militares da PM que lá se encontravam e, tão logo foi cientificado, o sargento comandante determinou que fossem acionados os policiais de folga (já que, naquele momento, havia apenas dois em serviço) e, em seguida, que se dirigissem à entrada da cidade e permanecem em observação, vistoriando todos os veículos suspeitos que lá passassem, enquanto ele se deslocaria até Jacupiranga, a fim de participar a ocorrência a militares do Exército que ali se encontravam baseados.

Celso Luiz Pinho - 1970 A guerra no Vale do Ribeira (2018)

Quando o caminhão que levava os guerrilheiros entrou em Eldorado, já se sabia que eles ali estavam, e foram logo parados pelos policiais que estavam à sua espera. Os guerrilheiros tentaram despistar sobre sua identidade, porém com os ânimos exaltados as coisas não saíram conforme o desejado.

Tão logo o caminhão foi estacionado o Soldado João Cândido da Silva pôde observar a presença de pessoas, umas deitadas, outras sentadas sobre as sacas de arroz. Ao serem inquiridas, uma delas, José de Araújo Nóbrega, o “Alberto”, respondeu tratar-se de simples caçadores extraviados. Não convencido, Cândido os intimava para que desçam e apresentem os documentos pessoais. Neste momento, Nóbrega saca um revólver. O soldado tenta tirar-lhe a arma havendo um disparo que o atingiu no braço direito e este, indo ao chão, rolou por baixo do caminhão. Imediatamente, Lamarca e alguns companheiros saltam da carroceria, estabelecendo-se a partir daí intenso tiroteio...que causou um frenético e assustado corre-corre entre as pessoas que se encontravam nas imediações da igreja.

Celso Luiz Pinho - 1970 A guerra no Vale do Ribeira (2018)

No prosseguimento da batalha, o policial Doenha foi atingido na perna direita, enquanto o soldado, Antônio Alves, se enticheirou em um muro ao lado oposto da rua e atinge o guerrilheiro Edmauro Goepfert com um tiro de raspão na cabeça, o guerrilheiro continua atirando mesmo após ter caído.

O soldado Aureo Honorato Alves, quando percebe Cândido caído, atira em direção dos guerrilheiros, e se abriga, após recarregar sua

arma, tenta reiniciar o combate, mas a arma falha.

José Arantes, soldado que estava na base da polícia, ao saber do combate, vai em direção à praça e também atirou contra os homens de Lamarca, porém ele é atingido por disparos no pescoço e outra na perna,

Na confusão generalizada do momento, Fujimori e outros, percebendo que estavam em campo aberto, afastam-se alguns metros a procura de melhor abrigo e quando encontram, o nissei substitui o carregador do FAL que portava e, em seguida dispara uma rápida rajada, aparentemente para alvo não definido, que assustou ainda mais os transeuntes pegos de surpresa. Ariston, ao notar que ninguém estava próximo ao caminhão, corre até o mesmo e, manobrando em marcha ré, se dirige para o próximo do local onde os seus companheiros estavam e estes correm em direção ao veículo, nele embarcando na carroceria..

Celso Luiz Pinho - 1970 A guerra no Vale do Ribeira (2018)

Eles levaram uma outra caminhonete, que estava estacionada junto ao posto de gasolina, nela embarcou Gilberto Faria e Diógenes Sobrosa. *...Na pressa da fuga, quase atropelaram Doenha que, com fratura na tíbia, arrastava-se sofridamente para o meio fio. Sobrosa vendo que o miliciano ainda segurava a arma, dispara novo tiro, atingindo-o no peito. Em seguida, ambos os veículos tomam a mesma direção por onde o grupo chegou no caminhão de Dário. Ao todo, a ação durou menos de seis minutos..*

Celso Luiz Pinho - 1970 A guerra no Vale do Ribeira (2018)

Foram feridos os soldados João Cândido, José Arantes e Ezequiel Doenza, além de Bartíria Patekosky, que passeava pela praça. Não houveram mortes.

Os Guerrilheiros abandonaram uma das caminhonetes, em frente ao campo de futebol, atravessada na estrada. E partiram em direção a Sete Barras, após 20 quilômetros pararam para adquirir provisões em um armazém local, nessa parada eles foram identificados, mas conseguiram seguir adiante. Os militares sabendo do seu deslocamento prepararam barreiras na tentativa de os capturarem, mas o que parou o grupo de Lamarca foi um grande atoleiro em que os militares também ti-

veram problemas em atravessar, e foi nas proximidades desse atoleiro que as duas tropas se encontraram em um combate em meio a escuridão noturna. Logo que perceberam que no outro caminhão estavam as forças da OBAN, os guerrilheiros dispararam um tiro de calibre 12 no parabrisa do caminhão que transportava os militares, que saltaram do veículo e responderam ao ataque dos adversários.

...Nóbrega, Gilberto, Sobrosa e Fulimori saltam da carroceria, correndo os três primeiros até o mato do outro lado da estrada, de onde passam a atirar contra os policiais, enquanto o nissei se protege atrás roda dianteira direita do caminhão e, armado de fuzil, também abre fogo.

Um dos PMs, o soldado Nilton Filó, abriga-se debaixo da C14 (caminhonete) e, mesmo ferido em uma das orelhas, pescoço e braço direito, dispara uma rajada com a INA que portava em direção aos atacantes. Em seguida, dispara novamente até esgotar-se a munição. Correia Neto, junto ao paralamas direito da viatura policial, tenta fazer o mesmo com outra metralhadora, mas para seu desgosto, da arma não sai um único tiro...

Melhor sorte não teve ao caminhão da tropa, conduzido pelo Sargento Giro Sato, pois mesmo antes de parar atrás da C14, teve a cobertura de lona da carroceria varrida por uma rajada de tiros indo pesadamente ao solo barrento até a beira da estrada e rolaram em direção ao bananal, todavia foram impedidos de continuar pelos arames da cerca ali existentes. Para lá também se arrastou o Sargento Andrelino e este ao verificar que os militares que lá haviam se abrigado estavam muito agrupados mandou que os dispersassem, pois que muito próximos entre si, tornavam-se alvos fáceis, sobretudo e caso de rajada das metralhadoras usadas pelo adversário.

Celso Luiz Pinho - 1970 A guerra no Vale do Ribeira (2018)

Logo os tiros diminuíram de ambos os lados, com a balança pendendo para o lado de Lamarca. *“Os ferimentos do Sargento eram graves. Havia sido atingido no lado direito do quadril, com fratura no fêmur, bem como na tíbia esquerda. Outros militares também apresentavam ferimentos, que iam desde entorses e pequenas escoriações até situações mais delicadas, como um soldado que atingido no hemitórax, apresentava um quadro de hemorragia pulmonar; outro teve o úmero fraturado, resultado do tiro que levava; um terceiro recebeu um tiro na axila esquerda e esvai-se em sangue. Outro apresentava ferimento na cabeça; outro tem o dorso atingido por inúmeras “bolinhas” de aço, resultado da*

Celso Luiz Pinho - 1970 A guerra no Vale do Ribeira (2018)

Foi quando uma trégua foi articulada, permitindo-se cuidar dos feridos. Lamarca e o Tenente Alberto Mendes, elaboraram um acordo que permite aos guerrilheiros a partirem sem mais combate, mas os guerrilheiros ficaram presos no atoleiro. Eles então se apropriaram de um caminhão de uns moradores e seguiram adiante na fuga, porém encontram com o Tenente Mendes que voltava caminhando para o local dos combates onde estavam os feridos, e os guerrilheiros decidiram levá-lo com eles por segurança. Caminhando por algum tempo eles se depararam com uma barreira dos militares, que se encontraram com outra tropa dos militares que abriram fogo, até perceberem que era fogo amigo, os guerrilheiros aproveitaram para fugir, mas perceberam que faltavam dois de seus homens, que haviam se perdido em meio a escuridão, eram Jair (Edmauro) e Alberto (Nóbrega), os outros culparam o Tenente Mendes, acusando-o de quebrar o acordo e levado eles a uma emboscada, levaram-no como refém e partiram em direção a São Miguel Arcanjo.

O Tenente Alberto Mendes Júnior, foi condenado à morte pelos guerrilheiros, quando estavam escondidos nas matas próximas do Rio Etá. Ele foi morto por coronhadas de fuzil. Eles conseguem deixar o Vale do Ribeira. Lamarca só seria capturado e morto mais tarde, no sertão da Bahia.

Napalm no Vale do Ribeira

Antes dos norte-americanos terem utilizado Napalm no Vietnã, ela foi utilizada pelo Governo Militar em Cajati, na Capelinha. Os moradores da região muitas vezes encontraram destroços, e até bombas que não explodiram. Até mesmo há o caso de um morador que levou uma dessas bombas para casa e as autoridades quando tomaram tomaram conhecimento do fato, recolherem e desativaram a bomba. Segue a seguir reportagem da “Agência Apública”, com relato de diversos moradores, como a família Vieira, tradicional da Capelinha.

Documentos, destroços e relatos dos moradores contam uma his-

tória obscura da ditadura: em 1970 a FAB bombardeou região rural próxima a São Paulo com bombas incendiárias

25 de agosto de 2014 - Anne Vigna, Natalia Viana, Luciano

Pedro Passos, o seu Pedrico, tem os causos de vida e a memória coalhados de bombas. São os resquícios dos bombardeios realizados em 1970 pela ditadura militar nas matas onde nasceu e se criou, no município de Cajati, Vale do Ribeira, a 200 quilômetros de São Paulo. Ao longo dos anos, encontrou muitos pedaços dessa história que não está nos livros didáticos; da última vez, há cerca de 20 anos, achou uma carcaça da bomba incendiária enquanto roçava um sítio que margeia o Rio do Aleixo: uma chapa de aço, colorida pela ferrugem e pelo musgo, de cerca de 60 x 40 centímetros, em cujo centro um cilindro maciço de metal, de cerca de 5 centímetros de diâmetro, traz o número 528. Em julho deste ano ele guiou a reportagem da Agência Pública até o lugar, onde havia ainda outros achados: pedaços de aço enferrujados, vermelhos, cintas de alumínio contorcidas, mais um cilindro de metal, esse com o número 543. É a primeira vez destroços das bombas de Napalm atiradas pela Força Aérea Brasileira são recolhidos no local. “Eu nunca tinha visto nada parecido”, diz seu Pedrico, com a data da megaoperação militar ainda na cabeça: final de abril até início de maio, 1970.

Identificação de uma das bombas encontradas.

A “Operação Registro” foi a maior mobilização da história do II Exército. Foram empregados 2954 homens, entre membros do Centro de Informações do Exército, regimentos de infantaria e pára-quedistas das forças especiais, da Polícia Militar e Rodoviária de São Paulo e do Dops, além da Marinha para vasculhar a área e capturar 9 integrantes da organização VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) comandados pelo Capitão Carlos Lamarca, que instalou dois centros de treinamento de guerrilha na área.

Como os pedaços de metal esquecidos nas matas do Vale do Ribeira, os pedaços dessa história foram propositalmente relegados ao esquecimento. A Agência Pública encontrou seu Pedrico – e a bomba – enquanto percorria o vale buscando encontrar vestígios do uso de armas químicas após localizar documentos franceses relatando bombardeios de Napalm na região. Encontrou 12 testemunhas dos bombardeios e foi levada por moradores a locais onde ainda se vê crateras feitas pelas bombas.

Procurada pela reportagem, a Força Aérea Brasileira limitou-se a dizer, através de sua assessoria de imprensa: “não temos registros

sobre os fatos em tela”

Segundo o relatório escrito pelo comandante do II Exército, general José Canavarro Pereira – e mantido em segredo até o ano passado (veja aqui) – a FAB participou ativamente da “Operação Registro” através da 1ª Força Aerotática comandada pelo Brigadeiro Hipólito. No dia 20 de abril foram enviados 4 helicópteros, dois deles com poder de fogo, e 4 aviões T-6 “armados”. O relatório menciona ainda aviões B-26, sem especificar o número. Foram eles que realizaram os bombardeios na região, sem dar nenhuma proteção aos camponeses. A única medida de segurança adotada foi proibi-los de entrar na floresta onde estavam os roçados, a caça e o palmito. “O Exército, eles vieram de carro primeiro”, lembra o sitiante Nelson Vieira, hoje com 68 anos, que ajudou a guiar os soldados pelas trilhas na mata. “Então pra nós aqui eles falaram: ‘Ninguém vai pro sítio. Não vão pra lá que o negócio nós vamos queimar esse mundo aí, porque nós vamos pegar esse povo. Se vocês tiverem lá também vocês vão morrer’”.

“Foi uma guerra mesmo” - Adilson Vieira Alves tinha 8 anos quando aconteceu a “Operação Registro”. Lembra com exatidão impressionante da primeira vez que viu os monomotores da FAB: “A gente tava carpindo uma roça de alho bem em cima do morro, meus pais trabalhando e eu brincando. Aí comecei a observar no horizonte uma formação, parecia que era urubu mas não era. Comecei a escutar o barulho do helicóptero, tu tu tu, aí comecei a falar pra eles, ‘olha aquelas coisas lá, não é passarinho não’; e o barulho diferente que a gente não era acostumado. Aí veio essa formação do helicóptero, sobrevoou, passou por cima da gente, meu pai falou ‘acho que é coisa grave, é da polícia, acho melhor nós ir embora’. Passaram bem baixinho e logo em seguida vieram os aviões. Aí os aviões fizeram já esse rasante, e já começaram a jogar bomba, nesse mesmo dia. A gente via que eles faziam assim e começavam a descer. Parecia ovo que eles soltavam... Aí a gente escutava o barulho do estrondo... E não foi um dia só, foi mais de um dia, depois teve outras vezes que eles vieram de novo.”

Seu irmão mais velho, Oscar – que tinha na época 20 anos – completa: “Era um botijão grande que caía, explodia. Era perigoso aquilo, fazia um estrago, cortava árvore dessa grossura, arrancava... Você tá vendendo negócio vindo lá de cima, que não tem um lugar certo de cair, aí nós passemos muito medo daquilo, que se um avião deles joga um tanto de coisa lá de cima quem vai saber onde vai cair né? Aí foi a pior parte que nós passemos”, diz. “Era uma guerra mesmo”.

A história que está escrita - É difícil precisar exatamente durante

quantos dias as áreas vizinhas ao rancho dos Vieira Alves foram bombardeadas, ou a quantidade exata de bombas que foram lançadas ali.

O mesmo relatório secreto do II Exército relata que a missão maior da FAB era a “inquietação do inimigo através de bombardeios e tiros de metralhadoras”. Mas é econômico ao detalhar os ataques aéreos: no dia 30 de abril de 1970 relata apenas que “a partir de 10:30 horas iniciou-se o bombardeio da área com os T6 e B26”; no dia 4 de maio registra que “a partir das 12:00 a I FAT bombardeou o centro da área”.

Já no dia 28 de abril, porém, uma terça-feira, o Jornal do Brasil estampava a manchete: “Exército fecha cerco a reduto da guerrilha”. Na reportagem da página 19 relatava: “Desde sexta-feira, aviões da FAB estão lançando bombas incendiárias sobre pontos da floresta na região do Vale do Ribeira onde estariam cerca de 20 guerrilheiros pertencentes à Vanguarda Popular Revolucionária (...). Nos bombardeios, realizados principalmente na área onde se localizam jazidas de minérios, em Cajati, distrito de Jacupiranga, aviões da FAB estariam despejando grande quantidade de Napalm, gasolina gelatinosa incendiária. Os bombardeios começaram na tarde de sexta-feira [dia 24], depois que as forças governamentais conseguiram determinar a área provável da localização dos guerrilheiros, levantada por grupos de reconhecimento dos quais estariam participando civis condecorados da floresta. A utilização de bombas incendiárias seria a única fórmula encontrada pelos militares para fazer com que os guerrilheiros deixem os seus refúgios, que são de acesso difícil”.

A reportagem repercutiu internacionalmente e no dia seguinte o jornal americano Los Angeles Times publicou a matéria: “Napalm usado em local de esconderijo de rebeldes brasileiros”, dizia o título. O que rendeu queixas dos militares no “Relatório Sucinto da Operação”: “O sigilo das operações foi mantido, impedindo-se a imprensa de penetrar na área, o que não impediu que alguns jornais publicassem informações sobre as operações, mas o DST [destacamento] não tinha atribuição para censurar artigos de jornais em São Paulo, Paraná e Guanabara [Rio de Janeiro]”.

Do outro lado da caçada, o sargento José Araújo Nóbrega, um dos 8 comandados de Lamarca que procuravam escapar do cerco militar, observava de longe as bombas destinadas a eles. “Eu não sei qual era o critério deles. Acho que eles que a imaginavam que gente tava homiziado numa região e eles bombardearam aquela região por suposição, mas a gente havia mesmo passado por ela. Houve um local lá próximo à região ali da Capelinha, depois de Cajati, tem um vilarejo lá

em cima no alto do morro, que próximo dele eles bombardearam. Eles imaginaram que a gente tivesse lá”.

A região da Capelinha seguiu sendo vasculhada até o dia 9 de maio, quando terminou a primeira fase da Operação Registro. Durante esse período, os militares bloquearam estradas e controlaram vilarejos inteiros, impondo um rígido toque de recolher. Também prenderam dezenas de pessoas, entre elas apenas 2 guerrilheiros, o sargento Darcy Rodrigues e José Lavecchia, torturados diante dos agricultores da região. Depois, as forças militares seguiram o rastro dos remanescentes até o município de Sete Barras, ao sul do rio Quilombo, região habitada por diversas comunidades quilombolas no limite da atual Reserva Florestal Carlos Botelho. O relatório do II Exército aponta que “as patrulhas foram retiradas da área e a I FAT metralhou e bombardeou a área no dia 29 de maio”.

Agência Apública - Napalm no Vale do Ribeira: <https://apublica.org/2014/08/napalm-no-vale-do-ribeira/>

Logo que os militares perceberam o deslocamento dos guerrilheiros, as atenções se voltaram para a região de Eldorado, mas por esses registros podemos observar o tamanho da “Operação Registro” e a gravidade do conflito, que transformou Cajati e o Vale do Ribeira, em uma zona de guerra e laboratório para a nova e cruel tecnologia militar, que consistia utilizar gasolina gelatinosa para queimar vivos seus inimigos.

Enfim um município.

Em 1991 Cajati se emancipou de Jacupiranga, tornando-se um município independente. Com a criação do Distrito de Cajati, em 1944, após o início da exploração da Mina do Cata-Angulha, em contrapartida da concessão das terras e direito de exploração do minério, a empresa deveria construir uma infraestrutura no distrito. Houve um período de desenvolvimento em Cajati. Foram construídas a estrada ligando a Jacupiranga, que mais tarde foi prolongada até a Barra do Azeite, o Cinema, e a vila de operários, a vila da Serrana.

[...] a presença da Serrana contribuiu para transformar radicalmente as paisagens dessa porção da Baixada, contribuindo para que a sede do distrito de Cajati, de um simples e modesto povoado que era, adquirisse condições praticamente urbanas” (PETRONE, 1966). O núcleo que abrigava as principais instalações da empresa incluía, além das residências para funcionários, escola, capela, sede administrativa, escritórios, clube, cinema e até uma usina termelétrica. Tratava-se de “núcleo planejado e, portanto, ordenado, com funções urbanas e abri-

gando cerca de meio milhar de pessoas" [...] . "De resto" conclui o autor, "a exploração da apatita permitiu que um grupo numeroso de famílias pudesse dispor de um padrão de vida satisfatório, bem mais elevado que o da média da população da Baixada" (PETRONE, 1966).

Mineração de fosfato em Cajati e o desenvolvimento local Solange S. SilvaSánchez1 Luis E. Sánchez - <http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/Texto.aspx?p=6&s=13>

Muitas famílias que moravam em pontos mais distantes passaram a morar ao redor desse núcleo, atraídos pelos novos empregos que surgiram da exploração da mina. Esse movimento se intensificou durante as décadas de 1970 e 1980, motivados pela inauguração da fábrica de cimento, atraindo também pessoas de outras regiões.

Foi durante esse período que iniciou-se os problemas urbanos de Cajati. Devido a total falta de planejamento e ao rápido crescimento da população, que começava a ocupar intensamente as várzeas do Jacupiranguinha e Cachoerinha. Causando uma rápida degradação da quantidade e qualidade de suas águas, visto não haver nenhum saneamento básico em suas improvisadas ruas estreitas. O início da atividade industrial também causou danos à qualidade das águas. Essas áreas estão dentro da calha maior dos rios. Eram, e são, constantemente ocupadas pelas águas do Jacupiranguinha.

Crescimento desordenado já preocupa Jacupiranga

O Estado de São Paulo - Domingo, 27 de junho de 1978 - Agora em março, o prefeito de Jacupiranga, José Fernando Bertola, vai entrar em contato com a direção da Serrana S/A de mineração estabelecida em Cajati com indústria de cimento, para discutir a poluição emitida pelas chaminés da empresa. O prefeito quer obter um maior controle dos resíduos industriais que atualmente mantém as áreas próximas sob espessa camada de pó de calcário. Se tais contatos não produzirem resultados práticos. Bertola pretende ação na Secretaria de Obras e Meio Ambiente.

Segundo o prefeito, quando as chaminés expelem fumaça branca, é sinal que os filtros estão funcionando. Mas há dias em que a fumaça tem a cor amarelada e isso indica, ainda de acordo com Bértola, que os filtros estão defeituosos ou precisando de limpeza. Quando o vento

sopra forte, o mal não é tão grande porque os resíduos são levados para longe do distrito. Mas se o vento é fraco, Cajati fica coberta de poeira.

A poluição é acusada de provocar doenças das vias respiratórias na população do distrito. Farmacêuticos afirmam que os medicamentos locais afirmam que os medicamentos para tratar bronquites e outras moléstias semelhantes representam mais da metade do movimento e o médico do Centro de Saúde do distrito diz que a maioria dos pacientes atendidos no ambulatório padece dos mesmos males - atribuindo o fato ao elevado teor de umidade do clima.

Bertola porém acredita que a poeira é a maior responsável pelo que ocorre e mostra-se disposto e mostra-se disposto a lutar pela melhoria das condições de vida da população. Ele lembra que situações semelhantes já foram superadas com as indústrias Aliperti e Hospital das Clínicas e que o mesmo remédio poderá ser aplicado em Cajati.

O Estado de São Paulo - Crescimento desordenado já preocupa Jacupiranga - O Estado de São Paulo - Domingo, 27 de junho de 1978

O crescimento rápido da população continuou até a década de 1990, onde atingiu um ápice de pouco mais de 30.000 habitantes, quando a partir daí começou a declinar. No final dos anos de 1980 e início da década de 1990, a população de Cajati era quase o dobro da população de Jacupiranga. Ainda era motivo de ressentimento o fato de que graças a mineração e a indústria a arrecadação do Município era a maior do Vale do Ribeira e com isso Jacupiranga foi urbanizada, os recursos eram aplicados na sede, enquanto pouco era aplicado no distrito.

Já no início dos anos de 1970, houve uma tentativa de emancipação de Cajati, que devido a fatos políticos não teve sucesso. Temia-se que Jacupiranga ficasse às minguas se o município fosse dividido. O que realmente ocorreu, só que em 1993.

O Estado de São Paulo - Quinta-feira, 10 de novembro de 1994.

Jacupiranga quer fugir do caos

Obras inacabadas e dívidas três vezes superiores ao orçamento anual param município

MÁRCIA COLLA
Especial para o Estado

ela cresceu, nos deixou numa situação difícil", comparou.

Com certo exagero, Bertola afirmou que, com a emancipação de Cajati, Jacupiranga ficou sem "uma fábrica de sabão de fundo de quintal". De acordo com ele, leis e decretos já não bastam para resolver a situação. Além da emancipação do antigo dis-

res de obras e eletrificação da administração.

"Não conseguimos nem levar adiante obras relativas a convênios pelos quais a prefeitura é obrigada a arcar com 80% dos trabalhos", contou. Segundo Bertola, a relação com o governo do Estado é problemática: "Ele não responde aos apelos ou en-

Com a redemocratização do país, a nova constituição favorece a criação de novos municípios, surge então uma nova onda de independência em Cajati.

Após vários Distritos se unirem e formarem uma comissão estadual de emancipação, foi possível conseguir a mudança na lei que facilitassem um pouco para os distritos entrarem com processos de emancipação, e em meados de 1990 a lei alterou e deu espaço para dar entrada na documentação exigida.

Histórico da Emancipação Política - Documento exposto na Câmara Municipal de Cajati.

O distrito contava com a grande parte da população, a esmagadora geração de recursos e a maioria dos vereadores eleitos eram moradores de Cajati e o prefeito municipal, Longino da Cunha, era morador de Cajati, embora que em outro mandato em 1973, ele tinha sido contra a separação do Município, como registrado em publicação do jornal "O Estado de S. Paulo":

Jacupiranga, única cidade industrial do Vale do Ribeira, transformou-se em um centro de recepção dos migrantes das outras cidades da região e começa a enfrentar agora as deformações produzidas pelo rápido e desordenado crescimento. Com seu orçamento baseado nas contas de ICM provenientes do Distrito Industrial de Cajati, em meio a uma área nitidamente agrária, Jacupiranga completou o cinquentenário de emancipação política, na última quinta-feira, sob o peso de problemas bastante diversos daqueles das demais cidades do Vale.

É uma cidade que estranhamente no contexto da região, já se preocupa até mesmo com a poluição ambiental. O prefeito Longino da Cunha reconhece que, apesar do pouco tempo desde a implantação das indústrias, o rio Jacupiranga que corta a cidade está irremediavelmente morto. "A recuperação do rio já é praticamente impossível e, para evitar problemas semelhantes no rio Guaraú o único que ainda está limpo, desapropriei 200 metros de cada lado, criando uma faixa de preservação ecológica que acompanha o curso."

O orçamento da cidade é de 30 milhões para esse ano, e é considerado o maior do Vale, graças ao ICM das 6 indústrias que rendem 800 mil cruzeiros mensais para a prefeitura. A população é de 32 mil habitantes (10 mil na zona rural), mas segundo os cálculos do procurador do município, Walter Pinto Ribas, esse número é acrescido diariamente de

30 mil pessoas, que constituem a população flutuante. “Parece absurdo que uma cidade sem qualquer atrativo turístico tenha uma população flutuante dessa ordem, mas é resultado da movimentação de cargas no Centro industrial e de quase 100 quilômetros da estrada BR-116 que estão na área do município”.

A rodovia federal atravessa todo o município (área total de 1209 quilômetros quadrados), desde a divisa com a vizinha cidade de Registro, até a divisa com o Paraná. “Nesse trecho - diz o procurador - acontece o maior número de acidentes da estrada e até isso nos traz problemas pois temos cerca de 3 mil processos entulhando o Fórum. Estamos trabalhando junto ao conselho de magistratura para a instalação de uma 2ª instância na cidade, o que ressolveria essa situação, ao menos em parte.”

Mas é o crescimento desordenado o que mais preocupa os administradores de Jacupiranga. Cajati, o Distrito Industrial que deveria receber apenas indústrias, tornou-se um centro urbano com população superior (14 mil) à da própria sede do município (8 mil). Essa diferença já se manifesta de diversas formas, como no aparecimento dos primeiros núcleos favelados, e a eleição de Longino da Cunha, residente no distrito, para Prefeitura. Os habitantes da sede o acusam de atentar somente aos problemas de Cajati e a população do Distrito está vivamente interessada na campanha de independência que vem sendo desenvolvida há três anos.

“Sou contra a separação e acredito que teremos maiores chances de desenvolvimento estando juntos” - diz o prefeito. Os separatistas, porém, sustentam que a sede do município já se constitui num peso que atrasa o crescimento de Cajati que, independente, “seria um dos municípios mais ricos do Vale do Ribeira.”

Por enquanto, porém, Cajati não difere muito do quadro geral do município: não existe rede de esgoto, a saúde e a educação são deficitárias, a população rural sofre os problemas de desnutrição e os 465 quilômetros de estradas vicinais não pode ser mantidos em perfeito estado de conservação “Sou homem do campo - diz o prefeito - e sei da falta que essas estradas fazem para o agricultor”. Dessa forma, ele explica a prioridade destinada à conservação dessas vias por onde circula a produção agrícola, baseada no milho, banana e chá.

A saúde é outro item prioritário para Jacupiranga, após os cinqüenta anos de emancipação. A cidade só tem um Pronto-Socorro com dois médicos mantidos pela prefeitura o que, para Longino da Cunha, “é

muito pouco, pois além das deficiências de atendimento, a população apresenta quadros de verminose e hepatite muito elevados, derivados também da subnutrição que ainda é uma constante em todo o Vale do Ribeira.”

O Estado de São Paulo - 25 de junho de 1978.

Após o fracasso da primeira tentativa de independência na década de 1970, foi então criada a comissão emancipadora e em 13 de abril de 1989 foi encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, o processo número 3213/89 solicitando a autonomia de Cajati.

Movimento de Autonomia e Emancipação de Cajati - Estatuto. Fundado em 15.02.89. Sede: Av. Fernando Costa, 212 - Dst. de Cajati - Jacupiranga - SP. Duração Indeterminada. Sem fins lucrativos. Finalidade: Lutar pela autonomia e Emancipação de Cajati, representar junto aos poderes competentes questões de real interesse da emancipação. Diretoria: Presidente, Vice-presidente, 1º e 2º secretários, 1º e 2º tesoureu-riros. Os sócios não representam nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações sociais contraídas pela diretoria. Na dissolução seu patrimônio será revertido em favor de associações benéficas do Distrito de Cajati.

Documento exposto na Câmara Municipal de Cajati.

A Sociedade de Amigos de Cajati, convoca a população cajatiense a comparecer, em 15 de fevereiro de 1989, ao Ginásio de Esportes de Cajati para definir a Diretoria da Comissão Pró-emancipação.

Foram eleitos a representar a população cajatiense, Jainir dos Santos Neves como presidente, Hélio Calado como vice-presidente, Clóvis Alberto Paino como 1º secretário e José Satil da Cunha como 2º secretário.

Cajati - Cerca de 500 pessoas, entre políticos e população em geral, compareceram, na quarta-feira, ao Ginásio de Esportes do Distrito Industrial de Jacupiranga. O encontro, organizado pela associação organizadora da população, que deverá culminar com a realização de um plebiscito popular e, em seguida, com a criação de mais de um município no Vale do Ribeira, a ser aprovado pela Assembleia Legislativa.

Para a maioria dos participantes a reunião foi muito proveitosa, conforme atestaram o presidente da Câmara de Jacupiranga, Marino

de Lima (PMDB) e o presidente da entidade promotora Ildo Damiani. Na ocasião ficou aprovada, por consenso, a Comissão Pró-Emancipação - forma por Jainir do Santos Neves (presidente), Hélio Calado (vice), Clóvis Paino (1º secretário) e José Satil (2º secretário) - que ficarão encarregados de realizar gestões juntos aos deputados estaduais para sensibilizá-los sobre a importância da emancipação do Distrito Industrial.

Além da comissão Pró-Emancipação, a associação Amigos de Cajati trabalhará para angariar recursos para o movimento, como a formação de um livro de ouro e confecção de camisetas alusivas ao movimento separatistas.

Mais Democrático. Defensor ferrenho da Emancipação do Distrito de Cajati, o candidato a prefeito derrotado do Partido dos Trabalhadores, na última eleição, Nivaldo Clemente, aplaudiu a iniciativa da entidade, mas destacou que a escolha da comissão poderia ter sido feita de maneira mais democrática. Segundo ele, os nomes foram apontados por Damiani, sem uma discussão mais intensa sobre o assunto, afastando provavelmente algumas pessoas que teriam interesse em atuar na comissão.

Outra expectativa de Clemente é que o movimento separatista não pare no meio do caminho, o que aconteceu em inúmeras tentativas: "Esse filme da emancipação vem passando há mais de 30 anos, numa época em que os políticos de Cajati eram jovens e faziam suas festas. Só festas porque em termos de emancipação não chegaram a elaborar um plebiscito", comentou.

Recorte de jornal exposto na Câmara Municipal.

Até mesmo em Jacupiranga havia quem apoiasse que Cajati fosse um município como o ex-prefeito de Jacupiranga, José Bertola. Ele acreditava que era a melhor opção tanto para Cajati quanto para Jacupiranga. Embora que mais tarde ele tenha se arrependido. Em 1989 ele disse: "Os motivos são muitos: a começar com a separação dos encargos, afinal de contas - sem medo de errar - o Distrito de Cajati abocanha pelo menos 50% do orçamento municipal, gastos principalmente na conservação de vicinais que cortam o Distrito, na construção de benfeitorias que se fazem necessárias para atender a uma população que cresce em população geométrica."

O Estado de São Paulo - 10 de novembro de 1994.

Porém em 1994, já em mais um mandato de prefeito, com Jacupiranga em dificuldade de se manter sem a arrecadação de Cajati, com uma dívida de três vezes a sua arrecadação, com a frota de veículos sem manutenção e obras paralisadas. Segundo ele, a principal causa de Jacupiranga passar de um município próspero para um município em situação caótica, foi segundo ele, a emancipação do Distrito de Cajati. **“Nós ajudamos a criança nascer, trocamos suas fraldas, embalamos e, quando ela cresceu, nos deixou numa situação difícil”**, disse ainda que com a emancipação de Cajati, Jacupiranga ficou **“Sem uma fábrica de sabão”**

Isso comprova que Jacupiranga foi a maior beneficiada com a arrecadação do distrito. Os prefeitos de Jacupiranga alegavam que metade da arrecadação era gasta com Cajati, sendo que Cajati possuía uma população quase duas vezes a de Jacupiranga e arrecadava cerca de 70% do total da renda do município, mais do que o dobro de Jacupiranga.

Jacupiranga - A onda separatista do distrito de Cajati, no município de Jacupiranga, distante 230 quilômetros da Capital, começa no futebol. Quando Mina do Vale (de Jacupiranga) entra em campo, enfrenta o União (de Cajati). A garra prevalece e nenhum dos dois times quer perder. Na disputa de fanfarras é a mesma coisa. Quem é de Cajati é de Cajati e jacupiranguense não se engana na hora de torcer. Política é outro alvo de intensos bate-bocas. O divórcio, com a separação de bens e comunhão de idéias, desponta no horizonte. O distrito de Cajati quer sua emancipação político-administrativa e aguarda ansioso pela marcação do plebiscito e pelo sim de sua população, estimada em 30 mil habitantes.

O presidente da comissão Pró-Emancipadora de Cajati, Jainir dos Santos Neves, afirma: “O futuro município já nasce grande. Será a terceira força orçamentária do Vale do Ribeira, perdendo apenas para os municípios de Iguape e Registro.” Neste ano, Jacupiranga teve o maior orçamento da região e acredita-se que 65% dos recursos têm origem no distrito industrial Quimbrasil/Serrana que emprega 1.800 funcionários e, entre outros é a única empresa brasileira responsável pela industrialização do ácido fosfórico purificado, produto utilizado na fabricação de produtos farmacêuticos e alimentícios.

Também sua localização estratégica - distante 230 quilômetros da capital paulista, 176 de Curitiba - aliada à perspectiva de duplicação da Rodovia Régis Bittencourt, favorece o escoamento das produções agrícola e industrial, de acordo com Jainir dos Santos. A agricultura é a

segunda força econômica do distrito.

Cajati também já nasceu polêmico e sob o signo do número 13. Será o 13º município do Vale do Ribeira. Foi no dia 13 de abril desse ano que a Comissão de Emancipação encaminhou o processo para a Assembléia Legislativa de São Paulo reivindicando a autonomia. O processo levou o número 3213/89. Há mais: Cajati está distante a 13 quilômetros de Jacupiranga. A expectativa agora fica em relação ao julgamento do processo pelo Tribunal Regional Eleitoral, o que deve ocorrer ainda este mês e, posteriormente, a marcação da data do plebiscito que acontecerá provavelmente no final de fevereiro ou início de março.

O sim pela emancipação de Cajati aparece nas ruas, nas fachadas das residências, nos veículos nas conversas de bares e nas camisetas. A comissão cita os deputados estaduais Luiz Francisco (PSDB) e Luiz Furlan (PFL) como os padrinhos do futuro município.

O presidente do Movimento, Jainir dos Santos cita problemas estruturais que precisam ser solucionados, como a falta de saneamento básico, que atinge 80% do distrito, e de pavimentação - somente a avenida principal, Fernando Costa, é asfaltada. Ninguém esperava que o crescimento demográfico de Cajati aconteceria tão rápido quando a Quimbrasil/Serrana instalou seu pólo industrial no pacato bairro em 1944.

“Não houve planejamento no perímetro urbano para a criação dos bairros residenciais. Ninguém esperava um crescimento tão acelerado”, confirma o prefeito de Jacupiranga, Longino da Cunha (PFL), morador de Cajati e um dos maiores incentivadores da sua emancipação. Inclusive é de sua autoria o primeiro projeto de emancipação, elaborado junto com os vereadores, em 1977, quando ocupou o Executivo Municipal pela primeira vez. “Não deu certo por motivos orçamentários. A festa teve de ser adiada naquela época”, relembra o prefeito.

Dia 5, houve plebiscito em 11 outros distritos de várias regiões do Estado e em todos houve vitória do sim. Agora Cajati está entre os que dependem de nova data para a consulta popular, a ser marcada pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Márcia Colla - Onda separatista em Cajati - O Estado de São Paulo - 24 de novembro de 1989.

O ex-prefeito, Longino da Cunha, agora em novo mandato, se declara como defensor e autor do primeiro projeto de emancipação de Cajati, ele que em declaração ao mesmo jornal em 1978 se dizia contra e que os dois municípios deveriam se desenvolver juntos. Longino

foi candidato a prefeito de Cajati em 1992 quando perdeu e em 1996 quando foi eleito.

Era preciso comprovar que o Distrito teria condições para ser elevado a município, para isso, a Comissão iniciou o trabalho da documentação e das assinaturas necessárias à abertura do processo. Além do requerimento foi necessário realizar um abaixo-assinado contendo 250 assinaturas com os eleitores cajatienses e um levantamento completo da quantidade de moradias, casas comerciais, igrejas, ligações de água e energia elétrica, indústrias, entre outros,

Em julho de 1989 os técnicos do Instituto Geográfico e Geológico do estado de São Paulo para conferir os limites do distrito, parte do processo de emancipação. Os limites do Distrito passavam muito perto da vila, o que era um empecilho, pois por lei isso não era permitido. Os limites com Jacupiranga foram então alterados, empurrando a linha divisória para Jacupiranga. Havia em Jacupiranga os que queriam que essa linha limítrofe entre deixasse a mina para Jacupiranga, mas isso não foi aceito. Outro ponto quanto aos limites, diz respeito ao Rio Guaraú, a Câmara de Municipal de Jacupiranga alegava que os moradores do Guaraú usavam o comércio, escolas e atendimento médico em Cajati, e portanto a área deveria pertencer à Cajati.

Porém o novo município não poderia ser maior que o município de origem remanescente. O Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo então, definiu, que da Serra da Boa Vista, os limites de Cajati, deveriam seguir até as nascentes do Rio Turvo; descer este até a Barra do Lemos daí seguir para a Nascente do Ribeirão Barro Branco, descer este até sua barra no Jacupiranguinha; descer o Jacupiranguinha até a Barra do Guaraú e subindo o Guaraú até a Barra do Inhunguvira e a partir daí, subindo até o alto da Serra do Guaraú e seguindo sempre pelo alto das Serras até fechar um arco na Serra da Boa Vista, sempre mantendo os afluentes do Jacupiranguinha dentro deste arco.

O próximo passo foi a realização de um plebiscito, onde a população deveria decidir se Cajati seria ou não um Município autônomo.

Cajati foi então eufóricamente tomado pela campanha do sim.

Jacupiranga - A chegada dos técnicos do Instituto Geográfico e Cartográfico a Jacupiranga, ao Vale do Ribeira, está sendo comemorada com festa pela população de Cajati. Para eles, a missão dos técnicos é muito importante: vão conferir os limites de município-sede com o distrito, visando a aprovação do processo que emancipará Cajati, em tramitação na Assembléia Legislativa.

Os defensores da emancipação não têm dúvida de que este é um passo importante na luta que já vem de muitos anos. O presidente da Comissão Pró-emancipação de Cajati, Jainir dos Santos Neves, acredita que até dezembro o Tribunal Regional Eleitoral terá condições de marcar o plebiscito. "Não será preciso nem fazer muita campanha, porque sei que toda a população do distrito quer ver Cajati transformadas em município paulista" diz. E, se depender de opiniões favoráveis, os cajatienses não terão muito o que se preocupar. Até o prefeito Longino da Cunha (PFL) de Jacupiranga torce para que Cajati seja emancipada. Em seu primeiro mandato, de 77 a 83, Cunha propôs a emancipação do distrito responsável hoje pela maior parte da arrecadação de Jacupiranga. Ao contrário dos demais distritos paulistas, que se mostram dependentes dos municípios-sedes, Cajati apresenta perfil econômico diferente.

O complexo industrial de Cajati é responsável por mais de cinco mil empregos diretos e abriga hoje indústrias de grande porte, como a Quimbrasil Serrana, no ramo de cimento e fertilizantes, e a Fosbrasil, que fabricará ácido fosfórico para fins alimentícios e farmacêuticos. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), recolhido dessas indústrias, contribui com a maior parte da receita da receita orçamentária de Jacupiranga, prevista em NCz\$ 1,6 milhão este ano.

"O distrito é rico, mas não usufrui de toda sua riqueza, porque a maior parte dos recursos está sendo canalizada para a sede, que se enfeita, enquanto a periferia permanece abandonada." A afirmação é de Adão Claro da Costa (PT), um dos mais ferrenhos defensores da emancipação de Cajati. Mas ele não está sozinho na Câmara. Dos 15 vereadores que compõem o Legislativo, nove são procedentes do distrito e queremvê-lo município, como o presidente, Marino de Lima, do PMDB. "A luta é apartidária e vai beneficiar a população dos dois locais", antevê Lima, com a concordância do petista Milton Nagasawa.

O prefeito Cunha acredita em melhorias para as duas cidades. "Se Cajati tem recursos não deixa de ter problemas, advindos deste

progresso rápido, que chegou com a instalação das indústrias, atraindo muito mais gente para a região" disse ele. O prefeito mora em Cajati e duas vezes por semana transfere a sede da prefeitura para o distrito, onde acha que tem mais condições de administrar os problemas, que não são poucos.

Com cerca de 30 mil habitantes, quase o dobro da população de Jacupiranga (17 mil). Cajati ainda é carente de infraestrutura, principalmente na área de saúde. A assistência é precária, há falta de redes de esgoto e a maior parte das ruas não tem calçamento. "Tudo isso será possível resolver quando os recursos arrecadados mais a mão do distrito", dizem os políticos. O prefeito arremata: "A emancipação é irreversível, porque é como um filho que ao chegar a uma certa idade procura emancipar-se e ser o dono do seu próprio nariz." Cunha lembra que Jacupiranga não vai se ressentir com a separação, por que conta com boa infra-estrutura e tem no comércio e na agricultura sua auto-sustentação.

Zuleide de Barros - Chegada dos técnicos do Instituto Geológico e Geográfico - O Estado de São Paulo - 16 de julho de 1989.

Chegado, então, 19 de maio de 1991, o dia do plebiscito a população foi às urnas e o sim venceu de forma esmagadora.

...dos 10.937 eleitores inscritos no Distrito de Cajati, compareceram e votaram e votaram 7.767 votos. Deles, 7.352 pessoas votaram pelo SIM; 228 votaram pelo NÃO, 67 votos nulos e 122 votos em branco.

Histórico da Emancipação Política - Exposto na Câmara Municipal de Cajati.

Em 30 de dezembro de 1991 a Assembleia Legislativa criou o município de Cajati. Já houveram eleições municipais em outubro de 1992, com a instalação da Prefeitura Municipal, primeiramente na Rua José Pereira de Moraes e após no antigo prédio do Supermercado Gigante, em janeiro de 1993.

Quando se desmembrou do município de Jacupiranga, em 1991, Cajati registrava uma população total de 23.822 habitantes e uma taxa de urbanização de 51%. Uma década depois, a taxa de urbanização alcançava 72% e sua população, 29.227 habitantes. Nesse período, 1991-2000, o município cresceu a uma taxa de 2,4% ao ano. Essa tendência de crescimento não se verificou na década seguinte, quando o município de Cajati apresentou uma taxa geométrica de crescimento anual negativa (-0,3 a.a.), segundo projeção elaborada pela Fundação Seade. De fato, os primeiros resultados do censo

de 2010 confirmam essa tendência, indicando uma população total de 28.371 habitantes, 16% inferior a 2000.

Mineração de fosfato em Cajati e o desenvolvimento local Solange S. Silva Sánchez1 Luis E. Sánchez - <http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/Texto.aspx?p=6&s=13> acesso 09.10.202 18:50



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

LEI N° 7.664, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1991

Dispõe sobre alterações no Quadro Territorial-Administrativo do Estado

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - O Quadro Territorial-Administrativo do Estado, estabelecido pela Lei n. 8.050, de 31 de dezembro de 1963, promulgada pela Assembléia Legislativa como Lei n. 8.092, de 28 de fevereiro de 1964, com as modificações posteriores, fica alterada na conformidade do disposto na presente lei:

Artigo 2º - Ficam criados os seguintes Municípios:

XVII - Município de Cajati, com sede no distrito de Cajati e com território desse mesmo distrito acrescido de área pertencente ao distrito sede, do Município de Jacupiranga, tendo as seguintes divisas:

a) Com o Município de Eldorado

Começa no pião divisor entre os Rios Braço do Queimado, Barreiros e ribeirão do Assentado; segue pelo divisor entre o Rio Batatal, à esquerda, e o Rio Jacupiranguinha, à direita, até entroncar com o divisor da margem direita do córrego Boa Vista, segue por este divisor em demanda da cabeceira mais meridional do córrego Boa Vista; desce

por este até sua foz no ribeirão do Pito; vai, daí, em reta, à cabeceira sudocidental, do galho da direita, do ribeirão Alegre ou do Hilário; desce por este até sua foz no ribeirão Taquaral ou Grande, pelo qual desce até sua confluência com ribeirão da Lagoa ou da Poça; formadores do Rio Turvo.

b) Com o Município de Jacupiranga

Começa na confluência dos ribeirões Taquaral ou Grande e da Lagoa ou da Poça, formadores do Rio Turvo; desce pelo Rio Turvo até a foz do córrego dos Lemos; sobe por este até a foz do córrego da Divisa, e por este acima até a foz da grota que contraverte com a cabeceira noroeste do ribeirão Barro Branco ou das Pedrinhas; sobe por aquela grota até sua cabeceira no divisor Turvo-Jacupiranguinha; transpõe este divisor alcançando na contravertente a referida cabeceira do ribeirão Barro Branco ou das Pedrinhas; desce por este até sua foz no Rio Jacupiranguinha, pelo qual desce até o Rio Guaraú; sobe por este até a foz do córrego do Nhunguvira; segue pelo contraforte da margem esquerda do córrego do Nhunguvira até entroncar com o espião Guaraú-Jacupiranguinha; prossegue por este espião até atingir o pião divisor entre os Rios Turvo, Guaraú e Jacupiranguinha.

c) Com o Município de Barra do Turvo

Começa no pião divisor entre os Rios Turvo, Guaraú e Jacupiranguinha; segue pelo espião Turvo-Jacupiranguinha até o pião divisor entre os Rios Turvo, Batatal e Jacupiranguinha, onde tiveram início estas divisas.

Pósfacio

Muitas coisas ainda poderiam ser ditas, porém faltou a oportunidade de ouvir mais pessoas e realizar mais entrevistas, com os moradores. Os anciões que dotam de incalculável conhecimento oral, seja da história de Cajati, das pessoas que por aqui viveram, dos Rios, Morros e Serras. De contos, causos e fábulas. De conhecimento biológico, da fauna e flora da Mata Atlântica. De técnicas antigas de construção de taipa, de madeira. De conhecimento cultural como a Folia de Reis, Fandango entre outras. Conhecimento do clima, dos ventos, técnicas de plantio. De culinária, dos nossos pratos típicos, da coruja, da farinha, do beiju, etc. E muitas outras coisas que já foram coroidas pelo implacável passar do tempo.

Muitas coisas ainda ocorreram após 1991, Cajati se urbanizou, se organizou. O comércio cresceu e a população se estabilizou. Mas ainda muitos são os desafios de nosso pequeno município, ainda há muito o que se fazer. Muitos são os nossos desafios como cidadãos, o de tornarmos uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária. De que Cajati possa não apenas ser uma lembrança, na memória de alguém que teve que deixar o lugar em que nasceu e partir em busca de melhor sorte, em alguma cidade distante. Que possamos ter uma relação mais saudável com a natureza, pois ela, junto com as pessoas que aqui vivem e viveram, são nossa maior riqueza.

Que as famílias que vivem aqui há cinco, seis ou mais gerações, possam manter aqui raízes e sementes para muitas outras gerações futuras. O mesmo vale para aqueles que adotam o município como seu lar e o amam da mesma forma.

Que possamos diversificar nossas atividades, com as diferentes modalidades de turismo, ecológico, rural, de aventura. Com modalidades sustentáveis de desenvolvimento, com a diversificação da agricultura respeitando os limites do meio ambiente, com o fortalecimento do comércio, com a formação qualificada de nossos cidadãos, tudo de preferência com energia limpa e renovável.

Cajati se estabeleceu como município principalmente através da mineração e da indústria, mas devemos sempre lembrar que o minério em algum momento irá se esgotar. E quando isso acontecer, devemos estar preparados, com alternativas que possam compensar essa importante fonte econômica, nossa principal fonte de geração de empregos diretos e indiretos.

Que o Vale do Jacupiranguinha ainda possa ser povoado e lar dos nossos descendentes por muitos milênios mais.



Rio Jacupiranguinha - Serra da Anta Gorda - março de 2022.



Rio Jacupiranguinha - Serra da Anta Gorda - março de 2022.



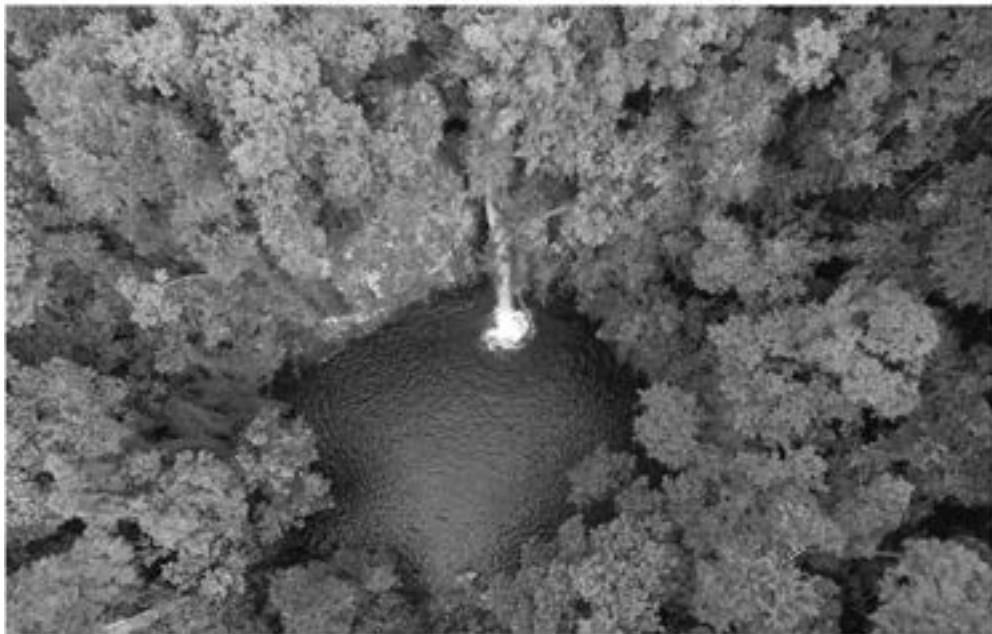
Rio Jacupiranguinha próximos às nascentes - março de 2022.



Rio Jacupiranguinha na Barra do Areia Preta, março de 2022.



Rio Jacupiranguinha na Barra do Areia Preta, março de 2022.



Referências Bibliográficas

Antônio Paulino de Almeida - Memória Histórica de Jacupiranga - Revista do Arquivo Municipal CXXVII - (1949).

Josepha P. Chiavelli - Uma Vereda no Vale (1992).

Martim Francisco – Diário de uma Viagem Mineralógica pela Província de S. Paulo no Anno de 1805.

M. Pio Corrêa - Estudo Scientifico do Municipio de Iguape - Revisita do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo (1906)

“Apontamentos Históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo, tomo II” - Azevedo Marques. (1952)

Info Escola - <https://www.infoescola.com/portugues/historia-da-lingua-portuguesa-no-brasil/>

Ricardo Krone - “Informações Ethnographicas do Valle do Rio Ribeira de Iguape, publicado no relatório da Comissão Geographica e Geologica do Estado de São Paulo, “Exploração do Rio Ribeira de Iguape”(1914).

Inventario cultural de Quilombos do Vale do Ribeira - Instituto Sócio Ambiental - https://issuu.com/instituto-socioambiental/docs/pdf-publicacao-final_inventario/10 Acesso em 29/05/2015 -

O Estado de S. Paulo - Edição de 10/07/2012

Colégio Bresileiro de Gealogia - <http://www.cbg.org.br/novo/wp-content/uploads/2012/07/CM109.pdf> Acesso: 28/05/2018.

Museu de Imigração do Estado de São Paulo. Relação de colonos suíços que chegaram em 28 de agosto de 1862, no vapor nacional Ju-ripera para o nucleo colonial Cananeia:

Antonio Paulino de Almeida - Memória histórica sobre São Cananéia, (1963)

Pasquale Petrone - A Baixada do Ribeira - Um estudo da Geografia Humana - (1966)

Diário de São Paulo 1869 edição 1167

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo- <https://www.al.sp.gov.br/geral/noticia/noticia.jsp?id=293010> Acesso em 27/08/2018 às 21:44

A Bunge e seu primeiro cinquentenário no Brasil (1905 a 1955): Os passos da construção de uma filial de um grupo econômico Arman-

do Dalla Costa - Gustavo Pereira da Silva.

http://www.intelog.net/site/default.asp?TroncoID=907492&Se-caoID=508074&SubsecaoID=483908&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&ID=705236 acesso 12/06/2018 20:20h

Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo - Exploração do Rio Ribeira de Iguape (1914)

Navegação e mineração no Rio Jacupiranga - O Estado de S. Paulo - 7 de novembro de 1871.

CNN Brasil - Saiba o que se comemora no feriado de 9 de julho em São Paulo - <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/saiba-o-que-se-comemora-no-feriado-de-9-de-julho-em-sao-paulo/> acesso 08/11/2021 as 21:21

Adaptação do texto de Roberto Fortes - Jaguariúna blogspot <http://mmdcjaguariuna.blogspot.com.br/2015/08/iguape-na-revolucao-constitucionalista.html>

Adaptação do texto de João Carlos de Almeida Borges. - Cananet - Disponível em <http://www.cananet.com.br/historia/site/index.php?key=23> - Acesso em 19 de Nov. de 2012

Paróquia de Santo Antônio - Cajati-SP - Sítio: <http://www.iparquia.com/paroquia/historia.php?id=zUTM>

Revista O Cruzeiro - Edição 020 de 1948-

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=57942>

Fotografia de Adalberto Martins Cajati - Revista “A Cigarra” Edição 155 ano 1947 <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003085&PagFis=41115&Pesq=cajati> Acesso 18/10/2018 18:10 Hemeroteca da Biblioteca Nacional

Fotografia de Eleonora e Aleluia Cajati. Publicado na Revista “A Cigarra” edição 167 - ano 1948. Hemeroteca da Biblioteca Nacional <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003085&pesq=cajati> Acesso em 18/10/2018 às 18:18.

David Nasser - Revista O Cruzeiro - edição 012 - 1948- <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=cajati&pagfis=57252>

Monstro Repelente - Escritos semelhantes aos de Lombroso e Ferri. - A Gazeta - 13 de dezembro de 1937.

No livrinho de missa de Eleonora - A Gazeta, 13 de dezembro de 1937.

David Nasser - Revista O Cruzeiro - edição 012 - 1948 <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=cajati&pagfis=57252>

Diário da noite - 1948 - Depõe a mãe de Cajatí

Bilhete suicida de Eleonora Cajati - David Nasser - Revista O Cruzeiro - edição 012 - 1948 <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&Pesq=cajati&pagfis=57252>

Diário da noite - edição 04581 - 1948

Relato de Aderbal Martins Cajatí, para David Nasser. - Revista O Cruzeiro - Edição 020 - 1948.

Adalberto Cajati - Trecho de carta escrita para sua noiva, Djahy - Publicada na Revista O Cruzeiro - 1948

Página 33 da Poder Executivo do Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP) de 20 de Julho de 1958

<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/4460343/pg-33-p/oder-executivo-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-20-07-1958/pdfView> Acesso em 06/08/2018 19:29

Jusbrasil - Página 59 da Poder Executivo do Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP) de 13 de Novembro de 1958 -

<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/4651344/pg-59-poder-executivo-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-13-11-1958/pdfView> Acesso em 06/08/2018 19:39

Celso Luiz Pinho - 1970 A guerra no Vale do Ribeira (2018)

Memórias da Ditadura - Biografias da Resistência Carlos Marighella <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/carlos-marighella/index.html> Acesso em 31/07/2018 16:58

Emiliano José - Oldack de Miranda -Lamarca: O Capitão da Guerrilha (1981)

Eliete Ferrer. - 68 a geração que queria mudar o mundo. Roberto Menkes, Uma viagem atribulada - (2011)

Como “caiu” o campo de treinamento de Lamarca? MARCELO RUBENS PAIVA - ESPECIAL PARA FOLHA <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/6/28/ilustrada/9.html> acesso em 04/06/2018 22:55

Relatório da Operação Registro.

Agência Apública - Napalm no Vale do Ribeira: <https://apublica.org/2014/08/napalm-no-vale-do-ribeira/>

Mineração de fosfato em Cajati e o desenvolvimento local Solan-

ge S. Silva Sánchez1 Luis E. Sánchez - <http://verbetes.cetem.gov.br/verbetes/Texto.aspx?p=6&s=13> acesso 09.10.202 18:50

O Estado de São Paulo - Crescimento desordenado já preocupa Jacupiranga - O Estado de São Paulo - Domingo, 27 de junho de 1978

Histórico da Emancipação Política - Documento exposto na Câmara Municipal de Cajati.

Longino da Cunha contra a emancipação de Cajati - O Estado de São Paulo - 25 de junho de 1978.

José Bertola a favor da emancipação de Cajati - O Estado de São Paulo - 10 de novembro de 1994.

Márcia Colla - Onda separatista em Cajati - O Estado de São Paulo - 24 de novembro de 1989.

Zuleide de Barros - Chegada dos técnicos do Instituto Geológico e Geográfico - O Estado de São Paulo - 16 de julho de 1989.

Novo Milênio - <https://www.novomilenio.inf.br/santos/mapa17a.htm> - mapa da Capitania de São Vicente e Adjacências - 1553-1597 destaca as tribos indígenas da região - Carijós ao Sul, Tupinaquis de Cananéia a São Vicente, Muiramomis na região de Bertioga, Tamoyos ao Nordeste.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer aos meus pais, meus quatro avós, oito bisavós, dezesseis trisavós, trinta e dois tataravós e seguindo assim pelas potências de base dois através do tempo.

Em especial aos meus pais, Celma T. Henriquesão e Darli de Oliveira, meus avós maternos Mario do Carmo Pereira e André Henriquesão, meus avós paternos Anna de Pontes e Venerando de Oliveira. Ainda aos meus irmãos Jordi e Luca de Oliveira, que diagramou e editou esse livro, obrigado Luca.

Em um parágrafo próprio, os meus sinceros agradecimentos à Bruna Rodrigues Franco, que em todos os dias de minha vida suporta o meu pior e o meu melhor.

E ao nosso futuro, nossas crianças, Heitor Franco de Oliveira, Anna Cecília Ribeiro de Oliveira e Bento Eduardo Franco de Oliveira, que são nossa alegria em forma de pessoas pequeninas.

Sem me esquecer ainda de todas as pessoas que possibilitaram que este trabalho pudesse ser finalizado, direta ou indiretamente, meus sinceros agradecimentos.

#LEIALDIRBLANCAJATISP



LEI
ALDIR
BLANC



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL